

V.OI.OI

sociologia & antropologia

JULHO DE 2011
ISSN 2236-7527

VOLUME 01 NÚMERO 01, JULHO DE 2011
ISSN 2236-7527

sociologia & antropologia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Aloísio Teixeira

Vice-Reitora

Sylvia da Silveira de Mello Vargas

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor

Marco Antonio Teixeira Gonçalves

Vice-Diretor

Marco Aurélio Santana

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Coordenação

Glaucia Villas Bôas

Elina Pessanha

S678

Sociologia & Antropologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. — v. 1, n. 1 (jul. 2011) — Rio de Janeiro: PPGSA, 2011 —

Semestral

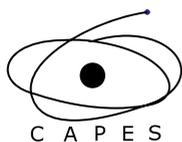
ISSN 2236–7527

1. Ciências sociais — Periódicos. 2. Sociologia — Periódicos. 3. Antropologia — Periódicos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

CDD 300

Apoio

ppgsa programa de pós-graduação em
sociologia&antropologia



CORPO EDITORIAL

Editores

Glaucia Villas Bôas (Editora Responsável)

André Botelho

Elina Pessanha

Comissão Editorial

Elsje Lagrou

José Reginaldo Gonçalves

José Ricardo Ramalho

Conselho Editorial

Evaristo de Moraes Filho (Academia Brasileira de Letras)

Alain Queminn (Universidade de Paris-Est)

Brasílio Sallum Junior (USP)

Carlo Severi (EHESS)

Charles Pessanha (UFRJ)

Elide Rugai Bastos (Unicamp)

Gabriel Cohn (USP)

Gilberto Velho (Museu Nacional/UFRJ)

Guenther Roth (Universidade de Columbia)

Helena Sumiko Hirata (IRESO-Paris)

Huw Beynon (Universidade de Cardiff)

Irllys Barreira (UFC)

João de Pina Cabral (Universidade de Lisboa)

José Sergio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ)

José Maurício Domingues (Iesp/Uerj)

José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)

Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ)

Lília Moritz Schwarcz (USP)

Manuela Carneiro da Cunha (Universidade de Chicago)

Mariza Peirano (UnB)

Maurizio Bach (Universidade de Passau)

Michèle Lamont (Universidade de Harvard)

Patrícia Birman (Uerj)

Peter Fry (UFRJ)

Philippe Descola (Collège de France)

Sergio Adorno (USP)

Wanderley Guilherme dos Santos (Academia Brasileira de Ciências e UFRJ)

Assistente editorial

Maurício Hoelz Veiga Júnior

PRODUÇÃO EDITORIAL

Projeto gráfico, capa e diagramação

a + a design e produção

Glória Afflalo, Fernando Chaves e Isadora Barreto

Preparação e revisão de textos

Dalila Silva, Dimitri Pinheiro,

Íris Moraes Araújo e Sabrina Primo

Tradução dos resumos

Daniela Stocco

Direitos autorais reservados: a reprodução integral de artigos é permitida apenas com autorização específica; citação parcial será permitida com referência completa à fonte.

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos aos colegas sociólogos e antropólogos, aos pesquisadores e professores, aos jovens que se iniciam na carreira e ao público interessado em pesquisas, debates e problemas da vida social e da cultura, este primeiro número de *Sociologia & Antropologia*, uma revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia — PPGSA — do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Já era tempo de contribuir efetivamente para a divulgação de pesquisas, cuja produção é notável nos últimos anos, com uma revista que prioriza as orientações mais recentes de especialistas nacionais e estrangeiros, estabelecendo diálogo profícuo que motive cada vez mais a perspectiva comparada das investigações. A par disto, *Sociologia & Antropologia*, como o nome diz, reafirma uma parceria interdisciplinar, característica do PPGSA, que rendeu um ângulo próprio de pensar as ciências sociais. Nesse sentido, cada uma das disciplinas enriqueceu seu escopo conceitual e temático, e, paralelamente, ganhou contornos mais visíveis a partir do projeto conjunto a que se propuseram. Um de nossos objetivos é justamente compartilhar e atualizar com novas contribuições essa experiência interdisciplinar dos professores do PPGSA.

Neste primeiro número, escolhemos evocar a obra de Max Weber, trazendo para perto dos leitores questões que dizem respeito à edição primorosa da obra completa do mestre alemão, que tem sido lido, recebido e apropriado tanto por sociólogos como por antropólogos nos meios intelectuais brasileiros. O leitor verá que não se trata de um dossiê sobre Max Weber, mas de um conjunto de três artigos que se comunicam, ainda que abordem assuntos bem diversos. A entrevista com Wolfgang Schluchter trata da atualidade de Max Weber, focalizando o projeto crítico e histórico da edição completa (MWG — Max Weber Gesamtausgabe), que teve início em 1976, e vem mudando os hábitos de leitura e a interpretação da obra do autor. O artigo de Guenther Roth, ao contar a história do casal Edgar Jaffé e Else von Richthofen, fazendo uso da correspondência entre os dois, delinea de modo sutil e sofisticado o modo de vida dos círculos sociais e intelectuais dos quais participavam ativamente

Marianne e Max Weber. A retomada crítica do conceito weberiano de carisma, no artigo de Maurizio Bach, aponta para uma possível agenda renovadora da pesquisa sobre mudança social.

A esse primeiro conjunto, diríamos assim, seguem-se contribuições que espelham orientações atuais teóricas e empíricas das ciências sociais. José Maurício Domingues contribui para a teoria sociológica com reflexão sobre os limites e possibilidades da teoria crítica; o artigo de Elisa P. Reis, sobre modos de relacionar autoridade e solidariedade, indica problemas relevantes, empíricos e teóricos, concernentes ao mundo das organizações não governamentais. O primeiro número de *Sociologia & Antropologia* traz ao público, também, resultados da pesquisa de Lilia Moritz Schwarcz sobre Lima Barreto e sua internação em 1914, acentuando um novo recorte que se define pela análise do uso e da manipulação dos marcadores de diferença, como raça, gênero, situação social e origem. Nadya Araujo Guimarães, Helena Sumiko Hirata e Kurumi Sugita desvendam a construção social do trabalho de *care* de modo comparativo — no Brasil, na França e no Japão —, renovando os estudos sobre trabalho doméstico. E Clarissa Baeta Neves mostra os desafios da educação superior na atualidade, fazendo importante balanço do Processo de Bolonha na Europa, sobretudo na Alemanha. Do quadro dos artigos, faz parte, ainda, reflexão de Mariza Corrêa sobre o campo da antropologia no Brasil, na qual a autora argumenta em favor de maior proximidade entre os antropólogos “urbanos” e os etnólogos.

Os “registros de pesquisa”, seção da revista na qual depositamos a expectativa de aporte substantivo para as investigações, são inaugurados pelo escrito de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, intitulado “Alegorias em ação” e ilustrado com fotografias da autora em trabalho de campo sobre o Boi Bumbá de Parintins, no Amazonas. Finalmente, mas não menos importante, a resenha de Carlos Antonio Costa Ribeiro sobre *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia, ciência política e sociologia*, publicado pela Anpocs em 2010, enfatiza a importância dos balanços da produção das ciências sociais.

Eis o primeiro número de *Sociologia & Antropologia* para apreciação dos leitores.

ARTIGOS	11	A ATUALIDADE DE MAX WEBER: ENTREVISTA COM WOLFGANG SCHLUCHTER Gláucia Villas Bôas
	21	EDGAR JAFFÉ E ELSE RICHTHOFEN À LUZ DE CARTAS RECÉM-DESCOBERTAS Guenther Roth
	51	CARISMA E RACIONALISMO NA SOCIOLOGIA DE MAX WEBER Maurizio Bach
	71	VICISSITUDES E POSSIBILIDADES DA TEORIA CRÍTICA HOJE José Maurício Domingues
	91	NOVAS FORMAS DE RELACIONAR AUTORIDADE E SOLIDARIEDADE: QUESTÕES TEÓRICAS E EMPÍRICAS Elisa P. Reis
	119	O HOMEM DA FICHA ANTROPOMÉTRICA E DO UNIFORME PANDEMÔNIO: LIMA BARRETO E A INTERNAÇÃO DE 1914 Lília Moritz Schwarcz
	151	CUIDADO E CUIDADORAS. O TRABALHO DE CARE NO BRASIL, FRANÇA E JAPÃO Nadya Araujo Guimarães, Helena Sumiko Hirata e Kurumi Sugita
	181	REFORMA E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O PROCESSO DE BOLONHA DEZ ANOS DEPOIS Clarissa Eckert Baeta Neves

	209	O MATO & O ASFALTO: CAMPOS DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL Mariza Corrêa
REGISTROS DE PESQUISA	233	ALEGORIAS EM AÇÃO Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti
RESENHA	253	<i>Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia, ciência política e sociologia.</i> Martins, Carlos Benedito (coord.). 2010 Carlos Antonio Costa Ribeiro

ARTICLES		
	11	THE CURRENT RELEVANCE OF MAX WEBER: INTERVIEW WITH WOLFGANG SCHLUCHTER Glauca Villas Bôas
	21	EDGAR JAFFÉ AND ELSE VON RICHTHOFEN IN THE MIRROR OF NEWLY FOUND LETTERS Guenther Roth
	51	CHARISMA AND RATIONALISM IN MAX WEBER'S SOCIOLOGY Maurizio Bach
	71	THE VICISSITUDES AND POSSIBILITIES OF CRITICAL THEORY TODAY José Maurício Domingues
	91	NEW WAYS OF RELATING AUTHORITY AND SOLIDARITY: THEORETICAL AND EMPIRICAL QUESTIONS Elisa P. Reis
	119	THE MAN IN THE ANTHROPOMETRIC FORM AND OF THE PANDEMONIUM UNIFORM: LIMA BARRETO AND HOSPITALIZATION IN 1914 Lilia Moritz Schwarcz
	151	CARE AND CAREGIVERS: THE CARE WORK IN BRAZIL, FRANCE AND JAPAN Nadya Araujo Guimarães, Sumiko Helena Hirata and Kurumi Sugita

	181	REFORM AND CHALLENGES OF HIGHER EDUCATION: THE BOLOGNA PROCESS TEN YEARS LATER	Clarissa Eckert Baeta Neves
	209	THE BUSH & THE ASPHALT: FIELDS OF ANTHROPOLOGY IN BRAZIL	Mariza Corrêa
RESEARCH REGISTERS	233	ALLEGORIES IN ACTION	Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti
REVIEW	253	<i>Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia, ciência política e sociologia.</i> Martins, Carlos Benedito (coord.). 2010	Carlos Antonio Costa Ribeiro

ARTIGOS

A ATUALIDADE DE MAX WEBER: ENTREVISTA COM WOLFGANG SCHLUCHTER

Tradução de Markus A. Hediger

Wolfgang Schluchter é reconhecido por seus aportes inovadores à compreensão da obra de Max Weber. Professor de Sociologia da Universidade de Heidelberg, dedicou-se durante muitos anos à reconstrução sistemática da obra de Max Weber, com o objetivo de elaborar um paradigma que contribuísse para a discussão da teoria sociológica como alternativa às vertentes contemporâneas — a exemplo da teoria da ação comunicativa ou da teoria dos sistemas. Criou assim um programa de pesquisa interdisciplinar com a participação de teólogos, filósofos, economistas, historiadores e cientistas políticos, estabelecendo um profícuo intercâmbio com colegas estrangeiros. Neste sentido, pôde conhecer a recepção de Max Weber em círculos intelectuais de culturas diversas. Um dos pontos relevantes da investigação de Wolfgang Schluchter, entretanto, são seus estudos da sociologia da religião weberiana, a partir da qual seria possível compreender os processos históricos de racionalização da cultura ocidental moderna. Finalmente, deve-se ao sociólogo, juntamente com outros especialistas, a concepção do projeto da edição crítica completa da obra de Max Weber. Um de seus editores-chefes, Schluchter foi responsável por parte da revisão de *Economia e sociedade*, que reorganizou o livro de acordo com a ordem cronológica dos escritos originais. A *MWG — Max Weber Gesamtausgabe* [Max Weber — Edição completa], com certeza, mudará tanto os hábitos de leitura como os rumos da recepção das ideias de Weber. Por sua intensa atividade de pesquisa e relevante contribuição ao entendimento dos projetos weberianos, não há dúvida que Wolfgang Schluchter é um dos sociólogos que melhor pode falar sobre a atualidade do mestre alemão.

Qual é o significado intelectual de Max Weber na sociologia alemã da atualidade?

A sociologia alemã, de forma semelhante à sociologia norte-americana, assumiu um foco empírico. O levantamento e a análise de dados relacionados a problemas sociais mais ou menos relevantes dominam o campo. Alguns desses estudos têm orientação teórica, mas existe aqui um ecletismo indulgente. Usa-se o que se acredita precisar, sem reflexão teórica mais aprofundada, e normalmente a história das teorias é em grande parte ignorada.

O círculo relativamente pequeno daqueles que participam de discussões teóricas cultiva um pluralismo teórico bastante fértil. Podem-se distinguir orientações teóricas fundamentais, ainda que em parte se excluam mutuamente, como, por exemplo, a teoria de sistemas e a teoria da ação, e dentro da teoria da ação a teoria da ação comunicativa; as diferentes abordagens da teoria da escolha racional; e uma sociologia compreensiva estruturalista-individualista. Mas a maioria dos participantes está disposta a ultrapassar limites e elaborar sínteses. O paradigma weberiano, ou o programa de pesquisa weberiano — como prefiro chamá-lo —, é um jogador respeitado e respeitável nesse jogo teórico relativamente aberto. Através do programa de pesquisa weberiano procuramos estabelecer uma terceira sociologia: uma sociologia compreensiva que esteja além de qualquer individualismo metodológico radical e do holismo ou coletivismo metodológico radical, e que reúna uma abordagem de múltiplos níveis com uma abordagem de dois níveis. Chamo isso também de sociologia “kantianizadora”, que estende a metafísica dos costumes de Kant de modo histórico-empírico no sentido de sua antropologia, mas sem sociologizá-la. Os níveis dessa sociologia kantianizadora resultam dos estados de agregação das configurações sociais (relação, ordem, associação), os dois lados da afinidade eletiva entre correlações de sentido e posições de interesse, culturas e configurações de ordem. Para isso, os *Conceitos básicos de sociologia*, de Max Weber, continuam sendo a diretriz, em combinação, é claro, com sua sociologia do poder, direito, religião e economia.

Qual é a recepção do projeto *Max Weber Gesamtausgabe* na Alemanha e em outros países?

A *Max Weber Gesamtausgabe*, que já alcançou 37 volumes, é um empreendimento de longo prazo que independe de modas científicas e preferências de recepção. Ela só chegará a um público mais amplo quando os volumes forem disponibilizados em edições de estudo mais acessíveis em termos econômicos. Por causa do seu preço, apenas as bibliotecas conseguem adquirir os volumes originais com seu extenso aparato científico; compradores privados são cada vez mais raros. Por isso, o público científico mais amplo continua a se familiarizar com Weber em primeiro lugar através de suas edições antigas, principalmente os “Ensaio reunidos”, publicados ainda por Marianne Weber, os ensaios sobre a “Doutrina da ciência” (título este não escolhido por Weber pessoalmente para seus escritos sobre a lógica e a metodologia das ciências sociais), sobre “Sociologia da religião”, “História social e econômica”, “Sociologia e política social” e sobre “Política”. Esses livros foram disponibilizados pela editora Mohr Siebeck em uma reedição fotomecânica paralelamente à *Gesamtausgabe*. Sua paginação está indicada na *Gesamtausgabe*, possibilitando assim uma comparação entre as duas edições. Além dessas, existem ainda muitas edições de *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* e *Economia e sociedade*, na maioria das vezes na forma de reedições de textos antigos. Assim, er-

ros, principalmente erros tipográficos, de datação e também relativos ao contexto histórico das obras, são reproduzidos. Por sinal, a *Max Weber Gesamtausgabe* tem uma clientela maior apenas na Alemanha e no Japão. Em outros países, não existem compradores, ou, se existem, apenas em número muito reduzido. Nos Estados Unidos, apesar das muitas bibliotecas, só existem dez, e na França são menos de cinco, para citar apenas alguns exemplos. Exceções são, dado o tamanho desses países, a Suíça, Áustria e Itália. Mas também aqui o número de vendas é baixo.

Não podemos afirmar que a *Max Weber Gesamtausgabe* tenha estimulado novos projetos de pesquisa. Mesmo em artigos de autores alemães, publicados em revistas ou antologias, não são citados os textos editados na *Gesamtausgabe*, mas sim os textos antigos. Até agora também não foi publicada nenhuma biografia de Weber que pudesse ser levada a sério. Mas qualquer biografia bem-sucedida só poderá ser escrita após a publicação da *Gesamtausgabe* completa, baseando-se principalmente nas cartas, nas notas de aulas e nas transcrições destas, como também nas correções da história das obras, disponibilizadas nos volumes editados. Essa biografia precisaria retrazar as linhas de desenvolvimento da vida de Max Weber na história contemporânea, na história de suas obras e em sua sistemática através da obra completa do autor, e correlacioná-las com uma grande habilidade para evitar qualquer reducionismo, sejam seus motivos de natureza psicanalítica (Mitzman), nietzscheniana (Green) ou até mesmo naturalista. O grande estudo de Guenther Roth ilumina o contexto familiar (a história da família anglo-alemã de Max Weber de 1800 a 1850), mas não coloca Max Weber no centro de seu interesse. Esse livro, portanto, não substitui uma biografia. A melhor biografia continua sendo *Lebensbild [Max Weber: uma biografia]* de Marianne Weber, publicada em 1926 (*Max Weber: Ein Lebensbild*). Se complementássemos as citações de suas cartas, em parte distorcidas, e retirássemos do texto seu estilo heróico, ainda teríamos uma obra que superaria claramente todas as outras tentativas existentes de apresentar uma biografia ou até mesmo uma história de suas obras biograficamente fundamentada. Duvido que exista alguém capaz de satisfazer as altas exigências de uma biografia válida. Além do mais, as cartas da sua fase inicial ainda não foram editadas. Tentativas de reduzir a obra de Weber à sua doença ou até mesmo aos seus relacionamentos com mulheres — com Helene Weber, Marianne Weber, Mina Tobler e Else Jaffé — existem, obviamente.

Aparentemente a atualidade de Max Weber nas ciências sociais anglo-saxônicas é diferente de sua recepção na Alemanha, em países europeus e na América Latina. Julga-se que há um declínio de interesse e também de competências na obra de Weber, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra. Como o senhor avalia a posição da sociologia weberiana nesses países?

Apesar da atuação de Talcott Parsons, Reinhard Bendix e Guenther Roth, a recepção de Weber nos Estados Unidos tem sido bem seletiva. Os textos lidos pelos sociólogos normalmente se reduzem à seleção de textos de Hans Gerth

e Wright Mills (publicada como *From Max Weber: Essays in Sociology*). Não é por acaso que Reinhard Bendix escreveu seu livro *Max Weber: an Intellectual Portrait* para familiarizar os estudantes com a sociologia material de Max Weber, em particular com sua sociologia do poder e da religião. Mas, significativamente, deixou a metodologia completamente de fora. Também a exemplar versão em língua inglesa de Guenther Roth e Claus Wittich de *Economy and Society*, mesmo que baseada em conhecimentos antigos, não pôde mudar nada em relação a essa recepção seletiva (retornaremos a esse ponto). A maioria dos norte-americanos que escrevem sobre Weber não o lê no original. É claro que aqui também existem exceções: cito apenas como exemplos os pesquisadores de Weber Guy Oaks, Steven Kahlberg e Lawrence Scaff. Interessante é também a tentativa de Richard Swedberg de decifrar a sociologia weberiana a partir da sociologia econômica, para a qual hoje já precisariam ser consultadas suas aulas da fase inicial, em especial aquelas sobre a “Economia nacional geral (‘teórica’)”. O dicionário da sociologia weberiana em inglês, de Swedberg (*Max Weber Dictionary: Key Words and Central Concepts*), não trouxe novos estímulos para a recepção de Weber nos Estados Unidos, apesar da inegável utilidade dessas tentativas de transferência.

Na Inglaterra, Marx sempre foi mais importante do que Weber. Ao menos, parece que partes da obra weberiana tenham servido como *building block* para a teoria de estruturação de Anthony Giddens. E também a abordagem importante de Margaret Archer parece ser influenciada por Weber. Além disso, existe um grupo que se reúne em torno dos *WeberStudies*. Mas sua importância para a elaboração teórica e o desenvolvimento da matéria é marginal.

A Sociologia mudou o seu perfil a partir dos anos 1970, quando interesses políticos e econômicos também mudaram. A disciplina se voltou de modo destacado para a sua própria história, sua identidade cognitiva, seus paradigmas e quadros teóricos e conceituais, assim como passou a se interessar pelas implicações do processo peculiar de sua institucionalização. O senhor acha que a orientação histórica é atualmente proeminente nos estudos sobre Max Weber, ou a dimensão teórica e conceitual de sua obra ainda pode contribuir para o entendimento do mundo capitalista de hoje?

É claro que desenvolvimentos intelectuais não são imunes a mudanças econômicas e políticas. Mas a relação não é tão íntima quanto sugere a sua pergunta. Na década de 1970, a recepção de Weber na Alemanha de fato sofreu uma mudança significativa, mas esta se devia mais ao declínio do pensamento marxista, que até então exercia grande influência sobre a sociologia. Nas décadas de 1950 e 1960, a recepção se limitava principalmente a Max Weber como político (Mommson) e como metodologista (escola de Popper, Albert), e os marxistas o consideravam o apologista de um capitalismo fadado à falência (Lukács, Marcuse e, de certo modo, também a Escola de Frankfurt mais antiga). Mas, nas dé-

cadadas de 1970 e 1980, o foco se voltou para a sociologia da religião; não, porém, para sua série de ensaios sobre o protestantismo ascético, mas sim para seus estudos comparativos sobre a ética econômica das religiões mundiais. Nisso, o trabalho conceitual conquistou o primeiro plano. A consequência disso também foi que o duro conflito entre os weberianos e os representantes da teoria crítica, que existiu por muito tempo, começou a se dissolver visivelmente. A teoria da ação comunicativa, de Jürgen Habermas, projeta uma imagem de Weber completamente diferente se comparada com a da escola de Frankfurt mais antiga.

Mas também pode-se dizer que, após a norte-americanização da sociologia alemã nas décadas de 1950 e 1960, a disciplina começou a se lembrar de suas próprias raízes durante as décadas de 1970 e 1980. Isso também estimulou a recepção de Weber. Ao mesmo tempo, foram retomados outros instrumentais conceituais da sociologia alemã mais antiga. Deu-se início à recepção de Norbert Elias, de Georg Simmel e também, em escala menor, de Ferdinand Tönnies. Juntou-se a isso a radicalização da teoria de sistemas por Niklas Luhmann e finalmente a abertura da sociologia alemã para a sociologia francesa — mas não vice-versa. Nessa fase, a sociologia weberiana ocupou um papel importante. Desde então, essa importância tem diminuído.

A ideia central de racionalidade que orienta a explicação compreensiva do mundo capitalista tem sido questionada. Segundo Guenther Roth (2005: 40), “A sociologia econômica de Weber pode ser utilizada, particularmente, se deslocarmos a atenção de sua história do desenvolvimento do racionalismo para sua tipologia de diferentes formas de capitalismo e examinarmos os modos nos quais o capitalismo ‘moderno’ está desatualizado”. A racionalidade enquanto valor que orienta a ação em diversas dimensões da vida social ainda tem valor heurístico?

Desde 1910–11, a ideia condutora de Weber tem sido o processo de racionalização, principalmente sob a perspectiva de seu significado para o desenvolvimento específico ocidental. Como se sabe, ela lhe veio durante sua ocupação com a teoria da música. A meu ver, essa ideia condutora continua sendo diretiva; pelo menos é mais produtiva em termos analíticos do que a da globalização. Ao mesmo tempo, Weber reconhece o paradoxo da racionalização, ou seja, que ela sempre produz também o seu oposto. Essa averiguação não representa uma contradição à afirmação de Guenther Roth citada acima, já que uma tipologia do racionalismo é condição necessária para quem deseja entender a história do desenvolvimento desse conceito. E o que vale para o racionalismo, vale também para o capitalismo, cuja tipologia se encontra desenvolvida na nova versão de *Economia e sociedade* no segundo capítulo. Como sabemos, Weber diferencia entre o capitalismo orientado pelo poder e o capitalismo orientado pelo mercado, e, dentro deste, entre o capitalismo de oportunidade e o capitalismo comercial industrializado. E esses não são os únicos “capitalismos” dos quais ele fala em sua obra. Para ele, o capitalismo é, diferentemente de Marx,

um fenômeno histórico-universal, que remete até a Antiguidade. Hoje, estudam-se *varieties of capitalism*, mas, na maioria das vezes, sem referência a Weber. Mas para a compreensão do capitalismo na Rússia e na China as distinções estabelecidas por Weber ainda podem ser úteis.

Uma questão cara a Max Weber foi a ética das ações humanas. A ética da convicção e a ética da responsabilidade podem ainda servir de orientação para as ações humanas em um mundo avesso ao ascetismo e ao individualismo humanista?

O ideal de personalidade de Max Weber certamente era o de um individualismo ascético e espiritual-aristocrático. Mas isso é uma posição de valor que precisa ser distinguida de suas análises histórico-empíricas. O ser humano, que assume uma posição, que avalia e julga, que vive suas ideias e seus ideais, e o pesquisador empírico, que estuda o efeito desses ideais e ideias vividos, agem em esferas diferentes, na esfera do prestígio, como Weber às vezes dizia, e na esfera das relações fatuais, ambas interligadas através da teoria da relação de valor. A distinção entre ética da convicção e ética da responsabilidade, à qual sua pergunta alude, pertence a esse contexto duplo. Em primeiro lugar, deveríamos evitar um equívoco terminológico aparente: a ética da convicção não é equivalente a irresponsabilidade, e a ética da responsabilidade não significa falta de convicção. A questão é: por que devo assumir responsabilidade? Assume-se responsabilidade apenas por uma convicção pura e honesta, ou, além disso, também pelas consequências previsíveis relacionadas à realização dessa convicção pura? A correlação normalmente estabelecida entre a ética da convicção e a racionalidade de valores e entre a ética da responsabilidade e a racionalidade de propósitos é completamente infundada. Ambas são fundamentadas na racionalidade de valores, mas a ética da responsabilidade amplia seu âmbito de responsabilidade. Acredito que, como ser humano que assumia posições e que avaliava e julgava, Weber tenha defendido a ética da responsabilidade. Mas, como pesquisador empírico, ele se interessava principalmente pelos efeitos da ética da convicção, tanto no âmbito religioso quanto no político. Mas uma ação que se orienta por máximas morais sempre corre perigo de ser suplantada por uma ação que se orienta por outras máximas, por exemplo, por máximas de utilidade. Isso independe completamente da situação histórica.

Weber dedicou parte relevante de seus estudos às religiões. Demonstrou que a secularização, característica do capitalismo moderno, se inicia, justamente, com a Reforma Protestante, não sendo possível portanto separar a esfera secular da esfera religiosa. A atual importância individual das crenças religiosas e a explosão coletiva de conflitos de ordem religiosa e política comprovam que Weber acertou no que concerne à permanência das crenças religiosas na vida social secularizada? Ao contrário da crítica de religião do século XIX — de, por exemplo, Feuerbach e Marx —, Weber reconheceu o potencial de racionalidade das religiões, em

particular das por ele assim chamadas religiões de salvação. Em algumas manifestações individuais dessas religiões de salvação, Weber identificou agentes de racionalização da cultura moderna (o judaísmo antigo e o protestantismo ascético). A meu ver, a secularização é entendida de forma errada se interpretada como o desaparecimento da fé em Deus nos indivíduos. Esta, pelo menos, não era a posição de Weber quando tratava da secularização. Ele pensava muito mais no estado de uma configuração de ordem moderna e, especificamente, na posição da ordem religiosa em relação aos outros poderes e ordens sociais. Religião e política, igreja e Estado representavam para ele na cultura moderna entidades relativamente autônomas e separadas uma da outra. O direito secular reina sobre o direito religioso, e não o religioso sobre o secular. E o direito secular também não mais é fundamentado no direito natural. O período confessional com suas guerras religiosas, durante as quais foi conquistada essa separação para o Ocidente, provou ser um importante promotor da racionalização moderna. É claro que isso não significa que lutas políticas com motivos religiosos tenham se tornado impossíveis de uma vez por todas. Basta ler o fim da *Ética protestante*, onde Weber fala de um possível renascimento de antigas ideias e ideais.

Finalmente, gostaria de lhe fazer uma pergunta sobre a recepção de Weber no Brasil. Os sociólogos brasileiros leram *Economia e sociedade* de Max Weber em espanhol, dado o grande empreendimento da editora mexicana Fondo de Cultura Económica que publicou o livro com tradução de Medina Echevarria, em 1944. Leram *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo* primeiro na tradução de Talcott Parsons. O estudo de Weber, obrigatório em cursos de graduação e pós-graduação, se faz ainda pela orientação e interpretação norte-americana, embora tenhamos traduções de obras diretamente do alemão, como *Economia e sociedade*. Existe entre os editores e especialistas em Weber algum interesse em tornar a *Max Weber Gesamtausgabe* mais acessível aos leitores brasileiros (e outros) que não têm o domínio do idioma alemão?

Os trabalhos no contexto da *Max Weber Gesamtausgabe* esclarecem de uma vez por todas que *Economia e sociedade* não é um livro em três (Marianne Weber) ou duas (Johannes Winckelmann) partes, mas sim um projeto em duas versões, das quais a mais antiga foi escrita antes da Primeira Guerra Mundial; e a nova, depois. A nova versão se baseia na antiga, mas apresenta novos termos básicos e também uma sociologia da economia que aparentemente não fazia parte da versão antiga. Já em relação à sociologia do poder e ao capítulo iniciado sobre "Estamentos e classes", o caso é diferente, pois esses representam condensações dos manuscritos pré-guerra. Por isso, seria muito bom se fosse feita uma nova tradução que respeitasse esses fatos também na ordenação dos textos. Mas isso seria um empreendimento tremendo, que não sei se é possível realizar.

A situação é parecida em relação ao conjunto de ensaios em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Aqui, é preciso lembrar em primeiro lugar que existem duas versões desse texto (de 1904-05 e de 1919-20). A primeira versão contém muitos erros, porque o tipógrafo nem sempre conseguiu decifrar a letra de Weber. Muitos desses erros tipográficos, inclusive muitas referências às páginas das fontes citadas, permaneceram. Weber não os corrigiu na segunda versão de 1919-20. Nesta, ele se preocupou mais com a ampliação do que com a correção do texto antigo. Portanto, seria prudente esperar que seja publicada a nova edição pela *Max Weber Gesamtausgabe* para fazer uma tradução. Além disso, deveriam ser levadas ao conhecimento do público as explicações de Weber sobre as seitas e sua discussão com seus críticos. Na edição em língua inglesa, publicada por Steven Kahlberg, isso foi feito pelo menos de forma rudimentar, mas sem que as diferenças entre as duas versões tivessem sido assinaladas (*The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism: the Revised 1920 Edition*). Além do mais, está incluído nessa coleção o último capítulo das aulas de Weber do semestre de inverno de 1919-20 sobre “A história social e econômica universal”, que não representa um texto original de Weber, mas que foi reconstruído a partir de transcrições após sua morte. Enquanto não existir nenhuma tradução nova em português ou espanhol, sugiro que nas aulas seja usada essa edição, e não a de Talcott Parsons. É claro que a leitura do original é sempre a melhor opção.

A tradução de partes da *Gesamtausgabe* para várias línguas já começou. Alguns textos ou até volumes já foram traduzidos para o japonês, coreano, inglês, italiano e francês. Na Itália, já foram publicados três volumes da antiga versão de *Economia e sociedade*. Na França, foi publicado o estudo sobre o confucionismo graças à iniciativa de Pierre Grossein, que lamenta justificadamente o fato de a recepção de Weber na França ser prejudicada pela falta de qualidade das traduções disponíveis. O que vale para a França vale também para muitos outros países. É difícil prever o desenvolvimento no futuro. Mais recentemente, até mesmo uma editora árabe demonstrou interesse pela tradução de textos da *Gesamtausgabe*. A impressão que temos não é homogênea e é difícil oferecer um prognóstico. Talvez o interesse por Max Weber passe a ser maior nos países emergentes, porque lá estão sendo iniciados processos de racionalização que podem ser analisados com seus instrumentos conceituais. É, portanto, bastante improvável que o programa de pesquisa weberiano desapareça da agenda sociológica no futuro próximo.

Entrevista concedida em 31 de janeiro de 2011.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

Roth, Guenther. Max Weber, Scion of the Cosmopolitan Bourgeoisie: Historical Context and Present-Day Relevance. In: Camic, Charles; Gorski, Philip & Trubek, David (orgs.). *Max Weber's Economy and Society: a Critical Companion*. Stanford: Stanford University Press, 2005, p. 31-46.

Glaucia Villas Bôas é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É autora de *A recepção da sociologia alemã no Brasil* (2006); *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro* (2006) e *A vocação das ciências sociais: um estudo de sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional* (2007). É pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordena o Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura, onde desenvolve atualmente projetos de pesquisa sobre arte e sociedade e história da sociologia no Brasil.

Resumo:

O ousado projeto de publicação das obras completas de Max Weber, que vem sendo realizado desde 1976 sob a coordenação de renomados sociólogos alemães, motiva esta entrevista com Wolfgang Schluchter, um dos editores-chefes da *MGA – Max Weber Gesamtausgabe* [Max Weber – Edição completa]. A entrevista tem o objetivo de indagar sobre a atualidade do instrumental teórico e conceitual do sociólogo alemão. Qual é a repercussão hoje das hipóteses weberianas sobre a sociedade capitalista, nos círculos acadêmicos e intelectuais? Em que medida a edição crítica e histórica das obras completas de Max Weber contribui para estimular novas linhas de investigação no campo da sociologia? Para Schluchter, o projeto da edição crítica não é afeito a modas ou preferências intelectuais passageiras. Considera que, apesar das atuais limitações da discussão teórica em favor da empiria, é pouco provável que a contribuição de Weber quanto aos processos de racionalização desapareça do horizonte sociológico.

Abstract:

The bold project of publishing the complete works of Max Weber, that has been held since 1976 under the direction of renowned German sociologists, motivates this interview with Wolfgang Schluchter, one of the head editors of *MWG – Max Weber Gesamtausgabe* [Max Weber – complete edition]. The interview aims to inquire about the current character of conceptual and theoretical tools of the German sociologist. What is the impact today of Weber's assumptions about the capitalist society on the academic and intellectual circles? To what extent the historical and critical edition of the complete works of Max Weber helps to stimulate new research issues in the field of sociology? To Schluchter, the critical edition project is not connected to intellectual fashions or fleeting preferences. He considers that, despite the limitations of the theoretical discussion in favor of empiricism, it is unlikely that the contribution of Weber regarding rationalization processes disappear from the sociological horizon.

Palavras-chave:

Max Weber; Atualidade de Max Weber; Edição da obra completa de Max Weber; Wolfgang Schluchter; Recepção da sociologia de Max Weber.

Keywords:

Max Weber; Current relevance of Max Weber; Complete edition of Max Weber's works; Wolfgang Schluchter; Reception of Max Weber's sociology.

EDGAR JAFFÉ E ELSE VON RICHTHOFEN À LUZ DE CARTAS RECÉM-DESCOBERTAS*

Tradução de Markus A. Hediger

Historiadores políticos têm tratado principalmente, e de forma crítica, da participação de Edgar Jaffé (14 de maio de 1866 — 29 de abril de 1921) na Revolução Bávara de 1918–19 e apenas superficialmente de suas conquistas como economista, editor e redator. Entre os cientistas sociais, Edgar Jaffé ainda é conhecido, mesmo que de nome, como editor—associado a Max Weber e Werner Sombart —, do principal jornal de ciência social do seu tempo, o *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* [Arquivo para a ciência social e política social]. Entre historiadores da cultura e estudantes de literatura em particular, ele adquiriu fama ao casar-se em 1902 com Else von Richthofen (8 de outubro de 1874 — 22 de dezembro de 1973). O casal foi visto como figura de fato e de ficção no mundo antinômico habitado por Max e Marianne Weber, Otto e Frieda Gross e D. H. Lawrence e Frieda von Richthofen. Else von Richthofen foi transformada em mito como “musa da inteligência crítica do nosso século”, em oposição à sua irmã Frieda Lawrence, que era a “musa da imaginação erótica” (Green, 1974; Demm, 2008: 381–403). Cartas e documentos recém-encontrados permitem que Else e Edgar falem com suas próprias vozes e de forma mais clara do que pôde ser ouvido até então. Pretendo apresentar um relato mais coerente e equilibrado do que o que tem sido possível até agora.

NO INÍCIO, CARREIRAS SEPARADAS: ESPERANÇAS E DECEPÇÕES¹

Edgar Jaffé não encontrou obstáculo significativo ao iniciar sua tardia carreira acadêmica. Tornou-se perito do sistema bancário inglês e também escreveu com proficiência sobre a indústria de algodão de Lancashire, onde trabalhara na década 1890. Apesar de tornar-se um economista acadêmico, sua maior ambição, embora não tivesse conseguido realizá-la, consistia em escrever um importante tratado filosófico como coroação da sua *Lebenswerk* [obra da vida]. Ele defendia um tipo de solidariedade dedicada ao desenvolvimento de uma ordem econômica e social orientada pela assistência social, em oposição ao liberalismo ultrapassado do *laissez-faire* que conhecera em Manchester.

A origem judaica de Edgar também não representou nenhum obstáculo para seu casamento com Else von Richthofen. Ao contrário das alegações de que se convertera apenas pouco tempo antes do seu casamento, sua certidão de batismo prova que fora batizado e confirmado no dia 26 de março de 1882, aos 15 anos de idade, na *Augustinerkirche* [igreja agostiniana] em Gotha. No início de sua adolescência, seus pais o mandaram para Hamburgo, cidade em que nascera, para o *Realgymnasium*² do famoso colégio Ernestinum. No currículo exigido para sua dissertação, Edgar declarou, em junho de 1902, que era de “*evangelischer Confession*” [confissão evangélica]. Em seu currículo de 1901, Else afirmou ser “*evangelisch*” [evangélica]. Não surpreende, portanto, que, em suas cartas iniciais, os dois não se preocupam com questões de identidade judaica ou cristã.

Como muitos filhos de famílias ativas no comércio, Edgar encerrou o ensino médio com a assim chamada *Mittlere Reife*³ sem acrescentar os dois anos adicionais para fazer o *Abitur*,⁴ que era exigido para um estudo de ensino superior. Com aquele certificado obtido, ele tinha direito ao status militar de *Einjähriger*,⁵ precisando prestar apenas um dos três anos de serviço militar e podendo assim completar seu treinamento na área comercial. Aos 17 anos, tornou-se aprendiz numa empresa de exportação e importação em Hamburgo, depois passou dois anos em Paris e vários meses em Barcelona, antes de iniciar seu serviço militar, e finalmente veio a trabalhar em Manchester durante oito anos, na empresa de tecidos da família. Na firma da família em Manchester, Edgar trabalhou com seu irmão mais velho Siegfried, até que, em 1898, os dois associados venderam suas ações e se mudaram para Berlim, onde investiram em imóveis. O lucro de Edgar, porém, foi menor do que o de Siegfried. Mesmo assim, Edgar teve condições de comprar uma vila monumental no distrito berlinense Grunewald, que hoje é usada pelo *Wissenschaftskolleg* [Instituto de Estudos Avançados], mas parece que ele não chegou a ocupá-la porque se mudou para Heidelberg em 1900.

Em Manchester, Edgar se tornara cada vez mais infeliz com sua carreira comercial. Em Berlim, sentiu-se liberto e decidiu estudar economia e realizar suas ambições filosóficas. Mas, como empresário e sem o *Abitur*, dependia de um apadrinhamento especial. Gustav Schmoller e Max Sering, de fato, vieram a se interessar por esse estudante de idade já relativamente avançada, especialista na indústria de algodão de Lancashire.⁶ Também estiveram dispostos a abrir uma exceção na admissão exclusiva de homens ao aceitarem a matrícula de uma mulher de 24 anos recomendada por Max Weber.

Else von Richthofen hoje é conhecida como a primeira inspetora feminina de fábricas no estado alemão de Baden (1900–02), como primeira mulher estudante de doutorado de Max Weber em Heidelberg (1901), como amiga vitalícia da esposa dele, Marianne, como amante tardia na vida de Max e como companheira durante quase meio século do irmão deste, Alfred. A literatura se ocupou principalmente com o período que terminou com os falecimentos de Max Weber, Edgar

Jaffé e Otto Gross, em 1920–21 e ignorou os cinquenta anos seguintes, quando Else teve que presenciar como seus filhos e muitos de seus amigos se tornaram vítimas do antissemitismo nazista e da perseguição política. Apesar de tudo isso, ela manteve a família unida e a solidariedade entre os membros de seu círculo viva através de uma rica correspondência transatlântica.

Else von Richthofen nasceu em Chateau Salins, perto de Metz. Seu pai, Friedrich Baron von Richthofen, era um oficial prussiano que participou do sítio de Estrasburgo e Belfort como engenheiro militar durante a guerra franco-prussiana de 1870. Com invalidez permanente, tornou-se *kaiserlicher Baurat* [supervisor imperial de construções] na cidade fortaleza de Metz, em Lorena. Ele seguiu o típico estilo de vida de um aristocrata: acumulou dívidas de jogo e manteve dispendiosos casos extraconjugais. Já cedo, Else compreendeu que precisaria trabalhar para sobreviver. Antigamente, filhas que se encontravam nessa situação teriam optado por trabalhar como governantas, mas agora o ensino público estava se tornando uma alternativa viável. Else escolheu seguir esse caminho. Completou a educação secundária no internato de renome internacional das irmãs Julie e Camilla Blas, em Friburgo. Else deixou o internato antes do seu 17^o aniversário, em outubro de 1891, e obteve suas credenciais de ensino para mulheres. Foi professora durante alguns anos. Nesse tempo, preparou-se sozinha para a universidade. Em 1895–96, participou como ouvinte de cursos da Universidade de Friburgo. Lá, conheceu os Weber na casa do filósofo Alois Riehl, tio de sua amiga íntima, Frieda Schloffer (1876–1950) com quem criara laços de amizade no instituto Blas. Nomeado professor de economia em Friburgo aos 30 anos de idade, Weber começou a lecionar no semestre de inverno de 1894–95, mas já em janeiro de 1897 foi chamado para Heidelberg. Em Friburgo, Else era mais próxima de Marianne do que de Max, mas em Heidelberg ele começou a apoiar ativamente a carreira de Else. Em 1897–98, ela foi estudante de Weber durante dois semestres, e também de Georg Jellinek e Paul Hensel, com os quais ela também estabeleceu um relacionamento pessoal. Max a orientou em suas leituras sobre economia (Adam Smith, Ricardo, Karl Marx). No semestre de inverno de 1897–98, ela transcreveu duzentas páginas das aulas de Weber sobre *Agrarpolitik* [política agrária] (Weber, 2008b: 333–410).

Enquanto o estado de Baden passou a admitir mulheres no ensino superior já no semestre de verão de 1900; Berlim o fez apenas em 1908, mas os professores tinham a possibilidade de abrir exceções. Else estudou na Universidade de Berlim durante três semestres, de 1898 a 1900; Edgar Jaffé deu início aos seus estudos um semestre mais cedo. Max Weber escreveu uma recomendação diplomática para Schmoller, que poderia dar a Else permissão especial para ela frequentar o seu curso: “Ela tem uma mente clara, equilibrada, não é excepcionalmente talentosa, mas de boa inteligência, sem a ambição pessoal tantas vezes exibida por estudantes mulheres, mas cheia de curiosidade in-

telectual imparcial. Quanto ao resto, sua personalidade fala por si mesma” (Weber [12 jul. 1898] 2008b: 21). (O que havia de errado com a ambição pessoal das mulheres na opinião de Schmoller ou Weber?)

Friedrich Wörishoffer (1839–1902), o primeiro inspetor de fábricas em Baden e diretor da agência de inspeção desde 1892, também recomendou Else a Schmoller, já pensando em sua futura nomeação para a posição de inspetora de fábrica. Ele até falou com seu tio Oswald von Richthofen, subsecretário e depois secretário do Estado (ministro do Exterior) (Bocks, 1978, p. 84–ss). Else morava na mansão do tio, mas se movimentava em ambientes contrastantes de Berlim: na alta sociedade prussiana, no círculo reformista de Alfred Weber (que se reunia na vila de Helene Weber), e no primeiro grupo de mulheres acadêmicas, o *Verein studierender Frauen* [Associação de Mulheres Estudantes], do qual ela era a presidente. Na universidade, Else foi aconselhada por Max Weber e Wörishoffer sobre os cursos e seminários que deveria participar. (Apenas Georg Simmel, ela confessou, “estava bem acima de sua inteligência”.) Em vista de seu crescente interesse em assuntos de bem-estar social, Max Sering possibilitou que ela visitasse fábricas em Berlim e despertou seu interesse pelos estudos que estavam sendo feitos sobre a indústria caseira com seus funcionários principalmente de sexo feminino. Else encontrou Edgar Jaffé nos seminários de Schmoller e Sering e, num ambiente social, na casa de Helene. Na época, Alfred Weber, em colaboração com Eugen von Philippovich, lançou uma pesquisa para a *Verein für Sozialpolitik* [Associação para Política Social] sobre *Formen von Hausindustrie und Heimarbeit* [Formas da indústria e do trabalho caseiros], que foi publicada em quatro volumes em 1899. Else contribuiu com um breve, mas eloquente artigo, baseado numa curta viagem de pesquisa a vilarejos longínquos em Lorena, sobre a produção caseira de bordados para o comércio de luxo urbano. Por um curioso acaso, o artigo de Else veio logo após um artigo mais longo de Edgar Jaffé na mesma publicação (Von Richthofen, 1899: 343–353; Jaffé, 1899b: 279–341).⁷ Alfred Weber escrevia com frequência sobre os males das indústrias caseiras e sua regulamentação legislativa. Else, na verdade, discordava dele, já que “suas” jovens mulheres pareciam gostar do seu trabalho; mas ela se sentia intimidada pela intensidade erudita de Alfred, tornando um contato pessoal mais íntimo entre eles quase que inconcebível. Curiosamente, porém, Else, Edgar e Alfred cultivaram um relacionamento triangular baseado em interesses acadêmicos e contatos sociais comuns, mas sem a menor noção de como suas vidas viriam a se entrelaçar inevitavelmente no futuro.

Enquanto Alfred se encontrava “fora de seu alcance” em Berlim, Else se sentiu atraída por outro homem que, mais tarde, ela identificaria como Paderstein, um jovem médico judeu, mas que ainda não havia conseguido estabilidade financeira. Para Marianne, ela lamentou: “Se eu tivesse alguns bens, mesmo que poucos, tudo seria tão mais fácil”.⁸ Mais tarde, Else citaria esse relacionamento como razão de ter rejeitado o primeiro pedido de casamento de Edgar. O motivo

da atração que Edgar sentia por Else pode ser deduzido: no masculino mundo acadêmico de Berlim, ele encontrara uma das raras estudantes femininas com quem podia ter a esperança de compartilhar seus interesses intelectuais, ao mesmo tempo em que a descendência nobre e beleza física de Else a transformavam na mais desejável parceira, ainda mais porque ele conseguia viver muito bem das rendas de seus investimentos. Mais tarde, porém, ele declarou: “Quase que a partir do nosso primeiro encontro, que logo completará quatro anos, meu coração bateu por você. Foi a primeira vez em que uma emoção desse tipo se apoderou de mim” (20 mai. 1902).

Já há algum tempo, Friedrich Wörishoffer havia mencionado a Max Weber seu desejo de nomear uma inspetora mulher, de preferência uma pessoa com formação universitária. Em abril de 1898, após a aprovação da legislação necessária, Wörishoffer e Else passaram a manter uma correspondência intensa. Ele e Max Weber favoreciam Else como primeira candidata. Ela, por sua vez, estava grata a Max por todos seus conselhos: “Ele, afinal de contas, me ‘dirigiu’ (*dirigiert*) durante os últimos dois anos”.⁹ Else foi formalmente nomeada no verão de 1900, mas sua posição não figurava no orçamento regular.

Antes de sua nomeação, Else voltou para Heidelberg para mais um semestre, o do verão de 1900, o primeiro em que mulheres foram admitidas formalmente. Lá, ela completou sua dissertação, que Max Weber sugerira e que Sering supervisionara em Berlim: *Über die historischen Wandlungen in der Stellung der autoritären Parteien zur Arbeiterschutzgesetzgebung und die Motive dieser Wandlungen* [Sobre as mudanças históricas nas posições de partidos autoritários com relação a uma legislação protetora do trabalhador e o motivo dessas mudanças] (Von Richthofen, 1901); ela defendeu sua tese no verão, pouco antes de Max Weber, cada vez mais incapacitado, se mudar para o exterior por mais de um ano e meio. Apesar de ainda sentir-se indisposto, Weber trabalhou no texto final da dissertação da “pequena Richthofen” (Marianne Weber: *die kleine Richthofen*), em Roma, no outono de 1901.

Else, que tinha terminado seu relacionamento com Paderstein no fim de 1900, reencontrou Edgar em Heidelberg. Após seis semestres em Berlim, ele se inscrevera para mais dois semestres (inverno de 1900, verão de 1901), a fim de completar sua dissertação sobre *Das englische Bankwesen* [O sistema bancário inglês]. As razões acadêmicas e pessoais que o levaram a se mudar para Heidelberg não estão documentadas. Era comum que os estudantes frequentassem mais de uma universidade, mas Edgar já estava velho demais para perder tempo com trocas de universidade. O motivo seria o seu anseio por Else?

Else começou a exercer sua função como inspetora em Karlsruhe, a capital de Baden, em agosto de 1900, com a melhor das intenções. Ela a descreveu, no início de dezembro, diante da *Gesellschaft für soziale Reform* [Sociedade para Reforma Social], em Dresden. O *Volksstimme* [Voz do Povo] de Mannheim, em sua edição de 12 de janeiro de 1901, escreveu sobre a primeira oficial feminina

da Alemanha, *Fräulein* [senhorita] von Richthofen, “o quão surpresos os filisteus ficaram ao verem que esta jovem e vibrante mulher nada tinha dos ares de uma mulher letrada e intelectual”.¹⁰ Mas sua velha amiga de Friburgo, Frieda Schloffer, imediatamente expressou sua preocupação, temendo que Else pudesse exagerar seu empenho em suas novas tarefas e negligenciar suas “tarefas do amor”.¹¹

Fato é que, em 1902, Else começou a sofrer de fadiga, frustração e solidão em seu trabalho. Em janeiro de 1902, confessou para Marianne: “Tantas vezes me sinto como se não estivesse realmente viva, como se fosse apenas uma sombra, já que não possuo nenhum laço firme”. Assim, ela se mostrou receptiva quando Edgar Jaffé a surpreendeu com um renovado pedido de casamento.

NOIVADO E CASAMENTO: CONQUISTAS E FRACASSOS

Aproximando-se dos 30 anos de idade, Else já tinha passado da idade habitual de casamento para alguém de sua classe social. Em 1899, aos 20 anos, sua irmã Frieda havia se casado com o auspicioso acadêmico inglês Ernest Weekley, que tinha condições de sustentá-la. Em 1900, sua irmã de 18 anos, Johanna (“Nusch”) casou-se com um oficial, Max von Schreibershofen, que tinha o dobro de sua idade e logo passou a ter problemas financeiros. Else sentiu amargamente a falta de um dote. Precisava encontrar um homem com dinheiro; Edgar não precisava de uma mulher com dote.

As primeiras cartas de Else mostram que ela, de fato, sentiu pena de Edgar quando o rejeitou na primeira vez, e também depois, quando aceitou seu segundo pedido de casamento. Mas ela queria mais do que um *Vernunfttheirat* [casamento de razão] ou um *mariage de convenance*. A diferença de idade, nada incomum, era de oito anos e meio; na primavera de 1902, Else tinha 28 anos, Edgar acabara de completar seus 36 anos de idade. Ambos se consideravam velhos demais para a paixão e exuberância típica dos jovens. As cartas mostram um intenso esforço dos dois de se explicarem um ao outro e de criarem uma intimidade emocional e uma compatibilidade intelectual. Else revelou a Edgar a sua intenção de guardar as cartas e de mostrá-las a ele mais tarde como lembrança daquilo que o casamento, que aconteceria em breve (29 de setembro de 1902), havia significado para eles. Assim, as cartas constituem um corpo epistolar impressionante em que cultivavam grandes esperanças e confessavam suas insistentes dúvidas em relação a si mesmos. Há muitas reflexões sobre o amor e a paixão, mas, como se pode esperar, pouco erotismo e nenhuma referência sexual. Assuntos profissionais e intelectuais ocupam muito espaço. Edgar descreve o progresso de sua dissertação e *Habilitation* [livre-docência] sobre o assunto mundano do sistema bancário inglês, mas fala também extensivamente sobre suas ambições filosóficas, seu verdadeiro *Lebenswerk*. Else relata seus

desafios e sua frustração em seu trabalho como inspetora de fábricas, mas também reflete muito sobre suas possibilidades de ajudar Edgar e afastá-lo de sua egocêntrica vida de solteiro. Ela considera ser isso um dos desafios, ou até mesmo a sua tarefa principal no casamento. Edgar, por sua vez, se esforça muito para transformá-la em sua discípula intelectual. Seu desejo de moldar os pontos de vista e os interesses de Else de acordo com suas próprias visões criou tensões entre eles, já evidentes em seu período de noivado.

Em 1902, Edgar não estava apenas à procura de um emprego adequado, também perseguia uma agenda política. Os vários anos como *associé* da empresa da família em Manchester não o haviam transformado em anglófilo; pelo contrário, tinham fortalecido sua lealdade à Alemanha. Em seu artigo de 1900, sobre *Die englische Baumwollindustrie und die Organisation des Exporthandels* [A indústria inglesa de algodão e a organização do comércio de exportação], ele descrevera não só as mudanças nas relações entre fabricantes, comissários e banqueiros de comércio, mas também o papel proeminente dos exportadores, dos quais muitos eram de origem alemã, mas que haviam assimilado rapidamente a cultura inglesa. Escrevendo no início da era da *Weltpolitik* [política mundial], sugeriu medidas para fortalecer a capacidade da Alemanha de competir com a indústria inglesa de algodão. Defendeu a nomeação de oficiais consulares com experiência comercial. Mas também defendeu um preparo melhor dos comerciantes através da fundação de *Handelshochschulen* [faculdades de administração comercial]. Os municípios de Mannheim e Munique realmente vieram a criar escolas desse tipo nos anos seguintes, e Edgar fez sua carreira acadêmica em ambas. O noivado com Else von Richthofen fez com que abandonasse sua primeira opção de carreira em prol da segunda.

Em abril de 1902, Max Weber, ainda doente, retornou de uma longa estada em Roma e Florença onde, mais uma vez, havia solicitado sua exoneração do cargo de professor, acreditando que não perderia seus privilégios de promoção. Durante uma visita, Max Weber informou Else não só de que Edgar havia recebido uma sólida oferta de ir para a Austrália, mas também de que estava pensando em oferecer a Edgar a possibilidade de fazer uma *Habilitation*. Ela imediatamente “vazou” a informação sobre essa possibilidade para Edgar, ao mesmo tempo parabenizando-o pela oportunidade e expressando sua inveja por sua aventura pelo mundo afora. Esperava que ele se despedisse adequadamente e deixou escapar que “as condições na inspeção de fábricas tornaram-se agora bastante desconfortáveis” (18 mai. 1902).

A confissão de Else de que estava insatisfeita com seu emprego encorajou Edgar (20 mai. 1902) a lembrá-la do amor ininterrupto que sentia por ela, “aconteça o que acontecer”. Também lhe revelou suas altas ambições intelectuais que, apesar de sua lógica política, haviam criado uma situação ambivalente para ele em relação à sua carreira consular. Tendo em vista uma alternativa acadêmica em Heidelberg, veio a considerar a carreira consular uma

perda de tempo para alguém que, como ele, pretendia criar um *Lebenswerk* filosófico. Assim, tentou agradar Else duplamente, oferecendo-lhe seu amor e suas ambições.

Dois dias depois (em 22 de maio), Else pediu que Edgar tomasse uma decisão. Com grande ambivalência e um sentimento de culpa, ela deixa em aberto a possibilidade de seu casamento se transformar em algo mais do que um mero *Vernunfthe*. Não está infeliz, mas não se sente realizada em seu trabalho: distribuir seu amor entre 60 mil operárias não lhe basta. Ela se sente só e, às vezes, impotente diante das exigências da vida. Agora, porém, Edgar lhe oferece a visão de uma “montanha dourada” — uma metáfora notável — que até então havia considerado íngreme demais para escalar. “Conseguirei agora?”. Antes, havia visto em Edgar apenas um bom amigo de estudos. Agora, ficaria feliz em providenciar-lhe alegrias após todo o sofrimento que causara em sua vida. Em troca, espera que ele estenda a mão para ajudá-la. Ao mesmo tempo, ela o adverte de que não mais é capaz de sentimentos passionais, mas também acredita que *Wille und Vernunft, eine grosse Sympathie* [vontade, razão e uma grande simpatia] não são suficientes. Precisa haver algo mais, mas não tem certeza se isso existe ou se será capaz de se desenvolver. Sua última linha deixa para Edgar a decisão fundamental: “Você possui a coragem para ousar a tentativa (*Versuch*)?”.

A carta deixou Edgar eufórico e, em 24 de maio, respondeu com uma epístola de 25 páginas, misturando altos ideais com sua necessidade pessoal de uma mão que o apoie. Tornar-se uma personalidade verdadeira é mais importante do que uma vocação mundana. Se Else não tiver certeza absoluta de que é indispensável como inspetora de fábricas, poderia pensar em optar pela alternativa mais enaltecida do aperfeiçoamento próprio. Edgar revela sua crença quase religiosa em um “poder mais alto” que exige um esforço para desenvolver a própria personalidade. Apesar de sua carta ser “infinitamente longa”, como o próprio Edgar admitiu, seu persistente sermão não a aborreceu, mas parece ter ajudado a convencê-la. A sua decisão, no fim de maio, de dar início ao noivado foi muito repentina, já que Edgar não esperava nada tão cedo assim.

Uma vez que Else e Edgar decidiram casar-se antes do fim do ano, iniciaram uma correspondência intensa. Edgar vivia em Heidelberg; e Else, em Karlsruhe. Apenas uma curta viagem de trem os separava, mas a distância era grande o suficiente para justificar muitas cartas. Eventos especiais eram as viagens de inspeção de Else, principalmente na região da Floresta Negra, sua participação em convenções de mulheres com Marianne Weber e as viagens a negócios e de pesquisa de Edgar para Berlim e Londres. Ao contrário da maioria das noivas, Else era uma noiva que trabalhava, e Edgar precisava se apressar para terminar o doutorado e se igualar a Else, agora que ele estava iniciando uma carreira acadêmica. O currículo anexado à sua tese de doutorado é datado de junho de 1902, pouco tempo após seu noivado.¹² O casamento protestante

aconteceu em Karlsruhe, em 19 de novembro. Os dois foram para seu novo lar em Heidelberg.

Dadas as altas ambições filosóficas de Edgar, o fato de ele ter começado tarde, já com mais de 30 anos de idade, era uma desvantagem. A seu ver, tinha perdido quinze anos com sua carreira comercial. Rickert, Hensel, Simmel e Max Weber possuíam muitos anos a mais de estudos filosóficos.

Contudo, dois anos mais tarde, Edgar sentia que havia progredido em termos intelectuais, especialmente após sua leitura de Rickert, embora ainda sofresse “a falta de progresso moral ou ético, sem a qual até um intelecto atento é deficiente” (3 out. 1904). Algumas semanas depois, em dezembro, Edgar apresentou sua aula inaugural na Universidade de Heidelberg, na presença de Max e Marianne Weber. Mas ela não teve repercussão.

Independentemente das limitações filosóficas de Edgar, sua aquisição e editoria do renomado *Archiv für soziale Gesetzgebung und Statistik* [Arquivo para a legislação e estatística sociais], de Heinrich Braun, fundado em 1888, provou ser sua conquista duradoura. Em 20 de julho de 1903, ele o comprou pela soma considerável de 60 mil marcos de ouro; Braun podia exigir um preço tão alto porque o *Archiv* era um empreendimento lucrativo. Edgar passou a editá-lo “em associação com Werner Sombart e Max Weber” (na capa) sob o novo título *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*. A correspondência entre Braun e Sombart, iniciada em março de 1903, esclarece o processo de aquisição.¹³ Em 31 de maio, Max Braun visitou Max Weber e o encontrou disposto a tornar-se coeditor. Cogitaram a fundação de um consórcio. Foi quando Weber propôs “como sério membro o Dr. Edgar Jaffé, que está preparando sua *Habilitation* e é casado com a ex-inspetora de fábricas de Baden, von Richthofen” (3 jun. 1903). Enquanto Braun, dado seu interesse em política social, deu valor ao fato de Edgar ser marido de uma ex-inspetora de fábricas, o papel da própria Else na aquisição permanece incerto.

Independentemente de quem teve a “feliz ideia” primeiro, para Else foi uma oportunidade de apoiar um fórum erudito para o doente Max e retribuir todo o apoio que ele lhe dera durante seu doutorado e ao garantir seu emprego como inspetora de fábricas. Ela já não era mais sua aluna e *protégée*, mas simplesmente uma boa amiga da família. Como *Frau Redakteurin*, discutiu assuntos editoriais e projetos de tradução com Max — outra faceta da equalização e, no final das contas, da complicação de seu relacionamento. Durante as frequentes ausências de Edgar, Else cuidou dos assuntos editoriais. Em abril de 1905, ele ficou muito satisfeito ao saber através dela (8 abr. 1905) que o *Archiv* agora já tinha 698 assinantes — “um sucesso sem explicação”.

O primeiro volume do novo *Archiv* (vol. 19 da antiga, e vol. 1 da nova série) foi lançado em março ou abril de 1904. A primeira edição foi introduzida pelo muito discutido *Geleitwort der Herausgeber* [Prefácio dos editores].¹⁴ O novo título *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* indicou uma inclusão de temáti-

cas mais amplas da ciência cultural e da lógica (*Kulturwissenschaft und Logik*), ou seja, de assuntos epistemológicos na ciência social. Hoje, o *Archiv* é conhecido principalmente pelas contribuições de Max Weber, Troeltsch, Simmel, Tönnies e Alice Salomon (a estimada amiga de Marianne e Else), mas continuou sendo também um *Archiv für Sozialpolitik*, ao modo de Heinrich Braun, dando continuação à cobertura internacional de assuntos sociais, econômicos e legislativos na área da assistência social. *Volkswirtschaft* [economia popular] e *Weltwirtschaft* [economia mundial] eram regularmente incluídas. Mesmo assim, a expansão temática do *Archiv*, conforme os novos interesses de Weber, foi recebida de forma controversa por seus leitores e contribuintes mais antigos, dentre os mais vociferantes se encontrava Heinrich Herkner.¹⁵

No verão de 1903, Marianne Weber acreditava que os Jaffé eram um casal feliz e agora incluiu Edgar em sua antiga afeição por Else:

Minha maior alegria são os Jaffé. É tão confortante ter por perto uma pessoa tão querida como a “*Richthöfchen*”, e ele também me é muito simpático. Neste mundo tão egoísta, sua gentileza e altruísmo são uma grande virtude, que compensa certa falta de energia por sua parte. Os dois estão muito felizes um com o outro e reuniram um grande número de pessoas em sua volta. Estamos à espera de uma pequena Marianne em outubro (para Helene, 16 jun. 1903).

Max, porém, nada elegante, chamou a Else grávida de “*enveloppe*”, palavra que ela nunca esqueceu e repetiu em várias ocasiões mais tarde em sua vida. Friedel nasceu em 28 de setembro de 1903; uma Marianne só veio ao mundo dois anos depois. O casal nutria a esperança de colaborarem intimamente em assuntos editoriais, mas Else aparentemente desenvolveu uma depressão pós-parto e sofria de dores na coluna. Em maio e junho de 1904, ela passou várias semanas em um sanatório em Baden-Baden. O relacionamento do casal deteriorou em outono de 1904, quando Else passou mais de um mês com seus pais em Metz, inicialmente deixando Friedel com Edgar.

Poucas semanas após seu retorno de Metz, provavelmente em dezembro, Else engravidou novamente. A chegada de seu segundo filho, Marianne, e os problemas de saúde que acompanharam seu nascimento parecem ter contribuído para que Else não conseguisse fazer a tradução de *The Souls of Black Folk* [As almas do povo negro], de W.E.B. DuBois, que logo se tornou famoso após sua publicação em abril de 1903. Weber, durante um café da manhã com DuBois no congresso mundial de St. Louis, em setembro de 1904, tentou recrutá-lo como contribuinte. Também o convenceu a concordar com uma tradução de seu livro para o alemão. Em 30 de março de 1905, Max indicou Else como tradutora em uma carta em inglês:

Sua obra esplêndida [...] deveria ser traduzida para o alemão [...] Estou autorizado a pedir sua autorização para a tradução, a ser feita pela Sra. Elisabeth Jaffé-von Richthofen, erudita e amiga minha, ex-inspetora de fábricas de Karlsruhe, agora esposa de meu colega professor e editor Dr. Jaffé. Gostaria de escrever uma breve introdução sobre a

questão negra e literatura... Acredito que a Sra. Jaffé seria uma tradutora muito capaz, algo bastante importante, já que o vocabulário e estilo do senhor são muito peculiares: Às vezes, me lembram os idiomas de Gladstone, mesmo que o espírito seja outro [...] Por favor, desculpe meu inglês ruim (Weber apud DuBois, 1973: 106).¹⁶

Em 10 de novembro de 1905, Else escreveu para DuBois em alemão, demonstrando hesitação e dúvidas:

Pretendo aceitar a sugestão do professor Weber e tentar uma tradução do seu livro. Digo tentar, pois tenho um número de obrigações a cumprir e não posso contar com a saúde necessária para a execução dessa tarefa. Durante a tradução, ficará evidente se posso fazer jus à sua obra. Não será fácil passar para o leitor alemão uma impressão mesmo que apenas aproximada da plasticidade e, ao mesmo tempo, da simplicidade do seu estilo. Após algum tempo, informarei o senhor sobre o progresso dos meus esforços.

Não sabemos se Else realmente começou a tradução ou se desistiu dela. Além das obrigações maternas e dos problemas de saúde aos quais se referiu, o desafio linguístico pode, de fato, ter sido grande demais.

O PERÍODO DOS EMARANHAMENTOS HUMANOS

Os professores bem-sucedidos de Heidelberg, empregando recursos próprios ou os bens de suas esposas, competiam construindo vilas, preferivelmente à beira do rio Neckar, a Riviera de Heidelberg. Max e Marianne Weber, por causa das incertezas em relação à saúde de Max, decidiram não construir ou comprar, mas optaram por alugar um imóvel à beira do rio e, em 1910, finalmente se mudaram para a vila da família de Souchay-Fallenstein. Lá, realizaram seus *jours* no grande salão com sua vista espetacular do rio e do castelo. Os Jaffé, por sua vez, decidiram construir sua mansão no alto, logo abaixo das famosas ruínas, (Unter der Schanz). A vila (que hoje pertence à universidade) foi construída por volta de 1906. Agora, Edgar podia oferecer a Else seu próprio ambiente representativo. Mas nem tudo se desenvolveu como ele esperara ao abrir sua vila para um número crescente de visitantes, culminando na dramática entrada em cena de Otto Gross (1877–1920), no início de 1907.

Porém, o primeiro amante de Else, que ela mantinha fora de vista, não estava entre os visitantes: Friedrich Völcker (1872–1955), um cirurgião da clínica universitária que tratou seus problemas ciáticos que haviam voltado a atormentá-la após o nascimento de Marianne. O muito discutido relacionamento com Otto Gross foi bem diferente, uma combinação de atração intelectual e sexual extraordinária.¹⁷ Eles se conheceram através da amizade de longa data entre Else e Frieda Schloffer, que se casou com Otto em 1903. Else continua em suas anotações:

A amiga de minha juventude, Frieda Gross, através de cujos círculos conheci os Weber e pessoas como [Friedrich] Naumann, entrou novamente em minha vida. Ela se casou

com o psiquiatra e aluno de Freud, Otto Gross. 1906. Eu o encontro em Munique. Os dois [1907, anotado na margem], Frieda e Otto, concedem um ao outro, por amor, toda liberdade que se qualifica para isso dentro de sua “casta”. Nenhum erotismo reprimido! “Else, porque não?” Otto vem a Heidelberg [abril de 1907, na margem]. Edgar é afetado pela nova rejeição. Disputas teóricas com os Weber [1907, na margem]. O pequeno Peter vem ao mundo.

Frieda Gross estava grávida na época. Seu filho Peter nasceu em 31 de janeiro de 1907.¹⁸ O Peter de Else, gerado por Otto, nasceu em 24 de dezembro de 1907. Marianne estava muito envolvida, dada sua intimidade com Else.

A tentativa de Otto de agrilhoar as duas mulheres a si mesmo fracassa. Frieda ainda não estava disposta a desistir de seu casamento e Else continuou seu relacionamento com Friedrich Völcker, que Otto, com seu senso de superioridade elitista, considerava ser “vulgar” e “democrático”.

Até então, não existia nada na correspondência de Else que se igualasse à intimidade de suas cartas para sua tão amada amiga Frieda Gross, que ela chamava de Friedel.¹⁹ Em sua carta de 13 de junho (Else acrescentou “1908” em tinta vermelha), ela fala abertamente sobre seu relacionamento com Edgar, Friedrich Völcker e Otto Gross e sobre os emaranhamentos eróticos de seus amigos de Heidelberg. Mas agora que decidira levar uma “vida burguesa, após tudo que aconteceu [...] Edgar é o melhor dos companheiros na curiosa mistura que criei para mim mesma [...] Se jamais existiu uma mulher tola com conhecimento profundo de suas aflições, essa tola sou eu, mas reconhecimento não ajuda”.

Durante o ano de 1909, tudo parecia se acalmar. O cirurgião recuara, as relações com Edgar eram amigáveis, havia uma “rica vida intelectual na linda vila, o jovem Friedrich Gundolf e seu círculo vieram e um Max Weber mais relaxado nos visitava de vez em quando” (Notas autobiográficas de Else von Richthofen). No verão, Max até se tornou padrinho de Peter quando Else decidiu batizá-lo juntamente com Hans, seu último filho, que nascera em 25 de fevereiro de 1909.

Mas a calma dos lindos dias de verão era traiçoeira. Em setembro de 1909, Max e Marianne participaram, com Edgar, das reuniões do *Verein für Sozialpolitik*, em Viena. Marianne se sentiu tremendamente aliviada ao encontrar Max em boa forma e tinha altas esperanças de que ele, finalmente, estivesse se recuperando. Depois, encontraram-se com Frieda Gross, em Graz, para onde Else havia viajado antes. Os Weber e os Jaffé continuaram sua viagem até o *resort* à beira do lago, em Grignano, próximo a Trieste, onde conversaram intensamente sobre ética moral. Foi lá que Marianne veio a entender, com absoluta clareza, o quanto Max se sentia atraído pela vitalidade e beleza de Else. Marianne, entristecida, retornou sozinha para Heidelberg, mas os Jaffé e Max continuaram até Veneza onde ficaram por pouquíssimo tempo. Esse episódio deu origem a toda uma mitologia que imaginava um encontro sexual entre Else e Max nos canais da cidade.²⁰

Else, porém, providenciou um testemunho direto que esclarece a história, em outra carta íntima para Frieda, de 28 de novembro [acrescentou “1909” em tinta diferente], em que jurou:

Passar tempo com os Weber, digo, com Max W., é claro, foi uma experiência rica. Mas não é como você imagina: submeter-se a ele não é algo que se faça com gosto. De forma alguma. Especialmente nos momentos em que mais o amo e admiro é que sinto com a maior clareza o *quão* diferentes são as nossas visões da vida. Ele insiste que estou errada. E eu não posso protestar sempre e exclamar “Não, não!” Ele foi tão gentil, tão compreensivo e caloroso, e ainda o é. Mas não posso evitar que sintam que esse relacionamento, pelo menos assim como é agora, é como uma flor frágil de pouca vida que não está arraigada no solo.

Quando, no início de 1910, Else insistiu que não estava mais disposta a viver com Edgar sob o mesmo teto, ele tentou convencê-la à força, ameaçando tirar os filhos dela. Isso resultou em muitas discussões urgentes e negociações tensas entre os partidos envolvidos, incluindo não apenas Edgar, Else e Alfred, mas também Max e Marianne. Max começou a dar conselhos jurídicos não só para Else, mas também para sua mãe, lutando para manter o controle sobre seus próprios sentimentos diante da possibilidade de perder Else para Alfred.

A constelação emocional muito tensa em Heidelberg finalmente foi atenuada, mesmo que não resolvida, com a mudança dos Jaffé para Munique e redondezas. Em 1910, Edgar aceitou um cargo de professor na *Handelshochschule* de Munique, com direitos de ensino na universidade. Edgar fixou residência em Munique, mas também comprou uma casa em Irschenhausen, no vale de Isar, e outra na cidade próxima de Wolfratshausen, o Vogelnest, para Else; Alfred, que tinha fobia de pessoas que morassem acima dele, alugou uma cobertura em Ebenhausen, não longe dali. Em Munique, porém, Edgar não se limitou a dar aulas nas duas universidades, mas também se envolveu cada vez mais na vida boêmia de Schwabing, à qual Otto Gross o havia introduzido em 1907.

Já no fim de sua vida, Else lembrou esse período de emaranhamentos humanos e refletiu sobre o papel que ocupara nele. Quando, em seu 89º aniversário, Friedel escreveu para ela e expressou sua profunda veneração por ela, esta respondeu que se referir a ela naqueles termos não era apropriado. Acrescentou uma confissão, curiosamente citando Caroline Schlegel-Schelling: “Eu ‘ousadamente me permiti’ (*wagend erlaubt*) fazer muitas coisas e, assim, causei muita dor a outros. A cada dia, sinto gratidão pelo fato de isso não ter afetado o amor entre mim e meus filhos” (7 out. 1963).²¹

A GRANDE GUERRA, A REVOLUÇÃO DE 1918 E O AMARGO FIM

Em 1913, começou a Primeira Guerra dos Balcãs, pressagiando o início da Grande Guerra. Na primavera, Edgar e um colega viajaram para a Grécia e Turquia e foram testemunhas de uma primeira demonstração do conflito moderno na terra e no mar. Mas não faziam ideia do que estava por vir. Em uma carta de 2 de agosto de 1914 para seu filho, Friedel, e sua esposa, Marianne, que tinham emigrado para Nova York, Else se lembra: “Hoje, faz vinte anos que a guerra começou. Ainda sinto o momento, à janela de sacada no Vogelnest, enquanto meu pai e Alfred conversavam, e senti uma dor aguda no peito ao entender o que a guerra significava”. De repente, os eventos da vida privada pareciam triviais. Durante os primeiros meses, quando as mortes na frente de guerra rapidamente se transformaram em um massacre em grande escala, Else tinha que encarar a morte iminente de seu pai. “Um fim assim é tão doloroso, justo em um tempo que concede a tantos uma morte linda e orgulhosa!”, ela escreveu em 2 de janeiro de 1915 para Marianne Weber, que estava extática em relação à guerra e se identificava com os soldados e seu heroísmo.²² Mas Else conseguiu encontrar seu rumo antes de Marianne. No início, Else confirmou as convicções de Marianne: “Quero persuadir sua consciência que não deve sentir vergonha de seus sentimentos. Como pode o mundo suportar tanto sofrimento se não houver corações cuja dádiva é ser corajoso e sereno?”. Mas também a aconselhou a criar certa distância em relação à guerra e a retomar sua própria vida: “Começo a pensar, porém, que não há nada de errado em retornar gradativamente para a sua própria vida e seus interesses intelectuais, agora que a guerra está deixando de ser um evento excitante e passa a ser um estado normal”.²³ Else estava ansiosa para levar uma vida calma com seus filhos, agora que a guerra estava ocupando Alfred, que se voluntariara a lutar no *front*. Mas sua felicidade doméstica foi cruelmente interrompida com a morte totalmente inesperada de Peter, aos oito anos de idade, em 15 de outubro de 1915.²⁴ Edgar voltou às pressas de Bruxelas.

No início de abril de 1915, Edgar havia começado a trabalhar no escritório de assuntos bancários do governo-geral de Bruxelas. O general von Bissing, governador militar, estava planejando a anexação da Bélgica por iniciativa própria e logo se encontrou em conflito com o Ministério Imperial do Interior que queria manter suas opções abertas.²⁵ A tarefa de Edgar consistia em estudar meios para criar uma posição econômica subserviente da Bélgica em relação à Alemanha. Entre 2 de abril e 27 de julho, ele escreveu doze cartas para Else sobre suas tarefas, viagens e impressões e também respondeu aos seus relatos sobre assuntos familiares, especialmente as crianças. As cartas demonstram que ela permaneceu sua confidente em relação a personalidades e questões militares e administrativas. Assim, em 11 de abril, ele descreveu sua tarefa da seguinte maneira: “Estudo as relações financeiras da Bélgica com a economia

mundial [...] Isso, é claro, é estritamente confidencial. Analiso também formas de como a moeda alemã poderia vir a substituir a União Monetária Latina”. Ele também tentou despertar o interesse de Max Weber para que este se tornasse conselheiro (10 mai. 1915). Na segunda semana de agosto, Weber fez uma breve viagem para Bruxelas, que não o satisfaz.²⁶

Edgar ficou impressionado pelo ânimo dos soldados e oficiais não comissionados, que não odiavam o inimigo, mas se sentiam “totalmente diferentes, como alemães” com um novo senso de identidade nacional (20 abr. 1915). Mas ele não via nenhuma correlação entre essa consciência nacional intensificada e os massacres de milhares de civis belgas. Edgar visitou as ruínas de Dinant, antigamente “uma cidade pitoresca de 7.000 habitantes que lembro bem de uma visita anterior” (24 mai. 1915). Lá, em 23 de agosto de 1914, mais de seiscentos civis, incluindo muitas mulheres e crianças, haviam sido massacrados após a ocupação da cidade, que não oferecera nenhuma resistência.

No outono de 1915, Edgar viu-se insuficientemente ocupado e pediu demissão. Em abril de 1916, fundou com Heinrich von Frauenhofer o *Europäische Staats- und Wirtschaftszeitung* [Jornal Europeu de Estado e Economia]. Na primeira edição, Edgar publicou uma declaração programática sobre “Der Geist von 1914” [O espírito de 1914], que, no contexto da propaganda de guerra, era oposto ao “espírito de 1789”. Apesar de não compartilhar do extremismo da direita, levou em conta o idealismo que tentara explicar para Else em suas primeiras cartas. Ele nunca aceitara seus anos de trabalho no comércio na Inglaterra como sua verdadeira vocação e buscou formas para superar o individualismo e materialismo da era liberal. Repetindo temas comuns à crítica da cultura, defendeu uma “organização orgânica da sociedade” como reação à atomização individualista e os “mecanismos sem espírito” e o “aparato gigantesco” da economia moderna. Considerava, porém, algo positivo a criação de grandes organizações por cartéis, corporações, trustes e também sindicatos e cooperativas de operários. Devido à sua tendência kantiana, exigiu uma “integração estrita” do indivíduo à rede de obrigações sociais. Suas categorias principais eram *Herrschaft und Dienst* [dominação e serviço]. Defendeu a meritocracia, “a democracia verdadeira”, em oposição ao poder majoritário pseudodemocrático. Isso não só garantiria o desenvolvimento harmonioso da personalidade, mas também “nossa posição entre as grandes nações” (Jaffé, 1916).

Em suas cartas, Edgar também adotou “as ideias de 1914”. Acreditava que, uma vez que a guerra, após a esperada saída de cena da Rússia, se transformasse no confronto entre democracia e autoridade prussiana, o atual absurdo da luta demonstraria seu “significado histórico-mundial: uma guerra das ideologias, democracia versus autoridade, a ideia prussiana do estado versus as ideias de 1789” (6 mai. 1915). Um dos aspectos da compreensão de Edgar das “ideias de 1914” era sua convicção de que a classe operária precisava ser integrada à comunidade nacional. Em maio de 1915, enquanto estava em Bruxelas,

rapidamente escreveu um ensaio sobre o *Staatssozialismus und Gemeinwirtschaft* [Socialismo estatal e economia social] para o primeiro volume que reunia autores acadêmicos e sociais democratas pelo bem da solidariedade nacional: “Quero enfatizar o quão importante considero ser a cooperação dos trabalhadores na economia ‘militarizada’, para que não obtenhamos apenas a metade de uma máquina, mas sim um organismo vivo” (15 mai. 1915).²⁷ Baumgarten e Weber também apoiavam a integração da classe operária, mas Weber em particular teve uma de suas mais duras discussões com Jaffé ao rejeitar a representação “ocupacional” (em vez da representação parlamentar ou algo parecido com ela) e ao se opor à continuação da economia de guerra mesmo em tempos de paz.

Enquanto realmente acreditava que estava dando uma contribuição para encorajar a persistência dos soldados, não lhe passou despercebido o fato de que, após três anos, os regimentos de reserva, que consistiam principalmente de civis mais velhos, estavam exaustos. Como Max Weber, ele acreditava que as chances para uma paz negociada dependiam da firmeza do ânimo na frente e em casa. Nos meados de 1917, e ao contrário de Max Weber, ele ainda acreditava no provável sucesso da campanha irrestrita de submarinos e imaginava que a Inglaterra seria forçada a desistir do bloqueio e arcar com a metade dos custos da guerra, que giravam em torno de 50 a 60 bilhões. Edgar continuou com suas palestras propagandistas até 1918. Quando percebeu que a guerra não podia ser vencida por meios militares, ele começou a explorar canais não oficiais com os Aliados.

Após o fracasso das últimas ofensivas, Edgar observou a desmoralização e desintegração do exército. Ele ainda estava no campo de batalha e não em um lugar longínquo em Berlim, como Alfred, que assumira uma posição assalariada na Receita, em 1916. Suas observações o fizeram radicalizar. Surpreendeu a muitos com sua reviravolta revolucionária.

A volumosa literatura sobre a Revolução Bávara e a contrarrevolução tem dado muito mais atenção às figuras excêntricas que também eram conhecidas: escritores literários e filosóficos como Gustav Landauer, Erich Mühsam, Ernst Toller e Kurt Eisner, do que ao Jaffé “normal”. Mas no início de novembro, Jaffé e Eisner agitaram em reuniões de massa em Munique e Jaffé participou do golpe que pôs um fim à monarquia bávara, sem derramamento de sangue. Em 8 de novembro, Eisner apresentou a uma “assembleia legislativa provisória”, reunida às pressas no edifício do *Landtag* [Dieta], a lista dos ministros de seu gabinete, que recrutava membros de grupos políticos radicalmente diferentes. O próprio Eisner assumiu como primeiro-ministro e ministro do Exterior. Jaffé, o único membro acadêmico, ficou encarregado do “mais ingrato” (segundo Eisner), o Ministério das Finanças, e tornou-se *Staatsminister der Finanzen*. Assim, Eisner e Jaffé, como representantes dos Socialistas Independentes (USPD), se encontravam na minoria. O inimigo mortal de Eisner, Ignaz Auer, líder dos

Socialistas Majoritários (SPD), concordou em ser ministro do Interior, mas apenas para expulsar Eisner o mais rápido possível. Os funcionários dos ministérios e os servidores civis em geral não foram substituídos, o que se mostrou uma fatal continuidade. As boas intenções de Eisner e Jaffé rapidamente vieram abaixo. A infeliz tentativa de Eisner de amenizar o armistício e as condições de paz ao assumir, em nome da Alemanha, grande parte da responsabilidade pela guerra, deixou a maioria do público alemão, inclusive Max Weber, totalmente enfurecida. Isso levou ao assassinato de Eisner e ao colapso de Jaffé e à sua morte precoce.

Os interesses domésticos principais, porém, diziam respeito ao papel dos conselhos dos operários (e soldados) e à possibilidade de sua “socialização”. Com urgência crescente, ele defendeu a economia social como alternativa tanto para o capitalismo quanto para o comunismo. Devido aos eventos revolucionários, a questão do relacionamento entre os novos parlamentos e os conselhos dos operários e soldados agora era explosiva. Como Eisner, Jaffé não procurou a abolição total do Parlamento, mas exigiu conselhos de operários paralelos, que já existiam em várias formas, e uma representação por grupos vocacionais, que, porém, nunca se tornaram realidade. Esperavam, é claro, que essas instituições prevaleceriam ao longo do tempo. Em 12 de janeiro de 1919, Eisner e Jaffé sofreram uma derrota humilhante nas eleições parlamentares. Os Socialistas Independentes ocuparam o último lugar com apenas 2,5%. Após o assassinato de Eisner, em 21 de fevereiro de 1919, o novo gabinete foi proposto pelo socialista “místico” Gustav Landauer (1870–1919) que também foi morto em 2 de maio, antes do Congresso dos Conselhos dos Operários, Camponeses e Soldados Bávaros. Esse congresso reelegera Jaffé como ministro das Finanças, mas o novo ministério exercia apenas a função de zelador que nem se reunia como corpo. Jaffé não fazia mais parte do ministério que Johannes Hoffmann (SPD) conseguiu estabelecer em 17 de março. Nessa data, ele se demitiu da posição de ministro de Finanças.

Jaffé, porém, continuou suas atividades políticas por mais alguns dias. Em 4 de abril, discursou em uma reunião na *Löwenbräu* sobre o tema “A universidade dos operários como legado de Kurt Eisner”. Dois dias depois, Jaffé foi recomendado para a posição de representante econômico do povo, mas recusou em uma nota à imprensa, em 8 de abril. O novo regime sobreviveu apenas seis dias, antes de ser destituído pelo golpe comunista de 13 de abril que tinha uma base popular ainda menor. No início de maio, Munique foi ocupada por forças da direita que assassinaram mais de 2 mil homens e mulheres.

Em suas notas autobiográficas, Else admite que, após a promulgação da *Räterepublik* [República Soviética da Baviera] no início de abril, Edgar “se desligou. No último momento, conseguiu fugir com Friedel. Eu fiquei presa acidentalmente e presenciei os dias da República até que Alfred conseguiu tirar-me dali com as duas crianças”. Em novembro de 1918, Else reagira ao

golpe revolucionário de Eisner primeiro com uma mistura de surpresa e algum grau de admiração por um Edgar exaltado; para Marianne Weber, escreveu uma descrição vívida e inteligente dos seus primeiros dias como ministro e do seu próprio papel não oficial. Max respondeu (15 nov.) cumprimentando-a com “Querida excelência”. Três dias antes, ele até brincara que Marianne estava

naturalmente com inveja, já que acredita que sou predestinado a ser pelo menos Reichskanzler (chanceler), e agora dependeremos de seu apoio se quisermos chegar a qualquer lugar [...] Marianne me pede explicitamente que lhe diga o quão injusto é que, de todos “seus” homens, apenas Edgar Jaffé tenha conseguido voar como uma águia.

Else e Max admitiram que Edgar, pelo menos durante algum tempo, havia conquistado a confiança de Eisner e garantido que os servidores civis fossem mantidos e pagos. Max também não considerou Edgar um vira-casaca, como fizeram tantos outros, já que agora a Revolução lhe parecia uma oportunidade para agir em relação a antigas convicções solidárias. Mas não demorou para que Else, Friedel com seus 15 anos e os Weber discordassem cada vez mais de Edgar, e o encorajaram a renunciar.

O próprio Max Weber se encontrava num dilema e enfrentava outro problema. Ele desejava desesperadamente ser chamado pela universidade de Munique a fim de poder estar perto de Else, agora que os dois tinham restaurado seu antigo afeto com muita intensidade. Mas a nomeação dependia, naquele momento, da decisão do Gabinete de Eisner. Em 20 de janeiro, Max ainda estava em dúvida e acreditava ser altamente improvável que Eisner “cairia de amores por ele”. Na verdade, o Gabinete já havia decidido em 18 de janeiro, com apenas Jaffé, Frauendorfer e o ministro da Cultura, Hoffmann, dos Democratas Sociais presentes, dar início às negociações com Weber, desrespeitando a proposta da faculdade, que havia colocado Moritz Julius Bonn em primeiro lugar de sua lista; e Max Weber e Gerhart von Schulze-Gävernitz, em segundo. A presença de Jaffé aumentou claramente as chances de Weber, mesmo que não seja possível saber o que ele disse durante aquela reunião ou se havia feito algum acordo preliminar com Hoffmann. Edgar conhecia o desejo de Else.²⁸

Após seu fiasco político, Edgar fez um último esforço para se reabilitar, concentrando-se em “sua filosofia”. Após escrever mais ou menos cinquenta páginas e lê-las para Else, sofreu um colapso no meio de junho e foi levado da rua Konrade, n. 16, para a clínica Neufriedenheim perto de Munique, em 18 de junho. Para Else aquilo representava uma situação financeira difícil e Max ofereceu seus conselhos. Quando Else e Alfred estavam viajando, Max visitou Edgar em lugar de Else e passou as notícias para ela e sua mãe, a Frau Baronin, que estava tomando conta das crianças. Edgar estava tão deprimido que se recusou a levantar-se da cama. Max achou que estava sofrendo de baixíssima autoestima, mas não acreditava que seu fim estivesse próximo. Inesperadamente, o próprio Weber morreu em 14 de junho de 1920. Edgar sobreviveu a

ele por menos de um ano, sucumbindo à pneumonia em 29 de abril de 1921. O funeral foi realizado em 2 de maio.

Ao contrário de seu marido, que demonstrou alguma empatia por Edgar ao visitá-lo no sanatório, mesmo que em grande parte por causa de Else, Marianne não tinha simpatia alguma por Edgar e o condenou em termos morais e políticos. A Else viúva assumiu um tom bem diferente de Marianne e esboçou um obituário apreciativo e compassivo, provavelmente em uma tentativa de responder à má reputação pública de Edgar.

Professor da universidade de Munique e da *Handelshochschule*. Além de seu trabalho profissional, os anos que ali passou lhe propiciaram muitos estímulos estéticos e artísticos. Sempre conseguiu passar para o ambiente seu senso de beleza e sua sensibilidade inata, apesar da simplicidade e modéstia de seu caráter e de suas necessidades. O tempo foi enriquecido por viagens e excursões, das quais as crianças passaram a participar cada vez mais. Durante a guerra, trabalhou em Bruxelas durante meio ano e participou com grande empenho das palestras organizadas pelos quartéis do exército na frente ocidental para oficiais e soldados. Mas convenceu-se cada vez mais de que outros meios que não a força seriam necessários para pôr um fim à guerra. Essa convicção e os ideais sociais que havia defendido já há algum tempo em seus escritos acadêmicos fizeram com que se interessasse muito pelos desenvolvimentos políticos da Alemanha pós-imperial. Sua vontade de viver foi destruída pela amarga decepção diante do colapso de suas esperanças e de sua fé na possibilidade de que também nas esferas política e pública os relacionamentos de seres humanos poderiam basear-se na gentileza e humanismo puros. Sem sucesso, tentou encontrar nova motivação escrevendo sobre as ideias filosóficas e religiosas com que se ocupara durante toda sua vida. Sucumbiu à severa doença, que começara na primavera de 1919, em 29 de abril [de 1921].

Com 93 anos de idade, Else olhou para trás e escreveu para seu filho Friedel Jeffrey:

Ainda tenho escritos de seu pai. Apesar de sua sábia inteligência e de projetos inspirados como, por exemplo, a compra do *Archiv*, faltou-lhe vitalidade. Antes de adoecer, tivemos uma conversa afetuosa sobre nossas dificuldades, e por isso me sinto grata (12 set. 1967).

OS PRÓXIMOS CINQUENTA ANOS

Quando Edgar Jaffé, Otto Gross e Max Weber morreram, entre 1920–21, Else Jaffé ainda viveria cinquenta anos antes de falecer em seu centésimo ano de vida, em 1973. Durante os meses revolucionários e a longa contrarrevolução, seus filhos Friedel e Marianne — Hans ainda não havia alcançado a adolescência — foram discriminados pelo antissemitismo na escola, e Else viu-se excluída da vida dos círculos universitários e da “sociedade” de Munique. Ela estava vivendo as consequências de ter se casado com um judeu, mesmo que convertido, que havia participado de um governo revolucionário e ajudado a derrubar uma monarquia. Sua situação econômica piorou seriamente, já que as ações

de Edgar nada mais valiam e a inflação tinha corroído completamente as suas finanças. Nos meados da década de 1920, a estabilidade relativa da República de Weimar permitiu que os filhos estudassem direito (Friedel), física (Hans) e pré-medicina (Marianne). Em 1925, Else voltou para Heidelberg e se mudou para mais perto de Alfred, mas foi só em 1931 que passaram a viver na mesma casa, mesmo que em apartamentos separados. Dois anos depois, aconteceu a catástrofe: Else e seus filhos foram atingidos pela perseguição sistemática dos nazistas. Havia muitos casamentos “mistos” em seu círculo de Heidelberg e além. Os nazistas rapidamente introduziram a categoria de “*Mischlinge*” (“mestiços”) no primeiro e segundo grau e de “cristãos não arianos”. Friedel foi demitido de seu emprego como servidor público de alto escalão; Hans ainda conseguira concluir seu doutorado, mas para ele também não existia nenhuma perspectiva de trabalho; e Marianne foi proibida de continuar seus estudos. Mesmo que com o coração apertado, Else deu seu apoio quando Friedel e sua esposa não judia, Marianne Riezler, que haviam se casado a tempo em 1933, emigraram o mais rápido possível para Nova York. O pai de Marianne, Walter, e seu tio, Kurt Riezler, foram demitidos por razões políticas. Hans Jaffé seguiu seu irmão para os Estados Unidos em 1935, e Kurt Riezler, que fora a mão direita do chanceler Bethmann Hollweg, viajou para os Estados Unidos em 1938 com sua esposa Kaethe Liebermann, filha do famoso pintor. Os planos de Marianne Jaffé falharam por causa da relutância de seu marido, Hans von Eckhardt, que havia sido demitido como professor em Heidelberg, em 1933, por razões políticas, e depois impedido de encontrar outro emprego porque era marido de uma *Mischling* de primeiro grau. Marianne von Eckhardt trabalhou para uma organização de caridade de cristãos “não arianos” e acompanhou dois grandes grupos do *Kindertransport* [transporte de crianças] para Londres, em 1938–39, antes de ser forçada a voltar.

Durante quase quarenta anos, Else manteve uma correspondência transatlântica que cresceu em volume e atingiu o número de várias centenas de cartas em alemão e também em inglês. Ela falava esse idioma fluentemente. Estava determinada a manter a família intimamente unida. Além de muitos detalhes familiares, as cartas do período nazista documentam o crescente fluxo de emigrantes, as partidas e chegadas, em meio a acontecimentos cada vez mais ameaçadores. O círculo em volta de Else, Alfred e Marianne Weber continuou diminuindo, ao mesmo tempo em que o “Heidelberg-do-Hudson” começou a emergir em Nova York.

Após o início da guerra europeia em 1939, Else acrescentou “von Richt-hofen” às cartas para os olhos da censura, mas nunca desistiu de seu nome Jaffé. A correspondência com os Estados Unidos foi interrompida pela declaração de guerra de Hitler, em dezembro de 1941. Quando pôde ser retomada em 1945, primeiro através de intermediários, Else, sua filha Marianne e seus filhos, como a maioria dos oponentes e vítimas do regime nazista, tiveram que suportar as durezas dos primeiros anos do pós-guerra. Muitas cartas fo-

ram gritos de socorro respondidos a tempo com pacotes de mantimentos e outros tipos de ajuda.

Alfred Weber, aos 77 anos de idade, e Hans von Eckhardt, com apenas 55, tornaram-se muito ativos novamente na universidade e no restabelecimento de partidos e governos democráticos. Suas cartas refletem seus sucessos e fracassos. Após expurgações incompletas, a universidade de Heidelberg foi, em parte, “renazificada”. Alfred tornou-se uma figura de proa dos movimentos neutralistas que tentavam impedir uma divisão permanente da Alemanha. Isso provocou o confronto direto com as políticas ocidentais e economias liberais de Adenauer e Erhard.

Else compartilhou primeiro da marginalização de Alfred no período nazista e, agora, de sua grande proeminência pós-guerra. Ao mesmo tempo, ela e Friedel, após a morte de Alfred em 1958, concordaram que ela deveria sempre manter uma vida própria, especialmente para seus filhos e netos e, em breve, bisnetos. Quando Alfred morreu, os acontecimentos políticos já o haviam ultrapassado. Sua reputação acadêmica e sua sociologia sintética de valores também entraram em rápido declínio à luz da crescente importância internacional de Max Weber. Durante o famoso e controverso centenário da Sociedade Alemã de Sociologia de Heidelberg, em 1964, Else Jaffé compareceu como convidada de honra com sua amiga íntima e ex-rival, Mina Tobler, em uma reunião simbólica com Max que provavelmente não foi entendida pela maioria dos participantes.²⁹

Else manteve um círculo pessoal notável de amigos locais e visitantes proeminentes de todas as partes do mundo, apesar da diminuição constante no número de membros de sua própria geração, devido à idade. Ela continuou a ler vorazmente e a escrever em inglês e alemão, mesmo que em ritmo desacelerado, até muito depois de completar 90 anos. Em seus últimos anos, uma constelação de fatores preparou o fundamento para seu último momento de fama ao lado de sua irmã Frieda Lawrence. D. H. Lawrence e Max Weber alcançaram o auge de suas reputações internacionais, resultando nos grandes projetos da edição completa de suas obras. Ao mesmo tempo, a literatura secundária foi crescendo rapidamente e retratações biográficas das duas figuras tornaram-se populares. Else tinha traduzido obras de seu amigo D. H. Lawrence aos vinte e poucos anos e o livro autobiográfico *Not I, but the Wind* [Eu não, o vento] de sua irmã, em 1936. Agora, estava sendo procurada cada vez mais por escritores interessados não só nos dois homens, mas também nas mulheres em sua volta. Durante muito tempo, Else havia pensado em negar as cartas e os documentos anteriores a 1920 à posterioridade, e chegou a destruir muitos, mas aos poucos ela foi liberando mais e mais segredos que haviam sido guardados por muito tempo. Em específico, preservou uma coleção altamente seletiva das últimas cartas de Max Weber para ela.³⁰ Nos últimos meses de sua vida, ela deixou claro que não queria ser esquecida à sombra da fama de sua irmã. Assim, as primeiras cartas sobreviveram junto com as cartas transatlânticas.

Guenther Roth é professor Emérito da Universidade de Columbia. Iniciou o estudo da sociologia na Universidade de Frankfurt, no Instituto de Pesquisa Social, em 1951. De origem alemã, estabeleceu-se nos Estados Unidos, onde obteve o PhD na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Dedicou-se à pesquisa da obra de Max Weber e sua recepção e, mais recentemente, à história da família e do contexto em que viveu o sociólogo alemão. Escreveu diversos artigos e livros, entre os quais *Max Webers deutsch-englische Familiengeschichte 1800-1950: mit Briefen und Dokumenten* (2001); *Politische Herrschaft und persönliche Freiheit* (1987); *Max Weber's Vision of History: Ethics and Methods* (1979), este último em coautoria com Wolfgang Schluchter. Coordenou juntamente com Claus Wittich o projeto editorial de tradução de *Economia e Sociedade* para a língua inglesa (*Economy and Society: an Outline of interpretative Sociology*, 1968).

NOTAS

- * Este artigo é uma versão abreviada de “Edgar Jaffé and Else Von Richthofen in the Mirror of Newly Found Letters”, publicado em *Max Weber Studies*, 2010, 10/2, p. 151–188 (N. E.).
- 1 Meu relato se baseia, em grande parte, na correspondência entre Else von Richthofen e Edgar Jaffé, entre 1902 e 1918. Após a morte de Else, em 1973, as cartas passaram para sua filha Marianne von Eckhardt, em Heidelberg, e para seu filho Friedel Jaffé/Jeffrey, que fora forçado a emigrar com seu irmão Hans, em 1933. Por sugestão minha, a correspondência dos Jaffé, somando mais de mil cartas escritas ao longo de um século, foi doada ao *Leo Baeck Institute* (LBI), em Nova York, no início de 2009, pelo filho de Friedel, Christopher Jeffrey. (Entre as cartas estão algumas de Frieda Lawrence e Ferdinand von Richthofen.) Neste fundo também estão depositadas as notas autobiográficas de Else. A maioria das cartas trocadas entre Marianne e Max Weber se encontram na *Bayerische Staatsbibliothek* (BSB), Deponat Max Weber-Schäfer, Ana 446. A correspondência de 1902 é especialmente valiosa porque revela em detalhes o desenvolvimento do relacionamento e seu contexto social e acadêmico mais amplo. Ela compreende 29 cartas de Edgar; e 24, de Else. Muitas cartas são respostas diretas, mas há também intervalos notáveis. Estimo que pelo menos metade da correspondência de 1902 foi preservada. As cartas de 1903 a 1905 são todas de Edgar. A situação em 1908–09, com suas muitas complicações psicológicas e sexuais, é revelada em duas cartas de Else para sua alma gêmea Frieda Schloffer/Gross. Quanto ao período da guerra, refiro-me aqui principalmente às cartas que Edgar escreveu em Bruxelas e Lorena.
- 2 Trata-se de uma variante prussiana de um tipo escola secundária, o *Gymnasium*, cujo foco era o ensino de humanidades. Diferente deste, cuja matriz era o ensino de grego e latim, o curso do *Realgymnasium* (que também durava nove anos) baseava-se apenas neste último idioma (N. E.).
- 3 Espécie de certificado de conclusão da educação secundária na Alemanha que, antigamente, era ligado ao serviço militar, mas que hoje refere-se ao nível médio em geral (N. E.).
- 4 Trata-se do exame de conclusão do ensino secundário na Alemanha, o qual é exigido para o ingresso no ensino superior (N. E.).

- 5 Recruta que possuía nível superior (N. E.).
- 6 Jaffé logo escreveu um artigo para o jornal de Schmoller, prestigioso em sua área de experiência prática (Jaffé, 1900: 193–217).
- 7 Edgar também contribuiu com o artigo “Die westdeutsche Konfektionsindustrie mit besonderer Berücksichtigung der Heimarbeit“ (Jaffé, 1899a: 99–187).
- 8 De um rascunho, escrito, provavelmente, durante o último semestre de Else em Berlim, no início de 1900.
- 9 Do rascunho do início de 1900.
- 10 A palestra foi publicada em Von Richthofen (1902: 14–26). Nela, Else descreveu suas tarefas cooperativas, que abrangiam cerca de 60 mil operárias: revisão de regulamentações de local de trabalho, pedidos de construção para padarias, pedidos de permissão para horas extras etc. Finalmente, ela foi encarregada da supervisão da indústria de charutos em que setecentas empresas empregavam 23 mil mulheres ao lado de 11 mil homens (Bocks, p. 90–91). Ainda em 1910, Else publicou “Die Frau in der Gewerbeinspektion” (Von Richthofen, 1910: 48–69).
- 11 26 de junho de 1900, Tufts Collection, #2.
- 12 A dissertação foi publicada sob o título *Die Arbeitsteilung im englischen Bankwesen* [A divisão do trabalho no sistema bancário inglês] (Jaffé, 1902).
- 13 A correspondência se encontra na coleção Braun-Vogelstein, do LBI. Agradeço a Peter Ghosh por levar as cartas à minha atenção.
- 14 A literatura secundária tende a atribuir o *Geleitwort* principalmente a Weber, mas Peter Ghosh demonstrou de forma convincente que era principalmente um texto de Sombart, como ele mesmo afirmara em uma carta para Julie Braun-Vogelstein, em 5 de abril de 1927 (Coleção Braun-Vogelstein, LBI). Ver Peter Ghosh (2010: 71–100).
- 15 Ver a carta de Heinrich Herkner para Julie Braun-Vogelstein, Berlim, 7 abr. 1927, em Herkner ([1932] 1967: 327).
- 16 Sob o nome de W. E. Burghardt du Bois, publicou “Die Negerfrage in den Vereinigten Staaten”, no *Archiv* (DuBois, 1906: 31–79). Sobre a relação de Weber com DuBois, ver Scaff (2010).
- 17 Em 13 de setembro de 1907, Weber escreveu sua famosa carta para Else (Weber, 1990: 393–403). Após ter estudado a fundo a literatura freudiana, ele, em tom altamente sar-

- cástico, rejeitou um manuscrito de Gross que Else havia lhe submetido para o *Archiv*. Sua argumentação era apurada, mas por trás dela se escondia, segundo o consenso geral, o seu próprio ciúme e amor intensos disfarçados como preocupação pelo bem-estar moral de Else. Ver Schwentker (1988: 661–681) e Roth (2001: 581–s).
- 18 Peter Gross (1907–1946) tornou-se doutor em medicina. Após viver com Else durante um tempo na década de 1920, ele estava ansioso para deixar a Alemanha após 1933 (ver a carta de Else para Friedel, 6 set. 1933). Durante a guerra, conseguiu viajar para Davos, na Suíça, onde morreu de tuberculose em 21 de setembro de 1946.
 - 19 Apesar de, em sua carta do dia 13 de junho, Else dar a entender para Friedel que teria queimado as cartas que recebera dela, guardou um número significativo. No início da década de 1970, Else as entregou a Martin Green que as depositou na *Digital Collections and Archives*, da Tufts University, número de coleção MS 008 (Guia para os documentos de Else von Richthofen).
 - 20 Após apenas dois dias, em 11 de outubro, Max viajou apressadamente para Leipzig para uma reunião da diretoria da nova *Soziologische Gesellschaft*. Ver Weber (1994: 292) e Roth (2001: 584–s).
 - 21 Else se lembrou de uma carta que Caroline escrevera para Friedrich Wilhelm Schelling, em março de 1801, pouco antes de se divorciar de Wilhelm Schlegel e de se casar com ele: “A profunda convicção da minha fidelidade interior permitiu que ousadamente me permitisse cometer atos maus. Mas sabia do eterno equilíbrio em meu coração” (Schelling, 1914: 242; tradução livre).
 - 22 Ver o texto anônimo de Marianne Weber, “*Erlebnisse der Seele*”, publicado em fevereiro de 1915 na revista *Die Frau* (Weber, 1915), e Roth (2001: 587).
 - 23 Em 1964, Else recuperou as cartas que escrevera para Marianne que as havia guardado desde 1897. Ela enviou esta carta, que só foi completada em 6 de fevereiro de 1915, para Friedel (agora, no LBI).
 - 24 Max Weber, o padrinho de Peter, também sentiu a morte do garoto. A perda foi importante para a reconciliação de Else e Max, em 1917 (após um primeiro reencontro em 1916).
 - 25 Sobre as atividades durante e depois da guerra, ver Demm (2009: 86–101).

- 26 Carta de Weber para Jaffé (Weber, [9 mai. 1915], 2008a: 49) e registros posteriores. A tarefa de Weber teria sido a análise das consequências da implementação da legislação de assistência social alemã para a competitividade no mercado mundial. Ver Mommsen (1974: 216–s).
- 27 A contribuição de Jaffé foi publicada sob o título “Die Vertretung der Arbeiterinteressen im neuen Deutschland” [A representação dos interesses de trabalho na nova Alemanha] (Jaffé, 1915). O livro foi publicado em agosto. Entre os outros autores acadêmicos encontravam-se Hermann Oncken, Friedrich Meinecke, Gerhard Anschütz, Ferdinand Tönnies, Ernst Francke e Ernst Troeltsch.
- 28 A nomeação de Weber pelo Ministério da Educação (*Bayrische Staatsministerium für Kultus und Unterricht*) é datada de 6 de abril de 1919. Ela foi efetivada apesar das tentativas dos Räteregierung [Conselhos do Governo] e dos “acadêmicos revolucionários” de fechar as universidades e demitir quase todos os professores, mas encontraram uma resistência determinada. Ver Seligmann (1988: 220–s).
- 29 Ver Lepsius (2004: 77–89) e também Roth (2006: 377–392).
- 30 A serem publicadas em *Max Weber Gesamtausgabe*, II/10, em 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bocks, Wolfgang. *Die badische Fabrikinspektion 1879 bis 1914*. Freiburg: Karl Alber, 1978.

Braun, Heinrich. *Heinrich Braun: Ein Leben für den Sozialismus*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, [1932] 1967.

Demm, Eberhard. Edgar Jaffé. In: Suchoples, Jaroslaw & Turton, Katy. *Forgotten by History. New Research on Twentieth Century Europe and America*. Berlim, Lit, 2009, p. 86–101.

_____. Eine Sexbombe der Jahrhundertwende: Else Jaffé-von Richthofen und ihre Liebhaber. In: Dehmlow, Raimund et al. (org.). *Die Rebellin des Otto Gross*. Marburg: Verlag Literaturwissenschaft, 2008, p. 381–403.

_____. Max Weber in psychohistorischer Beleuchtung. *Heidelberg: Jahrbuch zur Geschichte der Stadt*, 2006–2007, 11, p. 215–221.

DuBois, William Edward Burghardt. Die Negerfrage in den Vereinigten Staaten. *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1906, 22, p. 31–79.

_____. *The Correspondence of W. E. B. DuBois*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1973 (vol. I, 1877–1934).

Ghosh, Peter. Max Weber, Werner Sombart and the Archiv für Sozialwissenschaft: the authorship of the “Geleitwort” (1904). *History of European Ideas*, 2010, 36, p. 71–100.

Green, Martin. *The von Richthofen Sisters: the Triumphant and the Tragic Modes of Love. Else and Frieda von Richthofen, Otto Gross, Max Weber and D.H. Lawrence, in the Years 1870–1970*. Nova York: Basic Books, 1974.

Jaffé, Edgar. Der Geist von 1914. *Europäische Staats — und Wirtschaftszeitung*, 1916, 1, p. 9–10.

_____. *Die Arbeitsteilung im englischen Bankwesen*. Heidelberg: Buchdruckerei Karl Rössler, 1902.

_____. Die englische Baumwollindustrie und die Organisation des Exporthandels. *Schmollers Jahrbuch für Gesetzgebung*, 1900, 24/3, p. 193–217.

_____. Die westdeutsche Konfektionsindustrie mit besonderer Berücksichtigung der Heimarbeit, *Schriften des Vereins für Sozialpolitik*, 1899a, 86/3, p. 99–187.

_____. Die Vertretung der Arbeiterinteressen im neuen Deutschland. In: Thimme, Friedrich & Legien, Carl (orgs.). *Die Arbeiterschaft im neuen Deutschland*. Leipzig: Hirzel, 1915, p. 98–114.

_____. Hausindustrie und Fabrikbetrieb in der deutschen Cigarrenindustrie. *Schriften des Vereins für Sozialpolitik*, 1899b, 86/3, p. 279–341.

Kramer, Alan. *Dynamic of Destruction: Culture and Mass Killing in the First World War*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Lepsius, M. Rainer. Mina Tobler, die Freundin Max Webers. In: Meurer, Baerbel (org.). *Marianne Weber: Beiträge zu Werk und Person*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2004, p. 77–89.

Mommsen, Wolfgang. *Max Weber und die deutsche Politik 1890–1920*. 2.ed. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1974.

Roth, Guenther. Marianne Weber and her Circle. In: Zohn, Harry (org.). *Max Weber: a Biography*. New Brunswick: Transaction Books, [1975] 1988.

_____. Heidelberg und Montreal: Zur Geschichte des Weberzentennariums 1964. In: Ay, Karl-Ludwig & Borchhardt, Knut. *Das Faszinosum Max Weber: Die Geschichte seiner Geltung*. Konstanz: UVK Verlag, 2006, p. 377–92.

_____. *Max Webers deutsch-englische Familiengeschichte 1800–1950*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001.

Scaff, Lawrence A. *Max Weber in America*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

Schelling, Caroline. *Carolines Leben in ihren Briefen*. Leipzig: Insel Verlag, 1914.

Schwentker, Wolfgang. Leidenschaft als Lebensform: Erotik und Moral bei Max Weber und im Kreis von Otto Gross. In: Mommsen, Wolfgang & Schwentker, W. (orgs.). *Max Weber und seine Zeitgenossen*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1988, p. 661–681.

Seligmann, Michael. *Aufstand der Räte: Die erste bayerische Räterepublik vom 7 April 1919*. Grafenau-Döffingen: Trotzdem Verlag, 1988.

Weber, Marianne. *Erlebnisse der Seele. Die Frau*, 1915.

_____. *Max Weber: Ein Lebensbild*. Tübingen: J. C. B. Mohr, [1926] 1984.

Weber, Max. *Max Weber Gesamtausgabe*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1990 (vol. II/5).

_____. *Max Weber Gesamtausgabe*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1994 (vol. II/6).

_____. *Max Weber Gesamtausgabe*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008a (vol. II/9).

_____. Nachschrift Else von Richthofen. In: *Max Weber: Agrarrecht, Agrargeschichte, Agrarpolitik (Vorlesungen 1894–1899)*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008b, p. 333–410 (Max Weber Gesamtausgabe, vol. III/5).

Von Richthofen, Else. Die Frau in der Gewerbeinspektion. *Schriften des ständigen Ausschusses zur Förderung der Arbeiterinneninteressen*, 1910, 3, p. 48–69.

_____. Die Perlenstickerei im Kreise Saarburg in Lothringen. *Schriften des Vereins für Sozialpolitik*, 1899, 86/3, p. 343–353.

_____. Die weibliche Fabrikinspektion. *Der Arbeiterfreund*, 1902, 40, p. 14–26.

_____. *Über die historischen Wandlungen in der Stellung der autoritären Parteien zur Arbeiterschutzgesetzgebung und die Motive dieser Wandlungen*. Heidelberg: Buchdruckerei Karl Rössler, 1901.

Palavras-chave:

Edgar Jaffé e Else von Richthofen; Max e Marianne Weber; Círculos intelectuais alemães; Estilos de vida; Primeira Guerra Mundial.

Resumo:

O artigo conta a história de Edgar Jaffé e Else von Richthofen em seus círculos sociais e intelectuais, dos quais participaram, entre outros, Max e Marianne Weber. O relato se baseia na correspondência do casal Jaffé/von Richthofen, durante os anos de 1902 e 1918, descoberta pelo autor, em Nova York, com o neto Christopher Jeffrey, que doou mais de mil cartas para o Leo Baeck Institute, em 2009. A narrativa permite ao leitor entender os dramas de uma vertente da intelectualidade alemã, ao revelar a sua intimidade, os casamentos, as amizades, o erotismo, as escolhas de carreira e as lealdades políticas, antes e depois da Primeira Guerra Mundial. Na história da sociologia, Edgar Jaffé é conhecido como um dos editores do *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, ao lado de Werner Sombart e Max Weber; Else Von Richthofen, como musa dos intelectuais e aluna dileta de Max Weber — com quem ele manteve vínculo amoroso no final da vida. No artigo, porém, penetrando na intensidade epistolar do casal, o autor pretende que Edgar Jaffé e Else von Richthofen falem por si próprios.

Keywords:

Edgar Jaffé and Else von Richthofen; Max and Marianne Weber; German intellectual circles; Ways of life; First World War.

Abstract:

The article tells the story of Edgar Jaffé and Else von Richthofen and their social and intellectual circles, of which participated, among others, Max and Marianne Weber. The report is based on the mail exchange between the couple Jaffé/ von Richthofen during the years 1902 and 1918, discovered by the author in New York with their grandson Christopher Jeffrey, who donated over a thousand letters to the Leo Baeck Institute in 2009. The narrative allows the reader to understand the drama of a strand of German intellectuals, to reveal their intimacy, marriages, friendships, eroticism, career choices and political loyalties, before and after the First World War. In the history of sociology, Edgar Jaffé is known as one of the editors of the *Archiv für Sozialpolitik und Sozialwissenschaft*, along with Werner Sombart and Max Weber; Else von Richthofen, as a muse of intellectuals and beloved student of Max Weber – with whom he maintained the bond of love late in life. In the article, however, entering the couple's intense letter-writing, the author intends that Edgar Jaffé and Else von Richthofen speak for themselves.

CARISMA E RACIONALISMO NA SOCIOLOGIA DE MAX WEBER

Tradução de Markus A. Hediger

O ENIGMA DE EUCLIDES DA CUNHA

Em *Os sertões: campanha de Canudos*, de 1902, o jornalista e escritor Euclides da Cunha relata, em forma de uma “densa descrição”, um conflito social que se transformaria em uma tragédia nacional e, ao mesmo tempo, seria estilizado como um dos mitos de fundação do Brasil republicano. Após quatro campanhas que haviam mobilizado dezenas de brigadas com milhares de combatentes fortemente armados (e uma dúzia de canhões alemães produzidos pela firma Krupp), as tropas republicanas, em outubro de 1897, após o sítio de Canudos — um miserável povoado no interior da Bahia —, que durara onze meses, conseguiram romper a encarniçada resistência dos seguidores e discípulos do pregador e autodenominado profeta Antônio Vicente Mendes Maciel, o assim chamado *Conselheiro*. As tropas destruíram o templo construído pelos habitantes, arrasaram a cidade e causaram um massacre em sua população. “Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada”, escreve Euclides da Cunha (2009: 475).

Quem era esse *Conselheiro* que levou o governo da Primeira República brasileira a fazer uma campanha de grandes perdas contra uma pequena comunidade ascético-religiosa, que, partindo de Salvador, gerou uma onda de solidariedade nacional com os soldados combatentes e que viria a ser o berço da consciência brasileira nacional, o nascimento da nação? Que estranho fenômeno do longínquo sertão era esse que tanto irritou as pessoas de todo um país e polarizou a sociedade?

Para o governo brasileiro e o público político, ainda rudimentar na virada do século XX, de leitores de jornais, em Canudos, nada menos “estava em jogo [...] [do que] a sorte da República” (2009: 313). Corria o boato de que o *Conselheiro* estaria pregando contra a jovem República e de que Canudos era uma cidadela dos monarquistas que estariam usando os sertanejos para avançar os seus objetivos políticos. Cunha, porém, descreve o pregador ascético do sertão como um “gnóstico bronco” (2009: 139) e o compara com os “chefes de seitas dos primeiros séculos” (2009: 153). Na tentativa, influenciada pelo posi-

tivismo francês, de compreender os acontecimentos de modo científico e objetivo, Cunha esboça uma imagem do extraordinário líder sectário e seus seguidores, que oscila entre loucura e heroísmo, entre psicose mística e personalização da sociedade arcaico-campesina do sertão, portanto uma imagem bem ambivalente. O nosso cronista positivista interpreta os acontecimentos com as categorias do seu tempo, marcado por um otimismo progressista e um racionalismo positivista. Logo, a piedade místico-religiosa e a crença milagreira da sociedade de Canudos se apresentavam como reflexo dos “estigmas de estádios inferiores” (2009: 132). Para ele, a guerra no sertão representava o último alvoroço da luta entre modernidade e religião, entre iluminismo e superstição. “Havia ali uma inversão de papéis. Os homens, aparelhados pelos recursos bélicos da indústria moderna, é que eram materialmente forte e brutais, jogando pela boca dos canhões toneladas de aço em cima dos rebeldes que lhes antepunham a esgrima magistral de inextricáveis ardis” (2009: 364). Qual era o fundamento dessa resistência determinada, irracional e destemida, que não recuava diante de nenhum risco, e dessa capacidade de sofrimento e autossacrifício aparentemente ilimitada da comunidade de Canudos, que só pôde ser vencida por uma extrema violência militar e apenas após pesadas derrotas sofridas pelas tropas?

Para Euclides da Cunha, o *Conselheiro* e sua comunidade representavam um mistério. De modo bem positivista, ele recorreu às ciências contemporâneas: geografia, botânica, etnologia, engenharia militar, história, psicologia das massas e, também, a ainda jovem sociologia. Era o “não vulgar prestígio” (2009: 148), nutrido pela ascese virtuosa, que aderiu ao “falso apóstolo” (2009: 138)? Ou era o “hipnotismo daquela insânia formidável” (2009: 153), com o qual ele influenciava os seus seguidores? Ou será que aqui se manifestavam as “camadas profundas da nossa estratificação étnica” (2009: 137)? Era, talvez, o “documento vivo de atavismo” (2009: 69), o resíduo personificado de uma cultura do deserto, há séculos isolada da civilização?

No final das contas e apesar de todos os esforços de Euclides da Cunha em elaborar uma caracterização clara, o *Conselheiro* de Canudos continuou sendo para ele um fenômeno social amorfo e indefinido. Ele não dispunha da teoria sociológica adequada nem do termo específico e esclarecedor para aquilo que observava e desejava entender. A terminologia do seu tempo ainda não oferecia uma categoria suficientemente precisa que permitisse descrever e analisar de forma adequada fenômenos sociais irracionais como o messianismo do *Conselheiro* e a comunidade religiosa de Canudos. Por isso, a magnífica narrativa de Euclides da Cunha sobre a guerra no sertão não pôde oferecer uma explicação sociológica satisfatória para a intensidade extraordinária da fé e do sacrifício coletivos que o *Conselheiro* conseguira evocar nas pessoas que o cercavam.

Foi Max Weber que, na década entre 1910 e 1920, criou um tipo ideal sociológico através do conceito de *carisma* que nos permite entender e explicar

fenômenos sociais, caracterizados geralmente — e de forma alguma restrita apenas à vida religiosa — em sua oposição ao cotidiano, ordenado e duradouro. Quando Weber separou o conceito de carisma dos seus contextos originais mágico-religiosos e teológicos, e a partir dele desenvolveu um tipo ideal sociológico, ele conferiu ao irracional, extracotidiano e singular, ou seja, ao “outro lado” da normalidade e racionalidade do mundo da vivência, um status conceitual e um sólido fundamento teórico próprio. Com isso, as forças sociais afetivas e, em termos gerais, não racionais, que, além disso, rompem de forma abrupta e radical com as tradições e rotinas do dia a dia e geram algo radicalmente novo, se tornaram, pela primeira vez,¹ acessíveis a uma análise sociológica sistemática. Weber vê uma ligação entre o conceito do carisma e um problema de explicação específico, que pode ser elucidado através da seguinte pergunta: Como se desenvolve algo novo na história? O que origina revoluções que transformam o mundo? E o que causa um novo início e uma mudança de direção no decorrer da história da sociedade? O carisma, portanto, precisa ser compreendido não só como um modelo tipológico, mas também e principalmente como modelo de explicação.² Mais ainda: com o conceito de carisma, Max Weber desenvolve uma forte categoria complementar ao conceito de racionalismo. Portanto, a história da sociedade se movimenta em um campo de tensão constante entre racionalização e desracionalização. Na sociologia de Weber, “racionalismo e carisma criam assim uma polaridade essencial” (Green, 1980: 206). Estamos, então, lidando com um processo “dialético”, cuja tensão básica Weber tenta captar de modo teórico através dos termos carisma *versus* racionalismo. O carisma precisa, então, também ser entendido como chave sociológica para a compreensão daquelas correntes sociais que interrompem, muitas vezes de forma inesperada e abrupta, a teleologia aparentemente evolucionista e unidimensional do racionalismo, suspendendo os valores institucionais vigentes e fazendo com que, através de personificações, novos coletivos com forte pressão para a conformidade conquistem o controle. Portanto, o conceito de carisma não possui, na obra tardia de Weber,³ apenas um status residual reservado para a descrição de epifenômenos ou anomalias sociais. Weber usa o carisma para denotar uma tensão fundamental que, como processo contrário, sempre está presente no cosmo do racionalismo fundamentalmente contraditório em si mesmo.

Neste artigo, ambas as teses sobre o modelo de carisma weberiano serão explicadas e demonstradas em maior detalhe. Começo com a pergunta pelo conteúdo explanatório do modelo e, então, investigo a relação tensional, imamente à teoria, entre o carisma e o racionalismo.

O PROBLEMA DA EXPLICAÇÃO: O CARISMA COMO PODER REVOLUCIONÁRIO NA HISTÓRIA

Em sua sociologia da dominação, Max Weber contrapõe a “dominação carismática” aos tipos “tradicional” e “legal-burocrático” de dominação. Weber nota que a dominação carismática “destitui (dentro de seu âmbito) o passado e é, nesse sentido, especificamente revolucionária”. Em *Economia e sociedade* ele explica isso em maior detalhe:

O carisma é a grande força revolucionária nas épocas com forte vinculação à tradição [...] O carisma destrói [...] em suas formas de manifestação mais sublimes regra e tradição e inverte todos os conceitos sacrais. Ao invés da piedade em relação àquilo que é, desde sempre, considerado comum, e por isso sacral, ele força a sujeição interna sob aquilo que nunca antes existiu, sob o absolutamente singular, e por isso divino. Nesse sentido puramente empírico e neutro, é, porém, o poder especificamente criativo e revolucionário da história (Weber, 1991: 161).

Weber, portanto, reconhece no carisma uma força social essencialmente criativa ou destrutiva que irrompe de modo abrupto no decorrer dos acontecimentos e que pode dar à história um rumo novo, dar origem a uma nova religião, destruir as ordens e instituições políticas dominantes ou abrir o caminho para novas formas de vida, de uma ética e constituição econômica sem precedentes históricos. Para Weber, esse tipo de mudança de rumo histórico não acontece de forma evolucionista, silenciosa, imperceptível e gradativa. Antes, deve ser comparado com um choque ou aquele “big bang”, através do qual se deu a origem dos sistemas planetários (Moscovici, 1988: 154). Sob condições específicas, também pode desencadear cadeias de efeitos com consequências graves e de virulência duradoura, que continuam a ecoar nos destinos de gerações e séculos e, em certos casos, causam um efeito “até a queima da última tonelada de combustível fóssil” (Weber, 1988: 203). O movimento criado por Jesus no primeiro século foi um desses acontecimentos incisivos, mas também, quinze séculos mais tarde, a Reforma de Lutero, Calvino e Zwinglio, que representavam um novo tipo de profeta que, de acordo com Weber, abriu o caminho para o racionalismo ocidental e, portanto, para a modernidade (Ebertz, 1987; Schluchter, 1999a, 1999b). A esse tipo, porém, pertencem também, só para mencionar alguns poucos exemplos marcantes e proeminentes, os inúmeros movimentos messiânicos que surgiram durante toda a Idade Média e até o século XIX,⁴ de “apóstolos” autodenominados como, por exemplo, o já mencionado Conselheiro de Canudos; ou também ditaduras políticas como a de Mussolini, na Itália, ou a de Hitler, na Alemanha (Lepsius, 1993; Bach & Breuer, 2010). A maioria desses movimentos “revolucionários” pode ser analisada de forma proveitosa com o tipo ideal weberiano de dominação carismática como modelo analítico heurístico, conforme comprova a volumosa literatura de pesquisa histórica (Nippel, 2000; Möller, 2004).

Mas como explicar teoricamente essas rupturas repentinas e imediatas, causadas por processos carismáticos, com as ordens tradicionais? Quais são os processos sociais responsáveis por elas? Como podem ser descritas as formas típicas de seu desdobramento? Segundo Weber, o ponto de partida fundamental sempre é encontrado em novos conceitos de valores com pretensão de validade e que, assim, adquirem uma relevância prática para o modo de agir dos grupos sociais de seus defensores. Aqui, basta lembrar a famosa metáfora da “agulha ferroviária” da introdução à *Ética econômica das religiões mundiais*: “Interesses (materiais e ideais), e não ideias dominam de forma imediata a ação dos seres humanos. Mas: as ‘imagens do mundo’, criadas pelas ideias, têm, muitas vezes, e semelhante a agulhas ferroviárias, determinado os trilhos pelos quais a dinâmica dos interesses fez seguir a ação. Pois ela se orientava pela imagem do mundo: ‘De que’ e ‘para que’ queriam — e, para não esquecer: podiam — ser salvos?” (Weber, 1988: 252).

Os processos carismáticos também exercem a função de “agulhas”, no sentido duplo da citação: de um lado, como caminhos da salvação predeterminados pelas ideias, pois o carisma é, em sua compreensão religiosa original, ao mesmo tempo força e símbolo da transcendência e da teodiceia; de outro, porém, também determinam os “trilhos” dos interesses cotidianos, como explicarei em maior detalhe mais abaixo.

Os fundamentos sociológico-religiosos do carisma

Para a gênese de processos genuinamente carismáticos, é decisiva, por parte de um círculo limitado de pessoas, a *crença* nas qualidades *extracotidianas* do pregador ou na personificação de novas ideias de valores. A fé como relacionamento de confiança incondicional em algo, seja isso algum poder mágico, Deus, a razão ou até mesmo as supostas faculdades “sobre-humanas” de uma pessoa, é essencialmente uma dimensão de sentido irracional que, pela sua natureza, dificilmente pode ser conciliada de forma duradoura com as exigências racionais do intelectualismo e do conhecimento racional.

Segundo Weber, existe um forte vínculo entre a fé e o “problema da teodiceia”, a experiência da falta de sentido, da imperfeição e injustiça no mundo, que “faz parte universalmente das causas determinantes do desenvolvimento religioso e da necessidade de salvação” (Weber, 1991: 351). Independentemente de como as diferentes religiões “racionalizaram” o problema da teodiceia em suas representações de pecado e salvação de forma prática, em todos os casos ele é superado pela referência a um nível de sentido transcendente e extracotidiano (Kippenberg, 1991: 41-ss). Para Weber, o carisma é, nesse contexto, um conceito geral que vence o abismo entre o nível extrassensorial e o mundo do aquém, que sempre é o alvo das ações mágicas e religiosas (Kippenberg, 1991: 43). A irresistível força do carisma é o núcleo e a essência da ação e do pensamento religiosos. É o objeto central da fé, o *mana*, o *numen*, o *pneuma* ou o sagrado. Muitas vezes, as

disposições da fé surgem ou se intensificam em tempos de crise, em que a estrutura herdada de instituições e valores sociais perde o equilíbrio, em que há anomia (no sentido empregado por Durkheim) e em que novas soluções precisam ser encontradas para problemas que até então muitas vezes eram desconhecidos. Já para o surgimento do movimento de Jesus, que, para Weber, é, em muitos sentidos, o exemplo histórico-empírico para o desenvolvimento do tipo de dominação carismática, é evidente que ele teve sua origem em uma zona de crise e conflito socioeconômica, que marcava “a sociedade judaico-palestina da ‘virada dos tempos’” (Ebertz, 1987: 53-ss, 153-ss; Schluchter, 1988: 232-ss).⁵ Mas uma crise social, muitas vezes, também é o momento da confiança cega e da esperança, do fácil cultivo do entusiasmo através de promessas de salvação e redenção religiosas, mas também seculares (como, por exemplo, políticas).

As expectativas irracionais adquirem uma força de interpretação e mobilização autorreforçadora, principalmente quando são experimentadas em um coletivo. Isso não estabiliza apenas as convicções, através da pressão para imitação, do controle social e da autoafirmação social pelo companheiro na fé. Assim, através de mensagens e sua simbolização, a comunidade religiosa se assegura de sua união, o que aumenta a pressão para a conformidade. No movimento de Jesus, por exemplo, o estigma e, em particular, a autoestigmatização do Jesus de Nazaré exerceram essa função (Lipp, 2010); na Alemanha nacional-socialista, a chamada “saudação alemã” assumiu um significado funcional equivalente para a “comunidade do povo alemão” (Allert, 2005).

A vivência coletiva da fé oferece ao pretendente carismático oportunidades para a aquisição de poder, que podem ser aproveitadas de forma consciente ou acidental, dado que, como pessoa, ele consegue se transformar na única garantia para a realização e a pureza dos conteúdos religiosos proclamados e exigir, no interesse da realização das promessas de redenção e/ou dos efeitos caritativos positivos vinculados à sua missão pessoal, uma obediência incondicional de seus seguidores e discípulos. Neste caso, porém, o carisma “força” a “sujeição” como consequência da lealdade aos valores, no nível da ação. Assim, o carisma se transforma em um recurso de poder e passa a constituir, ao mesmo tempo, uma relação de dominação.

Poder e dominação são, de acordo com Weber, relações sociais. Eles se baseiam em interações, em “efeitos recíprocos” no sentido dado por Simmel. Relações de poder e dominação são, evidentemente, relações sociais assimétricas, mas sempre pressupõem a disposição ou um interesse em obedecer, um “mínimo de vontade de obediência”, como Weber escreve, por parte dos subjugados pelo poder (Weber, 1991: 139). Sem a aceitação da pretensão de dominação por parte dos subjugados não pode existir uma dominação legítima e, com isso, também nenhuma chance de permanência e criação de ordem. Em relações genuinamente carismáticas, porém, os “motivos de submissão” específicos não podem ser encontrados em interesses de fins racionais nem na ação habitual

do cotidiano. Pelo contrário, o que age de forma decisiva aqui são motivos específicos de valores racionais, ou seja, a dedicação irracional ao exagerado valor próprio de ideais ético-morais, sociais ou políticos. Weber fala nesse contexto também de uma “comoção” causada pela pregação.

A obrigação de obediência em relação ao portador do carisma resulta, de um lado, da devoção ao absolutismo, a mensagem proclamada e, de outro, da fé nas qualidades espirituais e físicas da pessoa de seu portador, da qual o sucesso da missão parece depender essencialmente. É por isso que justo a personalidade do indivíduo carismaticamente qualificado assume uma posição tão predominante dentro da comunidade carismática dos fieis — mesmo que o carisma como dimensão de sentido e experiência do extracotidiano seja, naturalmente, um fenômeno de emergência da respectiva comunidade e de sua comunicação religiosa.⁶ Resumindo, a dominação carismática é caracterizada em essência pela personificação das orientações de valores vinculadas à missão e pela relação de autoridade. A personificação se baseia em um processo psicológico de atribuição coletiva de faculdades extraordinárias. À pessoa carismaticamente qualificada é atribuída ou insinuada característica de personalidade “em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar, e, portanto, como ‘líder’” (Weber, 1991: 159).

Pelo que vejo, Weber não explica em nenhum lugar o processo que possibilita essa estrutura de atribuição e expectativa. Mas é fácil deduzir uma explicação plausível a partir da teoria da ação de Weber: fundamenta-se no poder de ação das ideias e na necessidade de criação e orientação de sentido (Weber, 1991: 3-ss). Sob determinadas condições sociais — já falamos da importância das crises —, da procura por sentido e do poder de ação emana uma força poderosa capaz de exercer tamanho fascínio sobre as pessoas ao ponto de viverem uma conversão, reforçada pela simultaneidade coletiva e em conexão com a pretensão autoritária de liderança de uma personalidade considerada extraordinária, que seja capaz de dar um rumo completamente novo ao pensamento, sentimento e vida das pessoas “afetadas” nesse sentido. O núcleo “psicológico” da força revolucionária do carisma é uma radical “revalorização de todos os valores”, como escreve Weber: “Diferentemente da força também revolucionária da *ratio* [...] o carisma *pode* ser uma transformação com ponto de partida íntimo, a qual, nascida de miséria ou entusiasmo, significa uma modificação da direção da consciência e das ações, com orientação totalmente nova de todas as atitudes diante de todas as formas de vida e diante do ‘mundo’, em geral” (Weber, 1991: 161). Em outro lugar, ele escreve: “A racionalização e a ‘ordem’ racional revolucionam ‘de fora para dentro’, enquanto o carisma, ao contrário, [...] manifesta seu poder revolucionário ‘de dentro para fora’, a partir de uma *metanoia* central do modo de pensar dos dominados” (Weber, 1999: 328).

Assim, por exemplo, encontramos no início da carreira missionária de Paulo, discípulo de Jesus da segunda geração e organizador mais importante das primeiras comunidades cristãs, uma vivência de conversão, um “renascimento”. Também o Conselheiro de Canudos, percebe-se, teve uma vivência de conversão: após ter sido abandonado por sua mulher,

de repente, surge-lhe revés violento. O plano inclinado daquela vida em declive termina, de golpe, em queda formidável [...] [O] infeliz procura o recesso dos sertões, paragens desconhecidas, onde lhe não saibam o nome, o abrigo da absoluta obscuridade. Desce para o sul do Ceará. Ao passar em Paus Brancos [...] fere com ímpeto de alucinado, à noite, um parente, que o hospedara [...] Salva-se da prisão. Prossegue depois para o sul, à toa, na direção do Crato. E desaparece [...] O moço infeliz de Quixeramobim ficou de todo esquecido [...] Morrerá por assim dizer [...] E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordoado ao clássico bastão em que se apoia o passo tardo dos peregrinos (Cunha, 2009: 146-147).

Em ambos os casos, a vivência da conversão não foi consequência de um lento processo de purificação, mas uma transformação súbita das convicções, uma mudança interna da personalidade (Schluchter, 1988: 208).

A referência de Weber à metanoia deixa claro que o carisma toca uma esfera existencial de vivência e sentido dos sujeitos afetados. No nível subjetivo de sentido, os processos carismáticos questionam, nos termos da fenomenologia, os padrões de interpretação da “atitude natural do sujeito que se deixa levar pelo dia a dia” e inicia uma “mudança de atitude” radical (Schütz & Luckmann, 1984: 143). Mesmo que, na obra de Alfred Schütz, o conceito do carisma ocupe apenas um papel de importância marginal, suas reflexões sobre as “experiências-limite” (Schütz & Luckmann, 1984: 142-ss) subjetivas podem ser esclarecedoras em nosso contexto de discussão, porque chamam atenção para uma dimensão implícita e fundamentalmente significativa da experiência carismática, ou seja, para a qualidade religiosa da vivência. Schütz, portanto, nos permite interpretar o carisma como “experiência-limite” subjetiva, porque nela os respectivos indivíduos assumem “uma visão de mundo religiosa”, mas sem que eles mesmos tenham que compreender esse processo como experiência religiosa. Então, “nada mais nos impede de acreditar que uma transcendência extraterrestre possa se revelar ao ser humano de forma imediata. E uma vez que se assume essa posição, a própria realidade do cotidiano é questionada radicalmente, de forma que as contradições que, para uma atitude natural, seriam intransponíveis, se apresentam como irrelevantes” (Schütz & Luckmann, 1984: 143). A experiência do carisma é, portanto, sempre uma experiência religiosa, no sentido fenomenológico, mesmo quando os conteúdos da missão e do movimento se manifestam externamente como orientações de ação seculares, políticas ou sociais. É essencialmente essa nova codificação íntima, alimentada por motivos “religiosos” e que age “de dentro”, das estru-

turas relevantes do mundo de vivência, que confere ao carisma sua formidável dinâmica também em suas condições externas.

Agulhagens seculares

Como vimos acima, as “ideias” assumem, segundo Weber, a função de agulha ferroviária em um sentido duplo: de um lado, em um sentido soteriológico, de outro, em um sentido secular. O segundo aspecto diz respeito à determinação dos trilhos dos interesses cotidianos. No caso do carisma, esse segundo aspecto se deve principalmente à instabilidade estrutural desse tipo de dominação. A permanência dos movimentos carismáticos está sempre particularmente ameaçada por causa de seu caráter fortemente subjetivo. Isso se deve, primeiramente, ao fato de dependerem de um intenso e intrínseco apoio motivador de todos os envolvidos que, ao longo do tempo, só pode ser mantido em casos muito raros. Além disso, padecem de uma fraqueza estrutural, porque a dominação carismática é determinada exteriormente pela vida individual do portador carismático e, com isso, é naturalmente suscetível aos riscos comuns da vida. Doença, caducidade ou morte do líder carismático ameaçam também o grupo ou o movimento.

Mas a relação de dominação também é instável devido à necessidade de a personalidade carismática precisar *provar* sempre de novo a sua pretensão de poder espiritual e/ou política perante seus seguidores e discípulos. Jesus, por exemplo, precisou dos milagres mágicos, enquanto Hitler criou uma fachada de justificação principalmente através dos seus sucessos militares no “Blitzkrieg”, propagados pelas mídias de massa, e através da criação de uma comunidade emocional na “comunidade popular” nacional. “Se por muito tempo não há provas do carisma, se o agraciado carismático parece abandonado por seu Deus ou sua força mágica ou heroica, se lhe falha o sucesso de modo permanente e, sobretudo, se sua liderança não traz *nenhum bem-estar aos dominados*, então há a possibilidade de desvanecer sua autoridade carismática” (Weber, 1991: 159).

É claro que “o bem-estar dos dominados” não se refere prioritária e limitadamente a gratificações materiais. Muito mais importante é a satisfação de expectativas soteriológicas criadas pela motivação carismática. Estas podem ser o alívio de aflições espirituais, o nivelamento de “dissonâncias cognitivas” e a afirmação dos valores, a coesão interna do coletivo como comunidade particular de convicções, um fortalecimento da identidade individual e coletiva, como também, por exemplo, a vitória sobre situações de crise ideais ou materiais.

A necessidade de provas, porém, também aponta para o paradoxismo da dominação carismática. Os dominados podem, diante da ausência de êxito e da falta de bem-estar, reclamar seu crédito de legitimação e destituir a pretensão de liderança do indivíduo carismaticamente qualificado de seu fundamento. “O princípio carismático de legitimidade, em seu sentido original como autoritário, pode ser reinterpretado como antiautoritário, pois a vigência efetiva da autori-

dade carismática repousa, na realidade, inteiramente sobre o reconhecimento dos dominados, [...] que, no entanto, constitui um dever para com a pessoa carismaticamente qualificada e *por isso legitimada*” (Weber, 1991: 175-ss).

Como resultado intermediário, podemos, portanto, resumir: o conceito de carisma de Max Weber não se esgota em um conceito tipológico descritivo para diferenciar formas de dominação especificamente extracotidianas e formas tradicionais e legal-burocráticas que apresentam um caráter cotidiano. Antes, pode ser interpretado também como modelo de explicação para a gênese e o desenvolvimento explosivos de mudanças sociais, cuja força motriz é uma revolução de atitudes, motivada por razões internas, que transformam a personalidade. O efeito especial do carisma se manifesta no modo com que consegue suspender a validade de ordens e instituições tradicionais, legais ou burocráticas por meio da personalização de relações autoritárias e da reinterpretação das estruturas de relevância do cotidiano, de acordo com ideias “revolucionárias” de valores, e substituí-las por novas concepções de ordem e princípios de legitimidade. O ponto de partida analítico se encontra no significado da racionalidade de valores no sentido da teoria da ação, desenvolvida por Weber em *Conceitos básicos de sociologia*. O modelo carismático, porém, não segue uma simples causalidade; apresenta, antes, o padrão de uma *estimulação circular*, sendo que os efeitos agem sobre as causas e, assim, os próprios efeitos se transformam em causa dos acontecimentos, o que pode levar a resultados cumulativos. Portanto, o modelo de desenvolvimento esboçado até aqui também pode ser revertido e assumir como ponto de partida as ações atributivas do coletivo como momento causal. Sob essa perspectiva, é o coletivo dos dominados que produz e reafirma a carismatização, de certa forma projetando expectativas de poderes “sobre-humanos” sobre uma pessoa e sujeitando constantemente o crédito de legitimação a ela concedida a uma análise de solvência segundo o critério da comprovação. No caso de uma reinterpretação livre de dominação (democrática) do carisma, os dominados reconhecem o indivíduo carismaticamente qualificado, não porque este pudesse reclamar legitimidade para si mesmo, mas *porque e enquanto* eles o reconhecem. O reconhecimento pelos dominados é, então, “considerado fundamento, em vez de consequência, da legitimidade” (Weber, 1991: 176). Nessa reversão peculiar de sentido do carisma, o poder explosivo do extracotidiano e do irracional se manifesta novamente de forma muito clara: ele age sobre a estrutura carismática e a transforma de modo fundamental. A “reinterpretação alheia à dominação” coloca o carisma em novos trilhos, determinados por eleição, da racionalização (Breuer, 2006: 119-ss). Outras importantes formas de transição em direção a estruturas racionais são vinculadas à “cotidianização” do carisma, sobre as quais falarei a seguir.

O CICLO DO CARISMA: DESRACIONALIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO

O processo carismático não revela apenas um padrão de desenvolvimento *circu- lar*, que determina sua gênese e libera sua força revolucionária na (transitória) superação do tradicionalismo de modo cumulativo. Além disso, o processo carismático, como fenômeno de transição no campo de tensão entre isolamento do cotidiano e pressões estruturais cotidianas, apresenta também uma dinâmica especificamente *cíclica*. O primeiro caso se deve, como tentei demonstrar anteriormente, ao fato de que o cotidiano tradicionalista, assim como o cotidiano racional, é instável e permeado de experiências-limite, que remetem a transcendências, e de disposições carismáticas (Schütz & Luckmann, 1984; Seyfarth, 1979: 164). O segundo caso está relacionado com o fato de que também as comunidades de atitudes carismáticas, cujo *momentum* é sua característica extracotidiana, não podem se desligar totalmente das estruturas de sentido e comunicação cotidianas nem, principalmente, das estruturas da especialização social do trabalho e da subsistência econômica. O carisma permanece sempre e de forma irrevogável, mesmo em suas formas extremas de expressão extáticas e ascéticas, uma experiência social *dentro* da sociedade e, portanto, deste mundo. O ciclo do carisma, que agora analisaremos em seus pormenores, se dá através de um processo social de dinâmica própria, que Weber chamou de “cotidianização”.

Em sua forma genuína, a dominação carismática é de caráter especificamente *extracotidiano* e representa uma relação social estritamente pessoal, ligada à validade carismática de determinadas qualidades pessoais e à *prova* destas. Quando esta relação não é puramente efêmera, mas assume o caráter de uma relação *permanente* — “comunidade” de correligionários, guerreiros ou discípulos, ou associação de partido, ou associação política ou hierocrática — a dominação carismática, que, por assim dizer, somente *in statu nascendi* existiu em pureza típico-ideal, tem de modificar substancialmente seu caráter: tradicionaliza-se ou racionaliza-se (legaliza-se), ou ambas as coisas, em vários aspectos (Weber, 1991: 161-ss).

A dominação carismática em sua forma pura, portanto, possui relevância na prática social apenas como fenômeno efêmero de transição. Ela sempre existe apenas em sua fase inicial e está sujeita a um dinamismo interno da autodissolução e do fracasso. Os “poderes do cotidiano”, acima de todas as obrigações econômicas e estruturas de poder, mas também estruturas de sentido na vivência do mundo, exigem que se pague seu tributo de imediato.

Por isso, “o movimento que arrancou o grupo carismaticamente dirigido do circuito da vida cotidiana (reflui)”. Nisso, “no mínimo a dominação pura do carisma vê-se rompida, transferida ao ‘institucional’ e aí refratada. É então como que mecanizada, ou é imperceptivelmente substituída por outros princípios estruturais” (Weber, 1999: 332).

Mas como se impõem os critérios de relevância do mundo de vivência, contra o distanciamento do cotidiano da missão carismática nas consequências das ações práticas? O que “rompe” frequentemente as formações de comunidades e os limites cognitivos a elas vinculados? E o que as reconduz à normalidade do cotidiano e do profano? Segundo Weber, é em primeiro lugar a força da racionalização da ação social e, em específico, a racionalidade do cotidiano. Mas como podemos definir melhor o “cotidiano” em termos sociológicos?

Apesar de Weber, a meu ver, nunca ter definido o “cotidiano” de forma mais precisa, o termo, mesmo assim, significa algo mais do que apenas um “conceito indeterminado de trabalho”, como pressupõe Seyfahrt (1979: 159). Para Weber, o “cotidiano” é, em termos gerais, um código para a esfera do mundo de vivência social, em que existe uma regularidade e previsibilidade da dinâmica social das ações; em que, portanto, as estruturas de expectativas dos atores apresentam uma medida relativamente grande de estabilidade e “naturalidade” — ou em que isso, pelo menos, pode ser presumido. Sob essas condições, e além de uma garantia de sustento e uma contínua satisfação de necessidades econômicas, também se tornam possíveis a diferenciação e a institucionalização das posições de poder e status.

Mas também no nível cognitivo encontramos no cotidiano uma qualidade de experiência, isto é, a certeza relativa a perguntas de sentido, portanto uma segurança normativa de orientação. Podemos interpretar com Alfred Schütz o mundo de vivência cotidiano como aquela esfera do mundo social em que as estruturas de relevância social (Schütz, 2004) possuem validade inquestionada, fazendo com que os atores se apercebam e interpretem a realidade no modo da “atitude natural”. Isso não só permite perseguir seus interesses de forma regular, como também uma criação de sentido suficiente e a sustentação das estruturas sociais. Nas dimensões do cotidiano, a ênfase, portanto, sempre está na continuidade e regularidade de estruturas de ação. O cotidiano é, portanto, a essência (*Inbegriff*) da ordem social. Essa regularidade implica a preexistência de estruturas sociais no sentido de institucionalizações, cuja validade permanece inquestionada no nível social e no mundo de vivência e que oferecem uma estrutura para expectativas de normalidade estáveis e normativas. Dentro dessa estrutura, assegura-se uma busca regular e, portanto, previsível, isto é, racional de interesses em praticamente todas as áreas da vida, principalmente, no campo de ação econômico.

O carisma como fenômeno especificamente extracotidiano consegue, portanto, irritar, as estruturas do cotidiano; não, porém, destituí-las de sua posição de predominância. Não são apenas as experiências de transposição de limites, causadas por “excitações” religiosas, políticas, estéticas, eróticas, mas em todos os casos pronunciadamente emocionais que conseguem se impor durante pouco tempo. Os interesses econômicos também perdem importância temporariamente. Segundo Weber, isso se deve ao fato de a dominação carismá-

tica ser alheia à economia. “Constitui, onde existe, uma ‘vocação’, no sentido enfático da palavra: como ‘missão’ ou ‘tarefa’ íntima [...] O que todos eles desdenham — enquanto existe o tipo carismático genuíno — é a economia cotidiana tradicional ou racional, a obtenção de ‘receitas’ regulares por meio de uma atividade econômica contínua dirigida para esse fim” (Weber, 1991: 160-161).

São, porém, justamente os interesses econômicos, que apresentam uma persistência praticamente insuperável e um poder dificilmente vencido na realidade do cotidiano. Por isso, o carisma tempestuoso-emocional e alheio à economia se encontra, “em cada hora de sua existência”, a caminho de uma “lenta morte por asfixia *sob o peso dos interesses materiais*” (Weber, 1999: 331).

Paradoxalmente, a predominância dos interesses materiais é reinstaurada em primeiro lugar pelos seguidores mais próximos ao portador do carisma, por seus discípulos e devotos. O círculo mais próximo ao portador do carisma se transforma, segundo Weber, na força impulsionadora da “cotidianização”. A *entourage* do líder procura principalmente colocar sobre um “fundamento cotidiano duradouro” a própria posição dentro da comunidade carismática e as oportunidades de poder e/ou sustento vinculados a ela. Assim, interesses racionais adquirem já no estado de exceção carismático imediato uma força interpretativa para parte dos envolvidos. As lógicas de apropriação, ligadas a benesses, cargos e feudos, vindicações, títulos e poderes legais de acesso, voltam a prevalecer sobre o carisma alheio a economia, regras e cargos. A suspensão do racional é assim anulada, o momento irracional é sustado, e a normalidade novamente instaurada — e isso justamente por aqueles seguidores e discípulos que mais se aproveitam de forma imediata do estado de exceção carismático. Através de seus interesses econômicos e de status, a dominância do cotidiano é restaurada e a dinâmica revolucionária do carisma é convertida em seu oposto. Dessa forma e nesse sentido, a dominação carismática é “tradicionalizada”.

Os interesses cotidianos dos seguidores e discípulos se tornam agudos quando, no mais tardar, surge a questão da sucessão. Aqui não é o lugar para explicar em detalhes a casuística weberiana da designação sucessorial, da legalização e objetivação do carisma em virtude dos processos de cotidianização (Schluchter, 1988). Basta dizer aqui que, para o processo da cotidianização, são típicos, em termos bem gerais, uma institucionalização, ou seja, “objetivação” da dominação e, com isso, um enfraquecimento da dimensão pessoal. Procedimentos formais — como, por exemplo, regras para a designação sucessorial, normas para o recrutamento dos “quadros administrativos” ou também as eleições que surgem da “redefinição do carisma como antiautoritário” (Weber, 1991: 177) — e estruturas regradas (legalidade) substituem, como motivos de legitimação tradicionais, burocráticos ou também legais, a revelação alheia a regras e o decisionismo jurídico pré-legal do carisma (“*Está escrito, eu, porém, vos digo!*”). Nesse sentido, a cotidianização do carisma também pode ser descrita, com

Weber, como exclusão social racional. Pois em última consequência, os “quadros administrativos” carismaticamente qualificados procuram limitar sistematicamente a participação de outros atores ou comunidades e construir barreiras de acesso correspondentes. Os recursos materiais e ideais, que se encontram à sua disposição e, com isso, as oportunidades para a formação de poder e privilégios, são assim monopolizados.

Portanto, podemos concluir como segundo resultado intermediário: a dominação carismática é concebida por Weber como fenômeno de transição social específico. O poder “revolucionário”, que lhe é próprio, é contrastado por uma duração apenas efêmera. O carisma, portanto, consegue causar uma perturbação passageira da realidade cotidiana, mas não romper o seu domínio estrutural de forma duradoura. O carisma genuíno rapidamente desvanece sob a pressão dos interesses e poderes cotidianos, ele é cotidianizado. Assim, o imenso potencial provocativo do carisma e as transposições de limites possibilitadas por seu surgimento são reintegrados ao cotidiano e a ele confinados. Na terminologia de Weber, isso equivale à racionalização.

CARISMA E RACIONALISMO: CONCLUSÕES GERAIS

O ciclo do carisma, portanto, conflui com as trajetórias do racionalismo. Ele é tradicionalizado, legalizado ou objetivado e assim se torna apto a ser racionalizado segundo critérios específicos — econômicos, jurídicos, burocrático-administrativos ou também puramente procedimentais. O que se apresenta como retorno do mesmo, condiz, porém, apenas com o lado externo ou formal da racionalização, pois com isso nada de concreto foi dito sobre os agulhamentos materiais causados. Quanto aos valores e ideais, quanto às inovações institucionais em relação à forma de organização social ou também quanto ao “novo tipo humano” criado e instaurado pelos movimentos carismáticos — isso só a pesquisa comparativa empírica pode revelar. Com seu estudo sobre o protestantismo, Weber apresentou uma análise histórico-empírica exemplar nesse sentido. “Racionalização” e “racionalismo” não são, para Weber, categorias normativas, nem representações de estruturas de imagem do mundo. Pelo contrário, através deles Weber conceitua processos específicos da institucionalização de configurações de ação e ordem sociais (Schluchter, 1998: 65-ss).

Para Weber, o racionalismo de forma alguma se limita ao Ocidente moderno. O racionalismo sempre existiu em todas as culturas, mesmo que com direções e consequências diferentes para as ordens sociais. Além disso, as mais diversas áreas da vida — economia, engenharia, ciência, educação, técnicas bélicas, direito, administração etc. — podem ser racionalizadas de “últimos pontos de vista e propósitos altamente diversos”, sendo que algo “que é considerado ‘racional’ por um ponto de vista, [...] [pode] ser considerado ‘irracional’

por outro” (Weber, 1988: 11-s). Mas o racionalismo — na história das religiões, da dominação e das culturas — sempre parte de constelações irracionais. O irracional — por exemplo, das práticas mágicas ou também do carisma — muitas vezes é incorporado a institucionalizações e diferenciações racionais. Estas, porém, nunca são imunes à virada para o irracional e à desdiferenciação e desracionalização. Elas sempre acabam desembocando novamente em racionalizações. Esse é, portanto, um processo “dialético”, cuja tensão básica foi conceituada teoricamente por Weber pelo par terminológico polar “carisma versus racionalismo”. As manifestações da racionalização sempre se defrontam com manifestações da desracionalização, o que, ao ver de Weber — apesar de suas utopias negativas de pessimismo cultural, postura expressa, por exemplo, na metáfora da “férrea cápsula da vassalagem” (Weber, 1988: 203) — mantém a história dinâmica e “aberta”. Assim, o carisma pode ser compreendido como cifra sociológica para aqueles processos sociais que, muitas vezes de forma inesperada e explosiva, interrompem a tendência aparentemente evolucionária e unidimensional do racionalismo, suspendendo validades institucionais e possibilitando que personalizações conquistem o domínio em novos contextos coletivos intensamente vivenciados durante um período de transição. Na obra tardia de Weber, o conceito do carisma possui, portanto, não apenas um status residual e reservado para a descrição de epifenômenos e anomalias sociais. Antes, Weber usa o carisma para denotar uma tensão fundamental que sempre está presente no cosmo contraditório do racionalismo.

Na introdução deste artigo, falei do monumento literário, que Euclides da Cunha construiu para a comunidade religiosa de Canudos em sua obra *Os sertões*, como um estudo de caso *ante litteram* sobre a formação de uma comunidade carismática no nordeste brasileiro nos tempos da primeira República. Euclides da Cunha não dispunha do conceito sociológico de carisma. Ele interpretou a força peculiar, que partia do carisma do Conselheiro e de sua seita anticlerical, como um fenômeno social-religioso que lembrava a era apostólica e, assim, com um padrão de interpretação positivista, que vê a religiosidade e a modernidade como diametralmente opostos. Para ele, a modernidade era representada pelos batalhões da República, que lutavam contra um inimigo supostamente atávico e que, finalmente, graças à sua superioridade técnico-militar e à inesperada solidariedade da jovem nação, conquistaram uma vitória duvidosa contra a inexplicável resistência espiritual-ascética das pessoas de Canudos. Com Weber — e menciono isso apenas para indicar um possível programa de pesquisa —, a guerra no sertão, porém, poderia ser interpretada como conflito entre o carisma e o racionalismo que se passou no contexto contemporâneo da modernidade.

Para Weber, a dominação carismática não é apenas um fenômeno histórico que desaparece com a modernização. Pelo contrário: o carisma, como movimento irracional contrário ao racionalismo, pode surgir a qualquer instante também na sociedade moderna e desenvolver a sua força “revolucionária”. Isso, porém, apenas durante um período de transição, pois o carisma é, como vimos, sempre uma manifestação efêmera; no processo da “cotidianização”, o extracotidiano reflui às vias do cotidiano. Quais vias do racionalismo a seita carismática de Canudos teria seguido se os ferozes vencedores não tivessem provocado fome e massacre extremamente brutais? Esta pergunta naturalmente não podemos responder. Mas para uma análise sociológica da resistência dos fiéis de Canudos, aumentada até o extremo ao ponto de uma autodestruição coletiva que inquietou profundamente a sociedade brasileira tanto quanto o próprio Euclides da Cunha, o tipo ideal de dominação carismática de Max Weber, sem dúvida alguma, pode ser usado como modelo de explicação frutífero.

Maurizio Bach é professor da Universidade de Passau, na Alemanha. Foi professor visitante nos Estados Unidos, na Itália, na Suíça e no Brasil (UFJF, USP, UFRJ). É editor de *Zeitschrift für Politik*. Suas áreas de interesse são sociologia política, sociologia da integração europeia, teoria social e formas histórico-sociológicas comparativas do fascismo. Publicou *Faschismus als Bewegung und Regime Italien und Deutschland im Vergleich*, em colaboração com Stefan Breuer (2010), *Einführung in die Gesellschaftstheorie* (2010); *Europa ohne Gesellschaft. Politische Soziologie der europäischen Integration* (2008) e *Jenseits des rationalen Handelns: Zur Soziologie Vilfredo Paretos* (2004).

NOTAS

- 1 Desconsidero aqui o esboço, de Vilfredo Pareto, de uma sociologia da ação não lógica, publicado em 1916. Pareto não dispõe de nenhum conceito que possa ser comparado com o paradigma do carisma de Weber. Além disso, tudo indica que Max Weber não conhecia a obra de Pareto (Bach, 2004).
- 2 Quanto à acusação do “anatomismo dos tipos”, ver Schluchter (1998: 20).
- 3 O conceito do carisma conquistou uma posição de importância sistemática na obra de Weber apenas a partir de, mais ou menos, 1910 (Kroll, 2001; Hanke, 2005).
- 4 Ver, para o Brasil, Pereira de Queiroz (2006); Facó (2009).
- 5 Também no surgimento do movimento sectário do Conselheiro de Canudos e em semelhantes movimentos social-religiosos posteriores (como, por exemplo, o movimento do Padre Cícero Romão Batista, no Cariri do Ceará) o papel exercido por manifestações de crise social em decorrência da transformação estrutural nos latifúndios após a abolição da escravidão e da dramática perda de legitimação da Igreja Católica foi de importância fundamental, como demonstra de forma convincente Rui Facó (2009: 25-ss).
- 6 Quanto à dimensão comunicativa da religião, ver Rippenberg (1991: 43).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Allert, Tilman. *Der deutsche Gruß: Geschichte einer unheilvollen Geste*. Frankfurt am Main: Eichborn, 2005.

Bach, Maurizio. *Jenseits des rationalen Handelns: Zur Soziologie Vilfredo Paretos*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004.

____ & Breuer, Stefan. *Der Faschismus als Bewegung und Regime: Italien und Deutschland im Vergleich*. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2010.

Breuer, Stefan. *Max Webers tragische Soziologie: Aspekte und Perspektiven*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2006.

Cunha, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Ateliê, 2009.

Ebertz, Michael N. *Das Charisma des Gekreuzigten: Zur Soziologie der Jesusbewegung*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1987.

Facó, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

Green, Martin. *Else und Frieda: die Richthofen-Schwwestern*. München: Deutscher Taschenbuch Verl, 1980.

Hanke, Edith. Einleitung. In: *Max Weber Gesamtausgabe*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2005, p. 37-91 (vol. I/23).

Kippenberg, Hans. *Die vorderasiatischen Erlösungsreligionen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.

Kroll, Thomas. Max Webers Idealtypus der charismatischen Herrschaft und die zeitgenössische Debatte. In: Hanke, Edith & Mommsen, Wolfgang J. (orgs.). *Max Webers Herrschaftssoziologie*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001, p. 47-72.

Lepsius, Rainer M. Das Modell der charismatischen Herrschaft und seine Anwendbarkeit auf den "Führerstaat". In: *Demokratie in Deutschland*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993, p. 95-118.

Lipp, Wolfgang. *Stigma und Charisma: Über soziales Grenzverhalten*. Würzburg: Ergon, 2010.

Möller, Frank (org.). *Charismatische Führer der deutschen Nation*. München: Oldenbourg, 2004.

Moscovici, Serge. *La machine à faire des dieux: sociologie et psychologie*. Paris: Fayard, 1988.

Nippel, Wilfried (org.). *Virtuosos der Macht: Herrschaft und Charisma von Perikles bis Mao*. München: C. H. Beck, 2000.

Pereira de Queiroz, Maria Isaura. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Ômega, [1965] 2006.

Schluchter, Wolfgang. A origem do modo de vida burguês. In: Souza, Jessé de (org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1999a, p. 121-136.

_____. As origens do racionalismo ocidental. In: Souza, Jessé de (org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1999b, p. 55-120.

_____. *Die Entstehung des modernen Rationalismus: Eine Analyse von Max Webers Entwicklungsgeschichte des Okzidents*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998.

_____. *Umbildung des Charismas: Überlegungen zur Herrschaftssoziologie*. In: *Religion und Lebensführung Studien zu Max Webers Religions- und Herrschaftssoziologie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988, p. 535-554 (vol. 2).

Schütz, Alfred. *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt: Eine Einführung in die verstehende Soziologie*. Konstanz: UVK, 2004.

_____. & Luckmann, Thomas. *Strukturen der Lebenswelt*. Frankfurt Am Main: Suhrkamp, 1984 (vol. 2).

Seyfarth, Constans. *Alltag und Charisma bei Max Weber: Eine Studie zur Grundlegung der "Verstehenden Soziologie"*. In: Sprondel, Walter S. & Grathoff, Richard (orgs.). *Alfred Schütz und die Idee des Alltags in den Sozialwissenschaften*. Stuttgart: Ferdinand Enke, 1979, p. 155-177.

Weber, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 1991 (vol. 1).

_____. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 1999 (vol. 2).

Weber, Max. *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1988 (vol. 1).

Resumo:

O artigo aborda o conceito de carisma de Max Weber, tomando como hipótese a relação entre a categoria do carisma e um problema de explicação, que pode ser sintetizado na pergunta: como surge o novo na história e como o mundo se transforma e toma uma nova direção? O carisma não é apenas um tipo (de dominação) irracional e revolucionário; porém, principalmente, um modelo sociológico explicativo para a compreensão da mudança social. Neste sentido, Weber elabora o conceito do carisma como uma categoria complementar ao conceito de racionalismo. A história da sociedade se movimenta no campo das tensões entre o irracionalismo e o racionalismo. O carisma pode ser visto como uma chave sociológica para o entendimento dos processos sociais nos quais as aparentes tendências evolucionistas e unidimensionais do racionalismo se rompem de modo explosivo, suspendendo as instituições para ganhar o domínio e controle através de formas pessoalizadas em contextos coletivos. O processo de cotidianização do carisma, entretanto, acaba sempre em nova racionalização das esferas da vida.

Abstract:

The article discusses Max Weber's concept of charisma, taking as a hypothesis the relationship that the author establishes between the category of charisma and a problem of explanation, which can be summarized by the question: how the new emerges in history and how the world turns and takes a new direction? Charisma is not just one type (of domination) irrational and revolutionary; however, it is mainly a sociological explanatory model for understanding social change. In this sense, Weber elaborates the concept of charisma as a complementary category to the concept of rationalism. The history of society moves in the field of tension between rationalism and irrationalism. Charisma can be seen as a key to the sociological understanding of social processes in which the apparent evolutionary and one-dimensional trends of rationalism burst explosively, suspending the institutions to gain mastery and control in ways to personalize collective contexts. The process of turning charisma part of the everyday experience, however, always leads to further rationalization of the spheres of life.

Palavras-chave:

Max Weber; Carisma;
Racionalidade; Irracionalidade;
Mudança social.

Keywords:

Max Weber; Charisma;
Rationality; Irrationality;
Social change.

VICISSITUDES E POSSIBILIDADES DA TEORIA CRÍTICA HOJE

DEFININDO A TEORIA CRÍTICA

O objetivo deste texto é pensar os rumos da teoria crítica hoje e suas relações em particular com a sociologia, com referência concreta ao mundo contemporâneo. Não se trata aqui de restringir a ideia de teoria crítica à tradição da chamada Escola de Frankfurt e a seus desdobramentos, tampouco de delimitá-la em termos do que se convencionou chamar de “marxismo ocidental”. Prefiro enfocar a teoria crítica de forma mais *ecumênica* e, assim, supor que outros autores e correntes nela se situam de maneira lata, compartilhando, porém, de alguns pressupostos comuns. Isso nos leva a uma discussão sobre, inicialmente, certas correntes que poderiam contribuir para a direção de uma renovação desse vasto campo teórico. Antes de fazê-lo, contudo, cumpre definir em que e com que medida uma abordagem teórica poderia ser vinculada à tradição crítica, sem pretender uma discussão sistemática de todas as correntes que hoje poderiam ser vistas como compondo esse campo intelectual. Gostaria de me concentrar em algumas linhas fundamentais do debate contemporâneo.

Uma ambivalência em relação à evolução da modernidade, em seus aspectos multidimensionais, que incluem o capitalismo, sem a ele se limitar, caracteriza muito da teoria social europeia desde ao menos meados do século XVIII até, sobretudo, as últimas décadas do século XX. Liberdade e dominação cintilam nessas várias análises como polos nos quais se realiza e se frustra a modernidade, porquanto suas promessas sejam efetivadas de maneira parcial e unilateral por meio de instituições que, se de um lado concretizam os valores da liberdade igualitária que desde sempre foram cruciais para o imaginário moderno, de outro estabelecem padrões de relação social que se calcam em novas formas de dominação (Domingues, 2002). Alguns levam a crítica muito longe, como no caso de Weber, mas isso não chega a constituir uma visão que se enquadre no que defino ecumenicamente como teoria crítica. Weber se contentou com uma resignação perante um mundo em que os valores do liberalismo eram realisticamente, cria, já carta fora do baralho, impossível de fato

sua realização em uma sociedade altamente burocratizada e privada de liberdade, em que vige um sistema de dominação racional-legal consubstanciado no Estado moderno (Cohn, 1978; Domingues, 2000).

Teoria crítica aqui se põe então como uma vertente de questionamento da modernidade que sustenta não apenas seus valores contra as instituições do tempo presente, mas também que busca localizar nele, bem como nos agentes sociais que dentro dele se movem, os potenciais e possíveis sujeitos da emancipação prometida anteriormente pela modernidade. Esses valores, porém, obviamente não são nem podem ser uma pura derivação das ideias do teórico crítico, antes consistindo em extrapolações conceituais de temas e tendências que se verificam no mundo social efetivo da modernidade em suas sucessivas transformações, nas quais uma boa parte deles perdura permanentemente. Ou seja, trata-se de uma crítica *imanente*, que visa *transcender* as condições sociais que impedem a realização dos valores da modernidade e as demandas que os agentes sociais concretamente críticos trazem à linha de frente da disputa intelectual e política (Benhabib, 1986: 328-329). De fato, mesmo na tradição da Escola de Frankfurt mais limitadamente concebida, há muitas formas e “modelos” de fazer teoria crítica (ver Müller-Doohm, 2005). De todo modo, deve ficar claro aqui que não se trata nem de se ater apenas às concepções de justiça que se apresentam nos movimentos sociais, nem de buscar os elementos morais incipientes que as articulam com base no sofrimento moral ou que podem vir a articulá-las, mas todos esses fatores e outros mais, desde que a demanda por liberdade igualitária se insinue, no que divirjo tanto de Fraser quanto de Honneth, por sua unilateralidade (Fraser & Honneth, 2003). Se aquela demanda fornece um claro critério, por outro lado, obviamente, a realidade não é pura. Some-se a isso que a transcendência pode ser prefigurada nesse sentido tanto em termos de elementos institucionais quanto imaginariamente.

Nobre (2008a, 2008b) vem insistindo na pretensão de “não concorrência” desde Marx, mas sobretudo com referência ao texto fundador de Horkheimer entre “teoria tradicional e teoria crítica”, perspectiva que se estenderia até ao menos certa altura da obra de Habermas como uma marca definidora da questão, nos quadros de uma delimitação mais estrita do que seria a teoria crítica. No entanto, vejo aqui certa ambiguidade: não está claro se a não concorrência se põe em termos de desenvolvimentos paralelos, apesar de a teoria crítica incorporar os achados da teoria tradicional, ou se aquela seria efetivamente superior, por seu ponto de vista cognitivo, a esta. Apenas desta última ótica creio ser válida a perspectiva de uma não concorrência em Marx e em Lukács. De forma mais geral, o ponto de vista crítico, vinculado à emancipação, pode reivindicar preeminência somente na medida em que está calcado na transcendência do presente mediante o reconhecimento dos elementos emancipatórios que nele se encontram ao menos em germe, sejam valores, sejam processos, instituições ou agentes. É isso que falta à teoria tradicional que,

destarte, segue presa ao círculo do presente, exclusivamente. Nesse sentido, há de fato concorrência, embora haja também complementaridade parcial. Eis a forma com que posso entender, por exemplo e exemplarmente, a crítica da economia política de Marx, que apresenta, por outro lado, uma construção conceitual sistemática que vai além daquela articulada pela teoria tradicional, sem perder sua carga de negatividade. Ou seja, complementaridade crítica e competição teórica emancipatória não se excluem do ângulo segundo o qual enxergo a questão, embora a qualidade e a efetividade da produção não sejam nem de longe garantidas por uma retórica crítica e qualquer ponto de vista seja capaz de gerar sistemas conceituais e interpretações de grandes alcance e sofisticação.

Isso posto, cabe perguntar: por onde anda a teoria crítica? Há vinte anos, quando a democracia começava a decair no mundo ocidental, após décadas e mesmo séculos de difícil e conflitiva expansão, as abordagens mais destacadas da teoria crítica defendiam a ideia de que a expansão da “sociedade civil” ou da “esfera pública” — e mais exatamente a democracia procedimental e deliberativa — passaria ao centro da política emancipatória na virada do século (Cohen & Arato, 1992; Habermas, 1992). Nada de capitalismo, nada de neoliberalismo, nada de transformações desdemocratizantes do Estado. Nesse sentido, embora já houvesse problemas com sua obra máxima, em particular em função de sua adoção da teoria dos sistemas e de uma filiação tácita à teoria neoclássica do mercado (Habermas, 1981), a discussão posterior de Habermas sobre a democracia avançou para preencher, ainda que de forma discutível, uma lacuna que era altamente problemática para a teoria crítica. Por outro lado, porém, significou um retrocesso de um ponto de vista conceitual mais amplo. Sua última intervenção relevante nesse debate enveredou por discussões importantes acerca da invasão do neoliberalismo eugênico sobre a política da vida (com referência à biotecnologia) (Habermas, 2001a, 2001b). Honneth, depois de muito insistir na centralidade da política do reconhecimento — que nos pode oferecer uma interessante teoria de médio alcance, mas não mais que isso —, parece haver terminado por supor, em contribuição com Martin Hartmann, que a crítica perdeu seu núcleo imanente transcendente. Isso se deveria à capacidade de o capitalismo contemporâneo assumir as demandas da geração de 1968, com sua crítica estética e social, no máximo restando como elemento de tensão os “paradoxos” gerados pela inevitavelmente incompleta e algo ilusória realização desses valores (Honneth, 2010). Concepções globais de justiça recentemente vêm chamando também a atenção de autores nessa tradição, em relação, contudo, a indivíduos, e não a países e a coletividades, tampouco no que se refere à dinâmica do capitalismo ou da democracia nos planos nacional e global (ver Fraser, 2009).

Honneth se baseia, para tecer aquele último argumento, em parte na obra de Boltanski & Chiapello (1999), cujo diagnóstico da modernidade tem grande interesse, ao tratar do que seria o “novo espírito do capitalismo”, ainda

que com ênfase excessiva na moral e na motivação, como se esse fosse o problema de Weber (o que não é verdade, embora também não seja correto falar simplesmente em lógica sistêmica). Ou seja, trata-se mais de uma teoria protestante do capitalismo, calcada na ideia de internalização das normas, curiosamente mediada por sua absorção por Parsons, do que de uma teoria do protestantismo e seu impacto sobre o desenvolvimento do capitalismo, quando então se esfuma, segundo Weber, dando lugar a uma lógica sistêmica e a objetivos instrumentais. Trata-se de problema que também prejudica a obra de Habermas e, hoje, em particular a de Honneth.¹ De forma mais grave, perdeu-se Boltanski, o “chefe de escola” do grupo, posteriormente, em uma definição de crítica absolutamente amorfa e inespecífica, na afirmação da questão moral como se esta esgotasse o universo social, esfumando-se seus argumentos, além disso, em uma retórica vaporosa da qual está ausente o tema do poder (Boltanski, 2009). Ela não empresta centralidade nem sequer ventila os desenvolvimentos cruciais que vivem hoje os países europeus, aliás opera como se esses problemas não existissem, uma vez que, de resto, a seleção de modelos de crítica que realizou anteriormente com Thévenot (Boltanski & Thévenot, 1991), todos igualitários-meritocráticos, não dá espaço para relações de dominação, que raramente se explicitam moralmente na modernidade, ou, problema gritante na Europa de hoje, para a situação de populações emigrantes. Ademais, apesar de mobilizar vários autores da filosofia política, arbitrariamente selecionados, não visa a uma “sociologia crítica”, mas sim a uma “sociologia da crítica”, sem dar atenção aos principais valores mais gerais que certamente se podem encontrar nos diversos mundos da vida e em suas críticas cotidianas, os quais compõem o núcleo do imaginário moderno (Boltanski & Thévenot, 1991). Ou seja, polarização das classes, demagogia racista, decadência da democracia, neoliberalismo, nada disso comparece a seus textos, a despeito de aspectos cruciais do capitalismo de fato o fazerem em seu estudo conjunto com Chiapello (Boltanski & Chiapello, 1999). De resto, a meu ver, aquela contraposição entre formas de crítica só faz algum sentido no contexto de sua oposição à teoria de Pierre Bourdieu, a qual não reconhece as faculdades reflexivas, portanto, tampouco a capacidade crítica dos seres humanos ordinários. De modo algum é esse o caso com a vertente alemã que se estende de Marx a Honneth, bem como com outras correntes menos objetivistas de teoria crítica.

Ao mesmo tempo, alguns autores marxistas, como Harvey (1990, 2005, 2009), vêm apresentando discussões interessantes e relevantes criticamente sobre o mundo contemporâneo, todavia procedendo, conceitualmente, como se bastasse no fundamental retomar o arcabouço teórico de Marx para dar conta da questão, o que, obviamente, não é plausível depois de tanto haver mudado no mundo e na teoria nas últimas décadas. Em compensação, em um esforço de renovação, certos autores “pós-marxistas” partiram para o mundo do “discurso” e, a despeito de discussões conceituais interessantes, enveredaram por

uma esfera de alta nebulosidade, a meu ver, com limitada capacidade de fato de compreensão do presente em sua multidimensionalidade — por exemplo, Butler, Laclau & Zizek (2000). Uma concentração reductiva no Ocidente, ademais e mais uma vez, de modo geral se patenteia também nessas correntes.

De outro lado, deparamos com o “pós-colonialismo”. Espera-se ainda para ver quais serão suas inovações concretas, para além da demanda de que é preciso reinventar a teoria social totalmente, para além do eurocentrismo, como se nada jamais houvesse sido projetado nessa direção e como se as ciências sociais e as humanidades nunca tivessem sido capazes — por exemplo, na América Latina — de propor soluções para os problemas de dependência intelectual e inadequação conceitual que os pós-coloniais denunciavam.² O que é patentemente absurdo, sem prejuízo de haver propostas interessantes como as de Nandy (1978), cuja obra é já — ou deveria ser — uma referência global. Ele é um exemplo claro de uma crítica parcialmente não moderna à modernidade, ainda que ao mesmo tempo se ponha como alteridade já modernizada (e, portanto, parte também da modernidade), centrada na questão da liberdade e mesclando influência europeia com herança transformada da civilização índica (ver Domingues, 2010). Análises concretas sobre o mundo contemporâneo, sobre as sociedades ditas pós-coloniais, faltam absolutamente nessa abordagem — afora as intervenções de Chatterjee (1993, 2004), cuja fixação nas ideias de “comunidade” e secundarização da luta por direitos são, como veremos adiante, muito discutíveis, a rigor condizentes com uma aceitação sub-reptícia — e certamente não intencional — do *status quo* que se afirma hoje. Na América Latina, destaca-se, nesse sentido, Mignolo (2000, 2005), cujo trabalho está centrado na exclusão, pela “colonialidade-modernidade”, dos povos originários e na busca de uma articulação retórica selvagem, a contrapelo do racionalismo e da racionalização oficiais ocidentais. Aqui é o mundo do discurso, tão caro ao cruzamento do pós-modernismo com o pós-estruturalismo, que informa muito desse ponto de vista “pós/des-colonial” restrito, no melhor dos casos, não obstante a relevância de certos problemas que enfatizam (Spivak, 1988).

Há vários elementos relevantes nessas abordagens, embora, a meu ver, sejam limitadas. Contudo, o mundo enfrenta problemas crescentes, e a modernidade é conduzida para uma direção de cada vez mais polarização social e solapamento da democracia, ao que, na América Latina, ao menos se resiste ultimamente com certo sucesso. Esse é um aspecto fundamental do que venho chamando de terceira fase da modernidade, no que tem de mais perverso e mais vinculado à derrota dos projetos emancipatórios, embora isso não seja nem absoluto nem inevitável. Examinemos mais de perto a questão para entendermos o que se pode falar de teoria crítica, concretamente, em nosso tempo presente.

Aqui se trata de ao tempo seguir uma estratégia ecumênica e resgatar intuições, de corte empírico e teórico, que se puseram nos primórdios dessa

tradição. Nisso tem muito a oferecer uma abordagem sociológica incisiva, antes que filosófica, mas que mantém o choque entre valores e instituições modernas em seu cerne. Obviamente, há outros autores e abordagens que se pretendem críticas, as quais vêm dando atenção a essas questões, assim como numerosos temas, como a patriarquia e o sexismo, o racismo e a destruição do meio ambiente, que têm suas próprias linhagens críticas. Não imagino aqui lidar com todas elas, muito menos esgotar os temas múltiplos e cada vez mais específicos que a vida social em exponencial complexificação nos vai lançando nesse sentido. Importa, neste contexto, somente delinear o que seriam os eixos fundamentais de um diagnóstico crítico do presente, apontar para forças emancipatórias nessa quadra histórica, tema crucial para a própria legitimidade da teoria crítica, e indicar caminhos de pesquisa que me parecem relevantes nessa conexão.

A modernidade contemporânea

Nas últimas três ou quatro décadas, houve uma mudança radical na situação dos diversos países pelo mundo. O capitalismo mudou seus padrões de acumulação e regulação, bem como de consumo; ou seja, alterou-se sobremaneira seu “modo de desenvolvimento”, para utilizar a expressão dos regulacionistas franceses. O neoliberalismo é uma expressão disso, mas também o são as profundas mudanças na forma de organização da produção e do consumo, que se convencionou chamar de “pós-fordismo”. Uma globalização desses processos emergiu em todos os países do mundo, de forma “desigual e combinada”, juntamente com sua fragmentação: pelo *just in time* e pela *lean production*, pela terceirização e pelas redes entre empresas, pela pluralização e pela segmentação dos mercados de consumo, assim como por mais concentração e centralização do capital, e por uma polarização social crescente entre classes sociais, ou entre pobres e ricos, de um ponto de vista fenomenológico. Isso marcou, de modo contingente, devo frisar, o que se pode caracterizar como a passagem da segunda fase da modernidade — organizada em grande medida pelo estado — para a terceira, de acrescida complexidade social e na qual o estado recua para outras tarefas de governamentalidade, deixando a economia, agora muito mais globalizada, ser crescentemente regulada pelo mercado, com predomínio em parte do capital financeiro sobre ele (Boyer, 1986; Harvey, 1990, 2009; Domingues, 2009, no prelo).

Havia, contudo, a expectativa de que a democracia viesse a florescer — ou ao menos havia uma perspectiva normativa quanto à questão democrática. Vinha daí a esperança de setores dominantes da teoria crítica que apostaram nisso, mencionados anteriormente. Isso não ocorreu de modo geral, trata-se de esperanças baldadas, e os elementos democráticos desses sistemas políticos encolheram — em termos da confiança dos cidadãos no comportamento dos ocupantes do estado, do espaço de participação e de sua proteção quando par-

ticipam (Tilly, 2004: 7-30, 2007). Poder-se-ia sugerir que o problema está localizado nos países do antigo “Terceiro Mundo” e naqueles que viveram o “socialismo real”, seja a China, seja Cuba, seja a Rússia. No entanto, isso é patentemente falso: a democracia é restringida e recua exatamente naqueles países em que emergiu no Ocidente originalmente, seja na Europa, seja nos Estados Unidos. Participação, respeito ao mandato eleitoral conferido pela população, articulação com as forças organizadas da sociedade, respeito aos direitos humanos e aos demais direitos, liberdade de imprensa, tolerância em relação a grupos étnicos e religiosos distintos, tudo isso se vê em xeque por fraude eleitoral explícita, por uma acentuação do poder repressivo do estado, pela completa indiferença pelo mandato recebido pelos partidos e “lideranças” para realizar políticas definidas em suas campanhas — mudando-as de forma totalmente cínica a seu bel-prazer ou ao do mercado —, pelo uso oficial da tortura e do sequestro, pelo aumento dos segredos e dos serviços secretos e de vigilância, pelo racismo oficial e aberto, pelo uso instrumental e seletivo da justiça, pelo crescente fortalecimento e pela independentização dos executivos em face dos parlamentos (e, dentro daqueles, dos bancos centrais), por ataques à imprensa de forma frontal se ela se mostra crítica ao *establishment*, ao passo que os meios de comunicação de massa se fazem cada vez mais monopolistas e vinculados ao neoliberalismo global. Infelizmente, muito pouco — ou quase nada — vem sendo, criticamente ou não, teorizado nesse sentido (ver, para certos aspectos, sobretudo American Political Science Association, 2004; Crouch, 2004; Giroux, 2004; Sassen, 2006; Arsenault & Castells, 2006).³ Em certa medida, a continuidade formal — ela, em muitas instâncias, na verdade, duvidosa, na melhor das hipóteses — dos sistemas liberais democráticos subtrai o tema à discussão. Obviamente, tampouco se deveria esquecer o que se poderia chamar de desexcepcionalização do “estado de exceção”, que marca a evolução das democracias liberais desde sua própria emergência no século XIX e que hoje, segundo Agamben (2003), atinge seu ápice, o que se encontra na base do fortalecimento do Executivo em detrimento da soberania popular e do Parlamento.

Assim, embora com dificuldades e limitações, a América Latina é a única região do mundo que avança, em sentido contrário ao que ocorre em outras paragens, na direção de construir e de aprofundar a democracia, desenvolvendo o que defini como uma revolução “molecular democrática”. É verdade que um projeto “transformista” tem tido muito peso nas sociedades latino-americanas, em particular com o neoliberalismo dos anos 1990 e que, economicamente, a situação, a despeito de um crescimento acentuado desde 2009, e até mesmo de antes, se complica por causa de processos de reprimarização ou de “commoditificação” que reiteram, incluindo o caso do Brasil, sua vocação periférica ou, na melhor das hipóteses, semiperiférica. É verdade ainda que, de modo geral, o fortalecimento do Executivo também se verifica na região. Contudo, um projeto de mais “coesão social”, que vem recusando, nos últimos dez

anos, a polarização e os diferenciais crescentes de renda e riqueza que marcam o mundo todo hoje (com o que quero caracterizar como um padrão capitalista de *acumulação flexível e polarizada*), é visível, em maior ou menor grau, na maioria dos países latino-americanos. Isso é claro no caso do Brasil, embora falar de uma nova classe média, baseando-se nos métodos das agências de publicidade que querem pensar os mercados consumidores em função da renda e das possibilidades de lucro, não faça sentido, sendo antes um aumento geral do poder aquisitivo e da mobilidade social o que vem ocorrendo (Domingues, 2009, no prelo; Sorj & Martuccelli, 2008; Quadros, 2010). Isso não quer dizer que os sistemas político-administrativos de dominação — de soberania e governamentalidade — não sigam vigentes nesses países e que seu controle por parte da cidadania seja menos importante e premente do que em outras regiões do planeta. Não é razoável esquecer as lições weberianas, e também as foucaultianas, sobre o tema da dominação, mesmo que racional-legal e hoje marcada por elementos mais ou menos amplamente democráticos na conformação do sistema político, bem como, por vezes, por boas intenções de cunho social-civilizatório, embora tampouco devamos nos restringir a simples resignação.

Todavia, por onde anda a chamada teoria crítica diante de tudo isso? Na melhor das hipóteses — é preciso sublinhar —, à deriva. A teoria crítica com Marx centrou-se na discussão da modernidade liberal, sua primeira fase; com Adorno e Horkheimer, bem como com Habermas e outros integrantes da assim chamada Escola de Frankfurt, na segunda fase, organizada estatalmente, nesse caso, sobretudo no plano da filosofia. Em face da terceira fase, que se desdobra violenta e rapidamente ante nossos olhos, a teoria crítica se mantém calada e distante ou, ao menos, acabrunhada e ensimesmada. Em compensação, as expectativas e o comportamento de cidadãos e de semicidadãos desse mundo transformado são hoje de profunda inquietação e rejeição desses modelos de dominação econômica, política e cultural, embora isso encontre dificuldades de tradução programática e nos sistemas políticos formais. Trata-se amiúde de populações quase ingovernáveis ou ao menos não muito dóceis, pouco dadas à deferência (o que nem sempre, vale observar, deriva em práticas virtuosas, sobretudo quando democracia e bem-estar lhes são negados, podendo descambar para a criminalidade e para a violência cega). Isso é tão verdadeiro na França e na Espanha quanto no Egito e na Tailândia de hoje (Therborn, 2009; Ungpakorn, 2006).

O argumento pode parecer estranho, uma vez que os movimentos sociais — em particular da classe operária — se enfraqueceram, que o horizonte da revolução social — fortíssimo durante todo o século XX — se desvaneceu quase por completo. Mesmo assim, ele se faz plausível se focamos a destruição dos laços de dominação pessoais e pré-modernos em todo o mundo (do que é expressão a extinção ou a modificação radical do antigo campesinato), pela expansão do capitalismo, bem como o alcance generalizado do Estado em suas

sociedades, além de uma perda de legitimação das hierarquias sociais em todas as partes do mundo. Concretamente, essas populações vieram a entender que a ideia de “elites” é mera justificação para um poder maior e ilegítimo, bem como para o cerceamento da liberdade igualitária que a modernidade lhes prometeu. Ou seja, os mecanismos de desencaixe postos em movimento pela modernização radical do mundo contemporâneo, em múltiplas direções (com destaque para o neoliberalismo ocidental e a variante de capitalismo que se encontra em particular no leste da Ásia), vêm promovendo uma constituição da subjetividade popular que, a despeito da utilização de vários modelos de “governamentalidade” (em especial mediante políticas voltadas para o combate à pobreza e à miséria, implicando subjetivação e controle), é muito mais livre socialmente do que o que se via desde o início da revolução neolítica e da fixação dos grupos nômades pela agricultura. O que resta de controle são as duras restrições à imigração global. Contudo, trata-se, em geral, de uma massa desorganizada, cuja mobilização política e os horizontes de transformação são com frequência curtos e sem projetos bem-definidos. Daí que alguns queiram falar da “multidão” (Hardt & Negri, 2000) positivando-a, mas deixando escapar os sérios limites que subjazem a seu movimento. Nesse sentido, também difere a América Latina, cujos movimentos sociais têm sido fundamentais para mudanças democratizantes, inclusive das instituições políticas nas últimas décadas (Domingues, 2009). Na verdade, em vista das restrições que se põem ao exercício da participação e a resposta adequada a suas demandas, é possível esperar até por um recrudescimento das formas de rebelião que marcaram o fechamento do espaço político na Europa e alhures (Tilly, 2004: 27-28), com a atual decadência das práticas democráticas por parte do Estado.

É importante observar que os sistemas e projetos de dominação que caracterizaram em grande medida a primeira e a segunda fases da modernidade se calcaram em tentativas de homogeneização da vida social. Isso se deu pela generalização do mercado, pela cidadania em suas diversas dimensões, pelo nacionalismo, pela produção e pelo consumo de massa (em especial na era fordista). No mesmo sentido, lançaram-se os projetos emancipatórios, pela homogeneização das classes — sobretudo da classe operária, mas por vezes também do campesinato —, como sujeitos da transformação, pela reivindicação de status compartilhado de cidadania na social-democracia, por certa ênfase na igualdade e nos nacionalismos defensivos e emancipatórios da periferia. Obviamente, certo pluralismo social e de projeto sempre subsistiu a essas propostas, que, ademais, quando vitoriosas, não lograram implementar-se por completo, em especial mercê da resistência da própria sociedade. Toda a crítica de Adorno e Horkheimer [1944-1945] (1984) e de seus descendentes intelectuais, centrada na violenta homogeneização promovida pelo “Eslarecimento”, calcava-se precisamente nessas tendências e giros modernizadores, transladando seu cerne intelectual para uma leitura da filosofia da história

que denunciava seu “logocentrismo”, o qual chegava ao ápice na solução final da eliminação da particularidade (*Besonderheit*) irredutível do judeu por obra do nazismo. Hoje, no entanto, com mais complexidade social e pluralismo, a heterogeneidade não mais assusta. Se antes já não podia ser controlada, passou a estar na base de novos projetos de dominação, segmentação, exclusão e cooptação, pelo mercado e pela política, no que seria uma nova fase da civilização moderna (Cohn, 2003). Certamente, ela pode vir misturada com demandas de homogeneização, como o racismo populista de que lançam mão dirigentes políticos europeus de extrema-direita e, agora, de centro-direita também (de Berlusconi e Fini, na Itália, a Sarkozy e Merkel, na França e na Alemanha, respectivamente), bem como a direita evangélica estado-unidense, constituindo giros modernizadores que não deixam de conter tendências e elementos contraditórios, todos articulados, porém, a fim de reforçar ou de retomar o vigor dos sistemas de dominação estatais que possibilitariam uma ofensiva continuada dos grupos dominantes da Europa e dos Estados Unidos em face de uma crise econômica cuja superação se mostra complicada.

Isso é verdadeiro ainda no que se refere, por exemplo, à Índia e à China, com velozes desenvolvimentos do capitalismo, crescentes desigualdades (não obstante a diminuição da pobreza de modo geral), nacionalismos abarcadores e bastante exclusivistas, fragmentação dos mercados de consumo, destruição da natureza e afirmação não apenas dos ricos na qualidade de ricos mas também de uma classe média que se descolou fundamentalmente dos pobres e vive o sonho de um consumismo sem fronteiras.⁴ Este é um dos elementos cruciais de sua diferenciação, ao lado de outros mecanismos que caracterizam estilos de vida, que se afastam pela moradia, hábitos, atitudes, da massa dos trabalhadores e mesmo de parcelas inferiores das classes médias, derrotadas e vinculadas a serviços e a direitos sociais. A indiferença, como na China, ou o desprezo, como na Índia, pela democracia — que, entretanto, nesse último país é entusiasticamente celebrada pelas classes populares e castas subalternas — completa o quadro da vinculação dessas classes médias a seus países. Tal painel remete à terceira fase da modernidade, crivada pela heterogeneidade, pela polarização, pelos nichos de mercado e pelas ameaças ou impedimentos à democracia (Abaza, 2006; Lange & Meier, 2009; Domingues, no prelo). Como já observei, embora a América Latina compartilhe muito dessas características, seu movimento nos últimos anos vem sendo na direção oposta. Até que ponto isso é sustentável a longo prazo e em que medida não se funda em um giro de pouco fôlego e de pouca significação na longa duração da história são indagações que somente o futuro será capaz de responder.

Dessa forma, compreende-se que o “autonomismo” que afeta os movimentos sociais argentinos há algum tempo leva ao impasse (Svampa, 2008), conquanto se possa entender o quanto se veem na contingência de se defender de um peronismo sempre de tendências autoritárias. Assim, deve-se questio-

nar também a visada teórica de Chatterjee (1993: 218 e 238, 2004), em outra parte do mundo, que em princípio identifica, mas de fato também celebra, a “sociedade política”, a qual existiria ao arrepio da lei, declinando da demanda por direitos, oposta, segundo ele, à “sociedade civil” das classes médias, recomendando a ideia de “comunidade moral” autônoma. Isso hoje pouco afeta sistemas de dominação que se mostram bastante satisfeitos em manter a sociedade fragmentada em regiões estanques, desde que os chamados “excluídos” — as novas “classes perigosas” — estejam sob controle, de sua governamentalidade ocupando-se mais as organizações não governamentais (ONGs) do que o Estado (não obstante o arcabouço geral de sua atuação ser por ele mediado). Ao contrário, aos sistemas de dominação hodiernos tal arranjo pode ser altamente favorável, afastando-se definitivamente de qualquer princípio universalista de coesão social, que demanda uma solidariedade mais ampla, bem como níveis diversos de responsabilidades individual e coletiva (ver Domingues, 2002), que não se podem deter no plano das micromobilizações. É preciso evitar o paroquialismo de mobilizações que não ultrapassam de fato o nível local, que são, aliás, típicas mobilizações realizadas sob regimes mais radicalmente autoritários (Tilly, 2004: 30) — não fazendo sentido reproduzir tal estratégia, em particular, quando há mais espaço para a participação, ainda que em democracias limitadas.

É difícil dizer da sustentabilidade desse modo polarizado de desenvolvimento capitalista, com mercados relativamente encolhidos por design, sobretudo porquanto uma crise de superacumulação e de superprodução (ou de subconsumo) pese no horizonte, o que se agrava por ser a China uma locomotiva industrial para exportação cujo consumo interno é, todavia, bastante restrito (sua taxa de poupança interna permanecendo altíssima) (Brenner, 2006; Hung, 2008). Mais interessante, porém, é, ao mesmo tempo que se sublinha o potencial emancipatório — neste momento se expressando de forma ainda bastante defensiva no Ocidente — chamar a atenção para a questão da cidadania real, no que se distingue da cidadania formal que vige em vários países. Não se trata de denunciar que de fato sujeitos sociais desiguais em termos de estruturas de classe, gênero e outras mais subjazem ao exercício dessa cidadania, condicionando-o. Isso é verdadeiro, certamente, mas gostaria de sublinhar que o próprio exercício da cidadania formal se vê ameaçado pelo aprofundamento das clivagens sociais e pela paulatina destruição do status comum de cidadão que foi o logro histórico da social-democracia especialmente na Europa, mas que nos Estados Unidos se reproduzia notadamente em termos de possibilidades de ascensão social e inclusão no mercado, as quais hoje já não existem. Afinal, desde Aristóteles, esse tem sido um tema crucial para a teoria política, o qual não cabe esquecer: quem, concretamente, é o cidadão, como pode exercer sua cidadania, com que alcance (Dunn, 1979). Mesmo na América Latina, cujo tólos atual é de avanço, pode-se terminar por perder o

impulso que a faz mover-se nessa direção, naufragando ou parando a meio caminho o processo de democratização que se desdobra há algumas décadas. Também é importante pensar como os diversos países se enquadram no sistema global hoje, para o que, ainda que carecendo de revisões importantes, a teoria crítica latino-americana por excelência, o estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) da Organização das Nações Unidas (ONU), e algumas versões da teoria da dependência ainda se mostram fonte segura de inspiração e de análise, bem como a renovada atenção que se vem dando ao imperialismo dentro do marxismo (ver Domingues, 2009; Harvey, 2005). Isso afeta todas as dimensões da vida social, a começar pela questão da justiça global de um ponto de vista coletivo.

RENOVANDO A CRÍTICA

Certamente, o projeto multidisciplinar do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, conduzido por Adorno e Horkheimer, segue sendo um modelo interessante a emular, embora haja outras formas de buscar a totalidade — hoje vista como inevitavelmente mais parcial — que se realizem de modo menos sistemático, mas com sorte também efetivo. Uma teoria geral da modernidade não pode senão requerer um esforço conjunto e multidisciplinar. Ademais, a gama de problemas que requerem a atenção do que seriam perspectivas críticas, necessariamente plurais, é muito ampla, com destaque, por exemplo, para o que Adorno e Horkheimer chamaram um dia de “indústria cultural”, cuja importância não para de crescer e que se encontra tão vinculada de forma geral à cultura do consumo, embora suas teorias estejam longe de nos dar respostas atuais (em particular na América Latina, como observado por Martín-Barbero, 1987).

Contudo, para compreender esse universo social contemporâneo, nada melhor que a sociologia, disciplina cuja identidade parece evanescente, destrocada pela colonização de seu campo por áreas afins ou adversárias, como a antropologia e a ciência política, a linguística e a filosofia, a economia e pesquisas em políticas públicas, ou, no caso brasileiro, especificamente, pelo chamado “pensamento social”. Sem falar da mistificação que o “pós-colonialismo” tardio começa a tentar promover entre nós, com o mito de que nada ocorreu entre os latino-americanos para buscar reformular conceitos das ciências sociais em função de nossas especificidades.

Não se trata de reivindicar a pureza da sociologia em um momento em que sua imbricação com a filosofia política e social, bem como com aquelas outras disciplinas, se mostra essencial. Trata-se, sim, de acentuar o legado analítico, em relação ao imaginário, às práticas sociais e às instituições, que pode a tradição sociológica oferecer. É sobre isso que, em grande medida, creio ser possível e necessário refundar uma teoria crítica ecumênica e vital. Ela não

tem, nas populações inquietas do planeta, nem seu objeto, nem seu sujeito, nem seu destinatário, mas sim a vasta e descentrada subjetividade coletiva com que deve ser capaz de dialogar e cujos caminhos, em múltiplas e variadas dimensões, pode analisar, discutir, criticar, sem pretensão de superioridade, mas também sem o embaraço de se sentir menor por se restringir à prática intelectual que constitui seu continente próprio, no que já se chamou de “batalha das ideias”. Livrar-se de ideias incômodas, do pensamento livre e não imediatamente prático tem sido, aliás, projeto consistente dos setores dominantes na terceira fase da modernidade. Não há por que compactuar com isso. Por outro lado, as formas específicas que a modernidade e, dentro dela, os sistemas de dominação assumem hoje contaminam todas as esferas da vida social, em qualquer canto do planeta, o que requer atenção especial.

Assim, é preciso mover-se da filosofia, sem deixá-la de lado, superar temas e conceitos da tradição crítica, recuperando outros e de todos eles extraindo o que perdura como seu “núcleo racional”, descartar seriamente o provincianismo e a concentração exclusiva em um país apenas (em geral o do próprio autor) e, entre nós, somente além disso nos Estados Unidos e na Europa, tentar sistematicamente delinear os elementos específicos do que chamei de terceira fase da modernidade. Utilize-se esse conceito ou qualquer outro que capture as mudanças de enorme alcance que atravessam o mundo contemporâneo, seus sistemas de dominação e aspirações e práticas emancipatórias. O tema da cidadania, suas possibilidades e limites, é absolutamente crucial, uma vez que a demanda por direitos a afirma, mas pode levá-la a uma explosão de sentido, ao abri-la para outra figura imaginária e institucional, ou, por outro lado, sufocar exatamente o potencial emancipatório que nela se expressa neste momento.⁵ A teoria crítica, apesar dos percalços históricos que enfrentou e enfrenta, pode e deve se renovar, a fim de lidar com as grandezas e misérias da modernidade contemporânea, contribuindo para que reencontre as avenidas da mudança social progressista.

José Maurício Domingues é doutor em sociologia pela London School of Economics and Political Science, ex-diretor executivo do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e autor de, entre outros livros, *Global Modernity, Development, and Contemporary Civilization: Towards a Renewal of Critical Theory* (no prelo), *Teoria crítica e (semi) periferia* (no prelo) e *A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica* (2009).

NOTAS

- 1 Seria importante observar aqui o que analiticamente diferenciei como “norma” — internalizada — e “regra” — com que se lida instrumentalmente —, sobretudo no plano cognitivo (Domingues, 1995). Basta assistir a um filme como *Rede social*, que narra o surgimento do *Facebook*, para se dar conta de como isso é potencialmente relevante do ponto de vista teórico (e na vida de cada um hoje, deve-se acrescentar).
- 2 Para uma análise ampla da trajetória do pensamento latino-americano, com ênfase em seus desdobramentos recentes, incluindo as obras de Enrique Dussel e Roberto Mangabeira Unger, ver Domingues & Mota (2011).
- 3 Curiosa e estranhamente, em seu livro sobre democracia, democratização e desdemocratização, Tilly (2007) em momento algum se refere aos Estados Unidos no século XX e apenas rara e obliquamente o faz em relação à Europa, sustentando com frequência, a despeito do avanço que seu estudo representa, uma posição formalista uma vez estabelecida a institucionalidade liberal-democrática. Já Sassen é mais incisiva e menos estruturalista em seus artigos curtos para *Open Democracy* (<http://www.opendemocracy.net>). No entanto, caso se imagine que tal crítica é uma prerrogativa — falsa e exagerada — de setores mais à esquerda, vale consultar não apenas o texto antes referido da plural e *mainstream American Political Science Association*, mas ainda as diatribes de Huffington (2010). Liberal e até mesmo anteriormente próxima aos republicanos, ela busca, apresentando-se como campeã das classes médias, evidenciar o quanto os “interesses especiais” das grandes corporações e do capital financeiro colonizaram totalmente e estão corroendo a democracia nos Estados Unidos.
- 4 Não se trata, porém, de fenômeno casual, tendo na estratégia das grandes corporações seu eixo fundamental, como salientado por Ortiz (1994).
- 5 Os temas das “abstrações reais” e da relação entre cidadania “instituinte” e “instituída” são fundamentais aqui. Ver Domingues (2002, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abaza, Mona. *Changing Consumer Cultures of Modern Egypt: Cairo's Urban Reshaping*. Leiden/Boston: Brill, 2006

Adorno, Theodor W. & Horkheimer, Max. *Dialektik der Aufklärung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, [1944-1945] 1984.

Agamben, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003.

American Political Science Association. *American Democracy in an Age of Rising Inequality*, 2004. Disponível em <<http://www.apsanet.org>>. Acesso em 10 jan. 2011.

Arsenault, Amelia & Castells, Manuel. Conquering the Minds, Conquering Iraq. The Social Production of Misinformation in the United States: A Case Study. *Information, Communication & Society*, 2006, 9/3, p. 284-307.

Benhabib, Seyla. *Critique, Norm, and Utopia: a Study of the Foundations of Critical Theory*. Nova York: Columbia University Press, 1986.

Boltanski, Luc. *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.

_____ & Chiapello, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

Boltanski, Luc & Thévenot, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

Boyer, Robert. *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1986.

Brenner, Robert. *The Economics of Global Turbulence: the Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005*. Londres/Nova York: Verso, 2006.

Butler, Judith; Laclau, Ernesto & Žižek, Slavoj. *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left*. Londres/Nova York: Verso, 2000.

Chatterjee, Partha. *The Nation and Its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

_____. *The Politics of the Governed: Reflections on Popular Politics in Most of the World*. Nova York: Columbia University Press, 2004.

Cohen, Jean & Arato, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.

Cohn, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1978.

_____. A sociologia e o novo padrão civilizatório. In: Barreira, César (org.). *A sociologia no tempo*. São Paulo: Cortez, 2003.

Crouch, Colin. *Post-Democracy*. Cambridge: Polity, 2004.

Domingues, José Maurício. A cidade: racionalidade e liberdade em Max Weber. In: *Do ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

_____. Ashis Nandy e as vicissitudes do self: crítica, subjetividade e civilização indiana. *Mana*, 2010, 16/1, p. 31-58.

_____. *Global Modernity, Development, and Contemporary Civilization: Towards a Renewal of Critical Theory*. Nova York/Londres: Routledge (no prelo).

_____. *Interpretando a modernidade: imaginário e instituições*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

_____. *Sociological Theory and Collective Subjectivity*. Londres: Palgrave/Macmillan/Saint Martin's Press, 1995.

_____ & Mota, Aurea. Latin American Social and Political Thought. In: Delanty, Gerard & Turner, Stephen P. (orgs.). *Routledge International Handbook of Contemporary Social and Political Theory*. Nova York/Londres: Routledge, 2011.

Dunn, John. *Western Political Theory in the Face of the Future*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

Fraser, Nancy. *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World*. Cambridge: Polity, 2009.

_____ & Honneth, Axel. *Redistribution or Recognition: a Political-Philosophical Exchange*. Londres/Nova York: Verso, 2003.

Giroux, Henry A. *The Terror of Neoliberalism: Authoritarianism and the Eclipse of Democracy*. Boulder/Londres/Aurora: Paradigm/Garamond, 2004.

Habermas, Jürgen. *Faktizität und Geltung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

_____. *Glauben und Wissen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001a.

_____. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981 (2 vol.)

_____. *Die Zukunft menschlichen Natur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001b.

Hardt, Michael & Negri, Antonio. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

Harvey, David. *The Condition of Postmodernity*. Malden/Oxford: Blackwell, 1990.

_____. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova York: Oxford University Press, 2009.

_____. *The New Imperialism (Clarendon Lectures in Geography and Environmental Studies)*. Nova York: Oxford University Press, 2005.

Honneth, Axel. *Das Ich in Wir. Studien zur Anerkennungstheorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2010.

Huffington, Arianna. *Third World America: How our Politicians are Abandoning the Middle Class and Betraying the American Dream*. Nova York: Crown, 2010.

Hung, Ho-fung. Rise of China and the Global Overaccumulation Crisis. *Review of International Political Economy*, 2008, 15/2, p. 149-179.

Lange, Hellmuth & Meier, Lars (orgs.). *The New Middle Classes: Globalizing Lifestyles, Consumerism and Environmental Concern*. Dordrecht: Springer, 2009.

Martín-Barbero, Jesús. *De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonía*. Barcelona: G. Gilli, 1987.

Mignolo, Walter D. *The Idea of Latin America*. Oxford: Blackwell, 2005.

_____. *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

Müller-Doohm, Stephan. How to Criticize: Convergent and Divergent Paths in Critical Theories of Society. In: Delanty, Gerard (org.). *Handbook of European Social Theory*. Londres/ Nova York: Routledge, 2005.

Nandy, Ashis. Towards a Third World Utopia. In: *Traditions, Tyranny, and Utopias: Essays in the Politics of Awareness*. Nova Déli: Oxford University Press, 1978.

- Nobre, Marcos. Introdução: modelos de teoria crítica. In: _____ (org.). *Curso livre de teoria crítica*. São Paulo: Papyrus, 2008a.
- _____. Teoria crítica hoje. In: Peres, Daniel Tourinho et al. (orgs.). *Tensões e passagens: filosofia crítica e modernidade*. São Paulo: Singular, 2008b.
- Ortiz, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Quadros, Waldir. Brasil: um país de classe média? *Le Monde diplomatique*, nov. 2010, 40.
- Sassen, Saskia. *Territory, Authority, Rights: from Medieval to Global Assemblages*. 2.ed. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- Sorj, Bernardo & Martuccelli, Danilo. *O desafio latino-americano: coesão social e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- Spivak, Gayatri C. Can the Subaltern Speak? In: Nelson, Cary & Grossberg, Lawrence (orgs.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.
- Svampa, Maristella. *Cambio de época: movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo XXI/Clacso, 2008.
- Therborn, Göran. *From Marxism to Post-Marxism*. Londres/ Nova York: Verso, 2009.
- Tilly, Charles. *Contention and Democracy in Europe, 1650-2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- _____. *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- Ungpakorn, Giles Ji. The Impact of the Thai 'Sixties' on the People's Movement today. *Critical Asian Studies*, 2006, 7/4.

Palavras-chave:

Teoria crítica; Democracia;
Capitalismo; Modernidade;
Renovação.

Resumo:

Neste texto, a teoria crítica é vista hoje como basicamente dissolvida, incapaz de analisar e de compreender a decadência da democracia ou suas limitações em todo o mundo (salvo na América Latina), bem como as novas configurações globais, profundamente desiguais, do capitalismo contemporâneo. Discutem-se os recentes desenvolvimentos da tradição frankfurtiana, as contribuições e limitações do pós-colonialismo, as vertentes marxistas e as abordagens latino-americanas e indianas. Os movimentos sociais e os caminhos possíveis de renovação da teoria crítica são também discutidos.

Keywords:

Critical theory; Democracy;
Capitalism; Modernity;
Renewal.

Abstract:

In this text critical theory is seen as having basically dissolved, incapable of analyzing and understanding the decadence or limitations of democracy all over the world (except in Latin America), as well as the new global, deeply unequal, configurations of contemporary capitalism. The recent developments of Frankfurt School tradition, the contributions and limitations of post-colonialism, the Marxist strands and Latin-American and Indian approaches are discussed. Social movements and possible paths of renewal of critical theory are also discussed.

NOVAS FORMAS DE RELACIONAR AUTORIDADE E SOLIDARIEDADE: QUESTÕES TEÓRICAS E EMPÍRICAS*

Tradução de Markus A. Hediger

As profundas mudanças que o mundo experimentou nas últimas três ou quatro décadas apresentam para nós, sociólogos, grandes desafios intelectuais e políticos. O mundo, indubitavelmente, sempre enfrentou crises e passou por transformações. É claro também que as ciências sociais em geral entendem esses fatos como desafios. É, porém, igualmente verdadeiro que, em momentos específicos, a sociedade passa por pontos de inflexão para os quais modelos convencionais de compreensão parecem inadequados, dando assim espaço para sentimentos de ruptura e descontinuidade. Reconhecer, por exemplo, a economia como dimensão distinta é algo que ocorreu somente após o surgimento de uma noção segundo a qual as esferas pública e privada da vida social tinham suas diferenças. Em certo sentido, o próprio processo de fragmentação das ciências sociais em disciplinas especializadas está ligado a desafios histórico-culturais diante dos quais os antigos conceitos teóricos pareciam inadequados ou demasiadamente limitados (Elias, 1984).

Ao longo deste artigo, examino um desafio contemporâneo específico, particularmente saliente para aqueles que, como eu, foram treinados na tradição clássica da sociologia histórica, relacionado aos padrões de entendimento da sociedade e de suas formas básicas de organização. A meu ver, há mudanças conceituais recentes na sociologia que respondem a transformações atuais em processos sociais objetivos e subjetivos. Ao mesmo tempo, concordo com Somers & Gibson quando sustentam que “a teoria social é tanto história e narrativa quanto é metateoria” (1995: 45). Segundo insistem, “toda teoria pressupõe uma questão anterior que seu desenvolvimento visa responder — a própria teoria, portanto, já representa um momento de intervenção no processo narrativo da construção de conhecimento” (Somers & Gibson, 1995: 45).

Apresento primeiramente uma discussão teórica e, depois, uma breve análise empírica, visando salientar transformações simultâneas em curso na teoria e na prática. Entendendo ideias e ações como componentes entrelaçados dos processos sociais, discuto uma ampla mudança intelectual e uma inovação institucional empírica como fenômenos que se espelham. No nível

teórico, questiono a tendência a conceber a sociedade de formas que diferem dos cânones vigentes até há bem pouco. Sustento que o ressurgimento da sociedade civil no discurso público, a ascensão de novos movimentos sociais e a emergência de ideais cosmopolitas são alguns dos indícios de transformações que impõem a necessidade de novas lentes teóricas aos cientistas sociais. Ao mesmo tempo, porém, não ignoro que, ao responderem a mudanças sociais, os sociólogos também contribuem para a formação de um novo entendimento da vida social.

No nível empírico, concentro-me no mundo das organizações não governamentais (ONGs) como algo que, de certo modo, ilustra a nova imagem da sociedade. Proponho que a elevação de tais organizações à condição de parceiro ou de alternativa para os mecanismos de autoridade sugere uma nova forma de enquadrar as relações entre Estado e sociedade. Embora organizações voluntárias, iniciativas filantrópicas e outros movimentos de solidariedade não sejam novidade, há algo de novo quando as organizações sociais são percebidas como manifestações sociais *vis-à-vis* ao Estado ou ao mercado.

Não é meu propósito aferir se as ONGs ou outras entidades civis estão efetivamente incrementando a solidariedade social. Ao combinar reflexão teórica e investigação empírica, meu objetivo não é pôr à prova uma hipótese. Proponho-me a estudar as ONGs porque, da perspectiva de uma sociologia do conhecimento, tomo como dado que a solidariedade social enquanto tal se tornou um foco pertinente de análise, da mesma forma que autoridade pública e interesses do mercado têm, desde há muito, constituído perspectivas analíticas legítimas. Utilizando dados de uma pesquisa empírica feita no Brasil, examino certas características básicas de uma amostra de ONGs a fim de sugerir algumas questões de pesquisa que acredito serem úteis ao mapeamento dos novos termos de interação entre Estado, mercado e sociedade.

A imagem do mundo social que vem surgindo nas últimas décadas constitui uma transformação cultural expressiva, tendo um impacto significativo sobre a constituição de novos atores sociais. Esses últimos, por sua vez, afetam a forma como a sociedade é retratada. Não é meu propósito sugerir que essa ou aquela influência seja mais importante do que outra. Pelo contrário, enfatizo o impacto mútuo que está em jogo entre essas duas dimensões de análise. Também gostaria de chamar a atenção que conceitos são produtos culturais e, portanto, fatores contextuais os afetam profundamente. Tal constatação significa que as constantes tentativas de redefinir conceitos expressam nossa historicidade: ao buscarmos dar conta das mudanças experimentadas pela sociedade, estamos ao mesmo tempo modelando o futuro ou influenciando a reconstrução da sociedade, como mencionado anteriormente. Nesse sentido, a teoria sociológica responde a preocupações cognitivas e também morais.

MUDANÇAS NO ESPELHO DA SOCIEDADE

A notável aceleração de processos globais e o ressurgimento surpreendente do liberalismo tiveram, entre outras múltiplas consequências, um impacto na desconstrução das formas como se costumava compreender a sociedade, criando assim outros desafios para as ciências sociais. Na verdade, sob o rótulo genérico da globalização, o mundo está passando por transformações econômicas, políticas, sociais e culturais tão rápidas e abrangentes que ainda faltam definições e conceitos claros para o que vem ocorrendo. Presos no redemoinho de mudanças empíricas e intelectuais, nós, cientistas sociais, por vezes vivenciamos uma situação quase anômica, já que nossos instrumentos e conceitos básicos para organizar ideias, formular hipóteses e elaborar proposições teóricas nos dão sinais de inadequação ou insuficiência.

Esse desconforto é comum aos sociólogos do norte e do sul, tanto em países menos afluentes quanto nos mais prósperos. As peças básicas do novo quebra-cabeça sociológico são as mesmas para uns e para outros. Contudo, há também diferenças contextuais óbvias, sugerindo, desse modo, a conclusão que não importa quão global seja o mundo nem quão fluida seja a modernidade, Estados nacionais ainda são muito relevantes, pois contribuem para conferir sentido às maneiras como os problemas e suas soluções são formulados em um ou em outro espaço sociogeográfico (Reis, 2004; Axtmann, 2004). Em outras palavras, o modo como as pessoas percebem as mudanças é profundamente afetado por suas experiências históricas e pelo modo como estavam acostumadas a pensar a sociedade em que vivem e, ainda, suas perspectivas futuras. No entanto, como quer que seja, na medida em que se leva em consideração tal contexto, essa condição faz de todos companheiros cosmopolitas de uma mesma aventura. Somos todos observadores contextualmente condicionados e, em certo sentido, mais e mais comparativistas.

A mudança conceitual a que me refiro certamente não tem relevância direta para algumas áreas da sociologia. É, porém, suficientemente abrangente para afetar diversas subáreas da disciplina. Gostaria de chamar a atenção para a mudança no estatuto teórico da solidariedade social que, implícita ou explicitamente, teve lugar nos discursos leigos e nos sociológicos. Até há pouco, era possível ver mecanismos de autoridade e de interesse como formas de organizar a sociedade e garantir a solidariedade. Entretanto, em tempos recentes, a solidariedade e a própria sociedade são cada vez mais vistas como instância adicional, como outra dimensão lógica que deve ser levada em consideração como componente analítico equivalente à autoridade do Estado e aos interesses do mercado. *Whose Keeper?*, o título sugestivo do livro de Wolfe (1989), resumiu bem o sentimento crescente segundo o qual autoridade e interesses de mercado não dispõem de recursos suficientes para resolver os problemas de organização social.

A sociologia histórica clássica ensinou que a sociedade contemporânea dependia, sobretudo, de dois instrumentos básicos para sua organização: recursos de autoridade e mecanismos de troca baseados em interesse. Em outras palavras, é de costume pensar na sociedade organizada em estruturas de autoridade — sendo o Estado a principal — e em estruturas de troca — sendo o mercado a mais óbvia na sociedade moderna. É comum igualmente pensar nas estruturas de solidariedade como derivadas de interesses materiais ou ideais comuns. Nessa tradição de análise sociológica, aprende-se a pensar a sociedade como agrupamento de interesses materiais e de ideais que dependem de mecanismos de autoridade e de mercado para sua organização, bem como para alcançar metas específicas (Bendix, 1964).

Como Weber (1978: 927) observou, uma situação de mercado não é uma comunidade, mas constitui, sim, uma base possível para uma ação comunitária. Mesmo se considerarmos os antagonismos estruturais, a solidariedade pode se manifestar entre trabalho e capital, compradores e vendedores, produtores e consumidores, desde que as partes envolvidas compartilhem um interesse comum, que é o próprio êxito da troca em questão. Interesses geram não apenas competição, mas também interdependência. Assim, a autoridade legítima cria uma relação entre rei e súdito, entre lordes e camponeses, entre governos e cidadãos.

Em suma, a perspectiva de análise vigente na sociologia considerava que os recursos de Estado e mercado constituíam os instrumentos básicos com os quais a sociedade contemporânea contava para se organizar. Esses dois recursos típicos eram vistos como os instrumentos que produzem a ordem social, ainda que essa ordem envolva opressão e exploração, tal como enfatizado na tradição teórica marxista.

Entendendo a sociedade como fundamento substantivo, a perspectiva clássica considera o repertório de recursos disponíveis aos governos, aos partidos, às empresas e aos grupos de interesse mecanismos instrumentais a serem usados para organizar a solidariedade, impor a ordem e avançar interesses. Nessa perspectiva, o Estado nacional se manifesta como um bem-sucedido amálgama histórico de autoridade com solidariedade. Graças a um processo cultural que levou a certa naturalização do Estado-nação, a sociedade se tornou equivalente à nação; e a nação, a fonte da legitimidade do Estado (Reis, 1998b).

Em outras palavras, historicamente, a formação e a consolidação do Estado-nação acarretaram uma fusão peculiar: de um lado a obediência à autoridade estatal; de outro, a concordância espontânea com esta, derivada de um sentimento de pertencimento conferido aos indivíduos pela nacionalidade. Nesse quadro político-cultural, o Estado nacional veio a ser percebido não só como o processo histórico europeu, mas também como desenvolvimento natural da sociedade moderna. As pessoas se acostumaram a pensar em sociedades e em nações como equivalentes, ambas circunscritas ao território dos

Estados-nação. Nesse contexto, a cidadania nacional se tornou o tipo ideal da moderna identidade coletiva. O Estado-nação bem-sucedido deveria ser capaz de transformar a cidadania no principal identificador de uma coletividade ou de uma “sociedade”, ao passo que nações se tornavam sinônimos de sociedades.

O impacto do Estado-nação como ideologia foi avassalador no mundo em desenvolvimento. Tornou-se incontestável que a ideia de um direito fundamental à autodeterminação que inspirou a descolonização não se referia a comunidades de qualquer outra natureza senão aos povos como membros de Estados-nação. Outros grupos de solidariedade foram subestimados, quando não abertamente denunciados como obstáculos ao progresso. As expectativas de crescimento econômico, desenvolvimento e modernização se confundiam com ideias que mesclavam em combinações variáveis recursos de autoridade com mercado. Na perspectiva dos ativistas políticos, reformas e revoluções constituíam meios que possibilitavam o emprego eficiente do mercado ou da autoridade. Entre estudiosos e técnicos observa-se uma perspectiva semelhante. Uma análise da literatura clássica sobre desenvolvimento dos anos 1950 e 1960 revela um padrão bastante claro: as receitas para o crescimento eram, basicamente, planos para o uso eficiente de iniciativas do mercado ou da autoridade. A solidariedade não constituía um recurso instrumental naqueles planos, mas simplesmente a matéria “natural” da qual é feita a sociabilidade.

A literatura especializada reconheceu que sentimentos de solidariedade podiam ser até mesmo restritivos e causar divisões entre tribos, clãs e grupos étnicos ou religiosos. Contudo, no parecer de alguns autores, esses sentimentos sempre existiram como um tipo de fundamento residual que une as pessoas e, ao mesmo tempo, muitas vezes as impede de tomar decisões racionalmente planejadas. Foi apenas em décadas recentes que novas imagens da vida social e planos para transformá-la substituíram o modelo convencional por um novo que considera comunidade e solidariedade elementos suscetíveis a iniciativas racionais, não importa se as denominamos capital social, confiança, associativismo ou se usamos noções similares. A ideia segundo a qual, assim como os mecanismos de autoridade e mercado, os recursos sociais podem ser planejados racionalmente para alcançar metas específicas encontra paralelo no renascimento da sociedade civil no discurso público.

Resgatada do passado após um longo período de esquecimento e até de desprezo declarado, a sociedade civil ressurgiu, quase sempre associada ao lado bom do mundo, como um componente virtuoso da vida coletiva (Alexander, 1998; Arato & Cohen, 1992; Keane, 1988a, 1988b; Pérez-Díaz, 1993). O retorno da “sociedade civil” ao discurso cotidiano revela um fato interessante: embora a expressão adquira significados bem distintos de acordo com o contexto, sempre transmite a ideia que se trata de forças sociais saudáveis, aptas

a refrear os excessos da autoridade ou do mercado (Van Rooy, 1998). Como observou Hall (1995: 2), a sociedade civil se tornou “a um só tempo um valor social e um conjunto de instituições sociais”. É bem evidente que o conceito pretende transmitir a ideia de uma reação ao mal-estar político ou econômico em contextos muito diferentes se observarmos que a sociedade civil se tornou epítome da democracia em ex-países comunistas, bem como em antigas ditaduras capitalistas estatais na América Latina. Em ambos os contextos, em combinação com o conceito da cidadania, a sociedade civil substituiu velhos lemas no discurso democrático. Assim, por exemplo, enquanto anteriormente, mesmo em alguns círculos acadêmicos, a noção de cidadania foi vista como “mistificação burguesa”, na era pós-bipolar tornou-se uma ideia redentora, um bem altamente valorizado. É fácil perceber que agora qualquer imagem positiva da vida social enfatiza o papel dos cidadãos ativos na revitalização da sociedade civil, a fim de compensar as deficiências tanto do Estado quanto do mercado.

Ao mesmo tempo que o clamor por uma sociedade ativa se torna cada vez mais forte, pode-se observar sinais claros que demonstram que a imagem e o papel dos atores do mercado e do Estado estão experimentando mudanças significativas. A ideia da responsabilidade social corporativa, que assumiu tanta importância no mundo empresarial, é um bom indício de que um novo código moral está ganhando notoriedade (Carroll, 1999; Garriga & Melé, 2004; Hemingway & MacLagan, 2004; Zadek, 2004). A nova moralidade do mercado foi interpretada de modos diferentes. Para alguns, é sobretudo uma estratégia de marketing, ou seja, emula uma solidariedade falsa entre fornecedores e o mercado consumidor, manipulada pelos primeiros. Para outros, a nova sensibilidade social dos executivos é uma espécie de regresso natural à ação voluntária diante do recuo estatal no que tange aos programas sociais sob a pressão de forças neoliberais. Para o que pretendo neste artigo, não importa provar se estas ou outras hipóteses sobre a ascensão da responsabilidade social corporativa são verdadeiras ou não. Gostaria, simplesmente, de chamar a atenção para o fato de as soluções convencionais às quais a sociedade moderna havia se acostumado para o provimento de bens sociais passarem a ser questionadas. A meu ver, o fato de o Estado compartilhar provisões de assistência social com outros modelos que garantem solidariedade ainda não recebeu a devida atenção dos sociólogos.

Da mesma forma que a responsabilidade social corporativa se torna mais destacada, a adoção de princípios de mercado dentro das estruturas de autoridade ou, dito de outra forma, as exigências impostas em nome de um novo tipo de administração governamental (*new public management doctrine*) que observamos em diferentes partes do mundo, sugerem que elementos típicos do mercado têm permeado o Estado. Governos devem se comportar como firmas bem-administradas e firmas devem assumir funções de assistência so-

cial: tais são valores tão atuais quanto a ideia segundo a qual a sociedade civil deve compensar as deficiências de recursos do Estado e do mercado, como dito anteriormente.

A fim de decifrar o significado profundo desse tipo de revolução cultural que põe em questão os significados convencionais de autoridade, mercado e solidariedade, as agendas da sociologia precisam lidar com as mudanças em andamento partindo de múltiplos ângulos. O que pretendo fazer em seguida é explorar, de modo preliminar, uma das questões que considero relevantes para esse tipo de agenda. Focarei a atenção em um dos novos atores sociais na sociedade civil, especificamente nas chamadas ONGs. Meu propósito aqui é delinear uma imagem geral desse tipo de ator e, nesse processo, refletir sobre algumas questões que sua presença e atuação inspiram. Mais precisamente, ao analisar um conjunto de ONGs no Brasil, procuro esboçar seu perfil e, sobretudo, formular perguntas de pesquisa que possam nos ajudar a lançar luz sobre suas estruturas e os papéis que desempenham.

NOVOS ATORES EM CENA

A redescoberta da sociedade civil em décadas recentes encontra eco em uma nova onda de associações voluntárias, movimentos sociais, estratégias para criar capital social, reflexões sobre fontes de confiança social e outros fenômenos semelhantes (Anheier & Themudo, 2002; Della Porta & Tarrow, 2005; Fernandes, 1994; Keck & Sikkink, 1999; Khagram, Riker & Sikkink, 2002). Entendo esses desenvolvimentos como manifestações das mudanças profundas no modo como a sociedade vê a si mesma e como vê seus meios básicos de organização, conforme discutido anteriormente. O que todos eles têm em comum é a ênfase nos recursos de solidariedade como distintos da autoridade estatal ou dos interesses baseados no mercado. Os novos rótulos que descrevem os atores da sociedade civil — ONGs, terceiro setor, setor solidário, entre outros — apontam claramente para meios alternativos ao Estado e ao mercado. Espera-se que os atores da sociedade civil providenciem ingredientes cruciais à vida social, algo que, ou inexistente, ou é fornecido de modo inadequado pela autoridade tradicional e pelos mecanismos de mercado.

Esses desenvolvimentos precisam ser lembrados para se entender a importância que as chamadas ONGs vieram a adquirir no mundo inteiro (Clayton, 1996; Clarke, 1998; Fowler, 1997; Landim, 1988; OECD, 1988; Salamon & Anheier, 1996; Wapner, 1995). Para alguns, essas organizações são a consequência natural do enfraquecimento dos Estados nacionais causado pelo desafio da globalização. Para outros, são antes uma expressão da impaciência da sociedade com as formas tradicionais de participação. Alguns enxergam esses novos atores como virtuosos, como sinal positivo do fortalecimento societal. Outros já

os veem como o lado perverso do neoliberalismo que exonera o Estado de suas obrigações sociais, que exige filantropismo e converte direitos legítimos em dádivas caritativas.

Não importam as explicações para as origens das ONGs, que, a despeito de suas implicações ambíguas, se propagaram e se tornaram uma realidade verdadeiramente global. Mais importante do que identificar a motivação por trás da propagação das ONGs é explorar até que ponto podem ser vistas como expressão da mudança na percepção social sobre os mecanismos básicos da organização societal. É também crucial analisar as consequências atuais desse tipo de desenvolvimento para a organização social e suas possíveis consequências a longo prazo. Portanto, não tomo partido da vasta literatura dedicada à celebração das virtudes ou à acusação dos vícios do terceiro setor, das iniciativas filantrópicas e das ONGs. Tampouco darei, por ora, atenção à representação ideológica que essas organizações fazem de si mesmas. Meu propósito será limitado à indicação de algumas informações sistemáticas sobre a estrutura e o funcionamento das ONGs no Brasil a fim de identificar possíveis pontos de partida para pesquisas mais detalhadas sobre mudanças na interação entre sociedade e Estado. Ao observar as ONGs como ilustração das mudanças tanto culturais quanto institucionais que vêm ocorrendo, estou, em certa medida, tomando-as como *proxy* da sociedade civil, embora plenamente ciente de que elas não esgotam o universo da sociedade civil.

É importante levar em consideração que, no contexto dos países latino-americanos, a propagação das ONGs sinaliza um desvio considerável da visão centrada no Estado que prevaleceu durante a maior parte do século XX. Na verdade, tanto a literatura sobre desenvolvimento quanto as estratégias políticas adotadas no antes chamado Terceiro Mundo se baseavam na suposição de que a responsabilidade de promover o crescimento econômico, estimular a modernização social e promover a inclusão social cabia aos Estados nacionais. Independentemente de sua inspiração socialista ou capitalista, os modelos de desenvolvimento conferiam ao Estado a responsabilidade de impor a racionalidade econômica. Nos países em que a receita era o capitalismo estatal, o setor governamental não só agiu como investidor estratégico na criação de condições adequadas para o capital privado, mas também era ele mesmo um ator no jogo do mercado (Stepan, 1978). Além disso, a responsabilidade de providenciar assistência social era conferida aos recursos da autoridade. Mesmo que a assistência social tenha sido compreendida como sujeita ao arbítrio da autoridade paternal em vez de ser reconhecida como direito legítimo, a ideologia prevalecente atribuía a responsabilidade pela proteção social ao governo. É verdade que a caridade inspirada pela religião sempre foi evidente. No contexto latino-americano, porém, os modernizadores religiosos faziam parte da liderança ativa que preconizava um desenvolvimento social sob a tutela do Estado.

No caso do Brasil, a partir da década de 1930, o Estado ocupava o papel-chave no modelo de crescimento adotado. Tanto sob regimes ditatoriais quanto sob regimes democráticos, as empresas estatais constituíam a espinha dorsal dos processos de desenvolvimento, e o capitalismo estatal era considerado o modelo mais legítimo para superar o subdesenvolvimento e promover a inclusão social (Martins, 1976; Reis, 1998a). Durante a ditadura militar modernizadora (1964–1985), o número de empresas estatais aumentou exponencialmente (Evans, 1979; Trebat, 1983). Ao mesmo tempo, o processo de consolidação estatal prosseguiu por meio da intensa penetração em áreas mais recuadas do território e da extensão tardia de benefícios sociais ao mundo rural.

A partir da década de 1980, a situação se alterou rapidamente tanto no Brasil quanto em outros lugares do mundo. Promessas de um Estado mais eficiente e elogios renovados para a “nova gestão governamental”, típicos do Thatcherismo e da *Reaganomics*, rapidamente ecoaram no Terceiro Mundo. Na verdade, seja dentro do mundo capitalista avançado, seja dentro do antigo bloco comunista ou do antigo Terceiro Mundo, menos Estado e mais mercado se tornou a ideologia prevalecente. Na América Latina, do México ao Brasil, a rápida privatização econômica reverteu em poucos anos a ortodoxia pró-estatal. Grandes empresas estatais, que até então haviam sido os pilares inconteste do mercado e motivo de orgulho nacional para tantos países do Terceiro Mundo, tornaram-se, praticamente de um dia para o outro, o bode expiatório para o atraso econômico. Não obstante os protestos da oposição, o desaparecimento do Estado desenvolvimentista, tanto como modelo econômico quanto como ideologia oficial, foi surpreendentemente rápido.

Considerando o Brasil, ocasionalmente se ouvem demandas nostálgicas pela recuperação do projeto nacional de desenvolvimento sob a égide do Estado, particularmente entre as antigas elites, sejam elas representantes do setor empresarial, sejam líderes sindicalistas. Também é verdade que, ao apelar para as massas, os líderes partidários ainda recorrem ao discurso que enfatiza o desenvolvimentismo estatal. Contudo, as atuais receitas econômicas implementadas se encontram bem distantes das fórmulas do capitalismo estatal que prevalecia no passado. Não é que o Estado tenha deixado de ser um ator importante para as operações do mercado. É, porém, impossível negar que o papel da autoridade mudou significativamente e que as justificativas ideológicas para o protecionismo estatal não fazem mais parte do discurso oficial. Mesmo sendo verdade que, durante os últimos anos, podemos observar um ressurgimento evidente de discursos centrados no Estado em alguns países latino-americanos, não estamos de volta aos velhos tempos do capitalismo estatal indisputável. Agora, as autoridades estatais apelam para as novas associações da sociedade civil como meio de legitimação própria. O discurso oficial está repleto de exortações à parceria público-privada e de apelos para a solidariedade cívica.

À falência do capitalismo estatal correspondem a ascensão da ideologia do governo eficiente, a exortação do terceiro setor, a demanda por devolução da competência à sociedade civil. Além do mais, no Brasil e em outros países, os governos descobriram que a parceria com as ONGs pode ser uma alternativa atraente para obter flexibilidade ou evitar controles burocráticos. No caso do Brasil, há relatos frequentes na mídia sobre o uso de ONGs para patrocínio e nepotismo estatal. Apesar dos críticos que gostam de usar esses relatos para condenar as ONGs em geral, existem também organizações voltadas precisamente para a luta contra a corrupção, contra a falta de transparência e em prol da responsabilidade das agências públicas.

Ocorreram também outras mudanças importantes no discurso oficial que sugerem que a interação entre o Estado e a sociedade exige novas justificativas ideológicas. As formas convencionais de execução de papéis de autoridade foram submetidas a escrutínio crítico, e os padrões de comportamento típicos do mercado tornaram-se referência para as autoridades governamentais, por todo lado. Sob a ideologia da “nova administração pública”, exige-se que os burocratas orientem seu comportamento por critérios de eficiência do mercado (Barzelay, 2001; Lane, 2000; McLaughlin, Osborne & Ferlie, 2002; Pollit & Bouckaert, 2000). Para resolver seus problemas fiscais, o setor público deve procurar inspiração no mercado. Reformas previdenciárias, por toda parte, remodelam a função protetora dos governos de acordo com novos moldes a fim de aproximá-la de práticas contratuais saudáveis. Nesse contexto, os atores da sociedade civil entram em cena como alternativa, seja para colaborar com o Estado, seja para substituí-lo visando dar continuidade às funções sociais.

Embora plenamente consciente de que sempre existiram formas múltiplas de organização ativa da sociedade civil, concentro-me aqui em ONGs como expressão de novas fórmulas de organização social. Enquanto a definição das ONGs é objeto de controvérsias, existe certo consenso em relação a alguns critérios, como: 1) ausência de fins lucrativos; 2) existência de uma estrutura formal; 3) autonomia em relação aos governos; 4) não representatividade formal (Baccaro, 2002; Landim, 2002; Salamon, 1999).

A evidência que uso nas páginas seguintes provém de uma pesquisa intitulada “Mercado, Estado e sociedade na implementação de políticas sociais”. Meus comentários se baseiam nos resultados preliminares de levantamento conduzido para identificar as características básicas das ONGs ativas no Brasil. Como já enfatizei, estou convencida de que mudanças significativas ocorreram na forma como concebemos arranjos sociais hoje, mudanças essas que precisam ser esclarecidas e que exigem pesquisas em áreas que, até então, ainda não foram suficientemente estudadas. Nesse sentido, vejo as ONGs como parte das novas formas de organização que são amplamente mencionadas, seja positiva, seja negativamente, mas sobre as quais ainda precisamos aprender muito mais.

Conforme mencionei, meu propósito central é investigar como essas novas organizações — chamadas de ONGs — se estruturam, como interagem com o Estado e como operam. Existem numerosos estudos de caso de ONGs individuais, mas quase não há análises sistemáticas do fenômeno mais geral de seu surgimento e de sua consolidação. Assumo, portanto, a tarefa de obter não uma fotografia em *close-up*, mas sim um tipo de imagem panorâmica de uma classe de ONGs brasileiras.

Estou bastante ciente de que os riscos de simplificação envolvidos em uma abordagem tão ampla são imensos. Além disso, existem dificuldades específicas no mapeamento das ONGs no Brasil que fazem da generalização um empreendimento ainda mais problemático. Como selecionar uma amostra confiável? Não foi uma tarefa fácil consolidar uma lista de ONGs ativas no Brasil. Muitos problemas precisavam ser resolvidos quando me confrontei com a decisão entre critérios de definição demasiadamente inclusivos ou exclusivos. Os bancos de dados consultados variavam entre as cerca de seiscentas ONGs listadas nos arquivos bem-organizados da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e as mais de 200 mil registradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004).

Na tentativa de consolidar o banco de dados para extrair dele uma amostra, tornou-se evidente que a própria disputa sobre a definição de o que é uma ONG deveria constituir um problema de investigação. Debates sobre a definição “correta” já expressam uma competição significativa entre diferentes interesses. Entre o grande número de definições para as ONGs, foi escolhida aquela que se baseia em três características: ausência de fins lucrativos, ausência de uma base representativa e independência do governo. Dúvidas, no entanto, persistiram: deveria o termo ser usado para descrever qualquer organização sem fins lucrativos? Deveria ser aplicado a organizações profissionais que buscam promover causas sociais específicas? Deveria ser restringido a associações que incorporam as metas de movimentos sociais específicos? Eis algumas das intensas controvérsias teóricas e práticas reveladas simplesmente no esforço de mapear o universo das ONGs.

Dadas essas enormes disparidades nas definições correntes, além das dificuldades práticas na realização do levantamento, foram feitas escolhas cruciais. Primeiramente, foram selecionadas apenas ONGs brasileiras que se envolvem explicitamente em atividades nas seguintes áreas: saúde, educação, questões de gênero, direitos de minorias, direitos humanos, infância e juventude, e meio ambiente. Foram excluídas, portanto, ONGs concentradas exclusivamente em atividades de esporte, lazer e outras áreas de atividade que tradicionalmente contavam com o apoio de organizações de voluntariado, muitas vezes com fundo religioso, e que diferem significativamente do discurso típico das ONGs. A opção aqui foi incluir ONGs que prestam serviços tradicionalmente oferecidos pelo Estado (autoridade) ou pelo mercado. A decisão de

incluir apenas aquelas que estão ativas no Brasil era coerente com a ideia de focalizar, sobretudo, as mudanças de interação entre o Estado-nação e seus cidadãos, embora a importância dos atores internacionais e globais para as ONGs nacionais seja explicitamente contemplada na pesquisa.¹ Em segundo lugar, o estudo limita-se a organizações que operam em seis centros urbanos do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. As três primeiras cidades foram selecionadas por apresentar a maior concentração em termos absolutos de sedes de ONGs no país (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília); outras duas respondem pela maior concentração relativa de organizações civis no Brasil, de acordo com estatísticas oficiais (Porto Alegre e Belo Horizonte). Por fim, Salvador foi incluída por ser o centro urbano que apresenta o maior número de ONGs que atuam na região nordeste, em que a pobreza e a exclusão social são particularmente severas.

É possível argumentar que a amostra, que compreende 301 casos, mesmo não sendo inteiramente aleatória, é de algum modo representativa do universo das ONGs brasileiras. Além disso, supõe-se que, desconsiderando distorções espaciais e funcionais, os resultados da pesquisa fornecem informações relevantes sobre a estrutura e o funcionamento das ONGs no Brasil. Supõe-se também que as informações em questão podem ser úteis ao inspirar novas investigações para esclarecer as mudanças significativas que estão ocorrendo nas formas de interação entre a sociedade e o Estado no Brasil e em outros lugares.

O primeiro ponto a ser observado é que as ONGs, como definido aqui, representam de fato um desenvolvimento recente no país. A maioria dessas organizações da amostra (84%) foi criada nos últimos vinte anos, conforme ilustrado no Gráfico 1 [ver p. 103]. Na verdade, é possível ver que o crescimento das ONGs foi ainda mais intenso na década de 1990 do que na década de 1980, como sugere o estudo mais abrangente feito pelo IBGE, resumido no Gráfico 2 [ver p. 103].

Levando em consideração o caráter recente das ONGs que emerge da amostra, perguntei-me se seria possível encontrar os primeiros sinais de institucionalização nesse universo. Estariam essas organizações se movimentando em direção a padrões estabelecidos de estruturação e de ação ou estariam ainda indefinidas quanto à sua forma de atuação ou mesmo quanto às suas chances de sobrevivência? As respostas a essas perguntas certamente devem ser consideradas muito provisórias. Após essa advertência, concentrei-me nos seguintes indicadores: 1) a “geração” a que pertence a organização; 2) adaptabilidade, medida pela capacidade demonstrada de redefinir seus objetivos de modo que a ONG se adapte às mudanças no ambiente; 3) seu grau de autonomia, tal como sugerido pela dependência financeira de uma única ou de mais fontes de apoio; 4) sua profissionalização, tal como sugerida pela proporção de pessoas em sua folha de pagamento, relativamente ao voluntariado. Con-

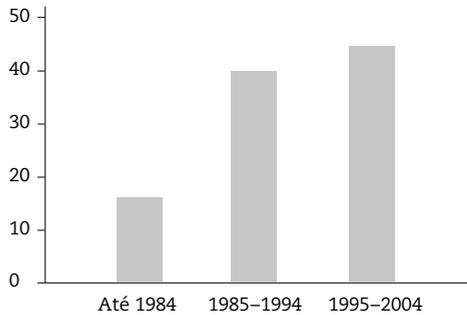


Gráfico 1: Distribuição das ONGs de acordo com a data de fundação
 Fonte: Pesquisa de levantamento 2004-2005.

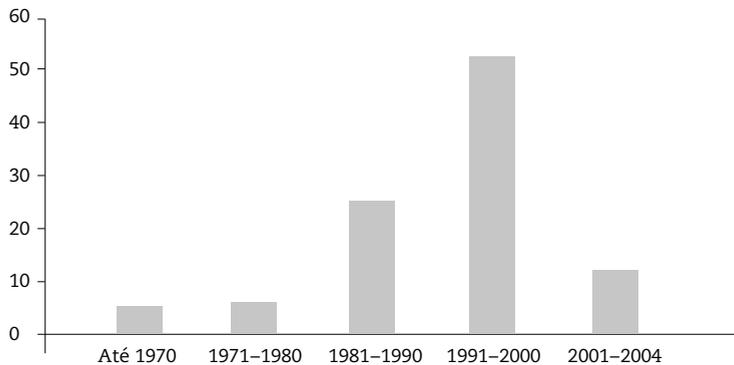


Gráfico 2: Distribuição das ONGs de acordo com a data de fundação — categorias do IBGE
 Fonte: IBGE (2004).

siderando esses indicadores, podia-se esperar que, quanto mais antiga fosse a ONG, maior seria a probabilidade de se tornar mais flexível, menos dependente dela seria de uma única fonte de apoio financeiro e mais profissional seria em sua estrutura.

Analisando os dados, observa-se que as ONGs apresentam uma flexibilidade significativa em relação a mudanças de seus objetivos ou públicos. Assim, a Tabela 1 [ver p. 105] mostra que cerca de um terço do total da amostra (32,3%) sofreu alterações em seus objetivos ou clientela. Os dados também sugerem que a idade parece afetar a capacidade de adaptação da ONG: a proporção das organizações que mudaram seus objetivos é maior entre as mais antigas.

Em seguida, perguntei se a propensão para se adaptar às exigências do contexto varia de acordo com os setores em que atuam as ONGs. Existem variações na capacidade de adaptação de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela ONG? A Tabela 2 [ver p. 105] indica que as organizações dedicadas sobretudo a atividades na área da saúde são aquelas com menor propensão a mudanças (21,1%), seguidas pelas organizações voltadas para comunidades rurais e grupos indígenas (22,2%), enquanto as mais flexíveis são as ONGs que têm como alvo principal a pobreza e o desemprego. As diferenças significativas que observamos entre as ONGs que atuam em áreas distintas podem, de fato, refletir as condições específicas de cada setor. Assim, por exemplo, poderíamos supor que as organizações dedicadas a atividades na área de saúde são menos adaptáveis, dados os investimentos fixos que fazem em equipamentos e em pessoal especializado.

A Tabela 3 [ver p. 107] mostra as principais fontes de apoio financeiro das ONGs de acordo com seu tempo de vida. Observa-se que a dependência de recursos externos é maior entre as mais antigas. As ONGs estabelecidas na década mais recente são as que mais dependem de fontes de apoio domésticas não governamentais. A afluência de fundos estrangeiros é particularmente notada nas organizações estabelecidas entre 1985 e 1994. A idade, no entanto, não parece afetar a propensão a diversificar as fontes de financiamento. A proporção de organizações que conseguem diversificar seus apoiadores, evitando assim a dependência única, é mais ou menos a mesma entre as ONGs mais antigas e as mais novas. Observamos também que a proporção de ONGs que contam com fontes de governo como financiamento principal permaneceu aproximadamente a mesma entre as organizações estabelecidas nas últimas duas décadas.

A fim de verificar se as ONGs sofreram mudanças em seus padrões de dependência financeira, perguntou-se quais foram suas principais fontes de financiamento dez anos atrás. A Tabela 4 [ver p. 107] resume as respostas obtidas. Comparando as informações dessa tabela com os dados do total de ONGs na Tabela 3, podemos observar que a maior mudança é encontrada no recuo de quase 5% na proporção de organizações que, dez anos atrás, dependiam sobretudo de fontes financeiras estrangeiras. Podemos observar também que a proporção de ONGs que, ou dependem em especial de autossustentação, ou diversificam suas fontes de financiamento, cresceu ligeiramente nos últimos dez anos. As duas tabelas mostram também que a proporção de ONGs que dependem de fundos públicos domésticos e de fontes não governamentais permaneceu quase inalterada.

Pesquisas adicionais serão necessárias para identificar as possíveis implicações das mudanças observadas nos padrões de financiamento. Seria prematuro antecipar mudanças no desempenho das ONGs como resultado de uma proporção menor de organizações que dependem de recursos externos. Também

		Mudanças nos objetivos ou no público das ONGs		
		Sim	Não	Total
Data de fundação	Até 1984	21	27	48
		43,8%	56,2%	100%
	1985–1994	40	80	120
		33,3%	66,7%	100%
	1995–2004	36	96	132
		27,3%	72,7%	100%
Total		97	203	300
		32,3%	67,7%	100%

Tabela 1: Mudanças nos objetivos ou no público das ONGs de acordo com a data de fundação

Fonte: Levantamento 2004–2005.

		Mudanças nos objetivos ou no público das ONGs		
		Sim	Não	Total
Área principal de atividade	Saúde (HIV, deficiências físicas e câncer)	4	15	19
		21,1%	78,9%	100%
	Pobreza e desemprego	9	8	17
		52,9%	47,1%	100%
	Grupos de jovens em situação de risco	32	68	100
		32%	68%	100%
	Comunidades urbanas excluídas	12	21	33
		36,4%	63,6%	100%
	Mulheres, negros e outras minorias	11	23	34
		32,4%	67,6%	100%
Comunidades rurais e grupos indígenas	4	14	18	
	22,2%	77,8%	100%	
Organização do terceiro setor e da sociedade civil	14	28	42	
	33,3%	66,7%	100%	
Outros	11	17	28	
	39,3%	60,7%	100%	
Total		97	194	291
		33,3%	66,7%	100%

Tabela 2: Mudanças nos objetivos ou no público de acordo com a área principal de atuação

Fonte: Levantamento 2004–2005.

não podemos prever se o número maior de ONGs que se autossustentam ou diversificam suas fontes financeiras trará novos padrões de interação com as estruturas de autoridade ou se tal movimento implicaria um declínio de mecanismos políticos tradicionais, como as redes clientelistas. A crença generalizada no que diz respeito a uma crescente capacidade das organizações da sociedade civil de serem independentes e de compartilharem responsabilidades públicas ainda precisa ser comprovada.

Enfocando ainda a questão da institucionalização, pergunto se as ONGs revelam tendência ao desenvolvimento de uma estrutura mais profissionalizada à medida que envelhecem. A fim de esclarecer esse ponto, examinei a proporção de funcionários pagos entre as diferentes gerações de ONGs. Os resultados, conforme mostra a Tabela 5 [ver p. 109], indicam que a porcentagem de trabalhadores não remunerados aumenta significativamente quanto mais nos aproximamos das novas gerações. Notável é também o fato segundo o qual, quanto mais antiga a ONG, maior o número de funcionários em sua folha de pagamento. Poderíamos, então, sugerir que, de forma semelhante às burocracias, as ONGs tendem a expandir conforme envelhecem? Podemos aceitar isso como uma hipótese a ser explorada, assim como devemos continuar a investigar a fim de verificar se a forte presença de trabalho voluntário entre as ONGs mais jovens revela a presença de estruturas inovadoras ou apenas a pouca idade e a falta de institucionalização de algumas delas.

O próximo conjunto de questões se concentra no processo interno de como as decisões são tomadas. As ONGs que atuam no Brasil contam com mecanismos de participação ampliados? Há indicações de que elas possuem maneiras inovadoras, não burocráticas de operação, como tendem a ser retratadas por seus apoiadores? As respostas apresentadas na Tabela 6 [ver p. 109] sugerem que as ONGs são sensíveis às questões de legitimidade. Mais de três quartos afirmam consultar seus constituintes “sempre” ou “frequentemente”. No entanto, quanto ao próprio processo de decisão, 69% dizem que seus administradores-chefe são os únicos responsáveis; 18%, que esse é frequentemente o caso. A julgar por essa informação, não temos indícios que sugiram que as ONGs são significativamente diferentes das organizações burocráticas convencionais em seu processo decisório.

Considerando a ênfase da literatura sobre o papel fundamental da comunicação rápida para a proliferação de ONGs, também foi investigado o grau de uso de tecnologia de informação entre essas organizações. Na verdade, todas as ONGs da amostra usam listas de correio eletrônico, e 70% delas têm acesso de banda larga à Internet — uma porcentagem muito elevada se levarmos em consideração o número de computadores *per capita* no Brasil e o índice ainda menor de acesso rápido à Internet. Além disso, 81% delas têm uma página web. Desse total, quase dois terços atualizam a página pelo menos uma vez por mês, conforme demonstrado na Tabela 7 [ver p. 109]. Já a Tabela 8 [ver p. 111]

		Fonte principal de apoio financeiro					Total
		Fontes governamentais	Fontes domésticas não governamentais	Fontes estrangeiras	Autossuporte	Fontes diversas (sem dependência única)	
Data de fundação	Até 1984	4	9	12	10	7	42
		9,5%	21,4%	28,6%	23,8%	16,7%	100%
	1985-1994	24	19	36	12	16	107
		22,4%	17,8%	33,6%	11,2%	15%	100%
	1985-2004	26	39	14	26	18	123
		21,1%	31,7%	11,4%	21,1%	14,7%	100%
Total		54	67	62	48	41	272
		19,9%	24,6%	22,8%	17,6%	15,1%	100%

Tabela 3: Fonte de apoio principal das ONGs de acordo com a data de fundação
Fonte: Levantamento 2004–2005.

	Frequência	Percentual
Fontes governamentais	43	19,4%
Fontes domésticas não governamentais	57	25,7%
Fontes estrangeiras	61	27,5%
Autossuporte	33	14,9%
Fontes diversas (sem dependência única)	28	12,5%
Total	222	100%

Tabela 4: Fontes principais de apoio financeiro das ONGs dez anos atrás
Fonte: Levantamento 2004–2005.

mostra que a maioria delas (86,9%) utiliza o site notadamente para informar sobre suas atividades, ao passo que 7,4% afirmam que sua finalidade básica é fornecer informações de utilidade pública, e 5,7% procuram, em primeiro lugar, o cultivo de contatos sociais.

Os dados confirmam a percepção de que as ONGs são altamente informatizadas. Estamos acostumados a ouvir que a conectividade rápida é parte tão essencial do mundo global quanto as próprias ONGs (Matthews, 1997). Também estamos acostumados a ouvir que as minorias e os grupos excluídos podem agora, graças à Internet, contornar seu isolamento e passar diretamente do nível local para o global. Não obstante as muitas histórias de sucesso sobre nativos que rapidamente mobilizam o apoio internacional para sua causa, seria possível dizer que as ONGs são, em geral, mais aptas a se comunicar com a sociedade civil do que as agências do Estado? Eu diria que essa conclusão é prematura. Primeiramente, considerando que menos de 20% da população brasileira tem acesso a computadores em casa, devemos concluir que a comunicação generalizada é uma característica problemática das práticas eletrônicas no Brasil, não importa se tais práticas têm suas origens no Estado ou em organizações da sociedade civil. Em segundo lugar, é importante lembrar que a desigualdade no acesso à comunicação eletrônica pode realmente acentuar oligopólios de participação e representação.

Além disso, deve-se observar que o setor governamental no Brasil, de forma semelhante às ONGs, apresenta, em termos relativos, um grau muito elevado de informatização, apesar do fato de a cidadania permanecer ainda restrita a apenas uma parcela da população. Acesso ao governo se tornou, em muitos aspectos, mais rápido e confortável para aqueles que, antes, já tinham acesso menos difícil. Hoje, por exemplo, 95% dos brasileiros que preenchem uma declaração de imposto de renda o fazem pela Internet.² Estes, porém, representam apenas 16,5 milhões — cerca de 9% — da população. Portanto, a chance de as ONGs alcançarem apenas aqueles que já fazem parte da comunidade política aparenta ser alta. Certamente, a qualidade da cidadania pode aumentar de forma considerável, mas as consequências para aqueles que se encontram em situações menos favorecidas podem não ser tão espetaculares quanto sugerem os defensores dos novos canais de participação.

É evidente que, uma vez que as ONGs se têm voltado em grande parte para públicos eletrônicos, elas podem ser mais eficazes na comunicação e na mobilização de apoio. No entanto, como tais, devem ser comparadas com os grupos de interesse, sindicatos, grupos de lobistas, entre outros, e não com o setor público. A fim de obtermos mais informações sobre a natureza das relações entre as ONGs e o Estado, perguntei então como as próprias ONGs se veem. Será que diriam que são essencialmente organizações sociais ou comunitárias que operam, sobretudo, por meio da participação voluntária? Ou será que se descreveriam melhor como organizações de especialistas e consultores técni-

		Número de funcionários estáveis pagos das ONGs				
		Sem funcionários pagos	de 1 a 9	de 10 a 49	50 ou mais	Total
Data de fundação	Até 1984	3 6,3%	15 31,3%	19 39,6%	11 22,8%	48 100%
	1985–1994	16 13,4%	40 33,6%	48 40,3%	15 12,7%	119 100%
1995–2004		30 22,7%	48 36,4%	48 36,4%	6 4,5%	132 100%
	Total		49 16,4%	103 34,4%	115 38,5%	32 10,7%

Tabela 5: Número de funcionários pagos de acordo com o ano de fundação da ONG

Fonte: Levantamento 2004–2005.

	Frequência	Porcentagem válida
Nunca	43	14,4%
Quase nunca	26	8,7%
Às vezes	100	33,4%
Sempre	130	43,5%
Total	299	100%

Tabela 6: Os líderes consultam suas bases?

Fonte: Levantamento 2004–2005.

	Frequência	Porcentagem válida
Diariamente	32	13,5%
Duas vezes por semana	14	5,9%
Semanalmente	47	19,8%
Mensalmente	54	22,8%
Menos que uma vez por mês	90	38%
Total	237	100%

Tabela 7: Frequência com que a página web é atualizada

Fonte: Levantamento 2004–2005.

cos dedicadas a objetivos coletivos? As respostas que recebemos revelam uma divisão bastante equilibrada entre as ONGs “comunitárias” e as “consultivas”. Entre essas últimas, porém, a proporção daqueles que dizem agir em parceria com o governo federal é maior. Já no nível local as proporções se invertem, apresentando mais ONGs “comunitárias” do que “consultivas” agindo em parceria com o governo.

Por último, mas não menos importante, foi averiguada a propensão das ONGs para assumir funções tradicionalmente desempenhadas pelas agências estatais. Embora essa parte do estudo tenha apenas começado, é possível dizer que as ONGs de perfil mais consultivo ou técnico estão mais propensas a desenvolver uma parceria com o governo federal do que aquelas que se definem como “comunitárias”. Estas apresentam uma taxa ligeiramente mais elevada de parcerias com as administrações locais do que as ONGs consultivas. Quanto à parceria com os estados regionais, não existem grandes diferenças entre os dois modelos. Esses resultados são reproduzidos nas Tabelas 9, 10 e 11 [ver p. 111 e 113].

O que podemos concluir das informações analisadas? Certamente, os dados não nos permitem dizer muito sobre as mudanças nos padrões de interação entre a sociedade e o Estado. No entanto, o próprio fato de estarmos olhando para organizações da sociedade civil cuja missão é explicitamente o fornecimento de bens e serviços outrora vistos como de responsabilidade do poder público sinaliza uma mudança cultural profunda. Mais importante, porém, é que os dados revelam a extensão de nossa ignorância sobre questões-chave relacionadas à nossa sociedade. Não sabemos, por exemplo, como podemos tornar as ONGs mais responsáveis e mais ágeis. Também não sabemos se elas realmente aumentam a participação social ou se são sinal de novas formas de poder monopolista. Por definição, essas organizações não são representativas, mas, à medida que assumem papéis e funções, podem vir a adquirir poderes e privilégios. Será que as ONGs oferecem uma distribuição mais eficiente e menos corrupta dos serviços sociais do que as burocracias governamentais? Enquanto as agências internacionais, hoje, trabalham com essa hipótese, não temos evidências claras sobre isso realmente ser uma característica lógica das ONGs.

Para concluir esse estudo preliminar, eu diria que, por mais incipiente que seja, ele indica a necessidade de prosseguir na análise dos dados de pesquisa já disponíveis. Sugere também a necessidade de mais informação sobre as novas formas de organização que estão assumindo tarefas tradicionalmente atribuídas a agências governamentais com a colaboração apenas marginal de antigas iniciativas filantrópicas. Nesse estudo, é sugerido ainda que talvez seja importante investigar até que ponto novos atores, como as ONGs, são realmente inovadores em suas formas de organização e ação, em suas fontes de financiamento etc. As ONGs realmente estão causando um impacto transformador?

	Frequência	Porcentagem válida
Para promover suas atividades	212	86,9%
Para providenciar informações de interesse geral	18	7,4%
Para cultivo de contatos	14	5,7%
Total	244	100%

Tabela 8: Propósito principal da página web

Fonte: Levantamento 2004–2005.

		Trabalha com o governo federal		
		Sim	Não	Total
Características da ONG	Comunitária	73	79	152
		48%	52%	100%
	Profissional/técnica	88	58	146
		60,3%	39,7%	100%
Total		161	137	298
		54%	46%	100%

Tabela 9: Parcerias com o governo federal segundo as características da ONG

Fonte: Levantamento 2004–2005.

		Trabalha com o governo local		
		Sim	Não	Total
Características da ONG	Comunitária	84	68	152
		55,3%	44,7%	100%
	Profissional/técnica	73	73	146
		50%	50%	100%
Total		157	141	298
		52,7%	47,3%	100%

Tabela 10: Parcerias com governos locais de acordo com as características da ONG

Fonte: Levantamento 2004–2005.

Em que sentido? Quem são os mais beneficiários? São realmente mais participativas do que outras organizações da sociedade civil? A quem elas prestam contas? Aos doadores? Aos beneficiários? Essas e outras questões cruciais não devem ser entendidas como crítica, mas sim como busca de evidências, como algo que precisamos conhecer com urgência por questões de eficiência e justiça.

Insisto que o realinhamento conceitual do Estado, do mercado e das forças sociais é, ao mesmo tempo, o resultado das transformações históricas atuais, bem como a tentativa intelectual de conferir sentido às mudanças em curso. Assim, a agenda da sociologia precisa contemplar os processos empíricos em jogo e, simultaneamente, explicar as mudanças nas formas de conceber a sociedade. Enquanto os Estados nacionais experimentam pressões locais e globais, as mudanças que vêm ocorrendo nos padrões de interação entre Estado, mercado e sociedade civil permanecem subteorizadas. Embora alguns venham chamando a atenção para um declínio das forças associativas (Putnam, 2000), há muitas evidências de que novas forças participativas estão entrando no jogo, forças que desafiam nossos antigos esquemas de interpretação. No âmbito global, a explosão do chamado terceiro setor, a relevância crescente do conceito de responsabilidade social corporativa ou a mudança de governabilidade para governança no léxico das agências internacionais são alguns dos indícios das mudanças que estão ocorrendo. Embora distintos, esses processos convergem como expressões de uma nova maneira de conceber a vida social. Cada uma dessas manifestações tem recebido considerável atenção por parte da sociologia. Falta-nos, contudo, um quadro teórico mais amplo, que nos ajude a atar melhor as muitas pontas que permeiam o mundo social contemporâneo. Para enfrentar esse desafio, temos de passar da teorização abstrata à pesquisa empírica e vice-versa, tudo isso no ritmo acelerado típico do mundo globalizado.

		Trabalha com o governo regional		
		Sim	Não	Total
Características da ONG	Comunitária	66	86	152
		43,4%	56,6%	100%
	Profissional/técnica	68	78	146
		46,6%	53,4%	100%
Total		134	164	298
		45%	55%	100%

Tabela 11: Parcerias com o governo regional de acordo com as características da ONG

Fonte: Levantamento 2004–2005.

Elisa Reis é professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), membro do colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade. Doutora em Ciência Política pelo Massachusetts Institute of Technology, é pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Suas publicações no Brasil e no exterior contemplam temas clássicos de sociologia política e teoria sociológica, com ênfase em questões que envolvem aspectos políticos da cultura, percepções de desigualdade e diferença, e transformações histórico-conceituais.

NOTAS

- * A pesquisa para este estudo foi possível graças ao apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Uma versão deste artigo foi publicada em Kalekin-Fishman, Devorah & Denis, Ann B. (orgs.). *The ISA Handbook in Contemporary Sociology*. Londres: Sage, 2009, p. 74–90.
- 1 Em Koslinski e Reis (2009), foi explorado justamente o possível impacto das ligações transnacionais sobre as ONGs. Contrariamente à afirmação habitual que laços estrangeiros tendem a tornar as ONGs de países menos desenvolvidos menos enraizadas nos mesmos, mostramos que laços externos estão intimamente associados a redes sociais domésticas mais intensas.
- 2 A partir de 2011, o meio eletrônico passa a ser o único disponível para declaração de imposto de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, Jeffrey (org.). *Real Civil Societies: Dilemmas of Institutionalization*. Londres: Sage, 1998.
- Anheier, Helmut & Themudo, Nuno. *Organizational Forms of Global Civil Society: Implications of Going Global*. *Global Civil Society Yearbook*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- Arato, Andrew & Cohen, Jean L. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- Axtmann, Roland. *The State of the State: The Model of the Modern State and Its Contemporary Transformation*. *International Political Science Review*, 2004, 25/3, p. 259–279.
- Baccaro, Lucio. *Civil Society Meets the State: a Model of Associational Democracy*. *Discussion Paper*. Genebra: International Institute for Labor Studies, 2002.
- Barzelay, Michael. *The New Public Management: Improving Research and Policy Dialogue*. Berkeley: University of California Press, 2001.

Bendix, Reinhard. *Nation Building and Citizenship: Studies of Our Changing Social Order*. Berkeley: University of California Press, 1964.

Carroll, Archie B. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business and Society*, 1999, 38 /3, p. 268–295.

Clarke, Gerard. The Politics of NGOs. In: *South-East Asia: Participation and Protest in the Philippines*. Londres: Routledge, 1998.

Clayton, Andrew (org.). *NGOs, Civil Society and the State: Building Democracy in Transitional Societies*. Oxford: Intrac, 1996.

Della Porta, Donatella & Tarrow, Sidney (orgs.). *Transnational Protest and Global Activism*. Lanham: Rowman & Little Field, 2005.

Elias, Norbert. On the Sociogenesis of Sociology. *Sociologisch Tijdschrift*, 1984, 11/1, p. 14–52.

Evans, Peter B. *Dependent Development: The Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

Fernandes, Rubem C. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Fowler, Alan. *Striking a Balance: a Guide to Enhancing the Effectiveness of Non-Governmental Organizations in International Development*. Londres: Earthscan, 1997.

Garriga, Elisabet & Melé, Domènec. Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. *Journal of Business Ethics*, 2004, 53/1–2, p. 51–71.

Hall, John A. In Search of Civil Society. In: ____ (org.). *Civil Society: Theory, History, Comparison*. Cambridge: Polity Press, 1995.

Hemingway, Christine A. & Maclagan, Patrick W. Managers' Personal Values as Drivers of Corporate Social Responsibility. *Journal of Business Ethics*, 2004, 50/1, p. 33–44.

IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Keane, John. *Democracy and Civil Society*. Londres: Verso, 1988a.

____ (org.). *Civil Society and the State: New European Perspectives*. Londres: Verso, 1988b.

Keck, Margaret E. & Sikkink, Kathryn. Transnational Advocacy Networks in International and Regional Politics. *International Social Science Journal*, 1999, 51/1, p. 89–101.

Khagram, Sanjeev; Riker, James V. & Sikkink, Kathryn. From Santiago to Seattle: Transnational Advocacy Groups Restructuring World Politics. In: _____(orgs.). *Restructuring World Politics: Transnational Social Movements, Networks, and Norms*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

Koslinski, Mariane C. & Reis, Elisa P. Transnational and Domestic Relations of NGOs in Brazil. *World Politics*, 2009, 37/3, p. 714–725.

Landim, Leilah. Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs. *Lusotopie*, 2002, 1, p. 215–239.

_____(org.). *Sem fins lucrativos: as organizações não governamentais*. Rio de Janeiro: Iser, 1988.

Lane, Jan-Erik. *New Public Management: an Introduction*. Londres: Routledge, 2000.

Martins, Luciano. *Pouvoir et développement économique: formation et evolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos, 1976.

Matthews, Jessica T. Power Shift. *Foreign Affairs*, 1997, 76/1, p. 50–66.

McLaughlin, Kathleen; Osborne, Stephen P. & Ferlie, Ewan (orgs.). *New Public Management: Current Trends and Future Prospects*. Londres: Routledge, 2002.

OECD [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico]. *Voluntary Aid for Development: The Role of Non-Governmental Organizations*. Paris: OECD Development Centre, 1988.

Pérez-Díaz, Victor M. *The Return of Civil Society*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

Pollitt, Christopher & Bouckaert, Geert. *Public Management Reform: a Comparative Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Putnam, Robert D. *Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community*. Nova York: Simon & Schuster, 2000.

Reis, Elisa P. Elites agrárias, state-building e autoritarismo. In: *Processos e escolhas: ensaios de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998a.

_____. O Estado nacional como ideologia. In: *Processos e escolhas: ensaios de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998b.

_____. The Lasting Marriage Between Nation and State Despite Globalization. *International Political Science Review*, 2004, 25/3, p. 251–257.

Salamon, Lester. *Partners in Public Service: Government-Non-profit Relations in the Modern Welfare State*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

_____ & Anheier, Helmut. *The Emerging Non-Profit Sector: an Overview*. Manchester: Manchester University Press, 1996.

Somers, Margaret & Gibson, Gloria D. Narrative and Social Identity. In: Calhoun, Craig (org.). *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford: Blackwell, 1995.

Stepan, Alfred. *The State and Society, Peru in Comparative Perspective*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

Trebat, Thomas J. *Brazil's State-Owned Enterprises: a Case Study of the State as Entrepreneur*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

Van Rooy, Alison. *Civil Society and the Aid Industry*. Londres: Earthscan Publications, 1998.

Wapner, Paul. Politics beyond the State: Environmental Activism and World Civic Politics. *World Politics*, 1995, 47/3, p. 311–340.

Weber, Max. *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press, 1978 (2 vol.).

Wolfe, Alan. *Whose Keeper? Social Science and Moral Obligation*. Berkeley: University of California Press, 1989.

Zadek, Simon. The Path to Corporate Responsibility. *Harvard Business Review*, 2004, 82/12, p. 125–132.

Resumo:

O artigo combina discussão teórica com análise empírica, em um esforço para discutir mudanças em curso na teoria e na prática. Tomando ideias e ações como componentes entrelaçados dos processos sociais, focaliza-se uma mudança intelectual ampla e uma inovação institucional empírica como fenômenos que se espelham. No nível teórico, aborda-se a tendência a conceber a sociedade de uma forma que difere do cânone vigente até há bem pouco, argumentando que o ressurgimento da sociedade civil no discurso público, a ascensão de novos movimentos sociais e a difusão de ideais cosmopolitas são alguns dos indícios de transformação que exigem dos cientistas sociais novas lentes teóricas. No nível empírico, considera-se o mundo das organizações não governamentais ilustrativo da nova imagem da sociedade. Sugere-se que a elevação de tais organizações à condição de parceiro ou de alternativa para os mecanismos de autoridade sinaliza uma nova forma de enquadrar as relações entre Estado e sociedade.

Abstract:

The article combines both a theoretical discussion and an empirical analysis in an attempt to deal with ongoing changes in theory and in practice. Taking ideas and actions as interwoven components of social processes, I discuss a broad intellectual change and an empirical institutional innovation as phenomena that mirror each other. At the theoretical level, I look at the tendency to approach society in ways that differ from old established canons. I contend that the resurgence of civil society in the public discourse, the rise of new social movements, the emergence of cosmopolitan ideals are some of the indications of transformations that have demanded new theoretical lenses for social scientists. At the empirical level, I focus on the world of Non-Governmental Organizations as something that somehow illustrates the new image of society. I suggest that the elevation of such organizations to the condition of either partners or alternatives to authority mechanisms point to a new way of framing the relationships between state and society.

Palavras-chave:

Solidariedade e autoridade; Estado; Mercado; Sociedade; Organizações não governamentais.

Keywords:

Solidarity and authority; State; Market; Society; Non-governmental organizations.

O HOMEM DA FICHA ANTROPOMÉTRICA E DO UNIFORME PANDEMÔNIO: LIMA BARRETO E A INTERNAÇÃO DE 1914*



Nome: Affonso Henriques de Lima Barreto

Idade: 33

Cor: branco

Estado civil: solteiro

Nacionalidade: brasileira

Profissão: empregado público

Entrada: 18-08-14

Diagnóstico: alcoolismo

Tratamento: purgativo, ópio

Lima Barreto, primeira internação.
Acervo da Biblioteca do Instituto de
Psiquiatria da UFRJ, 1914.

Retrato em branco e negro, ficha antropométrica preenchida... É dessa maneira que Lima Barreto aparece nos registros do Hospício Nacional de Alienados do ano de 1914. A instituição remonta o ano de 1841, com o nome de Hospital Pedro II, quando José Clemente Pereira, provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, iniciou campanha pública em favor da criação de um hospício de alienados na Corte. Era preciso separar os loucos dos demais doentes, assim como ministrá-los tratamento diverso, em função da natureza agora reconhecida da moléstia. Não que a doença fosse de todo desconhecida. No Código de Posturas Municipais do Império, os loucos e os embriagados eram associados a animais ferozes, e representavam perigo social. Também o relatório de Salubridade da Sociedade de Medicina de 1839 entendia a loucura como uma doença especial, mas, como não havia um hospício na Corte, e apenas poucos hospitais pertencentes a irmandades religiosas recebiam alienados, restava aos médicos alertar sobre alcances da moléstia. Assim, doentes internados nesses locais ou no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, permaneciam em cubículos mal-iluminados e ventilados, e, superada a crise, eram logo restituídos às famílias (Engel, 2001: 194-195).

A necessidade de uma instituição desse tipo era justificada não só por conta da especificidade da moléstia e da falta de condições para tratá-la de maneira adequada, como em nome dos próprios doentes. Pautados nos modelos de Pinel, Esquirol, Frank, Dubois, entre outros, nossos médicos preconizavam o isolamento da loucura. E aprovado o projeto, foi logo selecionado pela mordomia do Império o edifício, que começou a ser construído em 1842. Em 1852, no dia da sacração de Pedro II, foi inaugurado o imponente prédio de arquitetura neoclássica, localizado em lugar de especial beleza natural. De lá se observava um espetáculo natural pungente: a baía de Botafogo, a Serra dos Órgãos, as montanhas de Niterói, o Pão de Açúcar e a Urca.¹ Estranho paradoxo opunha a paisagem natural de fora à paisagem humana de dentro: internos anônimos, vagando maltrapilhos e unidos apenas por uma etiqueta comum: a loucura. Anos depois, a arquitetura do hospital seria questionada, uma vez que, segundo a concepções vigentes — pautadas numa ciência asséptica — não era de bom tom tamanha demonstração expressa em construção tão suntuosa. Grande arquitetos, como Domingos Monteiro, José Maria Jacinto Rebelo e Joaquim Cândido Guilhobel foram chamados para implementar o edifício, atestando a relevância do projeto nos planos do Império, cuja política científica voltava-se fortemente para a aplicação das novas ciências e tecnologias; símbolos da civilização e do progresso. A princípio o muro do hospital era totalmente devassado, expondo demais o cotidiano dos pacientes, já que o local era ponto frequente de visitação dominical. A partir de 1855, porém, um gradil passou a separar os loucos do restante da sociedade. Não por acaso Lima Barreto, em seus diários, descreveria o hospício como “frio, severo, solene, com pouco movimento nas massas arquiteturais” (Barreto, 2010c: 214).

Temas como loucura andavam em voga, e, sobretudo num país mestiçado, não eram poucos os teóricos que defendiam teses sobre a maior incidência de casos numa nação de raças em desequilíbrio.² Com a chegada dos primeiros pacientes ao Hospício Pedro II, transferidos em sua maior parte da Santa Casa da Misericórdia, o cotidiano passa a se estruturar. A organização da construção separava, em primeiro lugar, os homens (que ficavam na ala esquerda), das mulheres (na direita). Além do mais, os alienados eram divididos a partir de sua origem social: aqueles admitidos gratuitamente (indigentes, escravos e marinheiros) e os pensionistas (discriminados como “primeira classe”, com tratamento especial, e “segunda classe”, com direito a quarto para dois internos). Os alienados eram também diferenciados pelo comportamento: tranquilos, agitados, imundos, afetados por moléstias acidentais ou crônicas. Bastante simples, a classificação combinava critérios que atentavam para a condição social, a higiene, a incidência de outras moléstias, a manifestação da loucura e seu grau de periculosidade.

O hospício tinha como objetivo a cura, mas suas possibilidades eram limitadas, uma vez que faltavam médicos, enfermeiros e remédios. Em primeiro lugar, não existia distinção clara entre punição e tratamento. De maneira indiscriminada, ministravam-se banhos como tratamento, mas também para controle de pacientes “nervosos”. De forma também alargada, empregavam-se substâncias farmacológicas (como o ópio), sangrias e purgatórios. Além do mais, como essa era considerada uma doença moral, o trabalho cumpria função primordial. As mulheres costuravam, lavavam e engomavam roupas, enquanto os homens dedicavam-se à limpeza local, atuando como serventes nos jardins, refeitórios e enfermarias, espaços em que arrumavam camas, limpavam, varriam e lustravam os assoalhos.

O importante é que, com o correr do tempo, a instituição passaria a representar um dos orgulhos do modelo civilizatório praticado pelo Império brasileiro, afeito a todo tipo de novidade que promettesse a elevação moral. Entretanto, com a chegada da República, não apenas o regime iria mudar, como procedeu-se a uma alteração acelerada de nomes, títulos e emblemas. E o “Pedro II” não ficaria atrás: logo em janeiro de 1890 seria rebatizado como Hospício Nacional de Alienados e, em 1911, Hospital Nacional de Alienados.

Por outro lado, nesse contexto, novos modelos entravam em voga, sobretudo a “teoria da degenerescência” elaborada por Morel e difundida por Magna, e a do “organicismo”, que estabelecia a predominância dos elementos biológicos aos sociais. Eles levariam a uma mudança de enfoque com relação à loucura e à importância das determinações hereditárias. A essas novas conclusões correspondiam novas terapêuticas, uma medicalização crescente e um aprimoramento desse tipo de instituição asilar. Críticas ao hospital abundavam e nomeavam desde o caráter inapropriado de sua arquitetura, até a falta de médicos ou a superlotação. E as mudanças logo se inscreveriam numa nova

estrutura. Em 1890 é criada a Assistência Médica e Legal dos Alienados, que administraria o Hospício Nacional de Alienados e as colônias de Alienados da Ilha do Governador (Mesquita e São Bento). O hospício passa, pois, a contar com uma logística distinta e independente da Santa Casa da Misericórdia. Aumentava-se, ainda, a autoridade do médico, que teria uma espécie de tutela sobre seus pacientes, desbancando o poder familiar.

É esse tipo de estabelecimento que recebe Lima Barreto, em agosto de 1914. Ele, já escritor de certa fama, reconhecido como voz crítica e atuante, parecia, diante dessa situação, como mais uma personagem anônima qualquer, um alienado passageiro já que sujeito ao delírio do álcool. Tudo ao contrário do que era seu grande sonho: o de projetar-se como uma *persona literária* e um testemunho desses novos tempos. Sua história pessoal parecia repetir o que as teorias raciais da época, e os prognósticos mais negativos e deterministas, apontavam: não se escapava da raça de origem, e dos seus estigmas. Afinal, segundo as teorias da degeneração, indivíduos miscigenados carregariam “vícios” das duas raças que as formavam. Estabelecia-se uma correlação clara entre raça e doença mental, e se a loucura não tinha uma única raça, negros e mestiços estavam mais predispostos a ela, na medida em que entendidos como intelectualmente inferiores. Henrique Roxo, médico do Hospital, em pronunciamento no Segundo Congresso Médico Latino-Americano (1904), asseverava que negros e pardos deveriam ser considerados como “tipos” que não evoluíram; seriam retardatários entre nós. Segundo ele, se cada um carrega uma “tara hereditária”, no caso desses grupos ela era “pesadíssima”. O médico não deixava de incluir argumentos sociais, culpando a abolição “repentina”, assim como o crescimento das cidades. Por isso, eles teriam maior propensão para a vadiagem, o álcool e demais distúrbios mentais.

Lima Barreto conhecia a loucura de perto; convivera com ela desde muito jovem. Seu pai, João Henriques, seria um dos primeiros desempregados da monarquia e para poder sobreviver aceitaria, em março de 1890, trabalho mal remunerado como almoxarife nas Colônias de Alienados da Ilha do Governador. Conheceu também a própria loucura do pai que a partir de 1902 mostrou os primeiros sinais e nunca mais voltou à razão. Isso fez com que Lima Barreto, filho mais velho, virasse arrimo de família, assim como que, vexado, convivesse com os urros diários do pai, na nova casa no subúrbio carioca, em que passariam a viver.³

Há extensa bibliografia sobre alienismo no XIX, e, no Brasil, uma série de especialistas vem se dedicando ao tema.⁴ O objetivo deste pequeno artigo não é, pois, trazer novos dados sobre a prática, ou traçar um panorama acerca de sua terapêutica no Brasil. A ideia é, antes, a partir de um material delimitado, qual seja, os dados retirados dos prontuários de “observação clínica” do Hospital Nacional de Alienados realizadas no ano de 1914 — quando Lima Barreto foi internado pela primeira vez —, perceber por meio da comunicação improvável

entre imagem (as fotos captadas na ocasião da internação, supostamente contra a vontade dos doentes) e texto (os dados anotados nas fichas pelos médicos que entrevistavam os novos pacientes), a partir dos detalhes, como poderiam ocorrer possíveis diálogos, por certo dialógicos, num asilo como esse.

São muitos os nomes e rostos “observados”, hoje meros desconhecidos, cada um carregando seus dramas pessoais, descritos nos pequenos relatos que mencionam brigas, manias religiosas ou políticas, agressividade, criminalidade, fanatismo religioso, alcoolismo, ciúme e toda uma vasta gama de experiências, todas classificadas por um rótulo forte e generalizante. A loucura parece ser o contrário da ordem e da normalidade, uma corruptela para pensar em exagero, afetação, agitação, periculosidade ou, como mostra Castel, “um excesso que é falta” (Castel, 1978: 111).

O conjunto das fichas traz um universo de certa maneira recorrente: boa parte dos internados são brasileiros, sendo os estrangeiros em geral portugueses e espanhóis. Divididos por cor — brancos, pardos ou negros —, a maioria deles são classificados como brancos, a despeito das fotos traírem a objetividade das fichas, uma vez que a pele, os traços, os cabelos revelam que a maioria dos casos incide sobre uma população escura e pobre. Também se anotou, quando possível, ou quando o silêncio do paciente não escorre para as próprias fichas, a profissão do novo interno. As mulheres foram em sua totalidade definidas como “domésticas”; já os homens em sua maior parte como “trabalhadores”, depois comerciantes e ainda estivadores, mecânicos, tipógrafos, pedreiros, alfaiates, serralheiros, carregadores, um “chauffeur” e dois empregados públicos; dentre eles Lima Barreto. Aí estava o que restava da identidade, ao menos provisoriamente roubada, desses cidadãos destituídos de seu direito de arbítrio.

Nas fichas de observação, a partir de pequenos detalhes, percebe-se o diálogo difícil e por certo hierarquizado entre doente e médico, no sentido de garantir, de um lado, a singularidade; de outro, deixar-se catalogar a partir de uma situação que, contra a vontade de muitos, parecia unir a todos. Ou seja, se o “diagnóstico” continha certa variação — alcoolismo, epilepsia, psicose periódica, paralisia geral, delírio episódico, demência senil, debilidade mental, esclerose cerebral, sífilis cerebral ou simplesmente psicose dos degenerados, isso quando os termos não vinham seguidos por um ponto de interrogação —, já o tratamento era bastante recorrente, resumindo-se à prescrição de purgatório, ópio ou tônicos calmantes. Por outro lado, enquanto o notário parece tentar preencher a profissão sempre de maneira pouco específica pode-se notar, em alguns casos, o esforço do interno de discriminar a profissão e assim ganhar um local diferenciado nessa instituição que tende a jogar a todos na mesma grande vala comum da loucura. Lima Barreto queria ser classificado como escritor; ficou apenas (mas pelo menos) como funcionário público. Profissão que tantas vezes ironizou, e que, durante toda a vida, considerou menos relevante do que o seu compromisso com a literatura.

Nosso interesse, ademais, girará em torno de Lima Barreto que, em seus diários, anota a “humilhação” que sentiu ao perder sua identidade e se ver transformado num “mulato”, desses que tantas vezes manifestavam a fraqueza da loucura mestiça — a “psicose dos degenerados”. Pouco adiantaria, nessa hora, seu conhecimento crítico do darwinismo racial. Sobra o desânimo e a melancolia presentes nas páginas de seu diário, onde escreveria: “A capacidade mental dos negros é discutida a *priori* a dos brancos a *posteriori*. A ciência é um preconceito grego, é ideologia” (Barreto, 1998: 15).

Com o objetivo de lidar com esse material, nos valem do método indiciário de Carlo Ginzburg, desenvolvido no livro *Mitos, emblemas e sinais* (1989) e no artigo “O inquisidor como antropólogo” (1998). Como mostra o historiador, muitas vezes a partir de pequenos detalhes se chega a conclusões de maior amplitude. Vale a pena também emprestar o modelo dialógico, à moda de Mikhail Bakhtin (1987), e igualmente aplicado por Ginzburg, que mostra como, a despeito das posições hierarquicamente desiguais, que se estabeleciam entre (no seu caso) inquisidor e vítima, travavam-se debates dialógicos no sentido da tensão que se apresentava entre ambos, mas igualmente na compreensão de um universo cultural partilhado, por vezes silenciosamente, por vezes de maneira aberta e conflitiva. Tendo como modelo os romances de Dostoiévski, Bakhtin definiu tal conceito:

não como a unidade de uma só consciência que teria absorvido, como objetos, outras consciências múltiplas, nenhuma das quais se torna completamente objeto de outra. Essa interação não permite que o observador exterior objetive todo o evento segundo o modelo monológico habitual (temático, lírico ou cognitivo) e desta maneira obrigando-o a colocar-se como participante (Bahktin, 1970: 51).⁵

Nem inquiridor, nem inquirido são tomados como passivos nessa relação, embora não se desconheçam as desigualdades de poder existentes entre eles.

Mais uma explicação prévia: essa não foi a única vez que Lima esteve internado e não foi, nem ao menos, um registro isolado. Vamos sim nos referir à segunda entrada do escritor no hospício, e nos depoimentos que legou, mais ao final do artigo. O corpo do texto será tomado, no entanto, pela análise dos documentos de 1914, uma vez que optamos por privilegiar uma investigação mais verticalizada, ao insistir no caderno da primeira internação. Essa foi a primeira, a mais chocante e marcante das internações, a despeito de não ter sido a mais longa. Além do mais, faremos pequena digressão acerca dos pacientes internados nesse mesmo ano, e cujas fichas estão próximas ao prontuário de Lima Barreto. O conjunto permite entender, e de maneira mais abrangente, processos de humilhação experimentados pelo literato, e certo perfil daqueles com quem o escritor foi obrigado a conviver nesse primeiro período como interno no Hospital Nacional de Alienados.

O PACIENTE LIMA BARRETO: UMA FOTO E UMA FICHA

Hoje tive um pavor burro. Estarei indo para a loucura?
(Lima Barreto, 1998, p. 89)

Aquele que entrar na Biblioteca do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos fundos do campus da Praia Vermelha, uma construção de dois andares, localizada ao lado do edifício onde funciona o Instituto Psiquiátrico Philippe Pinel — no espaço onde hoje funciona o ambulatório e local de internação dos pacientes para lá encaminhados — e pedir o Livro de Observações do ano de 1914, há que se deparar com um documento encadernado, repleto por questionários com conteúdo padrão, respondidos ou em parte vazios, fotos em branco e preto, seguidas de outras descrições. A impressão causa grande impacto, tal a intimidade lá revelada, tamanha a violência a que estão expostas essas personagens cujos nomes e feições parecem ter se perdido na pátina do tempo. Mas um deles, cuja entrada se deu no dia 18 de agosto, com certeza se destaca em meio a essa massa de desconhecidos: o escritor Affonso Henriques de Lima Barreto, que tinha então 33 anos. É certo que não há como virar a página, pois hoje o conhecemos. No entanto, a foto chama atenção, igualmente, por conta do estranhamento da situação e da imagem que lá surge estampada. Portando roupas de detento, com um carimbo estampado em sua roupa — pandemônio —, o rapaz mira a câmara fotográfica, e se não fosse um certo olhar entristecido, um pouco baixo, pareceria desafiá-la. Pandemônio tem origem inglesa *pandemonium*, através do radical grego *pân*, que significa “todo”, sendo acrescido o termo grego *daímon*, que quer dizer “demônio”. Tal neologismo foi criado pelo poeta inglês John Milton (1608-1674), no seu *Paradise Lost*, para designar o palácio de Satã. É também o designativo para a capital imaginária do Inferno, significando o mesmo que tumulto, balbúrdia, confusão. Se *non é vero...* o que importa é que a imagem, acrescida do seu título é motivo de espécie. Ainda mais porque em seu livro *Cemitério dos vivos*, que restou inacabado, Lima desenhara uma imagem semelhante do hospício: o inferno ou o cemitério.

O fato é que Lima andara bebendo, e muito, e sua expressão talvez seja devedora de seu estado, tal como descreve em seu *Diário* naquele ano. De toda maneira, e de modo diferente de outros internos, não esconde o rosto ou vira-o de lado, evitando o olhar; nem ao menos usa de qualquer subterfúgio, como tapar o rosto com as mãos, ou com outro objeto. Está lá, de corpo inteiro, diferente da imagem do dândi em começos do século ou do ativista literário, que frequentava o Café Papagaio e questionava a “panelinha literária” da Academia Brasileira de Letras, ou mesmo do escritor engajado, que atuara na acirrada campanha eleitoral para a presidência entre 1909-10.

Sua fama já lhe trouxera certos lucros e dividendos, e Lima fora contratado em 1914 para escrever uma crônica diária para o *Correio da Noite*, assim

como manteria a coluna mesmo após sua estada no hospício. Também colaborava com a *Gazeta da Tarde* desde 1912, onde publicara uma série de relatos folhetinescos e a sátira política “Numa e a Ninfa”, que depois seria convertida em romance. Publicara, ainda, dois fascículos das “Aventuras de dr. Bogoloff”.

Mas foi a edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, em 1909, que lhe conferiu notoriedade, assim como — e na mesma medida — lhe custou caro, por conta das críticas que fazia ao racismo vigente no país e, sobretudo, das denúncias ao lobby da imprensa: segundo ele, o “4ª poder da República”. Em *Isaías Caminha*, o escritor tratava dos bastidores do jornal *Correio da Manhã* (trocando o nome do periódico para *Globo*) e, sem um pinga de ingenuidade, afirmara na ocasião: “Eu não tenho inimigos, mas meu livro os terá”. O romance havia sido publicado sob a forma de folhetim nos quatro únicos números da *Floreal* (1907), revista na qual Lima atuava como um dos proprietários e principal editor. Nela, o grupo composto pelos amigos e colegas de redação — Antonio Noronha Santos, Domingos Ribeiro Filho e Mário Tibúrcio Gomes Carneiro — anunciava a formação de nova geração de escritores; avessa aos formalismos da literatura vigente.

Lima Barreto também teria tempo de publicar sob a forma de folhetim outro romance satírico. *Triste fim de Policarpo Quaresma* foi lançado, pela primeira vez, na edição vespertina do *Jornal do Comércio*, e durante dois meses: de 11 de agosto a 19 de outubro de 1911, estando a história completa após 52 folhetins. Editado no jornal mais tradicional da época, *Triste fim* retornava aos tempos de Floriano e da Revolta da Armada, e ressuscitava os dias vividos na Ilha do Governador, quando seu pai, atuando na administração da colônia de alienados, viu sua propriedade ser invadida por revoltosos. Como vimos, a loucura se manifestaria apenas em 1902, quando o pai, à semelhança do escândalo que ocorrera com o almoxarife do Hospital de Alienados, ficou com medo de ter suas contas contestadas.

Já Lima traduziria o ambiente imperante em seu contexto, recuando, porém, aos idos de 1893, momento em que começa a Revolta da Armada. O período não lhe poderia ser mais significativo. Foi em 1890 que João Henriques foi demitido da imprensa nacional e que, por ingerências de seu antigo padrinho, Ouro Preto, acabou indo trabalhar nas Colônias de Alienados da Ilha do Governador. No ano seguinte, diante do ambiente conturbado, Deodoro da Fonseca fecha o Congresso Nacional e, frente à intensa pressão política, pede demissão. Floriano Peixoto, em contragolpe, assume o poder, com o objetivo de reconstituir a ordem constitucional. Nesse meio tempo, Lima Barreto é matriculado como aluno interno no Liceu Popular Niteroiense, passando a visitar a família apenas nos finais de semana. Nota, porém, a agitação que resultaria na Revolta da Armada, assim como percebe o desconforto do pai que se queixa, constantemente, da presença de revoltosos no local:

Sr. Dr. Araujo. A minha posição é horrível não sei o que fazer. Vou retirar os alienados e empregados para S. Bento, e me esconder porque eles querem me pegar ou ao Sr. Não posso ir para a Cidade com minha família pois não conto [com] recursos. Agora não é mais possível trazer gêneros para aqui pois é o mesmo que entregar a eles. O que há de ser de mim! Vou para o mato assim que os avistar.⁶

O movimento seria contido em março de 1894; Prudente de Moraes assumiria a presidência da República em novembro, em meio a clima tenso e com a promessa de reorganizar o país — em especial a capital. Lima, por sua vez, passa a estudar no Ginásio Nacional (antigo colégio Pedro II) e, após concluir a instrução primária, ingressa na Politécnica em 1907. O estudante não concluiria, porém, seus estudos, uma vez que o pai enlouquece; Lima é obrigado a trazê-lo de volta ao Rio, sair da faculdade e ingressar como amanuense na Secretaria da Guerra.

Mas por que recuar à Revolta da Armada e recuperar o tema da loucura? Veremos que na obra do autor a revolução assume papel quase simbólico, uma vez que significa a entrada na vida adulta. Lima não conclui que daí viria a demência paterna, mas já a anuncia. Assim como a morada onde a família Lima Barreto moraria a partir de 1913, em Todos os Santos, na rua Major Mascarenhas, número 42, ficaria conhecida como a “casa do louco”.

Mas o alvo de Lima é, sobretudo, o seu tempo presente, e as práticas autoritárias de combate às manifestações mais populares.⁷ Ficaram famosas as fotografias do escritor, apresentando atitude muito desafiadora no julgamento do assassinato de três estudantes, em 1910. Com o objetivo de protestar contra a atitude dos soldados do governo, estudantes recorreram ao general Sousa Aguiar, que não os atendeu e acabou merecendo um “enterro simbólico”. Diante do ato, militares intervêm nas ruas e repelem as manifestações, fazendo dois mortos. O evento comoveu a capital e Lima Barreto propôs, então, um combate público à candidatura de Hermes da Fonseca. Ruy Barbosa é, porém, derrotado nas urnas, em março de 1910, e Hermes da Fonseca eleito presidente, em clima de tensão. A frustração diante do resultado da eleição não abafa o clamor público por maior participação e em setembro daquele ano é marcado o julgamento dos responsáveis pelas mortes dos estudantes. Lima Barreto fez parte do júri, secretariou o Conselho e redigiu a sentença que condenou o tenente Wanderley e seus soldados. Isso tudo diante das pressões que sofria dentro do Ministério da Guerra — local de seu trabalho como amanuense — e que pagava os salários dos advogados dos militares.

O contexto é marcado, assim, por sentimentos mistos, que vão da desilusão à esperança num mundo mais justo e solidário. No seu caderno de anotações, ao lado do esquema para *Triste fim*, o escritor escreveu: “Policarpo Quaresma, ideia que mata; a decepção; o pessimismo”.



Lima Barreto. Foto tirada do livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, Rio de Janeiro: Brasiliense, 1956.

Por outro lado, se o próprio Lima, até a ocasião do livro, ainda não apresentara maiores problemas de saúde, o álcool já havia entrado em sua vida, assim como pedira e obtivera licença médica na Secretária da Guerra, no mesmo ano de 1912. Talvez por isso a loucura paire solta em *Triste fim*. A pobre Ismênia diante da fuga do noivo cairá demente, e Policarpo será internado durante alguns meses, já que sua atuação extremada a favor da imposição do Tupi é considerada ato insano. A loucura também está presente no quartel de Floriano, ou na impossibilidade do sítio do Sossego vingar. Por outro lado, nos diários da época, a tristeza diante desse cenário é uma constante: “A minha vida de família tem sido uma atroz desgraça” (Barreto, 1998: 55).

Não é hora de refazer a biografia de Lima Barreto: nosso objetivo é apenas enfatizar como o escritor, no ano de 1914, não era personagem desconhecida. Ao contrário, começava a aparecer de maneira mais frequente nos jornais cariocas, já havia publicado um livro escandaloso, editado folhetins em periódicos, feito suas experiências como proprietário da *Floreale* e atuava na cena pública carioca como uma espécie de *enfant terrible*. Mesmo assim, não conseguiu deixar na sua ficha a classificação que mais lhe agradava e que em seu entender o definia; escritor. Em seus diários desabafaria: “Ah literatura ou me mata ou me dá o que peço dela” (Barreto, 1993: 24).

No seu prontuário, além da discriminação da profissão, causa estranheza a “cor”. Na ficha, contrariando o que a imagem evidencia, Lima Barreto é “branco”. Já na fotografia, por detrás das olheiras profundas, do ar altivo, dos

olhos desviantes, se destaca sua cor amorenada e o cabelo pixaim. Aí está essa maneira nacional de agenciar a cor, e hoje será difícil saber quem a atribuiu nesse momento: se o funcionário zeloso em “branquear” a todos, ou o próprio escritor que em sua literatura sempre destacou o fato de ser negro. Pretendia escrever uma história da escravidão, que nos diários chamou de um “Germinal negro”, além de, em seus romances e contos — sobretudo *Recordações do escravo Isaiás Caminha* ou *Clara dos Anjos* —, denunciar práticas de racismo e preconceito. Nos diários desabafou: “É triste não ser branco” (Barreto, 1998: 85). Quem sabe tenha sido o notário a cometer tal “bondade”, uma vez que são muitos os casos de pacientes descritos como brancos, mas evidentemente desditos pelas fotos que os estampam negros. Quem sabe tenha sido o próprio Lima que, no afã de sair daquele local o mais breve possível, recorreu ao subterfúgio da cor, até porque sabemos que internos brancos têm mais chances de ver comutada ou diminuída sua pena.

Vale a pena recorrer, também, à detalhada “inspeção geral”, constante do livro de “observações clínicas” do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil.⁸ Nela, estabelece-se novo diálogo entre Lima e o funcionário. Na primeira parte do laudo, o diagnóstico é claro e não permite prever qualquer debate: “O nosso observado é um indivíduo de boa estatura, de compleição forte, apresentando estigmas de degeneração física. Dentes maus; língua com acentuados tremores fibrilares, assim como nas extremidades digitais”. De imediato, chamam atenção duas palavras fortes no vocabulário da época: “estigmas de degeneração”. Estigma é termo que vem da terminologia da antropologia criminal de Lombroso, muito aplicada pelos médicos locais que, à semelhança da Escola Tropical Baiana, cujo líder já falecido era Nina Rodrigues, estudava as associações entre as raças mestiças com a criminalidade e a loucura. Estigma supõe a existência de traços rígidos, fixos e essenciais, vinculados às raças, também entendidas como fenômenos naturais e finais. Supõe ainda a ação da hereditariedade como fator determinante no comportamento populacional. Pior era, não obstante, a situação das “raças mistas”, essas sim sujeitas a todo tipo de degeneração. Portanto, se Lima era branco na cor, poderia ser não tão branco no diagnóstico.

O procedimento seguia a orientação do hospital e também do professor Henrique Roxo, que em 1901 defendeu a tese *Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados*. Roxo substituiu seu orientador, Teixeira Brandão, na direção do Pavilhão de Observação do Hospital Nacional de Alienados e criou nova técnica para exame de “suspeitos de alienação”. Segundo o médico, o questionário não deveria ser fixo, uma vez que responderia à especificidade de cada caso clínico, mas necessitaria de um método comum. O funcionário anotaria os dados físicos do paciente — sua estatura e aparência —, definiria a fisionomia e por fim seu estado geral (calmo, agitado, triste, alegre, concentrado, disperso) a partir da maneira como respondia às perguntas. Essa primeira fase

seria fundamental para definir traços degenerativos ou sinais de alienação. De lado a lado, as respostas e perguntas nada tinham de ingênuas. A etapa seguinte era mais objetiva e visava os dados antropométricos (crânio, face, orelhas, nariz, olhos, cavidade bucal). Objetos de atenção eram também os órgãos genitais, o fígado, o coração, o estômago e os intestinos. Por fim, vinha uma etapa considerada mais “subjetiva”, pois visava os dados anamnésticos, ou seja as condições de vida do paciente. Nesse caso, Roxo recomendava ser necessário captar a simpatia do paciente e “deixá-lo falar” (Engels, 2001: 45).

Em suma, o objetivo era anotar cuidadosamente a fisionomia do paciente — considerada a janela do caráter —, o temperamento, o formato, as medidas do crânio e formas de expressão (mutismo ou fala abundante). Anotavam-se também as tendências intelectuais e emotivas dos doentes, sendo o excesso sempre considerado sinal de loucura. Excesso religioso era logo definido como fanatismo; assim como pendores elevados pela política e em especial para o anarquismo eram igualmente estigmas operantes. Chamados de “loucos morais”, anarquistas eram condenados por sua ideias e classificados como doentes. O professor Álvaro Fernandes, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mostrava em 1898 como o anarquista era o tipo de louco moral por excelência, “nascendo da luta social, da desarmonia entre o capital e o trabalho” (Engel, 1999). Também Franco da Rocha, diretor do Juqueri, defenderia em 1904 tese semelhante, estabelecendo correlações entre “loucura moral e radicalismo revolucionário”. Pode-se imaginar o temor de Lima, assim como a insistência em calar sobre suas simpatias pelo anarquismo, consideradas naquele local sinal de degenerescência intelectual. Esse é, portanto, e também, um diálogo de surdos, com o paciente buscando omitir dados de sua vida pregressa e atual, e o atendente buscando criar ambiente amistoso e que incitaria o interno “a falar”.

Os inquiridos de entrada continuavam com os exames de “sensibilidade e motilidade”, que no caso de Lima mostram-se “na íntegra”. Já o exame de “reflexos” deixou a desejar “com as pupilas reagindo só lentamente à luz”. Esse deveria ser o efeito da bebida que castigava Lima há alguns dias e que fizera com que fosse internado, delirando, depois de ter estado a vagar pelas ruas do centro do Rio. O álcool já acompanhava a vida de Lima Barreto faz tempo. No diário do ano de 1910, ele menciona a sua “mania de suicídio” e a frequência do álcool: “Só o Álcool me dá prazer e me tenta... Oh! Meu Deus! Onde irei parar?”. Nesse ano, Lima mostrava-se claramente deprimido e em seu diário, no dia 20 de abril de 1914, anotou:

O maior desalento me invade. Tenho sinistros pensamentos. Ponho-me a beber, paro. Voltam eles e também um tédio de minha vida doméstica, do meu viver cotidiano e bebo. Uma bebedeira puxa outra e lá vem a melancolia. Que círculo vicioso. Despeço-me de um por um dos meus sonhos. Já prescindo da glória, mas não queria morrer sem uma viagem à Europa, bem sentimental e intelectual, bem vagabunda e saborosa, como a última refeição de um condenado à morte. A minha casa me aborrece. O meu

pai delira constantemente e o seu delírio tem a ironia dos loucos de Shakespeare. Meus irmãos egoístas como eles, queriam que eu lhes desse tudo o que ganho e me curvasse à Secretaria da Guerra (Barreto, 1998: 119).

Lima fora recolhido ao Hospício Nacional dos Alienados, em carro-forte e por iniciativa de seu irmão Carlindo, que nesse momento trabalhava na polícia. O escritor, apesar de considerar que “andava atrapalhando a família”, jamais perdoaria o irmão e a polícia. O conto “Como o homem chegou”,⁹ que Lima incluiu na primeira edição de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, é claramente inspirado no episódio.

A polícia da República, como toda a gente sabe, é paternal e compassiva no tratamento das pessoas humildes que dela necessitam; e sempre, quer se trate de humildes, quer de poderosos, a velha instituição cumpre religiosamente a lei. [...] Naquela manhã, tinha a delegacia um movimento desusado. Passavam-se semanas sem que houvesse uma simples prisão, uma pequena admoestação. A circunscrição era pacata e ordeira. Pobre, não havia furtos; sem comércio, não havia gatunos; sem indústria, não havia vagabundos, graças à sua extensão e aos capoeirões que lá havia; os que não tinham domicílio arranjavam-no facilmente em choças ligeiras sobre chãos de outros donos mal conhecidos.

Lima narra a monotonia reinante, para depois descrever, alusivamente, sua prisão num carro forte que sacolejava sem parar.

Prontamente deu as ordens para que fosse fornecida a seu colega a masmorra ambulante, pior do que masmorra, do que solitária, pois nessas prisões sente-se ainda a algidez da pedra, alguma coisa ainda de meiguice, de sepultura, mas ainda assim meiguice; mas, no tal carro feroz, é tudo ferro, há inexorável antipatia do ferro na cabeça, ferro nos pés, aos lados uma igaçaba de ferro em que se vem sentado, imóvel, e para a qual se entra pelo próprio pé. É blindada e quem vai nela, levado aos trancos e barrancos de seu respeitável peso e do calçamento das vias públicas, tem a impressão de que se lhe quer poupar a morte por um bombardeio de grossa artilharia para ser empalado aos olhos de um sultão [...] Essa prisão de Calistenes, blindada, chapeada, couraçada, foi posta em movimento; e saiu, abalando o calçamento, a chocalhar ferragens, a tropejar pelas ruas afora em busca de um inofensivo.

Como era bem seu costume, o escritor criticava a tudo e a todos. Nesse caso, a ironia se destina à polícia, que, sem ter o que fazer, prende os inocentes. Os paralelos autobiográficos são evidentes: Fernando morava com o pai, nos arredores da cidade, era acusado de bebedeira renitente ao lado de amigos vagabundos, assim como passava o tempo vendo estrelas. Se Lima não contava estrelas, queria mesmo era viver da sua literatura, o que para muitos não passava de sinal de ócio e preguiça. O fato é que tudo parecia aborrecê-lo: o pai, os irmãos e seu trabalho na Secretaria da Guerra. Escreve no mesmo dia 20 de abril de 1914: “O que me aborrece mais na vida é esta secretaria. [...] Não posso suportá-la. É o meu pesadelo. É a minha angústia”. Há um salto temporal no diário, exatamente nesse momento, e é no dia 13 de julho que o escritor desabafa: “Enfim, a minha situação é absolutamente desesperada, mas não me

mato [...] Hoje tive um pavor burro. Estarei indo para a loucura?” (Barreto, 1998: 120). Novo salto e uma anotação sem data: “Estive no hospício de 18-8-14 a 13-10-1914”.

Os casos de alcoolismo, como o de Lima, eram aqueles que restavam menos tempo recolhidos no hospital e o escritor não fugiria à regra. Nessa primeira vez, ficaria internado apenas dois meses, que lhe custaram, porém, muito. Vale a pena, nesse sentido, analisar o diálogo que se estabelece entre Lima e o escrevente M. Pinheiro. Escreve ele: “Todos os aparelhos (digestivo, circulatório, respiratório) parecem normais”; “o único que apresenta anomalia digna de nota é o geniturinário que apresenta uma blenorragia”, também conhecida na época como esquentamento, purgação ou gonorreia. A constatação da doença venérea representava novo sintoma de degenerescência, pois configurava “excesso” e falta de regramento, “perversão” diante de um modelo cujos limites de normalidade deveriam prever práticas sexuais circunscritas, prazer moderado e com finalidade reprodutora.

Nova entrevista foi feita em 22 de agosto de 1914, quando o paciente já deveria estar menos afetado pelos efeitos do álcool e, portanto, capaz de responder questões e “falar”. Tanto que nos dados “comemorativos de família”, Lima informa que “sua mãe morreu tuberculosa; o pai vivo, goza saúde e é robusto. Tem três irmãos fortes”. Só depois relatou que seu “pai sofre neurastenia”. O conceito teria sido introduzido por Beard, em 1867, e se referia a um “estado de exaustão nervosa”, tendo como sintomas “fraqueza física e mental e um nervosismo generalizado”. A síndrome era entendida como a combinação de uma incapacidade de esforço físico associada a uma perturbação grave de humor. Irritação, cefaleia, distúrbios do sono e dificuldade de adaptação social levavam à ocorrência de fobias e desconfiança generalizada.

Lima conhecia os conceitos em vigor, já que num primeiro momento omite a doença do pai, para depois denunciá-la. Deveria estar a par das teorias de hereditariedade, e temer que a doença do pai fosse estigma forte a determinar suas próprias fraquezas. Também a tuberculose era nesse contexto entendida como estigma de raças degeneradas; marca pesada num exame de observação como esse. Mas falta introduzir “os comemorativos pessoais e de moléstias”: “Nada informa aos antecedentes de hereditariedade. Acusa outros no raptó de manuscritos. Acusa insônias com alucinações visuais e auditivas. Estado geral bom e boa memória. Já teve sarampo e catapora, blenorragia, que ainda sofre e cancros venéreos”. Pode-se imaginar a quantidade e qualidade de situações vexatórias a que o escritor tivera que enfrentar, apenas para lidar com essa parte do questionário. Insônias e alucinações eram sem dúvida efeitos passageiros do álcool e o escritor parecia não querer associar tais síndromes a qualquer herança biológica vinda do pai ou mesmo da mãe ou de sua “origem racial”. Mas o literato precisou confessar mais: que tinha gonorreia e outras lesões venéreas, que eram sinônimo de vida desregrada.

O laudo continua com Lima Barreto se confessando “alcooolista imoderado, não fazendo questão da qualidade”. Comentava-se que o escritor era visto vagando pelas ruas do Rio, embriagado, com a roupa cada vez mais puída — um único terno azul e um chapéu cada vez mais amassado — e atuando de maneira agressiva quando não inconveniente. Já era mesmo “imoderado” o seu uso do álcool. O cronista deve ter, porém, se destacado da média dos pacientes e internos, já que o escrevente redigiu que ele estava “bem orientado no tempo e meio. Memória íntegra; conhece e cita com bastante desembaraço fatos da história antiga, média, moderna e contemporânea respondendo as perguntas que lhe são feitas prontamente. Têm noções de álgebra, geometria, geografia”.

Pode-se imaginar o espanto diante da erudição de Lima, que conhecia muito de história e costumava citar fatos diversos em seus contos e novelas. Tanto que, nesse inquérito, que a essas alturas começava a ganhar ares de conversa, o escrevente descreve os autores prediletos de Lima: “Bossuet, Chateaubriand ‘católico elegante’ [sic], Balzac, Taine, Daudet”. Lima parece mais no controle da situação tanto que o relator escreve que Lima “conhece um pouco de francês e inglês”, e que faz “comentários mais ou menos acertados” sobre os escritores que cita. E conclui: “em suma é um indivíduo que tem algum conhecimento e inteligente para o meio em que vive”. No elogio vem de carona o preconceito, daquele que reconhece o conhecimento alheio, mas lhe concede apenas uma certa “tolerância”, diante dos mais fracos e despossuídos.

A partir daí aparece um Lima um pouco delirante, misturando problemas de trabalho com receios diante de sua “fé anarquista”. Quando perguntado sobre o motivo de sua internação, alegou que teriam “lhe preparado uma assombração, com o aparecimento de fantasmas, que aliás lhe causavam muito pavor”. Passou, logo, a narrar um incidente junto ao tenente Serra Pulquério, “seu amigo de pândegas”, que o teria acusado de fazer panfletos contra seu trabalho. Depois de negar a necessidade da internação, o escritor afirmou que fora conduzido à polícia, “tendo antes cometido desatinos em casa, quebrando vidraças, virando cadeiras e mesas”. Diz que teria sido convidado pelo comissário, que lhe teria dado domicílio, até que foi transferido para a clínica. Por isso “protesta contra o seu ‘sequestro’, uma vez que nada fez que o justifique”. Continua seu relato afirmando que notara animosidade contra si, por parte dos companheiros de trabalho no Ministério da Guerra. Relatou ainda que temia represálias por adotar as doutrinas anarquistas. E assim vai se encerrando o depoimento, com o escrevente afirmando que Lima “apresenta-se em geral calmo, só se exaltando quando narrava os motivos que justificaram sua internação”. Por fim anota: “Tem duas obras publicadas: *Triste fim de Policarpo Quaresma* e *Memórias* [sic] do *escrivão Isaías Caminha*”.

É digno de destaque o fato de Lima Barreto oscilar entre momentos mais ou menos exaltados; mais conscientes ou mais delirantes. Mesmo em estado mais afetado, o seu trajeto anarquista deveria, naquela circunstância incomo-

dar-lhe. Por isso, talvez, apesar de afirmar “não ser grande escritor nem ótimo pensador”, deve ter terminado seu relato, se valendo de seu local na literatura, garantido por suas duas obras publicadas, que o escrivão pareceu solenemente desconhecer. A conclusão sobre a “moléstia” e seu “tratamento” é clara: alcoolismo se cura com purgativo e ópio, dois medicamentos ministrados quase indiscriminadamente para outros diagnósticos.

Mas as teorias começavam a mudar, influenciadas por novos modelos. Juliano Moreira foi diretor do Hospital de 1903 a 1930, assim como da Assistência Médica e Legal de Alienados. Seu longo estágio em asilos da França, Itália e Alemanha, entre 1895 e 1902, assim como o trabalho com tuberculose, fizeram com que contestasse as teses do mestre Nina Rodrigues. Moreira ficou conhecido como o introdutor da psiquiatria no Brasil, assim como reivindicou tratamentos especiais e locais separados para alcoólatras, epiléticos, tuberculosos e portadores de doenças contagiosas e crianças. No Hospital existiam, a essas alturas, as seguintes seções: Pinel e Calmeil, para homens; Morel e Esquirol, para mulheres. Além dessas, haviam outras especiais, dedicadas a epiléticos, leprosos, pacientes com doenças infecciosas intercorrentes, crianças e tuberculosos. Juliano Moreira cercou-se de médicos com especialidades diferentes como Gustavo Riedel, Antonio Austregésilo e Henrique Roxo, já citado. Destacou-se, ainda, ao criticar as análises que faziam correlações estritas entre mestiçagem e loucura; sobretudo com a presença de negros (Barreto, 2010c: 91). Introduzindo novos elementos para a conformação do diagnóstico do paciente alienado — clima, costumes, hábitos de higiene... —, Moreira daria ao hospital um perfil diverso. Não por coincidência, em sua segunda internação e em seus diários, Lima revelaria simpatias para com Moreira e o contrário diante do encontro com Roxo, que achou prepotente.

NO GABINETE DE FOTOGRAFIA DO HOSPÍCIO: UM ANÔNIMO ENTRE ANÔNIMOS

Para além das páginas do inquérito, restaria a foto de Lima e de tantos outros internos, igualmente eternizados pelas lentes de fotógrafos que permaneceram, eles mesmos, anônimos. Prática logo associada à identificação e ao registro policial — de criminosos e doentes —, a fotografia ao mesmo tempo que transformava-se em artística, ganhava lugar como registro — das gentes, da paisagem e do cotidiano, mas também da contravenção. Se Lima já havia sido clicado em situações mais alentadoras, dessa vez a expressão revela a humilhação daquele que se vê flagrado em situação vexatória. As oscilações presentes em seu diário, as tentativas de sair do círculo vicioso da bebida e de se afastar da “herança” dos pais, parecem desmascaradas pela câmara que desnuda, e pretende se constituir como verdade final e única.

A fotografia chegou cedo ao Brasil. Foi em maio de 1839, em plena Paris modernista, que Louis Jacques Daguerre anunciou seu novo invento, que logo se transformaria em símbolo e projeção dessa época ligeira e dada a verdades voláteis. No outro lado do hemisfério, no reino tropical brasileiro, o abade Compte, já em janeiro de 1840, publicava no *Jornal do Comércio* artigo sobre a introdução da técnica no Império de d. Pedro. O primeiro daguerreótipo, tirado no Rio de Janeiro — no Brasil e na América Latina —, registrava o Paço Imperial com uma tropa bem à frente. Já o monarca, dado às modas científicas, achou por bem transformar-se no primeiro soberano fotógrafo, assim como incentivar o invento. A técnica se desenvolveria; rapidamente daria conta das fragilidades iniciais e ganharia em popularidade. Na Corte, os estúdios e ateliês de fotografia inundariam a elegante rua do Ouvidor, assim como entrariam nas províncias afastadas, anunciando a multiplicação da imagem de seus orgulhosos fregueses. Começava a era “dos cartões de visita”, o famoso formato que permitia a distribuição de fotos em maior quantidade e qualidade. Junto com eles surgiam os estúdios cada vez melhor equipados, que asseguravam a realização de desejos mais recônditos: alguns queriam ser eternizados tendo ao fundo os trópicos americanos; outros, os longínquos Alpes suíços. Certos fregueses optavam por apresentar-se portando casacas, joias e bengalas; outros cercavam-se de livros, esculturas, pianos e globos, quase todos falsos, feitos para não durar. Balaustradas, degraus, construções feitas de papelão... Tudo servia para dar vida às representações dessas novas elites, que viam na fotografia uma via para imortalizar seu status e posição. Foi Susan Sontag, em seu *Sobre fotografia* (2004), quem mostrou como desde seus primórdios a fotografia serviu à mentira: anula a ação do tempo, contorna imperfeições, embeleza o óbvio.

Mas, se são conhecidos os usos que as elites fizeram da técnica, pouco se sabe sobre a presença de negros, mulatos e mestiços — livres ou cativos — nas fotografias brasileiras. E eles estão por toda parte: ora como detalhes desfocados, ora como personagens principais. Em alguns momentos parecem envergonhados; em outros, surgem orgulhosos, dignos. Certas vezes são retratados trajando vestes grandes demais e que revelam o empréstimo das roupas por ocasião da foto; em outras ostentam instrumentos de trabalho: enxadas, caixas de engraxate e toda sorte de aparatos. De um lado estão os álbuns de família, de outro as fotos vendidas como “exóticas”; tal qual *souvenir* para estrangeiros. Mas há uma outra forma recorrente de representação: as fotos etnográficas feitas para servir como suporte para as teorias raciais em voga. Exemplo dos mais significativo são as fotografias da famosa “Galeria dos Condenados”: ao todo 320 fotos de presos, sendo 318 homens e duas mulheres. Tiradas na Casa de Correção da Corte durante vinte anos, a partir de 1834, teriam figurado na Exposição Nacional de 1875 e depois na Feira Internacional de Londres de 1876, quando técnica e ciência pareciam estar a serviço do controle e da classificação.¹⁰ Exemplo semelhante é esse, deixado nos cadernos de

internação do Hospício da Praia Vermelha. Rostos anônimos, evidentemente forçados a posar.

Verdadeiras câmaras de tortura, as fotografias fixavam o tempo e um tipo de artificialidade. Se tudo isso é fato, a situação ficava amplificada quando os atores eram instados a cumprir tal papel, como é o caso dos alienados. Se lá estão todos eles, unidos pelo vexame do uniforme de detento, pela situação incômoda da câmara que deveria demorar demais e pedir para que o paciente ficasse imóvel por um tempo insuportável, há também detalhes a revelar emoção e contrariedade: um olhar mais altivo, um ombro levantado, uma sobrancelha irada. Grandes peças, pequenas ciladas.

LIMA E SEUS COMPANHEIROS DE HOSPÍCIO

Em seu diário, não poucas vezes Lima se queixou das humilhações sofridas no cotidiano do hospital (a exposição pública, as cenas de nudez, duchas coletivas, quartos superlotados e fétidos), mas também de seus “colegas”. Ora taciturnos, ora agressivos; por vezes calados em outros momentos loquazes; humildes ou com mania de grandeza... O fato é que Lima não se reconhecia em nenhum de seus “iguais”.

O caderno do Pavilhão de Observação guarda, porém, registro “democrático” de uma série de rostos e casos, que, como Lima, podem ter lutado contra o anonimato. Em *Diário do hospício*, ou no romance *Cemitério dos vivos*, o escritor relata sua experiência junto a eles e suas tentativas, todas fracassadas, de socialização. Ao pesquisador de hoje, saltam aos olhos casos parecidos com o de Lima: os alcoolizados. Conforme queixa do diretor, um dos grandes empecilhos ao bom andamento do hospital era o número elevado de alcoólatras, que correspondiam ao primeiro lugar em número de internações. Moreira defendia inclusive a criação de asilos especiais para os “bebedores”, uma vez que pediam tratamento diferenciado e tinham alta mais breve. Regulares eram os casos de alcoólatras crônicos, que vira e mexe tornavam ao local. O próprio Lima, em *Cemitério dos vivos*, descreve tal rotina: “De quando em quando o álcool me provocava alucinações, eu incomodava os outros, metiam-se em casas de saúde ou no Hospício, eu renascia, voltava e assim levava uma vida insegura, desgostosa e desgostando os outros” (Barreto, 2010c: 247).

E ele não estaria só, ao menos nesse sentido. Vejamos o caso de J. F., de 18 anos, solteiro e brasileiro. Aparece descrito como trabalhador e traz no seu diagnóstico a sentença: “debilidade mental e alcoolismo”. Além do mais, nas “informações adicionais” diz que “na Ilha do Governador onde morava era tido como feiticheiro e por isso um padre ia frequentemente benzê-lo”.

Na foto surge sério e bastante altivo [ver foto 1 na p. 141]; não nega o olhar que dirige à câmera. Já o funcionário destaca sua passividade:

Apresenta-se calmo; atitude de obediência, humor tranquilo. Interrogado sobre o motivo da internação diz que foi preso sem saber porquê; tem noção de meio, não de lugar e de tempo, ideação rudimentar, associação de ideias regular, diz que na Ilha do Governador onde morava era tido como feiticeiro e por isso um padre ia frequentemente benzê-lo; atenção e percepção regular, é de ínfimo nível intelectual, é analfabeto. Confessa hábitos alcoólicos exagerados, confessa alucinações auditivas; memória deficiente; responde às nossas perguntas com calma revelando uma deficiência intelectual. Quanto ao passado mórbido individual diz ter tido catapora na infância, nega infecções venéreas, acusa uma opressão que apareceu inesperadamente e que o paciente atribui a uma queda de que foi vítima do alto de um andaime; tem delírio religioso e assume atitude mística.

Aqui temos um caso que acomoda vários marcadores sociais da diferença. Preto, J. F. era também considerado alienado, alcoólatra e feiticeiro. E nesse contexto, “delírios religiosos” eram sinônimo de sinal de degenerescência. Seu tratamento não fugiu à regra — recebeu purgativo, poção tônica e ópio. Foi logo transferido para o hospício e depois não temos mais notícias.

Outro caso de alcoolismo, mas agora envolvendo uma mulher. M. D., de 22 anos, é descrita como parda e, da mesma maneira que o escritor, é evidentemente negra. Nas “informações adicionais” aparece o seguinte comentário: “Interrogada sobre o motivo da internação diz atribuí-lo ao fato de ser julgada alienada em casa porque conversava de maneira original”; “confessa alucinações visuais, via sonhos”. Interessante é que, cumprindo o mesmo ritual, o funcionário sempre termina deixando o interno “falar”, mas parece não dar atenção ao que o paciente aponta como razões de seu internamento. Não se sabe o que seria uma “conversa original”; mas é revelador o verbo “confessar”, que esclarece que o diálogo foi realizado sob pressão. Seu tratamento — como todos: purgativo e ópio. Nos seus “comemorativos pessoais e de moléstia” consta ter “pai falecido ignorando-se a causa mortis; mãe viva gozando saúde; tem 4 irmãos e 3 irmãs gozar da saúde, tem 2 irmãos e 2 irmãs falecidos ignorando-se a causa mortis”.

Submetida ao exame de “inspeção geral” foi assim avaliada: “Compleição franzina, tem estigmas físicos de degeneração, altura regular, dentes falhos na arcada dentária superior, orelhas pequenas”. Mais uma vez, mesmo que se desconhecemos quais seriam os estigmas, a degeneração foi logo atribuída à paciente M. D.. Tal forma de classificação parece funcionar como um suposto prévio — vinculado aos atavismos deterministas —, e surge portanto como “condição” mais do que “decorrência” da observação. Já nos “comemorativos pessoais e de moléstia”, as conclusões correspondem ao que se nota na foto: “apresenta-se calma, atitude de desânimo, humor triste”. M. D. parece sim triste, mas também sonolenta. Se foi resultado dos remédios ou da doença não há como saber. O fato é que não foram poucos os doentes que reagiram, quando podiam, à internação, acusando toda sorte de artifícios: vinganças, inimizades ou meras desconfianças [ver foto 2 na p. 141].

M. D., como os demais, nega sua condição de alienada, dizendo ter sido julgada dessa maneira porque “em casa conversava de maneira original”. Mas o atendente parece não lhe dar ouvidos e sentencia: “não tem noção de tempo e lugar; atenção um tanto esvaída, percepção regular, ideação muito lenta; associação de ideias regular; fazia uso moderado de bebidas alcoólicas, confessa alucinações visuais, via sombras, nega alucinações auditivas”. A imagem que o funcionário deixa é semelhante à que observamos: “aqui no serviço tem-se mantido calma, permanecendo triste, alimentando-se mal e dormindo ainda pior; durante o interrogatório, permaneceu com a cabeça baixa respondendo secamente às perguntas que se lhe faziam, entorpecida [...] nos primeiros dias teve crise de agitação; é de ínfimo nível intelectual”. Negra, sem nível intelectual, alcoolizada, M. D. era quase que uma conclusão ambulante; alienada porque degenerada.

Mas é claro que, apesar de majoritários, os alienados não eram em sua totalidade negros (definidos muitas vezes como pardos) ou alcoolizados. Na mesma época em que Lima esteve internado, deu entrada I. J., de 54 anos, ferreiro e de origem italiana. Não eram poucos os italianos alienados, assim como já se mencionou que os portugueses também eram classificados frequentemente de tal forma. Se seu diagnóstico era o mesmo, alcoolismo, já as informações mostram um quadro bem distinto: “diz que veio por ter tomado a comunhão depois do almoço, diz que é um grande pecado mortal é um sacrilégio que o mata”; “contou-nos que há tempo, 1 ano aproximadamente, deflorou uma menina de 9 anos a insistência dela mesma; perguntado se se arrependia de ter praticado tal ato, ficou admirado e não se absteve de perguntar-nos se de fato era esse último o pecado, arrependendo-se”. Alguns elementos se destacam: o diálogo que se estabelece, a pressão religiosa e o tratamento, sempre igual: purgativo, ópio [ver foto 3 na p. 141].

Na “inspeção geral”, o médico anotou: “Compleição franzina, tem estigmas físicos de degeneração, altura regular, orelhas salientes, dentes bem-implantados, [...] tem vastas cicatrizes proveniente de uma antiga dermatose, varizes dos meros inferiores, o pé direito apresenta-se ligeiramente umas hipertrofias”. Não se pode saber ao certo a que estigmas físicos estaria o escrevente se referindo. Quem sabe as hipertrofias? Isso tudo lembra o conto de Lima, “As teorias do doutor Caruru”, publicado na revista *Careta*, em 30 de outubro de 1915; apenas um ano após a primeira internação. A história versa sobre um “sábio doutor”, especialista em caracteres somáticos de degenerescência, que analisa um caso de morte de “um bêbado incorrigível, vagabundo” e conclui que o indivíduo era de fato degenerado por apresentar uma perna maior que a outra. Só depois, alertado pela faxineira, se dá conta que fora um acidente prévio que criara tal deformação.

Nos “comemorativos familiares”, novos elementos comprovam os efeitos da hereditariedade, dentre eles o pai falecido de infecção tísica e uma filha

morta pela mesma causa; todos estigmas lombrosianos. Já nos “comemorativos pessoais e de moléstia”, o funcionário redigiu: “Apresenta calma, sonolento, atitude de obediência, humor calmo”. Interrogado sobre o motivo da internação diz ter vindo por ter tomado a comunhão depois do almoço, diz que é um grande pecado mortal, é um sacrilégio que o mata”. E conclui o escrevente:

ideação confusa e lenta, associação lenta e incerta; é de ínfimo nível intelectual; perguntando-nos a cada passo se de fato é grande pecado o ter deflorado a pequena e se é por isso que lhe está reservado o inferno, lastimando amargamente a sorte e dizendo que ele não queria, mas que a moça o instigou; confessa hábitos alcoólicos exagerados, confessa alucinações visuais; depois de termos insistido sobre o pretendido defloramento disse-nos que a menina já fora em outras ocasiões deflorada e que não foi ele o deflorador, mostra-se muito preocupado com o pecado cometido. Quanto ao passado mórbido individual diz ter tido cancros venéreos; vive em constante perturbação de espírito.

Mais uma vez, o diagnóstico repisa o que já se sabe de antemão: trata-se de paciente degenerado, com antecedentes hereditários (tísica, doenças venéreas, fanatismo religioso) a condená-lo.

Existem exemplos em que o delírio se manifestava já no inquérito da entrada. Interessante é prontuário de A. A. C., de 34 anos, classificada como branca, mas evidentemente negra. No seu diagnóstico a sentença: “psicose periódica e debilidade mental”. Sua foto revela um rosto disforme, aparentando mais idade do que os 34 declarados. Mas há mais informações: “vem acompanhada de seu irmão A. A. C., inferior do 1º regimento de infantaria que informa que ser ela doente desde 18 anos em consequência de uma suspensão. Ultimamente apresenta-se mais agitada tornando-se inconveniente por provocar a todos, descompondo, agredindo este [o irmão]”; “sua fisionomia lembra o imbecil” [ver foto 4 na p. 141].

O tratamento não difere muito dos demais — purgativo, calmantes e ioduretos — mas a inspeção geral sim: “A observada é de estatura e compleição regular apresentando acentuados estigmas físicos de degeneração. Está agitada, tem língua saburrosa”. Nesse caso, a alienada parece não ter colaborado, pois nos “comemorativos de família” o funcionário apenas redigiu: “Nada informa, respondendo sistematicamente a tudo: Não”. Nos “comemorativos pessoais e de moléstia”, fica evidente o estado da paciente: “Apresenta-se agitada, chorando como criança, não fornecendo informação alguma [...] É irrequieta opondo resistência a sua condução para a sala de exame. Quando está cansada de falar e chorar cai em abatimento, mostrando-se indiferente, obstinando a nada responder. Sua fisionomia lembra o imbecil, apresentando caracteres de degeneração”.

A degeneração parece unificar a todos e transformar casos evidentemente distintos em assemelhados: raças mistas apresentam vários estigmas comuns e todos eles condenam à loucura. Mas, como vimos, a deformação pode

vir também de “delírio religioso, político ou sexual” ou do próprio ambiente. As ideias de Freud apenas começavam a entrar no ambiente psiquiátrico brasileiro, mas a associação entre sexualidade e doença mental já era recorrente e também norteava princípios de degenerescência. O “instinto sexual perturbado” interessava aos alienistas e era considerado perversão ou anomalia grave. Casos como impotência, mas também masturbação excessiva, estupros e abusos na infância eram anotados e classificados como estigmas de loucura. Veja-se nesse sentido um exemplo de histeria, internado no hospital.

E. C. C., branca, de 37 anos, casada, portuguesa, entrou em 30 de agosto de 1902. Na sua “resenha sintomática” apresentava: “Delírio religioso. Ideias persecutórias. Alucinações visuais e auditivas. Perturbações mentais. Sensação do bolo retro. Insônia. Estado de excitação”. Já nos seus “comemorativos de família” estranhava o escrivão que os “pais ainda existem, são fortes e nunca tiveram manifestação nervosas. Tem doze irmãos, sendo nove vivos, uma das suas irmãs é muito nervosa e sujeita a ataques, que pela descrição, parecem histerias; os outros são todos fortes e gozam e boa saúde”. Apenas duas irmãs eram assoladas pela histeria, considerada comum entre mulheres, e sobretudo as degeneradas. Nos “comemorativos individuais” conta ela

ter sido sadia na sua infância, contraindo apenas sarampo e varíola. Desde de muito cedo que seu gênio irascível se patenteou, era muito geniosa e não podia conter-se quando se via contrariada, indispondo-se com as pessoas da casa, suas amigas o que contrariava seus pais. Na idade de quatorze anos, seu organismo foi profundamente abalado sofrendo muito devido ao atentado contra sua honra, por um seu cunhado que desejou violá-la. Guarda ainda hoje ódio a este homem a ponto de adoecer quando o vê o que muito a incomoda por ser amiga de sua irmã. Tem dez filhos, sendo oito vivos, dois mortos e um aborto. Os seus partos foram todos regulares sendo seus filhos fortes. Há três anos começaram seus sofrimentos que consistem em manifestações nervosas. Tem ataques, quando esta para aparecerem estes ela sente calor na cabeça, vontade de cantar e de correr.

Aqui temos um caso clássico de “histeria nervosa” motivada por perturbação sexual, a qual é mais clara em mulheres que desenvolvem a doença. Mas o relatório continua: “A doente que esteve por muitos dias bem agitada, acha-se hoje perfeitamente tranquila. Um pouco abatida já conversava com discernimento. Diz que se estava agitada, é porque lhe queriam tirar espírito que Deus lhe deu”. Descabelada e desanimada, com uma expressão de profunda tristeza, E. C. C. parece encarar a câmara com resignação e tédio [ver foto 5 na p. 141].

Certamente, esses casos não correspondem a uma mínima parte dos internos a conviver com Lima. Além dos exemplo de alcoolismo e alienação, existiam aqueles com mania de grandeza, os sorumbáticos, os falantes, os calados, os agressivos e perigosos, os calmos e prestativos, os sifilíticos, os tuberculosos e toda uma gama de doentes enlaçados pela loucura e pelas concepções largas de degeneração e hereditariedade.

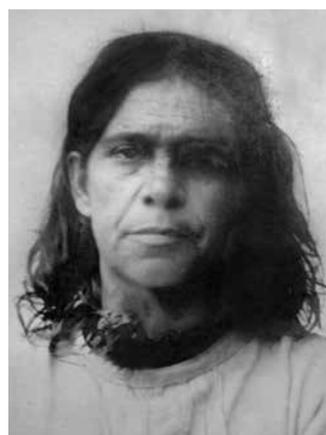
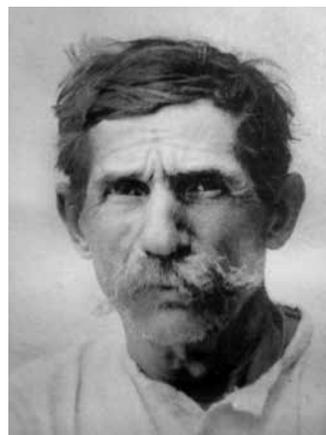


Foto 1: J.F., foto 2: M.D., foto 3: I.J.,
foto 4: A.A.C., foto 5: E.C.C.
Acervo da Biblioteca do Instituto de
Psiquiatria da UFRJ, 1914.

Mas eles correspondem, e ajudam a entender o sentimento de Lima, melhor expresso em sua obra de ficção e escondido (mal escondido) em sua personagem Vicente Mascarenhas de *Cemitério dos vivos*. No capítulo em que ele entra no hospício pela mão da polícia, Lima descreve o Pavilhão de Observação, assim como emite juízo sobre as práticas de aprisionamento: “A polícia, não sei como e porquê, adquiriu a mania de generalizações e as mais infantis. Suspeita de todo o sujeito estrangeiro com nome arrevesado, assim os russos, polacos, romaicos são para eles forçosamente caftens; todo cidadão de cor há de ser por força um malandro, e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados” (Barreto, 2010c: 177-178). O pior é que, como conclui Lima, “o destino me nivelara. Esqueci-me de minha instrução, da minha educação, para não demonstrar com uma inútil insubordinação [...] Não reclamei, não reclamo, não reclamarei; conto unicamente” (Barreto, 2010c: 183-184).

Tomar parte desse grupo era como viver “o espetáculo da loucura”, comungar do “desatino dos loucos”, ou reconhecer que no hospital “tudo é negro”, por conta da “pigmentação negra de uma grande parte dos doentes... Negro é a cor mais cortante, mais impressionante...”. Como conclui ele: esses eram “meus tristes companheiros de isolamento e de segregação social” (Barreto, 2010c: 203, 210, 211, 228).

PARA TERMINAR OU COMEÇAR: “ANDEI PORCO, IMUNDO”

Não há espécies, não há raças de loucos; há loucos e só.
(Barreto, 2010c: 67)

Lima Barreto teve alta “a pedido” em 13 de outubro de 1914. Mas o círculo vicioso do álcool, dos delírios, das bagunças e das internações não pararia por aí. Em 25 de dezembro seria mais uma vez recolhido. Nova internação dar-se-ia entre dezembro de 1919 e fevereiro de 1920. Outra vez durante os festejos de Natal. Sua imagem é, porém, distinta da primeira. Resignado, ou buscando dessa vez permanecer anônimo (conforme declarou em entrevista concedida no hospício), Lima é outro na ficha.

Dessa vez, o funcionário o caracteriza como pardo (e não branco); o que só indica como no país a determinação a cor é sujeita a muitas variações e condicionantes. Lima pode ter alterado a sua definição, ou a definição foi externa e, nesse caso, o escrivão anotou uma coloração mais escura; indefinida, como são os pardos: quase coringas da classificação. Quem sabe, por fim, nessa versão tão brasileira do racismo, em que se embranquece ou escurece dependendo da situação social, Lima tenha ficado “evidentemente” negro, ou melhor, pardo. Sua fisionomia, dessa vez, é conturbada e triste: cabeça deitada

para o lado e expressão menos desafiante que a anterior. Parece vencido diante da evidência da doença, como se seu corpo desmentisse convicções profundas e contrárias às teorias deterministas sociais. Afinal, ainda em 1903, em seu diário apresentava atitude irônica e crítica com relação à ciência, dizendo que ela não passava de “um ponto de vista sobre as cousas” (Barreto, 1998: 16). No dia 26 de dezembro de 1904 desafiaria: “Porque o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto, eu, mulato ou negro como queiram estou condenado a ser sempre contínuo... Quando me julgo — nada valho; quando me comparo, sou grande. Enorme consolo” (Barreto, 1998: 27).

Lima encontrava-se agora na Seção Calmeil do Hospital e, na “Anamenese”, o relator, depois de desculpar-se por se encontrar de licença quando o paciente fora internado com diagnóstico de alcoolismo, anota as seguintes informações. “O inspetor dessa Seção conheceu seu pai, que era administrador das colônias de Alienados da Ilha do Governador, São Bento e Conde Mesquita, ambas criadas em 1890. Informa que este senhor fazia uso excessivo de bebidas alcoólicas, apresentando humor irascível e taciturno. Consta-nos ainda que o progenitor do observado se acha agora em avançado estado de demência”. Como se vê, nessa segunda vez, o escrevente não se restringiu às informações dadas por Lima. De posse de dados externos, faz alusões sobre à carga de hereditariedade negativa. Interessante, porém, é que o segundo parágrafo desmente o primeiro com observações também retiradas de fora daquele contexto, mas atestando a importância do paciente como escritor: “O observador goza nos meios literários da reputação de um escritor talentoso e forte, cheio de mordacidade. Aliás, alguns de seus trabalhos evidenciam esses méritos de escritor. Parece que nas palestras de café é o observado muito querido por seus ditos chistosos e picantes”. Paradoxal como anamenese, o primeiro parágrafo condena, enquanto que o segundo concede.

Os diários confirmam o estado do escritor, nesse meio tempo. Em 3 de junho de 1917 escreve que havia passado “o mês entregue à bebida”. Em 5 de setembro, afirma: “de há muito sabia que não podia beber cachaça. Ela me abala, combale, abate todo o organismo desde os intestinos até a enervação... No dia 30 de agosto eu ia a cidade, quando me senti mal. Tinha levado todo o mês a beber, sobretudo parati. Bebedeira sobre bebedeira, declarada ou não [...] Andei porco, imundo [...] Se não deixar de beber cachaça, não tenho vergonha. Queira Deus que deixe”. A situação era declinante quando Lima é aposentado pelo decreto de 26 de dezembro de 1918, e registra o fato no diário. A partir daí começam seus *Diários do hospício*, cuja cronologia data justamente de 1919, quando Lima afirma ter estado “no Hospital Central do Exército de 4 de novembro de 1918, a 5 de janeiro de 1919”.¹¹

De internação em internação o escritor luta entre afirmar sua identidade combatida de intelectual, de um lado, e o estigma da loucura, de outro. Indefeso para combater de frente as armas do questionário, Lima omite, se



Lima Barreto, segunda internação.
Acervo da Biblioteca do Instituto de
Psiquiatria da UFRJ, 1919.

esquiva, não reage. Já fora do Hospital, e respaldado pelo terreno seguro da ficção, coloca na boca do seu personagem a reflexão que calou durante sua estada no hospício. Critica a política de “antecedentes” e a ideia de que a origem dos pacientes é sempre reveladora de sua “herança de taras ancestrais”; nega a autoridade e o orgulho do médico que “despreza as observações dos leigos e exerce sua profissão nesse “vago e nebuloso céu da loucura humana”. Num crescente, admite ser um “náufrago da sociedade”, um “rebotinho”, “um doente indigente, “pária social”, para quem a constituição pouco se endereça (Barreto, 2010c: 243-245).

Nessa hora parecem pouco lhe valer seus conhecimentos; as leituras sobre loucura de Maudsley (mesmo livro citado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*) ou a *Recordação da casa dos mortos* de Dostoiévski, outro autor de predileção. Na crônica chamada “Da minha cela”, publicada em ABC, de 30 de novembro de 1918, portanto entre uma e outra internação, lembra, com um misto de ironia e sofrimento, das suas “mensurações”: “Sofri também mensurações antropométricas e tive como resultado delas um pequeno desgosto, Sou branquicéfalo”. Tal termo referia-se aos indivíduos que tinham o crânio alongado e de forma ovoide, e era com frequência associada aos tipos inferiores. Era claro que, nesse texto, a citação surgia como piada. Mas sabemos também que a graça da piada está no conjunto de alusões que ela apresenta ou esconde.¹² Lima negava mas dialogava, dialogicamente, com as classificações que sofria. No entanto, igualmente as temia.

Na entrevista que concedeu para o jornal *A Folha*, de 31 de janeiro de 1920, quando ainda estava internado, racionaliza a sua reação mais resignada; tudo na conta do livro que estava por escrever. Disse que evitou ser reconhecido, como escritor, pois queria evitar “o pistolão”. Além disso: queria “passar desapercibido, para observar melhor”. Difícil dizer quem observava a quem nessa situação. Todos a todos, ou ninguém a ninguém.

Lilia Moritz Schwarcz é formada em história e antropologia. É professora titular no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) e Global Professor pela Universidade de Princeton. Trabalha com temas relativos ao período do Império e da Primeira República, com atenção à questão racial no Brasil e a marcadores sociais da diferença de uma maneira geral. É autora, entre outros, de *Retrato em branco e negro* (1987), *O espetáculo das raças* (1993), *As barbas do Imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos* (2004), *A longa viagem da biblioteca dos reis* (2002) e *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João* (2008). Coordenou, entre outros, o volume 4 da *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (1998) e, com André Botelho, *Um enigma chamado Brasil* (2009). Foi curadora das exposições: *Virando vinte: política, cultura e imaginário em São Paulo, no final do século XIX* (1994-1995), *Navio Negroiro: cotidiano, castigo e rebelião escrava* (1994-1998), *A longa viagem da biblioteca dos reis* (2003-2004), *Nicolas Taunay: uma leitura dos trópicos* (2008). Foi professora visitante nas Universidades de Oxford, Leiden, Brown, Columbia e Princeton. Faz parte do Comitê Brasileiro da Universidade de Harvard.

NOTAS

- * Agradeço a Lúcia Garcia e Pedro Galdino por inúmeras informações para esse artigo.
- 1 É o próprio Lima Barreto que em seu *Diário do hospício* descreve a vista que tinha lá dentro do hospital e afirma: “Olho a baía de Botafogo, cheio de tristeza... Tudo é triste” (2010c: 92).
 - 2 Pioneira nesse sentido é a Escola Tropical Baiana, liderada por Nina Rodrigues, que advogava exatamente esse tipo de modelo. Para uma leitura mais aprofundada, ver, entre outros, Corrêa (1998) e Schwarcz (1993).
 - 3 Há uma coincidência importante a anotar. No começo de 1902, houve um escândalo noticiado pelos jornais, quando o almoxarife do Hospital Nacional de Alienados, Oscar Adolpho da Costa Braga, transformou-se no centro das denúncias sobre a precariedade de funcionamento das instituições cariocas. O *Jornal do Comércio* de 30 de janeiro de 1902 mencionava o convívio entre crianças e adultos. A *Gazeta de Comércio* acusava algumas irregularidades no uso da verba pública. Sabe-se que João Henriques deu os primeiros sinais de loucura por causa de umas contas que não fechavam. Resta saber se teve acesso a essas notícias.
 - 4 Ver, dentre outros, Carrara (1998), Costa (1979), Cunha (1990), Foucault (1978, 1980), Engel (1999, 2001), Machado (1978) e Maio & Santos (1996).
 - 5 Essa tradução bem como o trecho da obra de Bahkthin foram retirados da dissertação de Ricardo Teperman (2010), a quem agradeço.
 - 6 *Papéis pessoais de João Henriques de Lima Barreto. Relatórios, memorandos e cartas ao Serviço de Assistência Médico-Legal da Colônia de Alienados, pertencentes a João Henriques de Lima Barreto*. 26 docs. 20/01/1891–28/05/1898. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos I-6, 33, 875.
 - 7 Em Schwarcz (2011), desenvolvo com mais vagar análise dessa obra. Recomendo, sobretudo, a leitura da edição histórica de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, coordenada por Antonio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros (Barreto, 1997).
 - 8 Francisco de Assis Barbosa (2002), no “Apêndice” de sua famosa biografia sobre Lima Barreto, reproduz tal documento, na íntegra.
 - 9 Datado de 18 de outubro 1914, foi publicado originalmente na primeira edição de *Triste fim de Policarpo Quaresma*

- (Barreto, 1915). Na Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional (BN/Mss I-6, 35, 912) há o original manuscrito intitulado “Como o ‘Homem’ chegou de Manaus”.
- 10 Sobre esse tema, ver o excelente trabalho de Sandra Koutsoukos (2010).
- 11 Não temos como objetivo nesse artigo aprofundar análise do *Diário do hospício* e muito menos do romance *Cemitério dos vivos*, o qual guarda aberto diálogo com o primeiro, de maneira que ficção e não ficção se misturam. Estamos elaborando um artigo para o livro sobre autobiografias (coordenado por Sergio Miceli e Carlos Altamirano), em que nos deteremos nessas duas obras.
- 12 Ver nesse sentido Clifford Geertz (1979) e Robert Darnton (1986).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Bakhtin, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. *La poetique de Dostoievski*. Paris: Edition du Seuil, 1970.
- Barbosa, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- Barreto, Lima. Como o homem chegou. In: *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1915, p. 333-352.
- _____. *Contos completos de Lima Barreto*. Schwarcz, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.
- _____. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2010b.
- _____. *Diário do hospício*. São Paulo: Planeta, 1993.
- _____. *Diário do hospício e o cemitério dos vivos*. Massi, Augusto & Marcondes de Moura, Murilo (orgs.). São Paulo: Cosac & Naify, 2010c.
- _____. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Houaiss, Antonio & Negreiros, Carmem Lúcia (orgs.). Madrid, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José da Costa Rica, Santiago de Chile: AALLCA XX/Coleção Archivos, 1997.
- _____. *Um longo sonho de futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

Carrara, Sergio L. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: Eduerj/Edusp, 1998.

Castel, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Chalhoub, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemia na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Corrêa, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista/São Paulo: Edusf/Fapesp, 1998.

Costa, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Cunha, Maria Clementina. *Cidadela da ordem: a doença mental na República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Darnton, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Engel, Magali. As fronteiras da “anormalidade”: psiquiatria e controle social. *História, ciências, saúde: Manguinhos*, 1999, 5/3, p. 547-563.

_____. *Os delírios da razão*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

Foucault, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/São Paulo: Difel/Bertrand, 1991, p. 203-214.

Koutsoukos, Sandra. *Negros no estúdio de fotografia*. Campinas, Ed. Unicamp, 2010.

Machado, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Maio, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.

Prado, Antonio Arnoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.

Schwarcz, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Um romance em notas. In: Barreto, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011, p. 11-55.

Sontag, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

Teperman, Ricardo. *Tem que ter suingue*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-Universidade de São Paulo, 2010.

Resumo:

O presente artigo pretende analisar o contexto em que se deu a internação de Lima Barreto, em 1914, a partir de recorte singular. De um lado, cruzando diferentes documentos produzidos pelo autor à época, como contos, diários, entrevistas, crônicas e as próprias fichas de entrada na Instituição Hospitalar. De outro, a partir da comparação dos registros de pacientes internados no Hospital nesse mesmo ano. Com esse intuito, o artigo explora marcadores sociais de diferença — raça, gênero, situação social, origem —, mostrando como o uso e manipulação dos mesmos ajuda a entender os próprios discursos legados pelos internos e especialistas. Por fim, a partir da interpretação das fotos e do uso de um método dialógico, conforme exercitado por Bakhtin e Ginzburg, busca-se recuperar pistas e vestígios, assim como entender os pacientes não só como “vítimas”, mas como “protagonistas” em meio a uma situação por certo desigual.

Abstract:

This article aims to analyze from a singular perspective the context in which Lima Barreto was admitted in hospital, in 1914. On one side, across different documents produced by the author at the time, as short stories, diaries, interviews, stories and their own entry reports into the hospital. On the other, from the comparison of records of patients admitted to the Hospital at the same year. To that end, the article explores social markers of difference - race, gender, social status, origin - showing how using and handling them helps to understand the very speeches given by internals and experts. Finally, from the interpretation of the photographs and the use of a dialogical method, as practiced by Bakhtin and Ginzburg, I seek to recover clues and traces, as well as understand the patients not only as “victims” but as “actors” in a certainly uneven situation.

Palavras-chave:

Lima Barreto; Loucura; Cor; Exclusão social; Primeira República.

Palavras-chave:

Lima Barreto; Madness; Color; Social exclusion; First Brazilian Republic.

CUIDADO E CUIDADORAS: O TRABALHO DE CARE NO BRASIL, FRANÇA E JAPÃO

Tradução de Philippe Dietman

As teorias e os debates sobre o *care*, que datam de ao menos trinta anos no mundo anglo-saxônico, em particular nos Estados Unidos (Gilligan, [1982] 2008; Tronto [1993] 2009; Moller Okin, [1989] 2008), desenvolveram-se bem mais recentemente na França, apenas nos últimos cinco anos (Paperman & Laugier, 2005; Molinier, Paperman & Laugier 2009; Garrau & Goff, 2010), e têm suscitado um interesse crescente na América Latina e na América Central, onde pesquisas vêm sendo realizadas em países como Chile, México, Argentina e Nicarágua.¹ No Brasil, no campo das ciências sociais, ainda são poucas as investigações no tema (Lancman et al., 2007; Batista et al., 2008; Sorj, 2008; Lima et al., 2008–2009; Garcia dos Santos & Georges, 2010; Camarano, 2010)² e a maior parte das pesquisas, tanto sobre os cuidadores familiares, quanto sobre o cuidado em domicílio, foi produzida nas áreas da geriatria, gerontologia, enfermagem e saúde pública. No Japão, os médicos foram também os primeiros a suscitar a questão do cuidado, que se popularizou, na década de 1990, com o debate em torno do “Seguro de Cuidados de Longa Duração” *Kaigo Hoken* introduzido em 2000; desde então, têm se multiplicado os trabalhos no âmbito das ciências sociais japonesas (Ito & Adachi, 2008; Ochiai, 2009; Mitomi, 2010; Kikuchi, 2010).³

Neste artigo, analisamos o trabalho do *care* em três países muito diferentes, o Brasil, a França e o Japão. Conquanto estudos comparativos sejam frequentes nesse tema, eles se restringiram à análise de países europeus (Lyon & Glucksmann, 2008; Glucksmann, 2010). Nossa reflexão procurou esclarecer tendências observadas em outras realidades, igualmente interessantes do ponto de vista analítico, tanto devido às modalidades de construção dos seus regimes de proteção e previdência social, como pelas particularidades dos processos demográficos e econômicos que moldam as estruturas etária e ocupacional das populações desses três países. Para fazê-lo, vamos nos apoiar em literatura secundária e nas estatísticas disponíveis, assim como nos primeiros resultados das pesquisas de campo em andamento, realizadas pelas autoras.

Focaremos nossa análise no trabalho do *care* às pessoas idosas dependentes. Sabemos que elas não são as únicas a necessitar de cuidados e, com

efeito, boa parte da literatura tem se concentrado em outros beneficiários, tais como as crianças. Então, por que voltar a atenção para o *care* em relação aos idosos? Na verdade, o Brasil, a França e o Japão estão atravessando, mesmo se em ritmo e dinâmica desiguais, um forte crescimento do número de idosos e, conseqüentemente, do peso destes em suas populações. Esse processo de envelhecimento da população, como desenvolveremos mais adiante, determina novas exigências e produz novas configurações das atividades tradicionais do *care*. Elas assumem uma escala importante, que leva à estruturação de um mercado de oportunidades profissionais cada vez mais amplo e ao desenvolvimento de políticas públicas de acompanhamento a longo prazo de idosos e pessoas com deficiência, com repercussões em carreiras e formas de regulamentação profissional das condições e relações de trabalho dos prestadores/as desse tipo de serviço.

A magnitude do crescimento da demanda potencial para os serviços de *care* na França, Japão e Brasil pode ser estimada, mesmo se indiretamente, pela observação do ritmo de envelhecimento nos três países. O gráfico 1 [ver p. 153] apresenta as estatísticas relativas aos últimos cinquenta anos. Assim, enquanto a França e o Brasil revelam um crescimento gradual e contínuo, que se acelerou apenas nos últimos anos, no Japão o processo de envelhecimento ocorreu em um ritmo exponencial a partir da década de 1970. Por isso mesmo, o Japão e o Brasil, que tinham porcentagens relativamente semelhantes de idosos em relação a sua população total nos anos 1950, passaram a manifestar, em 2010, situações muito diferentes.

Observando-se a população com 65 anos ou mais desses três países em 2010, verifica-se que a sua velocidade de envelhecimento é mais pronunciada no Japão (onde os idosos alcançam 22,6% da população total). Na França (onde eles são 17%) existe uma tendência de crescimento em um futuro próximo, embora a um ritmo significativamente menor que o do Japão. Finalmente, no Brasil (onde eles representam apenas 6,9% da população total), esse incremento é mais recente, muito embora deva se constituir em um sério desafio no futuro próximo.

Face a tais tendências, e de acordo com os critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, o Japão seria uma sociedade “superidosa” (assim qualificada quando a parcela da população com 65 anos ou mais em relação à população total é igual ou superior a 20%); a França, uma sociedade “velha” (onde essa parcela representa entre 14% e 20%) e o Brasil estaria prestes a se tornar uma sociedade “em envelhecimento” (situação em que os idosos representam entre 7% e 14% da população). Os próximos cinquenta anos vislumbram, assim, e para os três países, uma perspectiva de envelhecimento significativo das suas respectivas populações.

Observa-se também, nos três casos, uma tendência ao aumento nas atividades relacionadas com o *care*, em particular no que respeita ao cuidado

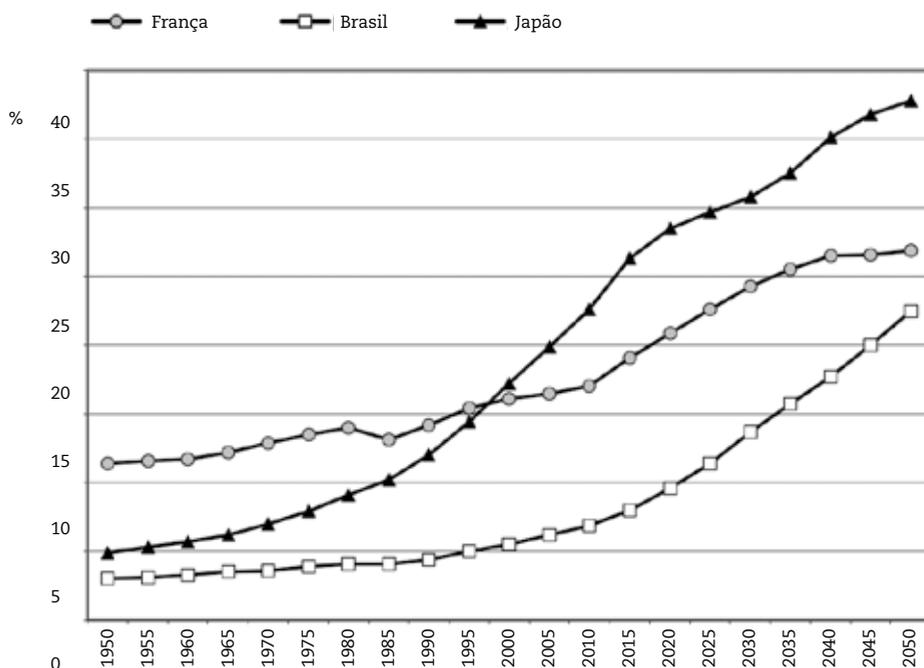


Gráfico 1: População com 65 anos e mais: 1950–2050

França, Brasil, Japão

Fonte: World Population Prospect — The 2008 Revision Population Database

domiciliar. Chamadas de “auxiliares de vida”, *homehelpers* ou “cuidadoras”, são principalmente as mulheres que desempenham essas profissões.

Frente a tal contexto, este artigo tem o objetivo de analisar, numa perspectiva comparativa, alguns aspectos da construção social do trabalho de *care*, particularmente as fronteiras entre o trabalho doméstico e o trabalho do *care* em três realidades socioculturais tão diferentes como as da França, do Japão e do Brasil. Para tal, abordaremos três aspectos principais: o mercado do trabalho e as trajetórias dos trabalhadores/as que cuidam de idosos; as estruturas familiares e as redes sociais envolvidas; as políticas públicas e a formação profissional requerida para o exercício dessas atividades.

Entretanto, para bem analisarmos esses aspectos, convém iniciar refletindo sobre a trajetória de constituição do conceito de *care* nos três países, e o modo como as diferentes formas de nomear recobrem as variadas práticas observadas nessas três realidades.

CARE: CONCEITO E PRÁTICAS. CATEGORIAS NATIVAS E CLASSIFICAÇÕES

O conceito de *care* compartilha com outros conceitos, como “trabalho” e “gênero”, a natureza ao mesmo tempo multidimensional e transversal. É interessante notar — como tem sido amplamente discutido e comentado — que o termo *care* conota um amplo campo de ações e atitudes, abarcadas por conceitos equivalentes ou semelhantes na maioria das outras línguas.

Na França, o termo *soin*, tradução mais comum de *care*, significa, segundo Catherine Audard, “a solicitude que expressa essa inquietude afetiva pelo outro”. Há ainda um sentido derivado de *care* que deve ser relacionado a um outro domínio, o da ação de assistência e previdência social. *Care* significaria o conjunto de medidas públicas necessárias para o bem-estar (*welfare*) da população num Estado-providência. Este sentido, entretanto, e ainda conforme a autora, não tem equivalente em francês (Audard, 2004: 212; Martin, 2008: 28).

No Brasil e nos países de língua espanhola, a palavra “cuidado” é usada para designar a atitude; mas é o verbo “cuidar”, designando a ação, que parece traduzir melhor a palavra *care*. Assim, se é certo que “cuidado”, ou “atividade do cuidado”, ou mesmo “ocupações relacionadas ao cuidado”, como substantivos, foram introduzidos mais recentemente na língua corrente, as noções de “cuidar” ou de “tomar conta” têm vários significados, sendo expressões de uso cotidiano. Elas designam, no Brasil, um espectro de ações plenas de significado nativo, longa e amplamente difundidas, muito embora difusas no seu significado prático. O “cuidar da casa” (ou “tomar conta da casa”), assim como o “cuidar das crianças” (ou “tomar conta das crianças”) ou até mesmo o “cuidar do marido”, ou “dos pais”, têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente).

Comparado com os substantivos *care* e *soin*, ou com o verbo “cuidar”, palavras de uso cotidiano longo, no Japão, a generalização da palavra *kaigo* não tem mais de vinte anos. Registros do seu primeiro uso datam de meados da era Meiji (1852–1912), no âmbito do direito relacionado à proteção social; entretanto, foi apenas nos anos 1960 que a palavra se incorporou ao jargão da política social voltada para o bem-estar dos idosos (Nakajima Kieko [1992] apud Morikawa, 1999). Na década de 1970, o termo *kaigo* começa a ser veiculado pela mídia (Morikawa, 1999: 23), tendo se difundido, sobretudo durante a década de 1990, graças aos amplos debates em torno da introdução do “Seguro de Cuidados de Longa Duração” (*Long-Term Care Insurance* ou, como referiremos doravante, LTCI). Nesse contexto, *kaigo* — muitas vezes entendida como um equivalente de *kea* (*care*) — abarca a noção do cuidado de longo prazo, estando associada ao cuidado aos idosos, mas também às pessoas deficientes. Desse

modo, o uso atual da palavra *kaigo* remete a um campo de significado muito mais estreito em comparação com *care* ou “cuidar”.

Essa digressão quer destacar a relevância de se analisar como distintas modalidades do *care* se constroem em diferentes sociedades, para o que as formas de nominar e sua generalização são pistas valiosas. Resistimos, por isso mesmo, à busca ingênua de uma “tradução exata” do termo, como se as diferentes realidades sociais pudessem ser reduzidas a um mínimo denominador conceitual. Para avançar identificando especificidades no processo de construção das modalidades do *care*, torna-se interessante observar as maneiras como o mercado (vale dizer, a mercantilização do *care* e a profissionalização daqueles/as que são os prestadores desse serviço) e as políticas públicas influenciaram nesse processo, e como diferentes agentes sociais se constituíram no seu curso. Esse tipo de abordagem revela, desde logo, a importância do nível nacional de análise, dado o papel crucial exercido pelo Estado na construção das formas de regulação institucional do trabalho e da profissionalização dos serviços de *care* em cada caso. Além do Estado, instituições políticas como sindicatos e partidos foram outros atores importantes na construção histórica dessas configurações em nível nacional.

Nos três países aqui focalizados, observa-se que a construção social e institucional do *care* é muito mais recente que a emergência dos termos “cuidado”, *kaigo* ou *soin*. Assim, no caso da França, o termo *auxiliaire de vie sociale* só foi institucionalizado em 2002 com a introdução do *Diplôme d’Etat d’Auxiliaire de Vie Sociale*, o DEAVS. No Brasil, o termo “cuidador” aparece coincidentemente no mesmo ano com a introdução da nova Classificação Brasileira de Ocupações, dando lugar, por conseguinte, ao cômputo dessa atividade ocupacional também nas estatísticas da Relação Brasileira de Informações Sociais (Rais)⁴ que trata dos empregos formalmente registrados. Já no Japão, os serviços de cuidado em domicílio têm início em 1956, introduzidos na região de Nagano por iniciativa dos Conselhos Municipais de Assistência Social (*Shakai Sukushi Kyogikai*).⁵ Mas foi somente após a introdução do plano decenal de assistência social para idosos (chamado de *gold plan*) que a denominação *homehelper* substituiu *katei hoshiin*, usado até então para designar os cuidadores domiciliares. Em 1991, o sistema de formação foi institucionalizado e classificações foram introduzidas para distinguir, por sua habilitação e competência, os que a ele se dedicavam. Desde a introdução do LTCI, *homehelpers* são também chamados de *homon kaigoin* e, sob esse sistema de seguro, os serviços são prestados por meio de contrato firmado entre o beneficiário da assistência e o prestador de serviços.

Em que pese esse movimento convergente em direção à institucionalização e reconhecimento nos códigos profissionais (e a esses últimos retornaremos mais detidamente adiante), não se deve perder de vista que, por sua natureza multidimensional, o *care* não se restringe ao campo do trabalho profissional (*care work*) — e, portanto, ao campo da profissão nas diferentes di-

mensões estudadas pela sociologia do trabalho, quais sejam: profissionalização, formação, qualificação e competência, remuneração e salários, promoção, organização e processo de trabalho (Zarifian, 2000; Gadrey, 2003; Bercot & Coninck, 2005). O *care* se remete também à esfera do privado, do doméstico, da família — e, portanto, ao campo da sociologia da família e do gênero (Silveira & Tito, 2008; Gramain et al., 2005). Não sem razão vemos que a sociologia do gênero e os *gender studies* desde muito cedo se preocuparam com a questão, na medida em que a divisão sexual do trabalho de *care*, a mobilização da masculinidade e da feminilidade, ou ainda da afetividade, se encontram no coração da conceituação do *care* (Knijn & Ungerson, 1997; Ehrenreich & Hochschild, 2003; Travailler, 2002).⁶

O *care* remete à questão de gênero, na medida em que essa atividade está profundamente naturalizada, como se fosse inerente à posição e à disposição (*habitus*) femininas. Mas, na medida em que o *care* se manifesta como ocupação ou profissão exercida em troca de uma remuneração, o peso e a eficiência crescentes das políticas públicas tornam-se verdadeiras bombas de efeito retardado, visto que questionam a gratuidade do trabalho doméstico e a sua circunscrição ao grupo social das mulheres, e desafiam a ideia de “servidão voluntária” inerente a esse serviço quando realizado no espaço privado do *domus*. Vale dizer, a emergência do *care* como profissão implica o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e do trabalho familiar como “trabalho”; em outras palavras, a associação do trabalho do *care* com uma profissão feminina deixa de ser natural.

Entretanto, a construção da ruptura (ou da continuidade) entre a especialização profissional no serviço de *care* e o *care* atribuído ao trabalho doméstico e familiar é feita de diversas maneiras a depender do contexto nacional de que se trate. O caráter mais ou menos disruptivo e reconfigurador da atividade profissional do *care* variará, assim, conforme o peso (ou a prevalência) do trabalho doméstico remunerado (e sem prestígio social), ao lado da atividade doméstica não remunerada, bem como conforme a importância e a eficiência das políticas públicas relacionadas ao *care*, e mesmo conforme a força do segmento empresarial dedicado à prestação da assistência. Assim, dependendo da forma como se configurem mercado, políticas públicas, trabalho doméstico e familiar (remunerado ou não), o estatuto da atividade do *care* se diferenciará, e de maneira significativa, entre as realidades nacionais. Por esse motivo, é interessante voltar à questão dos campos do *care* e dos seus contextos históricos.

Se, ao longo da história e conforme as sociedades, a assistência dada aos membros da família era tarefa incumbida às mulheres, os cuidados de longa duração aos idosos, decorrentes das novas tendências demográficas, se colocam, agora, como uma situação nova. A esfera da reprodução deve estar apta a lidar com o processo de envelhecimento durante um longo período. Por isso mesmo, os cuidados de longa duração aos idosos passaram a ser objeto de

medidas políticas em muitas sociedades. Do mesmo modo, do ponto de vista dos atores que prestam a assistência, isso também representa uma novidade.

Parece, então, adequado assumir, como de resto o fazem outros estudiosos, a distinção analítica entre alguns campos do *care*: o das tarefas domésticas, o do cuidado das crianças e o dos cuidados às pessoas dependentes, isto é, aos idosos e deficientes.⁷ Procuraremos, entretanto, atentar para o risco de limitar a análise a um (ou a alguns poucos) dentre esses campos, por estarmos seguras da importância analítica da configuração do *care* como um todo, o que, com efeito, tem sido um desafio para os que elegeram esse domínio como o seu objeto de estudo.

A distribuição da prestação de cuidados entre o Estado, as comunidades, as organizações voluntárias, o mercado e a família é, por exemplo, muito diferente a depender do campo considerado. Assim, também as políticas públicas são diversificadas e delimitadas em função desses campos do *care*, do mesmo modo que se diferenciam as estratégias desenvolvidas pelas famílias. Continuidade e descontinuidade entre esses campos, socialmente construídos, acompanham os tipos de agentes prestadores de cuidados disponíveis (familiares, empregadas domésticas, cuidadoras habilitadas etc.), tanto quanto as condições de realização da assistência. Várias pesquisas desenvolvidas na Ásia evidenciaram que, para algumas famílias, o cuidado das crianças e o cuidado dos pais não ocupam o mesmo status e estão sujeitos a estratégias diferentes. De acordo com Ochiai & Molony (2008) e Ochiai (2009), por exemplo, observa-se em muitos países asiáticos uma divisão de trabalho entre, por um lado, mães e avós que cuidam das crianças e, por outro, domésticas às quais são delegadas as demais tarefas, como limpeza, lavagem das roupas, compras etc.⁸ Essa mudança estaria ligada à valorização, relativamente recente nesses países, da educação das crianças. Quanto ao cuidado dos idosos, Ochiai relata uma tendência oposta. Enquanto o papel das domésticas com relação ao *care* direcionado às crianças está diminuindo, vem aumentando o *care* voltado aos idosos, de modo a sugerir uma provável mudança nas normas sociais: quando as filhas e filhos adultos financiam uma doméstica para o *care* domiciliar de um pai dependente, são considerados/as cumpridores/as de seu dever filial.

O MERCADO DE TRABALHO DO CARE

No que tange ao mercado de trabalho, um primeiro aspecto se destaca: a importância com que se tece o elo entre as migrações e o trabalho do *care*, numa ampla variedade de situações.

A esse respeito, uma das peculiaridades do Brasil advém de que as atividades de *care*, em casa ou em instituições para idosos, são realizadas por brasileiros. Ainda que o trabalho doméstico tenha sido assumido, até o fim do

século XIX, por escravos africanos e seus descendentes, e muito embora entre o final do século XIX e início do século XX o Brasil tenha assistido a fluxos significativos de migração da Europa e do Japão para o trabalho agrícola e para a indústria, o setor do emprego doméstico remunerado nutre-se, hoje, de assalariados de nacionalidade brasileira, muitas vezes originários do nordeste, mas também de Minas Gerais, do Paraná ou de Santa Catarina. São, portanto, migrações internas. Praticamente não encontramos, durante a nossa pesquisa de campo no Brasil, mulheres migrantes estrangeiras entre as “cuidadoras” em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), nas famílias ou entre as empregadas domésticas.⁹

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relativa ao ano de 2007, havia 6,3 milhões de empregados domésticos mensalistas e diaristas em atividades no Brasil, dos quais apenas 400 mil eram do sexo masculino. Nessas circunstâncias, torna-se impossível pensar no mercado de trabalho para as atividades do *care* sem levar em consideração a existência de uma notável fluidez de fronteiras que obscurece os limites entre o trabalho profissional e o tradicional trabalho doméstico remunerado de “tomar conta”, de “cuidar”, aproximando, pois, os perfis da profissional do *care* e da empregada de casa.

À luz dos dados estatísticos disponíveis para o Brasil e fornecidos pela PNAD-2007, podemos dizer, então, que o trabalho das “cuidadoras”:

— É um trabalho sem proteção formal: em 2007, apenas 24% delas tinham carteira de trabalho assinada, o que contrasta com a média dos trabalhadores contratados, entre os quais 66% tinham registro formal em carteira; a esse respeito, as “cuidadoras” muito se aproximam das trabalhadoras domésticas, entre as quais apenas 28% tinham contratos formais.

— É exercido por trabalhadoras com baixa escolaridade: 63% delas têm apenas o ensino fundamental, o que novamente as aproxima das empregadas domésticas, dentre as quais 80% têm no máximo oito anos de estudos, e as distancia dos auxiliares de enfermagem, os quais 75% tinham mais que o ensino fundamental.¹⁰

— É um trabalho de baixa remuneração: 66% das cuidadoras ganham até um salário mínimo, o que não as diferencia muito das empregadas domésticas (70% das quais recebiam uma remuneração semelhante), mas que novamente as afasta do conjunto dos trabalhadores empregados (dentre os quais somente 25% recebiam o salário mínimo).

Entretanto, o indicador mais expressivo dessa fluidez está na forma como os trabalhadores/as que participam das atividades de *care* se reconhecem em termos profissionais. Assim, analisando os dados da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED) para a região metropolitana de São Paulo em 2008, tivemos acesso a 7 mil registros de entrevistadas,¹¹ as quais, com base nas informações obtidas sobre a natureza do seu trabalho, poderiam ser classificadas como trabalhadoras do *care*. A análise de como essas pessoas descreviam a sua pró-

pria ocupação e, nesse sentido, percebiam a si próprias do ponto de vista profissional, mostrou que a maioria delas — embora desempenhando tarefas de *care* — se autoidentificava como “empregada doméstica”, antes que como “cuidadoras”. Essa percepção reflete o escasso reconhecimento institucional de que gozam essas profissionais. Com efeito, e como já mencionamos anteriormente, até mesmo as estatísticas demográficas e administrativas do Brasil só muito recentemente começaram a contabilizá-las como profissionais do *care*.

Diante de tamanha fluidez, e para retratarmos sob outro ângulo o caso brasileiro, parece conveniente retirar o foco dos dados domiciliares, como os da PED ou da PNAD, para então caracterizar o grupo dos trabalhadores envolvidos em funções de “cuidado” que exercem suas atividades em estabelecimentos prestadores de serviços. Com base nas estatísticas da Rais, colhidas junto a empresas que contratam os “cuidadores/as”, podemos chegar a uma visão algo distinta desse grupo mais específico dos trabalhadores do *care*.¹² Neste segmento é observado:

- um número relativamente pequeno de empregados/as (cerca de 30 mil), com uma escolaridade mais elevada que aquela contabilizada junto a “cuidadores/as” domiciliares (metade deles/as com o nível médio completo);
- o peso dos empregados/as em médios e grandes estabelecimentos é importante (50% são empregados/as em estabelecimentos com cem ou mais trabalhadores);
- esses estabelecimentos são predominantemente públicos (40% deles), ou filantrópicos (outros 40%);¹³
- e estão concentrados nas grandes cidades, especialmente São Paulo, que sozinha detém um terço do total dos empregos nessa atividade.¹⁴

Muito distinta é a configuração do mercado de trabalho do *care* no Japão. Ali, ao contrário do que descrevemos para o Brasil e diferentemente do que se encontra muitas vezes em toda a Ásia, a utilização das trabalhadoras domésticas não é comum. Com exceção da China, onde imensa área rural alimenta a oferta, as trabalhadoras asiáticas provêm do fluxo transnacional intracontinental. Assim, o volume da oferta de empregadas domésticas estrangeiras está intimamente ligado à política de imigração desses países.

No caso japonês, o governo proíbe a introdução de mão de obra estrangeira não qualificada. Por isso mesmo, são as mulheres adultas autóctones que asseguram a oferta de mão de obra para a assistência domiciliar ao idoso. Segundo pesquisa realizada pelo *Japan Institute for Labour Policy and Training* (2003), as mulheres representavam nada menos que 96% dos 11.239 *helpers* e *coordinators*¹⁵ engajados nas 854 instituições que, em 2002, prestavam serviços de assistência domiciliar. Dessas mulheres, cerca de 70% estavam concentradas na faixa etária de 40–69 anos, embora desde a introdução do LTCI a proporção de mulheres mais jovens tenha aumentado. Apenas 20% das *helpers* trabalhavam como assalariadas regulares, ou seja, com contratos por prazo indeterminado,

em tempo integral, enquanto 30% trabalhavam em tempo parcial com horários fixos. Cerca de 40% eram registradas e solicitadas em horários variáveis, conforme as necessidades dos seus clientes. Esses dados revelam ainda que a proporção de trabalhadoras regulares tende a diminuir, enquanto aumenta a parcela dos trabalhadores em tempo parcial com horários variáveis.

De acordo com pesquisa realizada em 2008 pela *Care Work Foundation* (*Kaigo rodo antei center*) junto aos 17.350 estabelecimentos prestadores de serviços abarcados pela LTCI (com retorno de 5.929 respostas) e aos seus 51.426 trabalhadores/as (com retorno de 18.035 respostas), a idade média dos *homehelpers* era de 50,9 anos. Nesse estudo reitera-se a importância do contingente do sexo feminino: 93% dos *homehelpers* que enviaram suas respostas eram mulheres, reproduzindo a segmentação por sexo no mercado de trabalho e documentando a notável presença das chamadas “formas atípicas de emprego” nas novas atividades do setor terciário.

A contratação de uma auxiliar doméstica deixa evidente a continuidade que pode ser estabelecida entre os diversos cuidados. Uma continuidade que se expressaria entre diferentes atos de cuidado dentro de um mesmo campo (o do cuidado aos idosos), e não tanto entre diferentes campos do cuidado (trabalho doméstico, cuidados direcionados às crianças ou cuidados direcionados aos idosos), como também seria possível entendê-la.

Essa continuidade e a ausência de especialização dificultam o reconhecimento da qualificação, a menos que seja posta em prática uma política de formação, seja pelo país receptor (ou pelo governo local), seja pelo país de origem da mão de obra. No Japão, onde quase não existem empregadas domésticas, a continuidade dos cuidados é dificilmente concebível, requerendo, por isso mesmo, uma combinação entre diferentes agentes prestadores de cuidados: desde os familiares aos ajudantes com contrato privado, passando pelos *homehelpers* contratados no quadro do LTCI e/ou, no caso das instituições de cuidados, pelos *kaigo fukushishi* (cuidadoras e cuidadores diplomados pelo Estado após três anos de experiência ou de estudos).

Na França, há três modalidades de emprego de trabalhadoras do *care* e domésticas: emprego direto, que estabelece um vínculo empregatício imediato entre um particular e um empregado; *mandataire*, em que ocorre a intermediação de um organismo (embora possa envolver o auxílio para, por exemplo, administrar o salário da empregada, o empregador é um particular); e *prestataire*, quando o organismo é o patrão das trabalhadoras do *care* e domésticas (que administra a mão de obra e a coloca à disposição do particular).

A relação de emprego direto é muito mais importante que as modalidades *mandataire* ou *prestataire*. Os órgãos credenciados de serviços a pessoas têm, na França, cerca de 400 mil empregos assalariados, dos quais apenas 41% sob a modalidade *mandataire* (Devetter et al., 2009: 21). As associações dominam o setor, mas as empresas privadas manifestam um forte crescimento.

Diferentemente do Brasil, as trabalhadoras domésticas atuantes em casas particulares representavam apenas 1% dos empregos de acordo com a Pesquisa Emprego (*Enquête Emploi*) de 2005; número ainda menor que os 5% existentes no início do século XX.¹⁶ Devetter et al. (2009: 18–19) reportam a existência de “1,24 milhões de pessoas com contrato assalariado direto, exclusive as babás, das quais 90% são empregadas em domicílios”.

De acordo com um levantamento realizado em 2008 pela Direção de Pesquisa, Estudos, Avaliação e Estatísticas (DREES) do Ministério do Trabalho, da Saúde, do Orçamento, das Solidariedades e da Coesão Social, a estimativa do número de agentes a domicílio (*aides à domicile*) de pessoas fragilizadas foi de 515 mil pessoas. Desses, 97,5% eram mulheres com idade média de 44,9 anos. Apenas 21,2% delas tinham um diploma do setor sanitário ou social; no entanto, o seu nível de escolaridade era relativamente elevado: 37,5% possuíam ensino fundamental e 67,5% o ensino médio (geral, técnico ou profissional) ou mesmo superior. Apesar do grande número de mulheres imigrantes, efeito de uma política migratória que acolhe as mulheres para os serviços direcionados às pessoas, as estatísticas da DREES mostram que 95,3% nasceram na França ou tinham a nacionalidade francesa, uma parte constituída por migrantes de segunda geração.¹⁷ Há que ter em conta, ainda, o número não desprezível de empregados em domicílio, seja por emprego direto, seja ainda sob relações de emprego ilegal ou informal.¹⁸ Os movimentos de trabalhadores “sem documentos” (*sans papiers*) tornaram visível, nestes dois últimos anos, o peso das mulheres migrantes no setor dos serviços pessoais.

O número reduzido de horas de trabalho desses ajudantes domiciliares é um indicador da precariedade das relações de emprego sob as quais desenvolvem suas atividades: ainda conforme a Pesquisa Emprego, 70% deles estavam ocupados em tempo parcial, contra 16% na média dos empregados franceses (Devetter et al., 2009: 32).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO CARE

Como estão institucionalizados os direitos dos idosos ao cuidado em cada um dos três países que nos interessam?

No Brasil, apesar da fragilidade do papel do governo na estruturação das políticas sociais relacionadas aos idosos,¹⁹ duas novas figuras surgiram desde o final dos anos 1990: são os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Proteção Social. Eles realizam um serviço de saúde de proximidade, visitando famílias dos bairros mais desfavorecidos, como parte de um programa de governo, o Programa Saúde da Família; e seu recrutamento, por isso mesmo, obedece a um critério de proximidade geográfica face às casas que irão visitar. Mulheres, em sua maioria, elas se distribuem pelos diversos quadrantes do

território brasileiro, cuidando da saúde de todos os membros agregados da família, incluindo os idosos. Seu trabalho é considerado parte do *social care*.²⁰ Entretanto, são agentes que, apesar de formalmente contratados, recebem rendimentos muito baixos e, conforme documentado em várias pesquisas, exercem suas atividades em condições que lhes proveem poucos meios para realizá-las de forma satisfatória.

Um segundo programa, mais direcionado aos idosos, foi criado recentemente na cidade de São Paulo. É o Programa de Acompanhamento aos Idosos, desenvolvido com financiamento público (Secretaria Municipal de Saúde). Este financiamento é repassado a duas ONGs: a Associação de Saúde da Família, com 3 mil funcionários/as, e o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. O programa é desenvolvido em cinco regiões da cidade e tem doze equipes com dezessete trabalhadores cada (um assistente social, um enfermeiro, um médico, dois técnicos de enfermagem, dez acompanhantes ou “cuidadores” de idosos, um auxiliar administrativo e um motorista). No total, 150 “cuidadores” são distribuídos nas cinco regiões de São Paulo.²¹

No Japão, o problema dos cuidados de longa duração emergiu na década de 1960, quando se passou a atentar para o que foi denominado como sendo o problema dos “idosos permanentemente acamados” (*netakiri rôjin*). Em 1962, quando o serviço de envio de cuidadores domiciliares de idosos (*rôjin Katei hoshiin haken seido*) foi introduzido, os cuidadores não tinham qualificação ou qualquer diploma. Nenhum programa de treinamento foi implantado e coube às mulheres com situação econômica relativamente precária ocupar esses cargos. Nesses casos, o trabalho de *care* e as tarefas domésticas ainda não se haviam diferenciado. O ano de 1969 marca uma mudança na política de serviço em domicílio com a conscientização sobre o problema cada vez mais premente do envelhecimento. No entanto, a política focava o desenvolvimento de instituições de cuidado e o serviço em domicílio era visto apenas como um paliativo para superar a precariedade dessas instituições. As *home helpers* deviam prestar o mesmo serviço que os especialistas empregados nas instituições, o que indicava uma abertura para o reconhecimento da competência profissional das mesmas.

No entanto, em meados da década de 1970, o governo central sai de cena, transferindo para os governos locais, as comunidades locais e as organizações privadas a responsabilidade da execução das ações de *welfare*. Na prática, o cuidado domiciliar aos idosos passa a recair sobre as mulheres voluntárias. Em 1976, um serviço de envio de cuidadores de idosos (*rojnin kaigonin hakenjigyo*) é implementado, proporcionando benefícios a moradores do bairro para que eles cuidassem dos idosos que precisassem de ajuda em casa. Em 1982, essa instituição foi abolida; esses cuidadores (*kaigonin*), indivíduos sem formação, foram integrados e agrupados aos cuidadores em domicílio (*katei hoshiin*). Tais medidas ceifaram a possibilidade de especialização e profissionalização do trabalho de *care*, introduzindo, ao revés, uma forte

ligação com o trabalho das donas de casa (Morikawa, 1999). Essa situação foi alterada apenas com a introdução do LTCI, em 2000, que associou o trabalho de cuidador em domicílio ao trabalho feminino construído e consolidado durante todo esse processo histórico.

Finalmente, no que tange à França, vários são os componentes das políticas públicas em relação ao desenvolvimento de serviços às pessoas, especialmente aos idosos. Subsídios para promover ajuda em domicílio já existiam desde a década de 1990, como, por exemplo, o “Cheque Emprego Serviço Universal” (*Cheque Emploi Service Universel*). O Cheque Emprego Serviço Universal foi votado em 1991, permitindo que as famílias buscassem ajudantes em casa para cuidar das crianças, dos idosos ou realizar serviços de limpeza doméstica, o que lhes facultaria redução no imposto de renda. A “Alocação Personalizada de Autonomia” (APA) (*Allocation Personnalisée d’Autonomie*) foi criada em 2002 e faz parte das políticas sociais que tiveram um impacto positivo;²² qualquer pessoa dependente com sessenta anos ou mais pode se beneficiar da APA; e o montante a receber varia de acordo com o grau de dependência, a renda do beneficiário e o fato de residir em casa ou em instituição. A lei sobre a APA atribui a gestão desse benefício aos “Conselhos Regionais” (*Conseils Régionaux*), estruturas de nível local. O *Borloo*, por sua vez, foi um plano de desenvolvimento para os serviços às pessoas, que levou o nome do Ministro que o concebeu; lançado em 2005 pelo Ministério do Trabalho, tinha por meta criar 500 mil postos de trabalho em três anos (Devetter et al., 2009: 14). Já a Agência Nacional dos Serviços à Pessoa (*Agence Nationale des Services à la Personne*) foi instituída no mesmo ano, com um orçamento anual de cerca de 30 milhões de euros (Devetter et al., 2009: 47).²³

Vemos, assim, que o modo de construção institucional da política de cuidado aos idosos se diferencia — e de modo importante — entre os países considerados. Tal política varia em sua longevidade, sendo maior na França, seguindo-se o Japão e o Brasil. Varia na sua focalização, por vezes concebida como uma política voltada a idosos vulneráveis — com múltiplas ações específicas —, como na França e Japão, outras vezes voltada às famílias vulneráveis, como no caso do Brasil. Varia na amplitude e na diversidade dos benefícios outorgados, maior nos casos francês e japonês que no brasileiro. E varia, finalmente, no modo como a profissionalização abarca aqueles que põem em execução essa política, diferenciando-os do serviço doméstico mais claramente na França que no Japão, e muito mais nesses dois últimos que no Brasil.

CONFIGURAÇÕES NACIONAIS DOS DIFERENTES CAMPOS DO CARE E INTERDEPENDÊNCIA DOS AGENTES

Havíamos destacado anteriormente que a repartição na provisão de cuidados entre o Estado, as comunidades, as organizações voluntárias, o mercado e a família é diferente, a depender do campo do *care* que se tome em conta (o trabalho doméstico, o cuidado das crianças ou o cuidado de pessoas dependentes, isto é, os idosos e os deficientes). Entretanto, ela varia também entre sociedades.

Para avançar com essa argumentação, nos apoiamos em um modelo desenvolvido por Glucksmann (2010) para descrever e analisar as configurações do *care* em quatro países europeus: Itália, Holanda, Grã-Bretanha e Suécia. Glucksmann organiza em diagramas as formas de *care* a partir da identificação de um conjunto de atores elementares. De um lado, o beneficiário do *care*, do outro um conjunto de prestadores, a saber: a família, o Estado, as instituições filantrópicas e organizações não governamentais, e as instituições do mercado. Inspirados na análise de Glucksmann, procuramos sistematizar as configurações adotadas pelo *care* na França, no Japão e no Brasil, de acordo com os tipos de relações estabelecidas entre esses atores.

As modalidades de oferta do *care* que caracterizam cada um dos países variam, mas há também alguns aspectos convergentes. Primeiro, a centralidade do Estado, que, por meio de seu poder regulador em nível nacional, estabelece o espaço de ação possível a outros atores. Uma outra convergência refere-se à família; embora em graus variáveis (mais no Japão, menos na França), ela sempre participa diretamente do *care* informal e não remunerado.

Exploraremos, então, as especificidades de cada país, sistematizando-as, tentativamente, nos gráficos 2 a 4. [ver p.p 166–167]

No caso da França, as políticas públicas têm um papel central no *care* de idosos, com um grande número de dispositivos, conforme indicamos anteriormente. A Alocação Personalizada de Autonomia (APA), de 2002, reforça o papel das autoridades locais (Conselhos Regionais). O setor do voluntariado e as “organizações sem fins lucrativos” (NPO — *Nonprofit Organizations*) são também muito ativos na prestação de assistência aos idosos. Eles estão estruturados para realizar uma verdadeira mediação entre os beneficiários do cuidado e os diferentes atores prestadores do serviço. O voluntariado, por sua parte, está também estruturado e ativo há cerca de vinte anos. Quanto ao mercado, vemos tanto o desenvolvimento de um segmento informal, quanto a expansão de estruturas credenciadas sob a forma de empresas privadas.

No caso do Japão, o *care* para os idosos tem lugar predominantemente nas famílias e, nelas, cabe mais particularmente às mulheres.²⁴ Isso significa que o *care* informal e não remunerado tem um papel central nesse país. Além disso, o setor público tornou-se muito ativo nos últimos anos, sobretudo desde o “reconhecimento institucional do *care*” (Ito, 2010: 139), por meio da promulga-

ção da LTCI em 2000. Tal como na França, o mercado presta assistência aos beneficiários do *care* por meio de empresas privadas, que estão autorizadas pelo governo a operar neste setor. Os fluxos financeiros são particularmente importantes entre o setor público e o mercado, por um lado, e as organizações sem fins lucrativos (NPO), por outro. Por sua vez, o LTCI é financiado por meio de uma contribuição obrigatória de todos os habitantes com quarenta anos ou mais; em caso de necessidade de *care*, o contribuinte paga 10% dos custos e o governo local paga os 90% restantes. Finalmente, programas mais recentes, como o “Acordo de Parceria Econômica” (*Economic Partnership Agreement*), assinado em 2007 entre o Japão e a Indonésia, tentam introduzir a mão de obra imigrante no setor do *care*.

No caso do Brasil, são as redes sociais (redes familiares, associações comunitárias e de bairro, e redes mais amplas) que assumem o beneficiário do *care*. A família é o local predominante do *care* e da atenção ao idoso. O *care* é, assim, uma responsabilidade dos membros da família — especialmente das mulheres —, mas também das trabalhadoras em domicílio e das empregadas domésticas, que também são induzidas a se ocupar dos idosos nessas famílias.

O mercado é um outro prestador de cuidados, seja pelo oferecimento dos serviços dos trabalhadores em domicílio, seja pela presença das empresas de *home care*, que fazem a intermediação entre as famílias que necessitam de *care* e os trabalhadores.

O Estado, apesar dos esforços realizados (especialmente desde os anos 1990), não possui um programa de assistência aos idosos que seja eficaz e bem sustentado financeiramente, muito embora existam algumas iniciativas experimentais, localizadas e descentralizadas. Via de regra, associações comunitárias são mobilizadas na gestão desses programas.

O CARE COMO PROFISSÃO: AS QUESTÕES DA FORMAÇÃO, DIPLOMAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Finalmente, há que focalizar a atenção nas condições do trabalho profissional do *care* nos três países. A esse respeito, também são observadas diferenças importantes, indicativas das formas de constituição da regulamentação desse tipo de trabalho — na interface entre a ação do Estado e das organizações representativas dos trabalhadores —, bem como da diversidade dos sistemas de emprego e de formação profissional que estão estruturados em cada caso.

No Brasil, não existe uma formação com um diploma sancionado pelo Estado para as “cuidadoras”. Existe em funcionamento apenas um curso de nível universitário, com duração de um ano, ofertado pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Trata-se de uma exceção, pouco conhecida até mesmo pela massa dos trabalhadores do *care* em São Paulo.

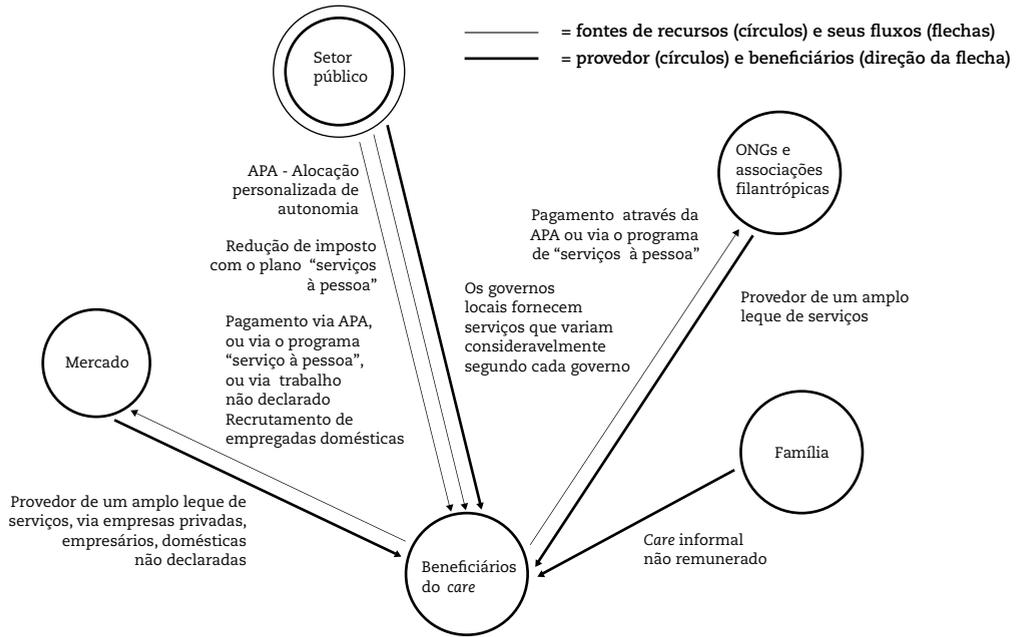


Gráfico 2: França: Configuração do care aos idosos.

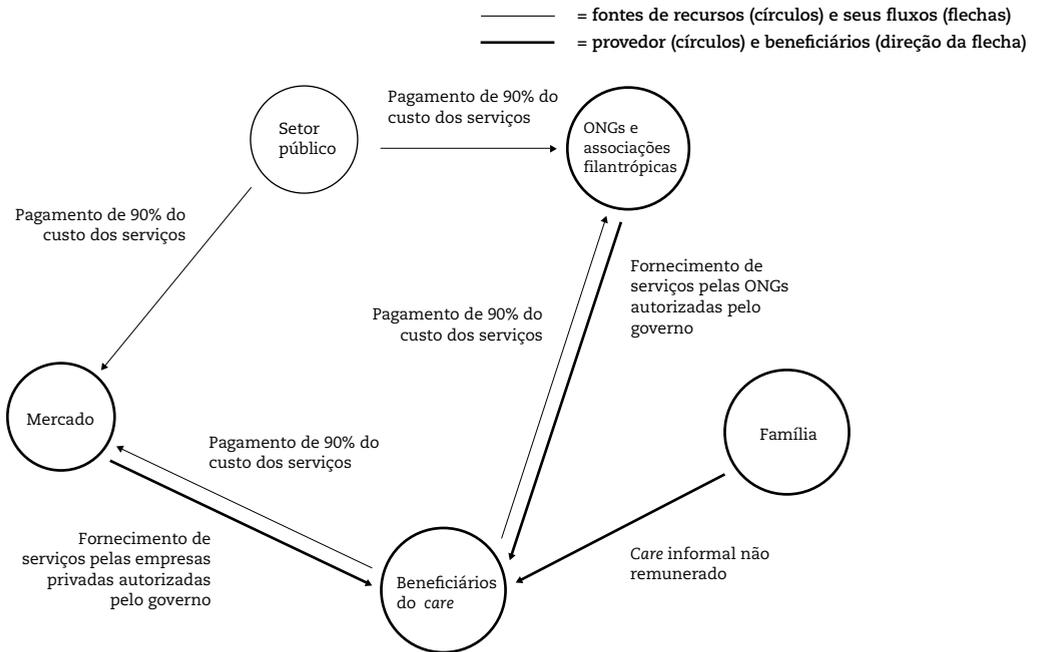


Gráfico 3: Japão: Configuração do care aos idosos.

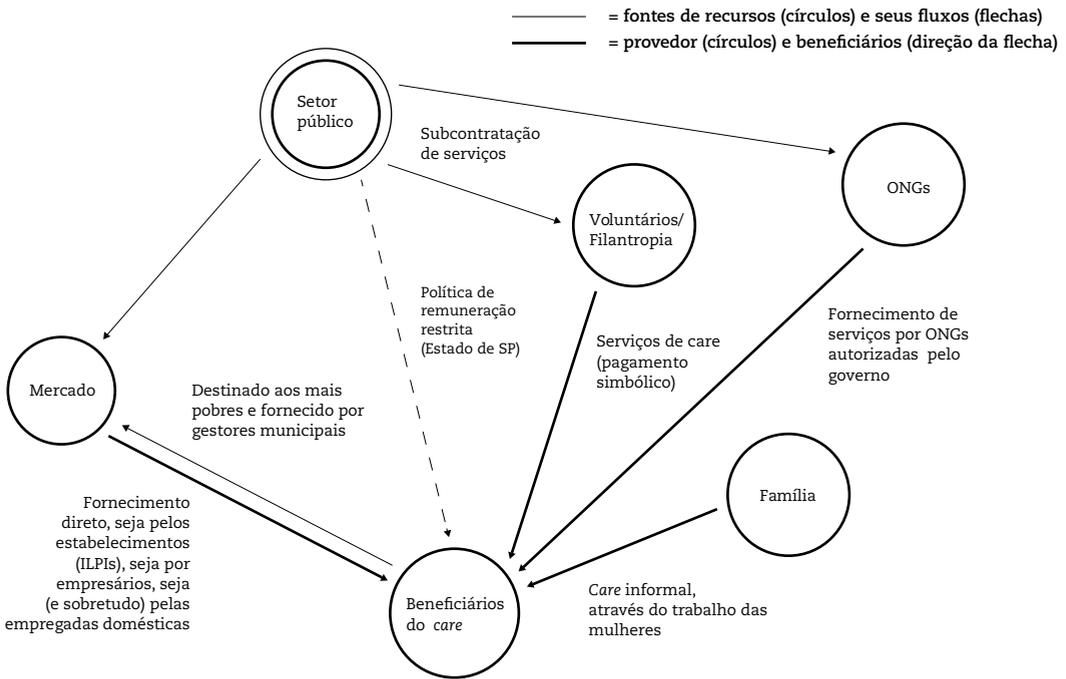


Gráfico 4: Brasil: Configuração do care aos idosos.

No mercado, a concorrência é grande com aqueles que possuem a formação de auxiliar de enfermagem e de técnico de enfermagem. Essas são duas profissões regulamentadas por diplomas reconhecidos pelo Estado, o que não é o caso da formação das “cuidadoras” em organismos privados. As instituições de longa permanência para idosos preferem contratar “auxiliares de enfermagem” e “técnicos de enfermagem”, que podem praticar atos técnicos, do que empregar “cuidadoras”, que não podem administrar medicamentos ou aplicar injeções. Há dois ou três anos essas instituições estão substituindo, sistematicamente, seu corpo de “cuidadoras” — em geral mais idosas e com menor nível de escolaridade — por auxiliares e técnicos de enfermagem.

Em contrapartida, proliferam cursos oferecidos por agências privadas ou por casas de repouso para idosos, com carga horária não superior a vinte horas semanais (cinco módulos de quatro horas, um módulo por semana). Estes cursos ensinam à “cuidadora” como lidar com os idosos no dia a dia (alimentação, higiene, lazer etc.), fornecem informações sobre as principais doenças (Alzheimer, Parkinson, AVC etc.), bem como orientam sobre a atitude a tomar em caso de acidentes.

No Japão, existem atualmente três categorias de *homehelpers*, cuja hierarquia corresponde a diferentes diplomas obtidos em cursos com número variável de horas, a saber: 1ª categoria, diplomas em cursos com 230 horas; 2ª

categoria, em cursos com 130 horas e 3ª categoria, em cursos com 50 horas. Não há exame, mas, ainda assim, os formados recebem um certificado de conclusão de curso. Existem também diplomas conferidos pelo Estado que titulam especialistas na área do *care*. Entre esses/as diplomados/as, o/a trabalhador/a mais próximo/a do *helper*, do ponto de vista da atividade realizada, seria o *kaigo fukushishi*, mais frequentemente empregado pelas instituições de cuidado.

Quando, após exame especializado, uma pessoa idosa é reconhecida como beneficiária potencial do LTCI, um *care manager* (gerente diplomado pelo Estado com ao menos cinco anos de experiência nesse campo) define o *care plan* (plano personalizado de cuidados que podem ser financiados pelo LTCI) conforme o seu grau de dependência e de acordo com as suas necessidades específicas. Guiado por esse plano, ele vai intermediar o contato entre um estabelecimento prestador de *homehelper* e o cliente (o idoso ou a família), que assina um contrato. O *care plan* também pode incluir uma opção para uso do *day care center* (centros que acolhem os idosos durante o dia). Se a dependência é importante, o acolhimento do idoso em uma instituição de cuidados permanentes pode ser considerado. Entre essas duas opções, existem práticas de *short stay* (estadias curtas em instituição) que proporcionam algum alívio para o círculo familiar. Dependendo do *care plan*, um ou mais *helpers* atuam em domicílio para realizar as tarefas estipuladas no plano. Nessas condições, o trabalho de *care*, até aqui não compartimentado, passa a ser dividido em tarefas específicas com vistas ao faturamento da prestação de serviços (Sadamatsu, 2009; Matsukawa, 2005). As tarefas que não são reconhecidas pelo LTCI estão automaticamente excluídas do benefício. Desse modo, vemos como a política pública influi na definição das tarefas domésticas, no trabalho de *care* institucionalmente reconhecido e no trabalho de tratamento curativo (intervenção de enfermeira em domicílio).

Esta situação introduz uma descontinuidade na prestação de cuidados, o que cria um problema para os idosos que vivem sozinhos, para os que não têm condições financeiras para pagar serviços complementares fora do quadro da LTCI, e para aqueles que não dispõem de um membro da família para fazê-lo. Pelo fato do *care* não ser assumido socialmente, a situação também representa um sério problema para os integrantes da família sobre os quais recai a responsabilidade, em especial para as mulheres.²⁵ Este problema é particularmente grave porque o LTCI não prevê nenhuma medida voltada aos cuidadores familiares.

Mas, a fragmentação, a especialização e a organização do trabalho que acompanham a “mercantilização” do trabalho de *care* não acontecem da mesma maneira em diferentes lugares; ao contrário, as condições de execução estão firmemente ancoradas em contextos locais.

Nesse sentido, distinta é a realidade da França. Ali, o diploma DEAVS substituiu, desde 2002, o Certificado de Aptidão às Funções de Auxiliar em

Domicilio (CAFAD — *Certificat d’Aptitude aux Fonctions d’Aide à Domicile*), criado em 1988.²⁶ Esses certificados tinham por referência o local de trabalho e estavam relacionados ao trabalho que ocorria dentro das estruturas, órgãos e instituições. Depois dos anos 1990, a “família” e a “casa” aparecem claramente como sendo os lugares de trabalho (Makridou, 2010). Essa mudança é também perceptível na descrição das atividades abarcadas por cada certificado.

Makridou observa que as condições de acesso ao diploma de DEAVS são mais fáceis. Enquanto o CAFAD requeria 280 horas de formação teórica e 120 horas de estágio, o DEAVS exige 500 horas de ensino teórico e prático em centro de formação, mais 560 horas de estágio (Moreau, 2003). Ele proporciona um título profissional de nível V, equivalente ao Certificado de Aptidão Profissional (CAP — *Certificat d’Aptitude Professionnelle*) e é reconhecido pelo Ministério do Trabalho. É composto de três certificados, cada um deles reunindo sete ou oito diferentes competências. Acrescente-se a isso a possibilidade de validação da experiência prévia em atividades de *care*, o que elimina a necessidade de realizar essas horas de formação. A possibilidade de recorrer à Validação da Experiência Adquirida (VAE — *Validation des Acquis de l’Expérience*) existe em todos os setores na França e conduz à maior profissionalização e ao desenvolvimento de um mercado de trabalho mais qualificado do *care*.²⁷

Ao longo do texto, situamos a atividade do *care* nos três contextos nacionais escolhidos, evocando as fases da evolução demográfica que eles atravessam, as percepções sociais dos papéis da família, do trabalho doméstico remunerado e do *care*, e a diversidade das formas de intervenções públicas ou associativas. Dentro de cada campo do *care* (trabalho doméstico, cuidados da primeira infância, cuidado dos idosos, deficientes, e dependentes), a distribuição dos prestadores do *care* (o Estado, o mercado, a família, a comunidade) influencia, como vimos, as condições da sua implementação. A configuração nacional dos diferentes campos do *care* e a distribuição dos seus agentes são interdependentes.

Entretanto, apesar das grandes diferenças destacadas, é possível concluir de forma algo provocadora, afirmando que identificamos também um certo número de convergências, que, por seu valor heurístico, nos desafiam a novas pesquisas.

A primeira característica comum importante: nos três países são maciçamente as mulheres que atuam como trabalhadoras do *care*, tanto em domicílio como nos estabelecimentos que acolhem pessoas idosas, chamados, na França, “EHPADs, — Estabelecimentos que Acolhem Pessoas Idosas Dependentes” (*Etablissements de Hébergement de Personnes Agées Dépendantes*), ou ILPIs no Brasil, ou ainda Estabelecimentos para Cuidados (*Kaigo shisetsu*), como são denominados

no Japão. Essas trabalhadoras, no Brasil, são migrantes internos; no Japão, são mulheres relativamente idosas; na França, destacam-se as pessoas de origem estrangeira ou seus descendentes. Nos três casos, os salários são baixos, e a perspectiva de carreira é muito limitada. Assim, seria possível inferir que esse mercado do *care* parece ser regido, nos três casos, por um princípio de desigualdade (homens/mulheres, migrantes/não migrantes etc.).

Uma segunda convergência: é relativamente precário o status do trabalho da “cuidadora”, da *home helper* ou da *helper*, da *aide à domicile* ou *auxiliaire de vie sociale*, independentemente do regime local adotado. Essa precariedade se expressa no baixo nível de qualificação requerida, no escasso reconhecimento social da competência profissional, assim como na falta de especialização e de formação profissional. No caso brasileiro, a insuficiente formação e a precária formalização do status profissional acarretam a dificuldade de autorreconhecimento como “cuidadoras” (e não como trabalhadoras domésticas), mesmo entre aquelas que desempenham funções classificáveis como de “cuidado”, como vimos acima a partir dos dados da PED para São Paulo. O emprego de cuidado em domicílio se inclui entre as novas formas de emprego emergentes no setor terciário (“cuidadoras domiciliares” no Brasil, *homehelpers* registradas no Japão, *auxiliaires de vie sociale* na França). A precariedade aumenta quando uma pessoa combina as “desvantagens”, por sua condição de imigrante estrangeiro ou interno (Inaba, 2009).

Uma terceira convergência significativa entre os três países: os governos centrais se apoiam sobre as redes locais, notadamente sobre as pessoas que podem proporcionar uma ajuda de proximidade às famílias e aos idosos. Miriam Glucksmann (2010) também se refere a esta situação para o caso da Suécia. No Brasil, onde o envolvimento das redes familiares, de vizinhança e de bairro é mais intenso, o apoio do Estado aos agentes de proximidade constitui uma política, em nível federal, de prevenção da saúde da família, onde se inclui o cuidado das crianças e idosos.

Devido à dinâmica demográfica, conducente a um crescente envelhecimento, França, Japão e Brasil fazem face a um conjunto de questões de alta relevância acadêmica e social, relacionadas ao *care*. A divisão do trabalho do *care* na sociedade, a profissionalização, a qualidade do emprego, a formação e a validação da experiência estão entre os temas socialmente relevantes a enfrentar na análise científica, tanto quanto nas políticas públicas. Conhecer melhor o que é o *care* e compreender a dinâmica das profissões relacionadas ao “cuidado” e à “atenção” são desafios para os quais tentamos contribuir neste texto, esboçando algumas pistas para novas pesquisas.

Nadya Araujo Guimarães é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Centro de Estudos da Metrópole. Pesquisa mercados de trabalho, analisando experiências do trabalho e do desemprego, desigualdades e novas configurações do trabalho. Dentre suas publicações recentes estão *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão* (2009), co-organizado com H. Hirata e K. Sugita, e *Desemprego, uma construção social: São Paulo, Paris e Tóquio* (2009).

Helena Sumiko Hirata é pesquisadora do grupo Genre, Travail, Mobilités, no Centre National de la Recherche Scientifique, Paris. Pesquisa sobre divisão sexual do trabalho, globalização e gênero. Foi pesquisadora visitante da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Hitotsubashi. Dentre suas publicações recentes estão *Travail et genre: regard croisés. France – Europe – Amérique Latine* (2008), com M. Maruani e M. R. Lombardi e *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações* (2005), com N. A. Guimarães.

Kurumi Sugita é pesquisadora do Institut d'Asie Orientale, École Normale Supérieure de Lyon, França. Desenvolve pesquisas em antropologia do trabalho, com ênfase nos estudos sobre emprego e desemprego, nas análises de trajetórias de trabalhadores idosos, nos estudos sobre trabalhadores do *care* e nas análises sobre relações de gênero numa perspectiva comparada. Dentre suas publicações recentes está *The Unemployed and Unemployment* (2006), co-organizado com K. Kase.

NOTAS

- 1 O documento de base da XI Conferência Regional da Cepal, das Nações Unidas (Cepal, ONU & Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010), contém um capítulo sobre “A economia do care”, que apresenta a definição de “cuidado” por Joan Tronto ([1993] 2009).
- 2 Um levantamento demográfico de fôlego foi realizado pelo Ipea, sob a coordenação de Ana Amélia Camarano, tendo produzido, entre 2007 e 2010, a publicação de cinco relatórios sobre as instituições de longa permanência para idosos nas diferentes regiões do país (Camarano, 2010).
- 3 Causa espécie, entretanto, que essa produção não tenha levado em conta o trabalho antes realizado pelos médicos, sendo notório o distanciamento entre os dois campos.
- 4 A Rais é um registro administrativo compulsório, que deve ser preenchido por toda empresa brasileira para indicar ao Ministério do Trabalho e do Emprego o contingente de trabalhadores que mantinha em 31 de dezembro de cada ano, descrevendo tanto o perfil quanto o tipo de contrato de cada um desses empregados.
- 5 A lei de 1963, *rojin fukushiho* (que diz respeito ao serviço social para idosos), institui tal serviço, que é gerenciado pelos governos locais através dos conselhos.
- 6 Acrescentem-se aqui, entre as disciplinas relacionadas com a ideia de *care*, a economia e a socioeconomia dos serviços de auxílios pessoais (Glucksmann, 2006; *Revue Française de Socio-Economie*, 2008; Devetter et al., 2009) ou ainda a sociologia das migrações, no caso de países como Argentina, Japão, França ou Estados Unidos (Parreñas, 2001). A sociologia moral e política, assim como as ciências políticas, a filosofia e a ética, também são dimínios cujos conhecimentos são mobilizados devido às dimensões éticas e políticas do *care* (Gilligan, [1982] 2008; Tronto, [1993] 2009; Paperman & Laugier, 2005). E, finalmente, devemos acrescentar a essa longa lista a psicologia do trabalho e da ação e as ciências sociais da saúde. Em um artigo muito interessante, Loïc Trabut e Florence Weber (2009) afirmam que os trabalhos sobre o *care* na França estão se desenvolvendo em duas direções: a análise da ética do *care* e uma abordagem a partir da ótica da economia da família e da sociologia do

trabalho doméstico. Concordamos plenamente com essas duas grandes direções, conquanto destacando a grande diversidade de disciplinas e de áreas científicas hoje mobilizadas por essa temática.

- 7 Esses campos estão longe de serem completos e exaustivos. Sobra, entre outros, o campo muito controverso da indústria do sexo. Para alguns, o campo da prostituição e da indústria do sexo também poderia, por exemplo, ocupar um espaço numa acepção ampla de *care* (Parreñas, 2010).
- 8 Ver também Miranda (2003, 2010) para a Itália.
- 9 As recentes ondas de imigrantes da Bolívia, do Paraguai e de outros países latino-americanos estão se dirigindo, por sua vez, rumo a outros setores econômicos. É o caso, por exemplo, do setor de confecções que emprega de maneira informal, em fábricas ilegais, os imigrantes bolivianos.
- 10 Hoje, o diploma de auxiliar de enfermagem no Brasil exige o ensino médio e mais um ano; o diploma de técnico de enfermagem exige o ensino médio e mais dois anos.
- 11 Agradecemos à Fundação Seade por ter colocado essa base à nossa disposição.
- 12 A base de dados da Rais permite documentar o segmento do serviço do *care* que, no Brasil, revela mais claramente a sua feição mercantil, assentada num contrato formal de trabalho estabelecido entre o trabalhador e uma firma especializada. Por isso mesmo, talvez esteja mais próximo do que encontramos nos dois outros países e, conseqüentemente, seja o segmento mais comparável ao que neles observamos. Entretanto, há que atentar para uma dificuldade: os dados da Rais não permitem isolar, para análise, o emprego do *care* relacionado aos idosos, e que se presta em asilos; ele aparece, nas suas estatísticas, somado ao emprego do *care* dedicado às crianças, e que se presta em creches e instituições públicas de guarda de menores.
- 13 Como os dados da Rais não permitem diferenciar o emprego do *care* relacionado aos idosos do emprego do *care* relacionado às crianças, essa parece ser a razão para explicar o peso tão expressivo dos estabelecimentos públicos no Brasil; é que, nesse país, são frequentes os locais de atenção a crianças e escassos os asilos públicos para idosos. Em contrapartida, o número de instituições filantrópicas

relacionadas ao *care* de idosos é tradicionalmente importante. Assim, cada uma das modalidades de *care* (cuidado de crianças, por um lado, e cuidado de idosos, por outro) encontra um agente provedor principal (o Estado, no primeiro caso, e as instituições filantrópicas, no segundo).

- 14 Daí a nossa escolha para focalizar a investigação, no Brasil, de maneira mais aprofundada no caso de São Paulo; isso está sendo feito tanto na pesquisa primária, quanto no tratamento mais exaustivo dos dados secundários provenientes da PED.
- 15 Exclusive os envolvidos unicamente em trabalho de *care manager*. Para maior esclarecimento sobre essa nomenclatura de funções e as diferenças na divisão do trabalho profissional do *care* no Japão, ver adiante.
- 16 Na França, como no Brasil, são múltiplas as fontes de dados estatísticos relativas aos “empregos de difícil definição” (Devetter et al., 2009: 20).
- 17 Nosso campo, na França (2010–11), evidenciou a segmentação espacial da força de trabalho atuante no setor conforme a origem nacional: na região metropolitana de Paris e nas grandes aglomerações urbanas a população de “cuidadoras” é constituída quase exclusivamente por mulheres imigrantes, tanto nos domicílios quanto nas instituições. Já no interior da França, a mão de obra no setor é exclusivamente francesa.
- 18 Sobre a importância do trabalho não declarado e do trabalho informal nas atividades de serviços às pessoas, ver Devetter et al. (2009: 50–52).
- 19 Sobre a evolução das políticas públicas relacionadas aos idosos no Brasil, ver Soria Batista et al. (2008: 110). Este livro focaliza também as políticas públicas no Japão (: 41) e na França (: 63).
- 20 Para uma apresentação mais detalhada desse programa, ver Garcia dos Santos e Georges (2010); Lancman et al. (2007); Lima et al. (2008–2009).
- 21 Esses dados foram coletados em entrevistas com os gestores desses programas na Secretaria de Saúde Pública e na associação gestora do programa.

- 22 Para uma a evolução cronológica das políticas públicas relativas aos serviços de atenção domiciliar na França, ver Devetter et al. (2009: 47).
- 23 Uma consequência deste plano Borloo foi o crescimento do número de empresas privadas autorizadas pelo governo (Gardin, 2008: 24).
- 24 De acordo com a análise do “Questionário sobre os cuidados de longa duração” (*Comprehensive Survey of Living Conditions*), realizado em 2004 pelo Ministério da Saúde, do Trabalho e do Bem-Estar do Japão — MHLW (*Ministry of Health, Labour and Welfare*), 13,6% dos idosos recebem atendimento em instituições de longa permanência, enquanto que 75% são atendidos por membros da família (66% co-habitam e 9% vivem separados dos cuidadores familiares). Destes, 75% são do sexo feminino: noras, esposas e filhas. Dos familiares cuidadores, 37% são os cônjuges, maridos (13%) e esposas (25%); 29% são os filhos (12%) e filhas (17%); e 31% são os enteados (1%) e enteadas (30%). A tendência geral é a diminuição da participação feminina e a diversificação das relações. No que se refere ao relacionamento entre o cuidador e a pessoa cuidada, as relações conjugais estão aumentando em detrimento das relações pais/filhos. Da mesma forma, a participação dos filhos aumentou, enquanto que a das enteadas diminuiu significativamente.
- 25 Mas não somente para as mulheres, visto que o *care* está se tornando cada vez mais um problema do casal.
- 26 Acerca da transformação do CAFAD em DEAVS ver Moreau (2003).
- 27 Sobre a VAE ver Doniol-Shaw (2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Audard, Catherine. Care. In: Cassin, Barbara (org.). *Vocabulaire européen des philosophies*. Paris: Le Seuil/Le Robert, 2004, p. 211–212.
- Batista, Analia Soria et al. *Envelhecimento e dependência: desafios para a organização da proteção social*. Brasília: Ministério da Previdência Social/Secretaria da Previdência Social, 2008 (Coleção Previdência Social, vol. 28).

Bercot, Régine & Coninck, Frédéric de (orgs.). *L'univers des services*. Paris: L'Harmattan, 2005.

Camarano, Ana Amélia (org.). *Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

Cepal; ONU & Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade?* Documento-base para a XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Brasília, 2010.

Devetter, François-Xavier et al. *Les services à la personne*. Paris: La Découverte, 2009.

Doniol-Shaw, Ghislaine. *La validation des acquis de l'expérience dans les métiers d'assistante de vie: analyse et enseignements*. Paris: Rapport de recherche LATTs, 2005.

Ehrenreich, Barbara & Hochschild, Arlie Russel (orgs.). *Global Woman: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*. Nova York: Henry Holt and Company, 2003.

Gadrey, Jean. *Socio-économie des services*. Paris: La Découverte/Repères, 2003.

Garcia dos Santos, Yumi & Georges, Isabel. *Social Care Workers in Brazil: Redefining Frontiers between Public and Private Sphere?* Comunicação apresentada no ISA World Congress. Gothenbourg, 2010.

Gardin, Laurent. *Quelles évolutions des modes de régulation?* In: Devetter, François-Xavier et al. (orgs.). *L'aide à domicile face aux services à la personne: mutations, confusions, paradoxes — synthèse*. Paris: Rapport pour la DIISES, 2008, p. 24–26.

Garrau, Marie & Le Goff, Alice. *Care, justice et dépendance: introduction aux théories du care*. Paris: PUF, 2010.

Gilligan, Carol. *Une voix différente: pour une éthique du care*. Paris: Flammarion, [1982] 2008.

Glucksmann, Miriam. *Developing an Economic Sociology of Care and Rights*. In: Morris, Lydia (org.). *Rights: Sociological Perspectives*. London: Routledge, 2006, p. 55–72.

_____. *Towards an Economic Sociology of Care Work: Contrasting Comparative Configurations in four European Countries*. Comunicação apresentada ao Colloque International *Migrations, Travail et Care*. Paris, 2010.

Gramain, Agnès et al. Économie domestique et décisions familiales dans la prise en charge des personnes âgées dépendantes: de l'ethnographie à la formalisation micro-économique. *Revue Économique*, 2005, 56/2, p. 465–484.

Inaba, Nanako. Filipin jin ijyu josei no kiseki: Nippon ni okeru teihenso no keisei wo meguru mondai. In: Research Collective on International Migration & Gender (org.). *Ajia ni okeru saisensan ryoiki no global ka to gender haichi*. Kunitachi: Hitotsubashi University, 2009, p. 121–131.

Ito, Ruri. Immigration et travail de care dans une société vieillissante: le cas du Japon. In: Falquet, Jules et al. (orgs.). *Le sexe de la mondialisation*. Paris: Presses de Sciences Politiques, 2010, p. 137–150.

_____ & Mariko, Adachi. (orgs.). *Kokusai ido to rensa suru jenda: saiseisan no gurobaruka*. Tóquio: Sakuhinsha, 2008.

[The] Japan Institute for Labour Policy and Training. *Homehelper no shigoto, yakuwari wo meguru shomondai: homehelper no shugyo jittai to ishiki ni kansuru chosakenkyu hokoku*. Tóquio: The Japan Institute for Labour Policy and Training, 2003 (Chosa kenkyu hokokusho series, n. 153).

Kikuchi, Izumi. *Kazoku kaigo heno genkin siharai: Koreisha kaigo seisaku no tennkan wo megutte*. Tokyo: Koshokuken, 2010.

Knijn, Trudie & Ungerson, Claire (orgs.). *Social Politics: International Studies in Gender, State and Society*, 1997, 4/3 (nombre especial Gender and Care Work in Welfare States).

Lancman, Selma et al. Un agent de santé communautaire: un travail où l'on s'expose. *Travailler*, 2007, 17/1, p. 97–124.

Lima, Jacob Carlos et al. As novas institucionalidades do trabalho no setor público: os agentes comunitarios de saúde. *Trabalho, Educação, Saúde*, 2009, 6/3, p. 481–501.

Lyon, Dawn & Glucksmann, Miriam. Comparative Configurations of Care Work across Europe. *Sociology*, 2008, 42/1, p. 101–118.

Makridou, Efthymia. L'aide à domicile pour personnes dépendantes et ledéveloppement des services à la personne: élargissement des compétences, précarisation d'emploi. Comunicação apresentada ao *Colloque International La dimension relationnelle des métiers de service: cache-sexe ou révélateur du genre?* Lausanne, 2010.

Martin, Claude. Qu'est-ce que le social care? Une revue de questions. *Revue Française de Socio-Economie*, 2008, 2, p. 27–42.

Matsukawa, Seiichi. Kaigo service no shohin ka to homehelp shoku no rodo katei. *Tokyo Gakuji Daigaku Kiyo*, 2005, 3/56, p. 139–153.

Miranda, Adelina. Ces migrations féminines qui interrogent l'espace domestique: migrantes d'Europe de l'est dans la région de Naples. Comunicação apresentada à *Journée Migrations, Travail invisible et Globalisation*. Lyon, 2010.

Miranda, Adelina. Une frontière dans l'intimité: la confrontation culturelle entre femmes étrangères et femmes autochtones dans l'espace domestique. In: CEDREF. *Genre, travail et migrations en Europe*, Paris: Université de Paris Diderot, 2003, p. 115–132.

Mitomi, Kiyoshi. Obei no kaigo hoshō to kaigōsha shien: kōzoku seisaku to shakaitēki hōsetsu, fukushi kokka ruikeiron. Kyoto: Minerva shobo, 2010.

Molinier, Pascale; Laugier, Sandra & Paperman, Patricia. *Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris: Payot & Rivages, 2009.

Moller Okin, Susan. *Justice, genre et famille*. Paris: Flammarion, [1989] 2008.

Moreau, Sylvie. Du CAFAD au diplôme d'état d'auxiliaire de vie sociale. *Gérontologie et Société*, 2003, 104, p. 149–160.

Morikawa, Mie. Zaitaku kaigo rodo no seidoka katei: shōki (1970 nenndai — 1980 nenndai zenhan) ni okeru ryoiki settei to koishazokusei no rennkan wa megutte. *Ohara shakaimonai kenkyūsho zasshi*, 1999, 486, p. 23–30.

Ochiai Emiko. Care Diamonds and Welfare Regimes in East and South-East Asian Societies: Bringing Family and Welfare Sociology. *International Journal of Japanese Sociology*, 18, 2009, p. 60–78.

_____ & Molony, Barbara (org.), *Asia's New Mothers: Crafting Gender Roles and Childcare Networks in East and Southeast Asian Societies*. Kent: Global Oriental, 2008.

Paperman, Patricia & Laugier, Sandra (orgs.). *Le souci des autres: éthique et politique du care*. Paris: Editions de l'EHESS, 2005.

Parreñas, Rhacel Salazar. *Servants of Globalization: Women, Migration and Domestic Work*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

_____. The Care of Hostesses. Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional *O que É o “Care”? Emoções, Divisão do Trabalho, Migrações*. São Paulo, 2010.

Revue Française de Socio-Economie, 2008, 2/2 (Dossiê Le Care: entre Transactions Familiales et Économie des Services).

Sadamatsu, Aya. Nippon no kaigo fukushi to gaikokujin kea rodosha no ichi zuke. In Research Collective on International Migration and Gender (org.). *Ajia ni okeru saiseisan ryôiki no gurobaruka to jenda saihaichi*. Globalization of the Reproductive Sphere and Gender Reconfiguration in Asia. Kunitachi: Hitotsubashi Daigaku, 2009, p. 152–162.

Silveira, Maria Lúcia & Tito, Neuza. *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: Sempre Viva, 2008.

Sorj, Bila. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: Silveira, Maria Lúcia & Tito, Neuza. *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: Sempre Viva, 2008, p. 77–89.

Trabut, Loïc & Weber, Florence. How to Make Care-Work Visible? The Case of Dependence Policies in France. In: Bandelj, Nina (org.). *Economic Sociology of Work*. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2009, p. 343–368 (Research in the Sociology of Work, n. 18).

Travailler, 2002, 8 (Dossiê Travail Domestique et Affectivité).

Tronto, Joan. *Un monde vulnérable: pour une politique du care*. Paris: La Découverte, [1993] 2009.

Zarifian, Philippe. Valeur de service et compétence. *Cahiers du Genre*, 2000, 28, p. 71–96.

Resumo:

Este artigo analisa, de uma perspectiva comparativa, aspectos do processo de construção social do trabalho de *care*, em particular as suas tênues fronteiras com o trabalho doméstico. Focaliza três realidades socioculturais distintas, as da França, do Japão e do Brasil, hoje desafiadas por um problema comum, o do envelhecimento das suas populações, do qual decorre o relevo que adquirem as ocupações associadas ao cuidado com os idosos e dependentes. “Auxiliares de vie”, “helpers” ou “cuidadoras”, as pessoas dedicadas a essa ocupação partilham características, a mais destacável o fato de serem mulheres. Mas elas se diferenciam em aspectos relativos seja às características dos respectivos mercados de trabalho, que impactam nas suas trajetórias ocupacionais; seja às estruturas familiares e aos atores envolvidos no “cuidado”; seja às políticas públicas para o setor e aos requisitos de formação profissional para os que nele atuam. A esses aspectos o artigo dedica as suas principais sessões, que serão antecedidas por uma breve revisão sobre a categoria e as diversas declinações do *care*, no discurso analítico e no linguajar nativo.

Palavras-chave:

Care; Cuidado;
Comparações Internacionais;
Trabalho profissional e
trabalho doméstico;
Trabalho doméstico.

Abstract:

This article examines, in a comparative perspective, aspects of the social construction of care work, in particular its thin boundaries with domestic labor. It focus on three socio-cultural realities, those of France, Japan and Brazil, now challenged by the aging of their populations and the increasing importance of those occupations related to the provision of care for elderly and dependent people. “Auxiliares de vie”, “helpers” or “cuidadoras” share features, most notable the fact they are women. But they also differ (I) on the characteristics of their labor markets and occupational trajectories, (II) on the family structures and actors mobilized in care provision and (III) on skill requirements and public policies related to care. The article encompasses three main sessions focusing these aspects, preceded by a brief conceptual revision dealing with the inflections of care in the analytic discourse and native language.

Keywords:

Care; Caution;
International comparisons;
Professional work and
housework; Housework.

REFORMA E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O PROCESSO DE BOLONHA DEZ ANOS DEPOIS

Neste artigo, pretende-se oferecer um quadro compreensivo do Processo de Bolonha e de seus resultados. Dez anos se passaram desde o início da implementação desse projeto educacional na Europa. Após caracterizar os principais elementos dessa reforma, é apresentada uma análise do ensino superior na Alemanha pós-Bolonha.¹

No contexto contemporâneo, a educação superior vem passando por enormes transformações em meio à globalização e ao advento da sociedade do conhecimento. Podem-se citar, como exemplos de significativo impacto social, as mudanças que ocorrem na China e na Índia, mas uma verdadeira revolução se deu na Europa, transformando sistemas consolidados de ensino superior (Altbach, Reisberg & Rumbley, 2009). Responsável por essas mudanças foi a persistente disposição dos governos nacionais de seguirem as orientações do que se convencionou chamar de Processo de Bolonha.

Tal processo consistiu em uma proposta ousada de aperfeiçoamento dos sistemas de ensino superior dos países europeus. Como reforma, pretendeu e pretende ser uma resposta a diversos problemas enfrentados, em grau e amplitude distintos, pelos países da região e um instrumento de fortalecimento da União Europeia (UE). Esse dinamismo visava, essencialmente, aumentar a capacidade europeia de competição no cenário de globalização.

Com o objetivo de reconhecer e analisar os desafios que essa reforma almejava confrontar e os problemas que objetivava superar, propõem-se quatro questões centrais, que se concentram, privilegiadamente, no caso alemão:

- 1) Quais eram os objetivos e como se implementou o Processo de Bolonha?
- 2) Por que a Alemanha aderiu ao Processo de Bolonha, uma vez que seu sistema de ensino superior fora um modelo acadêmico e referência internacional?
- 3) Como foi possível realizar uma reforma de tão amplas proporções considerando a descentralização e a autonomia que caracterizam o sistema de ensino superior na Alemanha?
- 4) Dez anos depois, que questionamentos são suscitados pelo processo de implementação dessa reforma?

Os tratados da UE especificavam que a educação é uma atividade sob jurisdição dos Estados-membros e, portanto, não seria matéria de regulamentação pela União. Com isso, os sistemas de ensino superior permaneciam à margem da integração europeia, mesmo com o crescimento de programas de intercâmbio e de apoio à mobilidade estudantil e docente na Europa, como os programas Sócrates² e Erasmus³ (Erasmus Programme, 2010).

Em 1998, os ministros responsáveis pela educação superior da Grã-Bretanha, da Alemanha, da Itália e da França, reunidos nesse último país, pronunciaram-se, na Declaração de Sorbonne, a favor da criação de uma Área de Educação Superior Europeia (*European Higher Education Area*). Esse documento foi a pedra fundamental do processo posterior de reforma sancionada em 1999 com a Declaração de Bolonha.

A partir daí, o processo adquiriu um dinamismo extraordinário. Uma série de conferências e de comunicados, que se realizava a cada dois anos, foi operacionalizando e consolidando as metas da Reforma de Bolonha, e levou à adesão de número sempre crescente de países. Atualmente há 47 países signatários da reforma. O Processo de Bolonha, portanto, foi uma decisão eminentemente política que passou a ser vista como inevitável e irreversível pelos principais atores dos diferentes sistemas nacionais europeus.

O desdobramento dessas ações impactou a política educacional dos países e criou uma dinâmica destinada a coordenar as transformações nacionais em um movimento continental abrangente. Mesmo assim, o Processo de Bolonha não foi subordinado a nenhuma organização supranacional. O procedimento de implementação das mudanças era responsabilidade da política educacional de cada país, permanecendo, portanto, uma margem de autonomia para a configuração de cada sistema de ensino superior.

O Processo de Bolonha só pode ser compreendido se for analisado em toda a sua complexidade e ousadia; não só por meio das metas propostas e dos diferentes interesses e razões que as animavam, mas também por meio das tensões e dos conflitos que permearam a consecução dessas metas.

A reforma do ensino superior na Europa teve apoio em duas outras iniciativas: a Estratégia de Lisboa, um plano de desenvolvimento estratégico da UE aprovado pelo Conselho Europeu, em Lisboa, em março de 2000 (Conselho Europeu de Lisboa, 2000), e a Agenda de Modernização, uma resolução de 2007 do Conselho da União Europeia sobre a reforma das universidades do continente (Conselho da União Europeia, 2007). Essas iniciativas visavam construir uma Europa com uma economia baseada no conhecimento. Propunham o aumento dos gastos públicos e privados, da qualificação de professores, a promoção da formação continuada, a atratividade dos sistemas de ensino superior, entre outros.

O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DE UMA REFORMA DE PROPORÇÕES CONTINENTAIS

Declaração de Sorbonne (1998)

O ponto de partida do Processo de Bolonha não ocorreu na Itália, mas na França. Por ocasião do jubileu de 800 anos da Universidade de Paris, reuniram-se na Sorbonne, em maio de 1998, os ministros da Educação da França, da Alemanha, da Itália e da Inglaterra para elaborar uma “declaração conjunta” (*joint declaration*), a Declaração de Sorbonne. O objetivo era “promover a harmonização das estruturas dos sistemas de ensino superior” (Sorbonne Joint Declaration, 1998).

A declaração previa, para isso, a construção de estruturas de qualificação comuns, um sistema baseado em dois ciclos e a promoção da mobilidade de estudantes e professores. Com essas orientações, os ministros mostravam sua disposição para fomentar a construção de uma sociedade do conhecimento em âmbito europeu. A declaração teve forte repercussão, resultando na mobilização dos ministros da Educação europeus para a reunião que ocorreu em 1999 em Bolonha, na qual foi ratificada a proposta de reforma, com a presença de 29 países europeus (Witte, 2006a).

Declaração de Bolonha (1999)

No encontro de Bolonha foram definidas as principais orientações para as mudanças dos sistemas de ensino superior europeus visando ao aumento da competitividade dos referidos sistemas de educação e à promoção da mobilidade e da empregabilidade no espaço europeu. Seis linhas de ação foram estabelecidas para criar um Espaço Europeu de Educação Superior até 2010 (Bologna Declaration, 1999):

- adoção de um sistema de graus facilmente compreensíveis e comparáveis;
- adoção de um sistema baseado em dois ciclos de ensino, o *Bachelor* e o *Master*;
- estabelecimento de um sistema de acumulação e de transferência de créditos (tal como o *European Credit Transfer System* (ECTS), já em uso nos programas Sócrates e Erasmus);
- promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e outros trabalhadores, removendo os obstáculos administrativos e legais ao reconhecimento de diplomas;
- promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade da educação superior;
- promoção do Espaço Europeu de Educação Superior.

Declarações posteriores a Bolonha

Desde Bolonha, os ministros da Educação de cada país signatário da declaração se reuniram a cada dois anos, quando emitiam comunicados que resumiam os

progressos até então efetuados e estabeleciam novas prioridades de curto e longo prazos. Essas reuniões eram preparadas pelo *Bologna Follow-up Group* (BFuG).⁴

As declarações e os comunicados dos demais encontros são apresentados a seguir, em uma cronologia que destaca as principais decisões tomadas para fazer avançar a reforma do ensino superior na Europa.

Há uma linha de continuidade dos princípios e objetivos que reforça a expansão das metas do Processo de Bolonha. Pode-se perceber que, de 1999 até 2005, foram sistematicamente incorporadas novas demandas à proposta inicial, que consistia em estrutura comum de qualificação, sistema baseado em dois ciclos de formação e promoção da mobilidade de estudantes e professores. Uma segunda linha de continuidade se refere à crescente adesão do número de países signatários. Em 2010, já somavam 47.

1998 Declaração de Sorbonne	Mobilidade de estudantes e professores. Implementação de um sistema comum de dois ciclos. Promoção da Europa do conhecimento.
1999 Declaração de Bolonha	Implementação do sistema de créditos (ECTS). Títulos facilmente legíveis e comparáveis. Dimensão europeia da educação superior e fomento à mobilidade. Cooperação europeia para a garantia da qualidade.
2001 Comunicado de Praga	Aprendizagem ao longo da vida. Inclusão da dimensão social. Envolvimento de Instituições de educação superior e de estudantes. Promoção do Espaço Europeu de Educação Superior.
2003 Comunicado de Berlim	Vínculos mais estreitos entre investigação e educação. Inclusão do doutorado com 3º ciclo. Marco europeu de qualificações (EQF). Reconhecimento das titulações e dos períodos de estudo (Suplemento ao Diploma). Garantia de qualidade no nível institucional, nacional e europeu.
2005 Comunicado de Bergen	Consolidação da dimensão social. Marcos nacionais de qualificações. Concessão e reconhecimento de títulos conjuntos. Parâmetros e diretrizes para a garantia de qualidade.
2007 Comunicado de Londres	Compromisso de elaboração de planos de ação nacionais com um controle efetivo sobre a dimensão social. Estratégia para melhorar a dimensão global do Processo de Bolonha. Criação de um Registro Europeu de Qualidade.

2009 Comunicado de Leuven	<p>Meta de 20% até 2020 para a mobilidade estudantil.</p> <p>Quadro de qualificações nacionais até 2012.</p> <p>Metas nacionais para a dimensão social até 2020.</p> <p>Educação continuada como responsabilidade pública com base em parcerias.</p> <p>Qualidade como foco importante para Área de Educação Superior Europeia.</p> <p>Ampliar o diálogo de políticas globais por meio do Fórum de Bolonha.</p>
----------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Figura 1: Cronologia do Processo de Bolonha

Fonte: Eurydice/EACEA, 2010.

Novas ênfases foram incluídas posteriormente na reforma: 1) ênfase em estratégias de aprendizagem ao longo da vida, ou educação continuada (*lifelong learning*); 2) necessidade de se voltar para a dimensão social do processo, envolvendo mais ativamente grupos desprivilegiados; 3) incentivo à empregabilidade (London Communiqué, 2007).

Tanto os objetivos iniciais quanto as novas orientações acrescentadas podem ser interpretados como pretensão a construir uma política pública europeia para a educação superior, embora a implementação do processo continuasse a depender da política educacional de cada um dos países signatários.

O ano de 2010 foi decisivo para o Processo de Bolonha, pois, nesse ano, deveria estar consolidado o Espaço Europeu de Educação Superior. A Conferência de Jubileu ocorreu em março de 2010 em Budapeste e em Viena, na qual foi reafirmada a Declaração do Espaço Europeu de Educação Superior. A próxima reunião deverá ser realizada em abril de 2012 em Bucareste. O tema será a retomada das linhas diretrizes do Comunicado de Louvain. Nesse encontro, os ministros decidirão prosseguir com a reforma até 2020 e estipularão metas para o crescimento da mobilidade estudantil. Também deverá ocorrer a expansão da dimensão social com a intensificação da inclusão de grupos sub-representados (Budapest-Vienna Declaration, 2010).

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR EUROPEU E A MOBILIDADE NO CONTEXTO DO PROCESSO DE BOLONHA

Nova estrutura de ensino e implementação do sistema de ciclos e de créditos

A formação no ensino superior por meio de ciclos denominados *Bachelor* e *Master* é uma das características principais da proposta de reforma do Processo de Bolonha. Segundo Erichsen (2007: 30), os ciclos foram uma das soluções en-

contradas para promover e facilitar a mobilidade e o reconhecimento de qualificações para a harmonização das estruturas de ensino superior na Europa. De acordo com a meta prevista, até 2010 todos os países signatários da Declaração de Bolonha deveriam ter um sistema de ensino superior organizado em ciclos.

O *Bachelor*, com duração de três a quatro anos, tem como objetivo preparar os estudantes para o mercado de trabalho europeu oferecendo um nível de qualificação apropriado. O segundo ciclo, denominado *Master*, tem duração de um ano e meio a dois anos de formação (excepcionalmente, pode levar apenas um ano). Esse segundo ciclo foi concebido originalmente como o momento inicial da formação para a pesquisa, mas vem se desenvolvendo e se consolidando como complementar ao *Bachelor* na formação do profissional de nível superior (Erichsen, 2007: 34; Ministry of Science, Technology and Innovation, 2005).

O doutorado foi incluído como um terceiro ciclo no Comunicado de Berlim, em 2003, com duração de três a quatro anos letivos (Berlin Communiqué, 2003). No Comunicado de Bergen, foi reforçada a importância de criar uma sinergia entre o Espaço Europeu de Educação Superior e o Espaço Europeu de Pesquisa (Bergen Communiqué, 2005). De acordo com Erichsen, “muitos professores atualmente consideram o doutorado o primeiro ciclo de formação de pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento”.⁵ Ele permanece como ciclo a ser oferecido exclusivamente pelas universidades.

Nesse contexto, fica evidente a diferença entre o *Master* europeu e o mestrado brasileiro. O mestrado no Brasil serve para ampliação e aprofundamento da qualificação profissional, mas não leva à habilitação profissional específica. Antes é visto, em sua modalidade acadêmica, como o primeiro momento da formação do pesquisador e como propedêutico ao doutorado. É claro que, na modalidade de mestrado profissional, as diferenças tendem a desaparecer, mesmo que este também não seja complemento de habilitação profissional.

Reorganizar os cursos no modelo *Bachelor* e *Master* exigiu uma reformulação dos currículos e dos processos de aprendizagem. As decisões e recomendações do Processo de Bolonha alertavam para que não houvesse apenas a renomeação de antigos cursos e currículos, mas sim a criação de estruturas curriculares que atendessem às exigências de formação de profissionais para o ingresso no mercado de trabalho europeu, sempre mais dinâmico.

Além da introdução dos ciclos — e complementar a eles —, foi importante o estabelecimento de um sistema de créditos para promover o reconhecimento dos estudos. O sistema de créditos — *European Credit Transfer System* (ECTS) — é fundamental para possibilitar a comparabilidade e a mobilidade de alunos entre cursos, instituições e currículos e para a consolidação do Espaço Europeu de Educação Superior. Baseia-se no trabalho, medido em número de horas de atividade, que o estudante deve efetuar para ser aprovado nas várias unidades curriculares do curso (ECTS, 2004).

Os cursos, de qualquer um dos ciclos propostos pelo Processo de Bolonha, devem permitir a comparabilidade com base nos créditos ECTS alcançados. Há certa flexibilidade na quantidade de créditos necessários para a formação no primeiro e no segundo ciclos. De modo geral, no primeiro ciclo, os alunos devem cumprir de 180 a 240 créditos ECTS (de três a quatro anos). Ele é seguido pelo ciclo *Master*, que tem de 60 a 120 créditos (de um a dois anos). Um crédito ECTS equivale a 25 ou a 30 horas. O número de créditos necessários a cada ciclo está relacionado à formação e aos objetivos que as instituições e os cursos almejam atingir. Quando o primeiro ciclo é realizado com 240 créditos (quatro anos), segue-se um segundo ciclo de 60 créditos (um ano). É sugerido que a formação nos dois primeiros ciclos não ultrapasse cinco anos, ou 300 créditos (ECTS, 2004). Quanto ao doutorado, não é exigido um número de créditos predefinidos (Bergen Communiqué, 2005).

Qualificações de cada ciclo

Na Conferência de Bergen, em 2005, foi proposto um quadro comum de qualificações. Essa estrutura deveria facilitar a comparação entre os diferentes sistemas, permitindo uma harmonização de resultados (habilidades ou competências dos alunos), sem implicar homogeneização programática, promovendo a diferenciação de objetivos para cada ciclo, diferenciando níveis de aprendizagem e de capacidade.

Com base na definição prévia de competências que os alunos deveriam desenvolver para completar cada um dos ciclos do ensino superior, foi elaborado o quadro de qualificações. Entre algumas competências esperadas, merecem destaque, por exemplo: 1) no *Bachelor*, a capacidade de coletar e de interpretar dados relevantes da área de estudo, assim como emitir julgamentos que incluem reflexão sobre questões relevantes de natureza social, científica ou ética; 2) no *Master*, a habilidade para integrar diversos conhecimentos, lidar com a complexidade e formular julgamentos com informações incompletas ou limitadas, mas que inclui reflexão sobre responsabilidades éticas e sociais relacionadas à aplicação do conhecimento e às decisões; 3) no doutorado, espera-se que o estudante contribua, por meio de uma pesquisa original, para o alargamento da fronteira do conhecimento, com o desenvolvimento de um conjunto significativo de trabalhos, alguns dos quais aptos à publicação nacional ou internacional (Bergen Communiqué, 2005; Ministry of Science, Technology and Innovation, 2005).

Suplemento ao diploma

Um instrumento fundamental para possibilitar e promover a comparabilidade da formação entre cursos e a mobilidade foi a criação do suplemento ao diploma. O objetivo é facilitar a informação necessária ao reconhecimento — acadêmico e profissional — de qualificações: diplomas, graus e certificados.

Acrescenta ao diploma original informação detalhada sobre a natureza, o nível, o contexto e o conteúdo dos estudos realizados pelo aluno. Destina-se a facilitar a mobilidade de alunos valendo-se de informações sólidas e precisas sobre todos os tipos de qualificação. Deve ser emitido na língua original e em uma língua de ampla divulgação na UE, sobretudo o inglês.

Cursos diferentes podem, assim, ser comparados considerando as capacidades que desenvolvem. Do mesmo modo, cursos semelhantes, da mesma área ou disciplina, podem se diferenciar ao adotar diferentes enfoques, especialidades e capacidades.

A comparabilidade dos estudos realizados nas diferentes instituições em que ocorre a mobilidade é reforçada pela referência ao histórico descritivo da formação do estudante. O emprego de quadros de qualificação comum e o suplemento ao diploma são, portanto, as principais formas adotadas para promover maior harmonização entre os sistemas de ensino superior dos países envolvidos no Processo de Bolonha (Prague Communiqué, 2001).

Qualidade e avaliação

Outra preocupação central do Processo de Bolonha para a garantia de qualidade dos cursos foi a proposta de estabelecimento de sistemas de avaliação interna e externa e de acreditação. Segundo o Comunicado de Berlim, há dois significados para a expressão “garantia de qualidade”: desenvolver a qualidade de um curso ou instituição e dar garantias dessa qualidade a terceiros. A designação mais corrente para o processo relativo ao primeiro significado é “avaliação”, ao passo que, para o segundo, é “acreditação” (Erichsen, 2007: 35–41).

Apesar da tradição de autonomia das universidades europeias, com Bolonha as Instituições de Ensino Superior (IES) tiveram de se ajustar aos procedimentos e às orientações da certificação de qualidade, definidas no quadro comum de qualificações de referência pela Rede Europeia para a Garantia da Qualidade na Educação Superior (*European Association for Quality Assurance in Higher Education*) (ENQA, 2005). Essa rede reúne os principais organismos de acreditação — governamentais e privados — dos Estados-membros, com a finalidade de fazer circular informação, experiências, boas práticas e novos desenvolvimentos no campo da certificação da qualidade.

As IES devem, consequentemente, criar sistemas próprios de garantia e desenvolvimento de qualidade, baseados na rede ENQA. Os instrumentos para isso são a avaliação e a acreditação. A avaliação refere-se às instituições, às pesquisas realizadas, aos cursos oferecidos, à gestão, aos serviços, entre outros fatores, constituindo-se em um processo autorreferencial. O processo de acreditação deve avaliar os programas e instituições por meio da avaliação interna e de uma avaliação externa realizada por agências especializadas, e seus resultados devem ser publicados (Berlin Communiqué, 2003).

Assim, acreditação/certificação (para fora) e avaliação (para dentro e para fora), apesar de serem processos distintos, são complementares. Segundo Erichsen (2007: 39), o importante é que ambos os procedimentos devem servir para a garantia da qualidade do sistema de ensino superior.

Lifelong learning

Com base no Comunicado de Praga, e reafirmada nos demais comunicados, a formação foi compreendida como uma etapa ao longo da vida (*lifelong learning*). A tradicional expressão “educação para toda a vida” vem sendo, progressivamente, substituída por outra: “educação por toda a vida”. A aprendizagem não deveria se esgotar na estrutura regular da oferta de educação, mas englobar um conjunto de outras atividades de formação: programas de mobilidade, *e-learning*, investigação e educação vocacional.

Para a concretização desse “espaço de aprendizagem”, foi proposta a flexibilização da oferta de cursos com a criação de parcerias entre os prestadores de serviço educativo (escolas, universidades, institutos politécnicos, entre outros) e a sociedade civil (empresas, associações locais etc.). As necessidades do mercado de trabalho deveriam servir como referência em campos diferenciados, tornando as ofertas de aprendizagem mais acessíveis e facilitando também a aprendizagem no local de trabalho (Prague Communiqué, 2001).

Mobilidade

Mobilidade é objetivo primordial do Processo de Bolonha. Em sua proposta de harmonização dos sistemas de ensino superior, esse processo se baseia na tradição europeia da mobilidade acadêmica. Frey (2009: 7) aponta como exemplo clássico Erasmo de Roterdã (1466–1536). Nascido em Roterdã, estudou em Paris, fez o doutoramento em Turim, desenvolveu atividades docentes em Cambridge, foi pesquisador na Universidade de Freiburg e viveu seus últimos anos em Basel. Erasmo corporificou, já no século XVI, o verdadeiro ideal de educação e pesquisa. Foi o protótipo do homem moderno educado.

A implementação de uma estrutura de ensino superior comum a diversos países e baseada em ciclos, o estabelecimento de um sistema europeu de acúmulo e de transferência de créditos, um quadro comum de qualificações relativas a cada ciclo, o suplemento ao diploma, tudo isso foram medidas importantes para a promoção da mobilidade de estudantes, professores e profissionais graduados (Sorbonne Joint Declaration, 1998; Bologna Declaration, 1999). No entanto, muitas barreiras ainda impedem uma real mobilidade acadêmica europeia. De acordo com o BFuG, os maiores impedimentos estão relacionados à obtenção de vistos e de permissões de residência e de estágios, ao reconhecimento de qualificações e à falta de incentivos financeiros (bolsas e empréstimos para estudantes).

A busca de soluções e o aprimoramento para garantir a mobilidade internacional podem ser constatados pelas diversas iniciativas de instituições e associações, como a campanha a favor da mobilidade estudantil *Let's Go*, promovida pela União dos Estudantes Europeus (European Student's Union, 2006). Todavia, o maior suporte para a efetivação da mobilidade ainda são os programas financiados pela UE, cujos principais são: Comenius, Leonardo da Vinci, Grundtvig e os voltados especificamente para a educação superior, Erasmus e Erasmus Mundus, e Tempus (Morhard, 2005; Erasmus Programme, 2010).

Dos três programas, o de maior destaque é o Erasmus. A maior mobilidade acadêmica durante os períodos 1987–1988 e 2008–2009 ocorreu em cinco países: Alemanha, França, Espanha, Itália e Reino Unido. Esses países também são os responsáveis pela maior parte da hospedagem dos alunos participantes no Erasmus. Tal concentração indica limites para a efetiva mobilidade de estudantes e docentes pela Europa, em especial no total dos 47 países parceiros do programa de reformas do Processo de Bolonha. Entre os países com menor mobilidade estão a Áustria, a Grécia e a Estônia (Erasmus Programme, 2010).

Ainda não há dados consolidados sobre mobilidade, mas os que estão disponíveis revelam fatos significativos. O principal deles é que há muitas diferenças na mobilidade entre os países. De modo geral, ela ainda está aquém do esperado. De 18 países, menos de 3% dos estudantes têm alguma experiência de estudo em uma instituição estrangeira.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE BOLONHA NA ALEMANHA: PROBLEMAS E DESAFIOS DEZ ANOS DEPOIS

Para responder às perguntas formuladas na introdução, devem-se realizar duas tarefas. Primeiro, compreender as razões apontadas pelos diferentes atores sobre a decisão de adotar o Processo de Bolonha; depois, analisar a realidade desse processo valendo-se da visão de diferentes atores sociais. Os atores são governamentais, especialmente o Ministério Federal de Educação e Pesquisa (*Bundesministerium für Bildung und Forschung* — BMBF) e a Conferência dos Secretários de Educação e Cultura dos Estados Alemães (*Kultusministerkonferenz* — KMK); os institucionais, como o Conselho de Reitores das Universidades Alemãs, entidade de representação das universidades (*Hochschulrektorenkonferenz* — HRK) e das reitorias das universidades; e atores sociais como professores e alunos e seus órgãos de representação (Brändle, 2010).

A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NA ALEMANHA

O modelo Humboldt de Universidade na Alemanha

A reforma da universidade empreendida por Wilhelm von Humboldt, em 1810, serviu como exemplo incontestado por mais de cem anos, tornando-se referência para as universidades modernas e sendo difundida em todo o mundo.

De acordo com Nybom:

Sob a luz da história, não há dúvida de que a inovação institucional (a universidade humboldtiana em 1810) foi uma das mais bem-sucedidas reformas institucionais da pesquisa e da educação superior. Ela é responsável não somente pela atordoante explosão de criatividade e de produtividade que caracterizou a academia alemã e a vida científica nos 110 anos seguintes, mas também por sua imediata e maciça emergência como “modelo”. Em menos de meio século, a Friedrich-Wilhelms-Universität de Berlim tornou-se um modelo de instituição indisputável para praticamente todos os sistemas universitários do mundo (Nybom, 2003: 145).

A concepção de Humboldt sobre a universidade tinha como princípios norteadores a formação do espírito humano pela ciência “na solidão e na liberdade” da vida acadêmica, isto é, autonomia institucional; a garantia da unidade do ensino e da pesquisa; a elevação da faculdade de filosofia a um papel central na organização da universidade; e a busca de uma nova relação entre professores e alunos, com caráter tutorial (Neves, 1998).

Uma característica particular do ensino superior proposto era o grau de liberdade dado aos estudantes para sua formação. Não havia um currículo com disciplinas previamente estabelecidas e que deveriam ser realizadas para a conclusão do curso, ficando portanto a critério dos alunos a escolha das disciplinas para sua formação. Desde a reforma de Humboldt, a universidade alemã passou a ser considerada uma instituição do Estado, o que lhe garantia financiamento público, mas mantendo autonomia nas decisões referentes à sua missão no campo do ensino e da pesquisa.

A originalidade desse modelo influenciou sistemas de ensino superior como o norte-americano e o inglês. Entretanto, importantes modificações foram feitas nos Estados Unidos, que, desde cedo, criaram modalidades institucionais diferentes para as distintas funções do ensino superior. Lograram, dessa forma, combinar altíssimas taxas de escolarização superior (*undergraduate level*) com a excelência do nível universitário (*graduate level*) que vincula o ensino à pesquisa (Teichler & Wasser, 1992).

O modelo original de Humboldt na Alemanha sofreu mudanças gradativamente. A transformação da universidade em “universidade de massa” alterou o equilíbrio entre suas diferentes funções e comprometeu sua missão clássica. As universidades foram compelidas a enfatizar a formação profissional, o que acarretou uma enorme expansão da área de ensino, produzindo zonas de conflito com a atividade de pesquisa. Esta também sofreu mudanças

radicais, deixando de ser um processo de trabalho isolado de uns poucos cientistas e passando a ser um processo de trabalho coletivo de grupos e de redes. A ciência foi perdendo, aos poucos, sua função básica de “formação do espírito humano” e transformou-se em fator produtivo, com funções econômicas e políticas. A universidade, por sua vez, passou a ser multifuncional, diversificando o ensino e ampliando a prestação de serviços e a extensão (Neves, 1998).

A expansão do ensino superior levou à diversificação da oferta de educação superior com a criação das escolas superiores tecnológicas, as *Fachhochschule*. O modelo de educação superior alemão no fim do século XX caracterizava-se, basicamente, como um sistema dual constituído, de um lado, pelas universidades, e, de outro, pelas escolas superiores tecnológicas. Essas instituições tinham como objetivo oferecer uma formação direcionada ao mercado de trabalho. Uma diferença fundamental entre as universidades e essas instituições reside no fato de que apenas as primeiras podem oferecer a formação doutoral (*Promotionsrecht*).

Os cursos de graduação na universidade da Alemanha levavam a três diferentes habilitações: o diploma, o *Magister* e a formação de professores (*Diplom, Magister, Lehramt*). Os requisitos para a conclusão da graduação e a obtenção do diploma que garantia o acesso ao doutorado consistiam em duas provas. A primeira era realizada na metade da graduação; a segunda, final, levava à conclusão do curso. Não havia cursos de mestrado na estrutura da universidade alemã. Esses diferentes cursos de graduação tinham em comum o longo período de formação. A média de anos para a formação no modelo tradicional girava em torno de seis anos, e a taxa de evasão mostrava-se alta, cerca de 28% (Winter, 2009).

Como resultado das transformações do contexto econômico e político europeu e das necessidades do mercado de trabalho, os cursos tradicionais começaram a ser vistos como inapropriados. Verificava-se um descompasso entre a formação oferecida pelas instituições de educação superior e as transformações gerais da sociedade. É no contexto dessas transformações que é possível compreender a origem das diferentes iniciativas e discussões que deram início à reforma do sistema de ensino superior na Alemanha.

Os argumentos para a adoção do Processo de Bolonha

Os principais argumentos para a adoção do modelo de Bolonha basearam-se ora no reconhecimento das deficiências do ensino oferecido, ou seja, no esgotamento do antigo modelo, ora na atratividade do novo modelo proposto.

Com relação ao reconhecimento das deficiências, destacam-se os seguintes argumentos: o *Diplom* e o *Magister* representavam uma graduação muito longa e sem estrutura definida; as taxas de evasão eram altas; os custos de formação do aluno eram, portanto, também altos; o professor tinha ampla liberdade de oferecer os cursos de sua escolha sem ter de seguir um currículo

mínimo; pouca atratividade dos cursos superiores para as novas gerações de alunos; falta de recursos financeiros; insuficiente compatibilidade internacional dos diplomas; falta de um sistema de garantia de qualidade; problemas na estruturação e na orientação de um currículo básico; crescimento da diversidade cultural e social dos estudantes e, conseqüentemente, de suas expectativas e potencialidades (Winter, 2009; Brändle, 2010).

Considerando a atratividade do modelo proposto, os argumentos a favor de Bolonha foram: possibilidade de reconhecimento, no contexto europeu, dos créditos e diplomas; ampliação das possibilidades internacionais de empregabilidade dos egressos; importância da mobilidade de estudantes e professores; possibilidade de aumentar a eficiência do investimento no ensino superior; construção paulatina de um Espaço Europeu de Educação Superior no qual, livre de limitações nacionais, a ciência deveria ser desenvolvida em forma de cooperação solidária (HRK, 2001).

A nova estrutura do sistema de ensino superior na Alemanha

Na Alemanha, a decisão de aderir ao Processo de Bolonha foi tomada em conjunto por governo federal (*Bund*) e governos dos estados (*Länder*). Assim, os principais atores desse processo foram o BMBF e a KMK. Ambas as instâncias ratificaram a participação da Alemanha no Processo de Bolonha (Neves & Koppe, 2009).

A ideia de introduzir cursos de *Bachelor* e *Master*, no entanto, já era motivo de discussão. Em 1998, foi aprovada uma emenda à Lei de Educação Básica de Educação Superior, que permitia aos estados e às universidades a criação de outros tipos de curso de educação superior, denominados *Bachelor* e *Master*. De acordo com Witte:

A emenda à Lei Básica sobre a Educação Superior esteve sob preparação por servidores do Ministério da Educação alemão por muitos anos, mas foi somente em 1998 que o tempo de reformas na educação superior alemã chegou. Desde 1994, o ex-advogado e membro do Parlamento federal Jürgen Rüttgers havia sido ministro da Educação Superior, da Investigação e Tecnologia sob a coligação governamental conservadora/liberal liderada por Helmut Kohl. Diversos sinais de setores da educação superior, patronais, e até mesmo da oposição social-democrata/verdes, que detinha a maioria no Conselho Federal (*Bundesrat*), naquela época, revela que havia uma opinião pública a favor de um aumento substancial da autonomia das IES, um caráter de maior competitividade para o sistema de educação superior, bem como a possibilidade de introduzir programas de *Bachelor* e *Master* em particular (Witte, 2006a: 164).

A introdução de cláusulas de “experimentação” permitiu o funcionamento paralelo dos antigos com os novos cursos. A proposição dessa emenda à Lei Básica sobre a Educação Superior resultou de um consenso em relação à necessidade da reforma do modelo tradicional de ensino superior, considerando a baixa atratividade para os novos estudantes.

É importante salientar que a estrutura do sistema de ensino superior na Alemanha é distinta da dos demais países. Os governos estaduais têm au-

tonomia sobre o sistema de ensino superior, o que permite diferenciação entre eles. Contudo, para a implementação da reforma, formou-se uma coalizão entre o Ministério Federal de Educação e Pesquisa, a Conferência dos Secretários da Educação e da Cultura dos estados, responsáveis pela legislação e pela regulação do ensino superior, e ainda a Conferência dos Reitores da Alemanha. Esses órgãos formaram o núcleo de concertação da reforma.

No processo de efetivação da reforma, coube à KMK um papel fundamental, por se constituir em uma esfera de discussão e de decisão que conformava as opiniões divergentes entre os estados alemães em acordos mínimos, ou consensos. Considerando que os estados mantêm sua autonomia, a KMK teve um papel estratégico para a concretização da reforma definida com o Processo de Bolonha a fim de garantir uma estrutura de ensino superior comum a todos eles.

Como as decisões no nível europeu, das quais participava apenas o BMBF, não têm força de lei, sendo, no máximo, recomendações, coube à KMK determinar as condições de implementação da reforma. Isso foi feito em relação direta com a Conferência dos Reitores, com as IES e com outros órgãos, como o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), o Sindicato da Educação e Ciência (GEW), entre outros. No entanto, é possível constatar que, entre os atores governamentais e as IES, produziu-se um espaço de tensões originadas em duas questões centrais: de um lado a discussão sobre a diversificação do financiamento do ensino superior; de outro, o debate sobre a autonomia das IES (Brändle, 2010: 111). Outro fator de tensão é o aumento do número de atores no processo de reforma, não mais restrito aos Estados nacionais. O envolvimento de novos atores supranacionais do âmbito europeu resultou em novas estruturas e em mecanismos de ingerência sobre as políticas dos estados e das próprias IES. Os principais são: a Comissão Europeia (*European Commission*) e o Conselho Europeu (*Council of Europe*).

A Conferência dos Reitores, que representa as universidades alemãs, manteve-se em seu papel tradicional de discussão e orientação, mas comprometendo-se claramente com os objetivos propostos pela reforma. Para apoiar as universidades, a HRK criou um Centro de Bolonha coordenado pelo Bologna Team (HRK, 2010a).

O ensino superior na estrutura de ciclos na Alemanha após a reforma

Ainda hoje permanece, em muitos cursos, uma dupla estrutura: a dos ciclos e a dos diplomas tradicionais para alunos remanescentes do antigo sistema. Também está aberta a discussão em torno dos cursos que são concluídos com o exame de Estado (*Staatsexam*), como medicina, odontologia, veterinária, farmácia, direito, química de alimentos e formação de professores,⁶ que permanecem no formato tradicional (Winter, 2009).

Na Alemanha, a primeira ideia da reforma foi a de que o *Bachelor* deveria formar os estudantes para o mercado de trabalho e ser distinto do *Master*, mas não menos importante (Erichsen, 2007: 11). Todavia, é cada vez maior o número de alunos que cursam o *Master*, dadas as exigências do próprio mercado de trabalho. Em muitos casos, só é reconhecida, no mercado, a formação profissional com a conclusão dos dois ciclos, como ocorre com as engenharias.

É importante registrar, ainda, que a efetivação do sistema de ciclos não significou que foram introduzidos conteúdos comuns a cada ciclo. Ou seja, um *Bachelor* em economia, em uma universidade alemã, pode ser tão semelhante ou diferente em seu currículo quanto outro curso de *Bachelor* na mesma área na Alemanha ou em outro país. Os estudos são organizados em módulos que correspondem a unidades de ensino e aprendizagem definidos com base nos objetivos dos estudos (Witte, 2006b).

A Alemanha tem 394 IES, das quais 124 são universidades, 219 são escolas superiores tecnológicas e 51 são escolas superiores de arte e música. O número de alunos gira em torno de 2.025.742, sendo que 239.143 são alunos estrangeiros. Do total de alunos, 67,4% deles estudam em universidades (HRK, 2010b).

No gráfico abaixo, é possível observar a evolução dos cursos de *Bachelor* e *Master*. O processo de substituição dos cursos tradicionais (*Diplom* e *Magister*) pelos novos cursos cresceu rapidamente a partir de 2004.

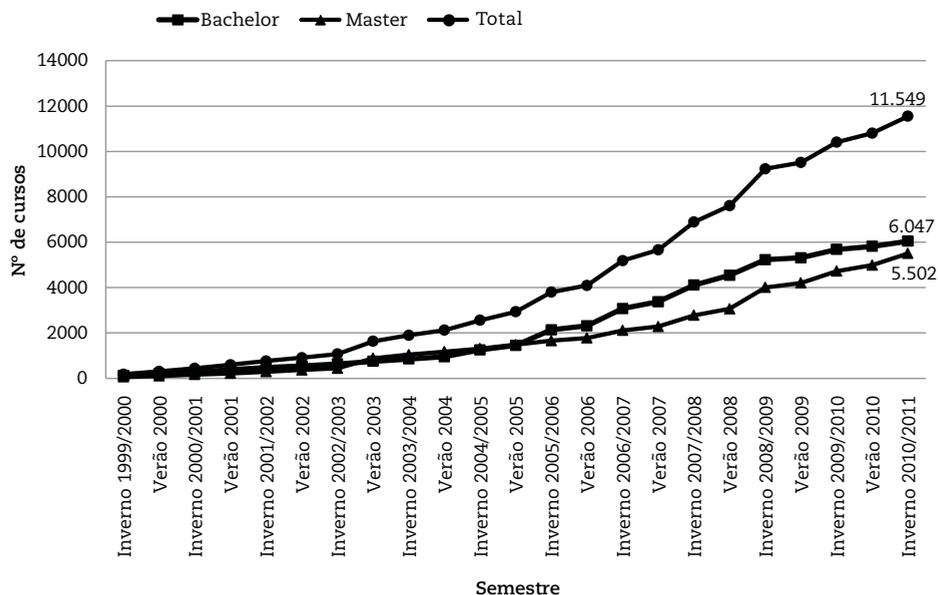


Gráfico 1 : Evolução dos novos cursos por semestre acadêmico

Fonte: HRK (2010b: 8).

Em 2004, havia 11.183 cursos no total, dos quais 19% eram *Bachelor* e *Master*. No semestre de inverno 2010–2011, o total de cursos oferecidos foi de 14.094, dos quais 81% correspondem a *Bachelor* (6.047) e a *Master* (5.502).

Nas universidades, 78,1% dos cursos já seguem a estrutura de ciclos. Nas escolas superiores tecnológicas, 96,8% já seguem o novo formato de *Bachelor* e de *Master*. Nas escolas superiores de arte e música, o percentual gira em torno de 50% (HRK, 2010b).

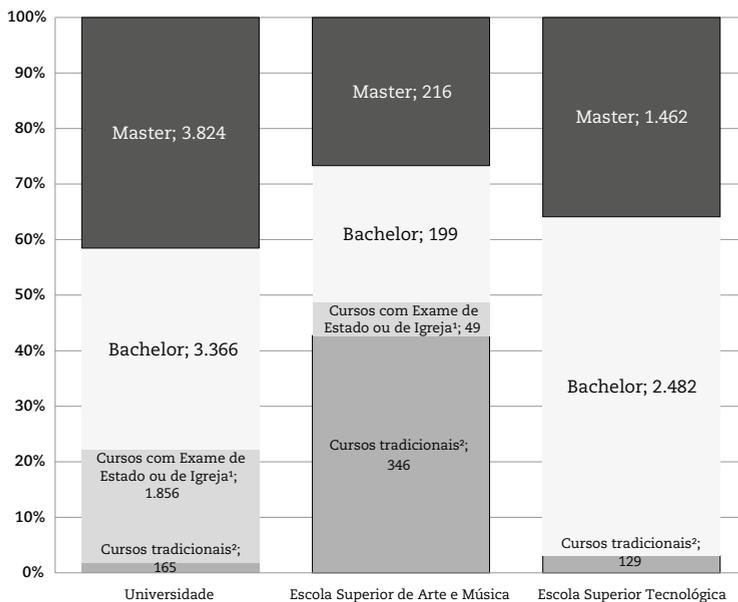


Gráfico 2: Distribuição dos cursos por tipo de instituição

¹ Cursos que exigem exames finais aplicados e supervisionados pelo Estado: medicina, odontologia, veterinária, farmácia, direito, química de alimentos e formação de professores; cursos que exigem exames finais aplicados pela Igreja: teologia.

² Cursos que ainda oferecem os antigos diplomas: *Diplom* e *Magister*.

Fonte: HRK (2010b: 9).

Questionamentos, desafios e perspectivas

Dez anos depois de iniciado o processo de reforma na Alemanha, o que se observa é um quadro bastante diferenciado de como os diferentes “atores” se posicionam com relação à reforma. Desde 2009, esse novo sistema vem sendo debatido de forma intensa. Tanto os organismos envolvidos com a reforma — como KMK, HRK e as próprias IES — quanto os partidos políticos vêm produzindo balanços sobre a reforma e propondo correções de rumo. Chama

a atenção certa unanimidade, especialmente entre esses organismos, de que a reforma foi importante e de que foi uma “história de sucesso”.⁷

Contudo, para muitos professores na Alemanha, ela é vista atualmente como um “quadro emaranhado” que precisa de ajustes. Alguns falam até da reforma da reforma, e outros mencionam que a reforma precisa ser implementada adequadamente.

Já os estudantes, em 2009, fizeram protestos e greves em diversas universidades alemãs, chamando a atenção para a excessiva burocratização da reforma, a falta de flexibilidade dos currículos, a excessiva maratona de provas e a consequente pressão sobre o desempenho. Esses protestos levaram Anette Schavan, ministra da Educação e Pesquisa da Alemanha, a reunir, em Berlim, os diferentes setores envolvidos — as IES e os estudantes — para a discussão dos problemas apontados.

A principal crítica feita diz respeito ao processo inflexível de implementação do sistema de ciclos com excessiva estruturação dos currículos e do processo de avaliação. Especialmente entre os alunos, há pressão por mais flexibilidade na auto-organização dos estudos. O estresse de concluir o *Bachelor* em três anos também é apontado como responsável pela pouca mobilidade dos estudantes. Outros fatores, como uma relação inadequada professor/aluno e tutorias insuficientes pela falta de professores, também são apontados como pontos críticos (Winter, 2009).

Segundo os estudos e as diversas manifestações dos organismos e das próprias IES, os desafios são muitos e fala-se na necessidade de implementar a segunda fase do Processo de Bolonha com o fortalecimento dos recursos financeiros para o ensino superior. Há uma expectativa de que as IES, por meio de sua organização interna, desenvolvam “boas práticas” e inovação no campo do ensino e da aprendizagem, garantindo a qualidade (Christoph & Roessler, 2010). O grande desafio é aperfeiçoar a reestruturação curricular do *Bachelor* e do *Master*, fortalecendo a flexibilidade, mas mantendo a qualidade do ensino e da aprendizagem. O novo paradigma de orientação desse processo é *Shift from Teaching to Learning* (Wildt, 2009).

No caso da Alemanha, paralelamente à implementação da reforma preconizada por Bolonha, assiste-se também a um significativo esforço de fortalecimento da capacidade de pesquisa e de inovação. Grandes projetos federais pretendem reforçar a constituição de uma rede de universidades de excelência e as ligações entre elas e a dinâmica da economia e do desenvolvimento social. Os principais projetos são: a Iniciativa da Excelência, o Pacto da Educação Superior e o Pacto para a Pesquisa e Inovação (BMBF, 2010).

Dimensão social da reforma

A dimensão social da reforma é outro aspecto em discussão. Ela passou a fazer parte do Processo de Bolonha na Conferência de Praga em 2001. Nesse comu-

nicado, a dimensão social foi associada ao fomento da mobilidade estudantil. Na Conferência de Bergen, em 2005, a dimensão social foi reafirmada a fim de aumentar o acesso ao ensino superior de grupos em desvantagem social e econômica, com a garantia da conclusão dos estudos para esses grupos.

Na Alemanha, o acesso ao ensino superior é garantido pela Constituição. Diversos estudos indicam, porém, que há muitos grupos com dificuldades de acesso ao ensino superior. Entre eles estão as mulheres, os jovens estudantes de famílias de baixa renda, estudantes com trajetória de migração, com deficiências, com filhos e profissionais sem diploma formal de acesso ao ensino superior (Brändle, 2010: 131). Um estudo realizado pelo Serviço de Apoio ao Estudante, de 2007, revela que o acesso ao primeiro ano no ensino superior é de apenas 18% dos candidatos cujo pai é trabalhador. Dos filhos de pais funcionários públicos, 64% dos candidatos entram no ensino superior. Cinquenta e dois por cento dos candidatos cujo pai é autônomo e 40% cujo pai é empregado também ingressam nesse nível de ensino (Deutsches Studentenwerk, 2007).

A ampliação da dimensão social é tema de debate nos principais organismos, nas IES e entre os estudantes e suas representações. No entanto, segundo órgãos governamentais, razões estruturais e financeiras têm dificultado a ampliação do acesso (Brändle, 2010: 130). Por isso, a principal reivindicação é o aumento de recursos para as IES. A essa reivindicação somam-se a pretensão da eliminação das barreiras para conseguir uma vaga no ensino superior e a garantia das condições adequadas para o estudo, evitando, desse modo, a evasão dos alunos. Praticamente ausente do debate é a preocupação com políticas afirmativas e compensatórias.

Entrada no mercado de trabalho

Em que medida, dez anos após o início das reformas, pode-se dizer que o sistema de ciclos facilitou o acesso dos jovens ao mercado de trabalho? O ingresso nesse mercado se tornou mais rápido? Estão os jovens e os empregadores satisfeitos com o novo sistema?

Há muita polêmica em torno desses temas. Estudos e relatórios vêm revelando que ainda há muita desinformação por parte dos empregadores sobre os novos cursos e sobre as qualificações adquiridas. Na Alemanha, o ceticismo com relação aos novos cursos é maior entre os executivos de pequenas e médias empresas do que entre os grandes empregadores. Em 2004, quinze representantes de grandes empresas se pronunciaram a favor dos novos cursos por meio dos documentos *Bachelor Welcome!* (2004) e *More Bachelors and Master Welcome!* (2006) (Banscherus et al., 2009). É possível considerar que a maior aceitação dos novos cursos entre esses grandes empregadores seja resultado, precisamente, do fato de que as grandes empresas têm uma escala de operação global e, assim, avaliam a nova realidade de equivalências no âmbito europeu como mais vantajosa (Brändle, 2010: 137 ss). A crise recente e suas consequên-

cias para o emprego é vista, de outro lado, como obstáculo para uma mais acurada avaliação da adequação dos novos ciclos de formação às necessidades do mercado de trabalho e da economia em geral.

Um estudo do Centro de Informações do Ensino Superior (*Hochschul-Informationssystem*) (HIZ, 2007) revela uma diferença entre os egressos por tipo de IES. Tomando como exemplo os cursos de economia, 80% dos egressos dos cursos de *Bachelor* das escolas superiores tecnológicas vão diretamente para o mercado de trabalho após a conclusão do curso, e apenas 30% dos egressos de *Bachelor* de universidades.

Esses últimos egressos revelam mais insegurança quanto à chance de encontrar um emprego apenas com o diploma do primeiro ciclo. Por isso, tendem a seguir sua formação em um curso de *Master*. A busca por mais qualificação está associada, certamente, à pretensão de oportunidades de emprego mais vantajosas.

Comparando-se os egressos de *Bachelor* com os estudantes egressos de cursos com diploma tradicional, também foram evidentes as diferenças de trajetória. Os egressos de cursos tradicionais, em sua maioria, seguem diretamente para o mercado de trabalho (HIZ, 2007).

O balanço da primeira década de implementação das reformas desencadeadas após a primeira reunião de ministros da Educação europeus, realizada em Paris, é, segundo os principais atores envolvidos no processo, positivo. Isso não significa que todos os seus principais objetivos foram plenamente atingidos e que, em seus desdobramentos, o processo não mereça críticas. Significa que suas motivações continuam a ser reconhecidas como válidas e que a direção das mudanças é, ainda, percebida como correta.

O cenário de mudanças globais e de acirramento da competição econômica, bem como de consolidação da ideia de que o conhecimento é a base do desenvolvimento econômico e social e da capacidade de enfrentar problemas sempre mais agudos e abrangentes, tornou-se mais nítido nesses últimos dez anos. Os países da Europa e seus principais líderes mantêm a percepção de que suas chances são maiores como bloco do que na perspectiva de cada nação isolada. Assim, a construção da Área de Educação Superior Europeia e do Espaço Europeu de Pesquisa mantém a atualidade e continua a impactar a formulação de planos e de iniciativas para a região.

No caso da Alemanha, em particular, assiste-se a um significativo esforço de ajustes e correções do processo de reforma, paralelamente ao fortalecimento da capacidade de pesquisa e de inovação.

Esse intenso e abrangente processo de reforma e essa combinação de iniciativas que visam à modernização do ensino superior, sua expansão, o aumento de eficiência, a preservação da excelência e a aproximação mais sinérgica com as expectativas da sociedade e da economia, no Brasil, podem e devem servir de estímulo para uma reflexão mais objetiva sobre nossas necessidades e possibilidades.

O tema da reforma universitária no Brasil dominou os debates sobre as perspectivas de nosso ensino superior no fim dos anos 1990 e no começo do novo século. A pretendida reforma foi substituída, contudo, por iniciativas isoladas de algumas IES e por um conjunto de iniciativas governamentais que impulsionaram os investimentos nas instituições públicas e criaram um ambiente de euforia com relação às perspectivas de expansão, de democratização do acesso e de melhoria da infraestrutura humana e material da rede de IES federais. Com isso, houve o abandono da reflexão sistemática sobre as estratégias, objetivos e metas de uma reforma mais ampla. Os novos programas passaram a ser vistos como estruturantes de um processo que deveria ter o mérito de impulsionar transformações abrangentes valendo-se de pesados investimentos no setor federal.

Não cabe, no âmbito deste artigo, analisar esses programas e seus impactos sobre o ensino superior brasileiro. Vale a pena, no entanto, registrar, neste contexto, as reações ao desenrolar do Processo de Bolonha entre nós.

No Brasil, podem-se identificar dois tipos principais de reação à Bolonha. De um lado, tem-se a rejeição radical do processo em virtude de seu caráter de reforma neoliberal. Essa crítica, ideológica e precipitada, acusa a reforma europeia de servir aos propósitos de uma economia de mercado que não conhece limites e se propõe a transformar educação em mercadoria. De outro lado, há os que encaram Bolonha como a fonte de inspiração para importantes iniciativas inovadoras no âmbito das transformações por que passa o ensino superior no Brasil. É o caso dos que entendem que os projetos da Universidade Federal do ABC (UFABC), de reforma do ensino na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mesmo o projeto Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) remontam ao espírito e aos principais objetivos do Processo de Bolonha. Ambas as situações revelam desconhecimento e, no primeiro caso, também má-fé. Apenas um entendimento superficial do que se passa na Europa pode sustentar a hipótese de que aí esteja a motivação das iniciativas do segundo caso.

A precipitação e o desconhecimento não podem levar nem à rejeição ideológica despropositada nem à fácil adoção de Bolonha como referência para toda e qualquer iniciativa inovadora no nosso sistema de ensino superior.

Bolonha, como se viu, é um processo complexo e vem sendo acompanhado por discussão e estudos exaustivos e críticos, com amplo envolvimento de todos os atores responsáveis por sua implementação e pelos destinatários de seus resultados. Talvez aí esteja algo para nos servir de referência e modelo.

Clarissa Eckert Baeta Neves é professora de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), doutora em Sociologia pela Universidade de Münster-Alemanha e coordenadora de um grupo de estudos sobre universidade. É também membro da comissão editorial da *Revista Sociologias* (UFRGS) e do Comitê de Avaliação do CNPq. Foi pesquisadora visitante na Universidade de Münster com apoio do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal com Nível Superior (Capes) (2011). Tem produção científica destacada em sociologia da educação e em educação superior.

NOTAS

- 1 Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal com Nível Superior (Capes) e ao Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) o apoio para a realização de uma missão de pesquisa na Universidade de Münster em janeiro de 2011, com o objetivo de estudar a Reforma de Bolonha. Nesse período, tive a oportunidade de realizar entrevistas com administradores, professores e estudantes da universidade, bem como acessar importantes bases de dados e documentos nos diferentes órgãos responsáveis pela reforma. Destaco ainda o contato estabelecido com o diretor do Bologna Team da Conferência dos Reitores da Alemanha.
- 2 O Programa Sócrates foi criado em 1994 com o objetivo de promover a mobilidade por meio da educação. Em 2007, foi substituído pelo *Lifelong Learning Programme 2007–2013*.
- 3 Protocolo Erasmus, ou Programa Erasmus, foi estabelecido em 1987. É um programa de apoio interuniversitário de mobilidade de estudantes e docentes do ensino superior entre Estados-membros da UE e estados associados. Permite a alunos estudar em outro país por um período de três meses a um ano.
- 4 O BFuG é uma estrutura de acompanhamento permanente e de desenvolvimento do Processo de Bolonha, criado na Conferência de Praga, em 2001. É composto de representantes de todos os países participantes juntamente com a Comissão Europeia. Na Conferência de Bergen, em 2005, o BFuG foi incumbido de várias missões, das quais se destacam o estabelecimento de critérios de qualidade do ensino, o estabelecimento e o reconhecimento de graus acadêmicos e a criação de sistemas de reconhecimento de competências.
- 5 Informação obtida em entrevista realizada com o professor Erichsen (ex-reitor da *Westfälischen Wilhelms-Universität Münster — WWU*), na Universidade de Münster, em 12 de janeiro de 2011.
- 6 A maioria dos cursos de formação de professores (2.508) segue sendo oferecida na forma tradicional, exigindo o exame de Estado. Em 2010, apenas 34,2% (857) dos cursos foram reestruturados como *Bachelor*, devendo ser seguidos por um curso *Master* (HRK, 2010b).

7 Informação obtida em entrevista realizada com o dr. Peter A. Zervakis, coordenador do Centro de Bolonha da Conferência de Reitores da Alemanha, em Bonn, em 21 de fevereiro de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Altbach, Philip G.; Reisberg, Liz & Rumbley, Laura E. *Trends in Global Higher Education: Tracking an Academic Revolution*. Chestnut Hill/Boston: College Center for International Higher Education, 2009.

Banscherus, Ulf et al. *Der Bologna-Prozess zwischen Anspruch und Wirklichkeit*. Frankfurt: Gewerkschaft Erziehung und Wissenschaft, 2009.

Bergen Communiqué, 2005. Disponível em <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/MDC/050520_Bergen_Communique.pdf>. Acesso em 17 jan. 2011.

Berlin Communiqué, 2003. Disponível em <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/MDC/Berlin_Communique1.pdf>. Acesso em 17 jan. 2011.

BMBF (Bundesministerium für Bildung und Forschung). *Bundesbericht Forschung und Innovation*, 2010. Disponível em <<http://www.bmbf.de/>>. Acesso em 15 fev. 2011.

Bologna Declaration, 1999. Disponível em <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/MDC/BOLOGNA_DECLARATION1.pdf>. Acesso em 12 jan. 2011.

Brändle, Tobias. *10 Jahre Bologna-Prozess*. Wiesbaden: VS Research, 2010.

Budapest-Vienna Declaration, 2010. Disponível em <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/2010_conference/>. Acesso em 8 fev. 2010.

Christoph, Gabriela & Roessler, Isabel. Bachelor auf Erfolgskurs!? *Arbeitspapier*, CHE/Centrum für Hochschulentwicklung, 2010, 134.

Conselho Europeu de Lisboa. *Estratégia de Lisboa*, 2000. Disponível em <<http://www.gpeari.mctes.pt/archive/doc/EstrategiaLisboa.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2011.

Conselho da União Europeia. Agenda de Modernização das Universidades, 2007. Disponível em <<http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/07/st16/st16096-re01.pt07.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2011.

Council of Europe. Higher education and Research. Disponível em <http://www.coe.int/t/dg4/highereducation/default_EN.asp?>. Acesso em 15 fev. 2011

Deutsches Studentenwerk. *Die Wirtschaftliche und soziale Lage der Studierenden in der Bundesrepublik Deutschland*, 2007. ECTS (European Credit Transfer System), 2004. Disponível em <http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/publ/pdf/ects/en.pdf>. Acesso em 13 jan. 2011.

ENQA (European Association for Quality Assurance in Higher Education). European Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area, 2005. Disponível em <<http://www.enqa.eu/files/ENQA%20Bergen%20Report.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2011.

Erasmus Programme, 2010. Disponível em <<http://ec.europa.eu/education/erasmus/doc/stat/report0809.pdf>>. Ver também <<http://ec.europa.eu/education/programmes/llp/erasmus/statisti/table1.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2011.

Erichsen, Hans-Uwe. Tendências Europeias na graduação e na garantia da qualidade. *Sociologias*, jan./jun. 2007, 9/17, p. 22-49.

European Student's Union, 2006. Disponível em <<http://www.lets gocampaign.net/>>. Acesso em 12 fev. 2011.

Eurydice/EACEA, 2010. Network on Education Systems and Policies in Europe. Disponível em <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/index_en.php>. Acesso em 13. jan. 2011.

Frey, Rainer. Tradition und Neugesatlung der deutschen Universität. Bologna-Reform als Irrweg? Palestra realizada na UFRGS, Porto Alegre, 20 nov. 2009.

HIZ (Hochschul-Informationen-System). Bachelor! was sonst? *Hisbuskurz-Information*, 2007, n. 17. Disponível em <<http://hisbus.hiz.de/hisbus/docs/.hisbus17.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2011.

HRK (Hochschulrektorenkonferenz). Deutschland im europäischen Hochschulraum-Plenar-Entschießung der HRK zu den Schlussfolgerungen aus der Bologna-Erklärung,

2001. Disponível em <http://www.hrk.de/de/beschluesse/109_323.php>. Acesso em 13 jan. 2011.

_____. Bologna Zentrum, 2010a. Disponível em <<http://www.hrk-bologna.de/bologna/de/index.php>>. Acesso em 15 jan. 2011.

_____. Statistische Daten zur Einführung von Bachelor-Masterstudiengängen Wintersemester 2010/2011. Statistiken zur Hochschulpolitik. Bonn, 2010 b. Disponível em <http://www.hrk.de/de/download/dateien/HRK_StatistikBA_MA_WiSe_2010_11_final.pdf>. Acesso em 12 fev. 2011.

London Communiqué, 2007. Disponível em <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/MDC/London_Communique18May2007.pdf>. Acesso em 12 jan. 2011.

Ministry of Science, Technology and Innovation, 2005. The Framework of Qualifications for the European Higher Education Area. Disponível em <<http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/QF-EHEA-May2005.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2011.

Morhard, Bettina. *Lehren und Lernen mit ERASMUS in Europa*. Bonn: DAAD, 2005.

Neves, Clarissa Eckert Baeta. Universidade e a institucionalização da pesquisa: reflexões de uma experiência. *Cadernos de Sociologia*, 1998, 8, p. 127–160.

_____ & Koppe, Leonardo Renner. Processo de Bolonha: a reforma do sistema de educação superior europeu. *Tomo: Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe*, jul./dez. 2009, 15, p. 15–39.

Nybom, Thorsten. The Humboldt Legacy: Reflections on the Past, Present, and Future of the European University. *Higher Education Policy*, 16/2, 2003, p. 141–159.

Prague Communiqué, 2001. Disponível em <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/MDC/PRAGUE_COMMUNIQUÉ.pdf>. Acesso em 12 jan. 2011.

Sorbonne Joint Declaration, 1998. Disponível em <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/MDC/SORBONNE_DECLARATION1.pdf>. Acesso em 11 jan. 2011.

Teichler, Ulrich & Wasser, Hans (orgs.). *American and German Universities*. Kassel: Werkstattbericht, 1992.

Wildt, Johannes. Die Zukunft von Bologna: Thesen aus der Sicht der Hochschuldidaktik. In: *10 Jahre nach Bologna: Bachelor und Master auf dem Prüfstand*. Dokumentation der Veranstaltung. Grüne im Landtag NRW, 2009, p. 29–34.

Winter, Martin. Das neue Studieren: Chancen, Risiken, Nebenwirkungen der Studienstrukturreform: Zwischenbilanz zum Bologna-Prozess in Deutschland. *Arbeitsbericht/Institut für Hochschulforschung (HoF)*, 2009, 1/9.

Witte, Johanna. *Change of degrees and degrees of change: comparing adaptations of european higher education systems in the context of the bologna process*. Enschede: CHEPS/UT, 2006a. Disponível em <<http://www.utwente.nl/cheps/documenten/2006wittedissertation.pdf>>.

_____. Die deutsche Umsetzung des Bologna-Prozesses. *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 2006 b, 56/48, p. 21–27. Disponível em <<http://www.bpb.de/files/X9FKNO.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2011.

Palavras-chave:

Ensino superior;
Processo de Bolonha;
Políticas de educação;
Ensino superior na Alemanha;
Ensino superior na Europa.

Resumo:

Este artigo trata da implementação do Processo de Bolonha iniciado em 1998. Tal processo consiste em uma ampla reforma da educação superior na Europa. Após se examinar a trajetória de consolidação dos objetivos e as metas desse programa, é focalizada, privilegiadamente, a situação atual do ensino superior na Alemanha. São abordados três aspectos centrais: o processo de formulação de uma reforma de proporções continentais por meio das conferências e dos comunicados; as mudanças introduzidas na organização do ensino superior; e, por fim, a análise do processo de adoção do modelo Bolonha no sistema de ensino superior na Alemanha e os problemas e desafios dez anos depois.

Keywords:

Higher education;
Bologna Process;
Education policy;
Higher education in Germany;
Higher education in Europe.

Abstract:

This article deals with the implementation of the Bologna Process, which began in 1998. This process consists of a comprehensive reform of higher education in Europe. After examining the trajectory for consolidating the objectives and goals of this program, the current situation of higher education in Germany is focused. Three aspects are central: the process of formulating a reform of continental proportions by means of conferences and releases, the changes at the organization of higher education and, finally, the analysis of the process of adopting Bologna model in higher educational system in Germany and the problems and challenges after ten years.

O MATO & O ASFALTO: CAMPOS DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL*

A antropologia termina onde começa o asfalto.

Citado por Lurdes Arizpe (1988)

O dito que eu conhecia era ligeiramente diferente: “A antropologia começa onde termina o asfalto”. Tendo chegado à antropologia nos anos 1970, este me aparecia como o modo dominante na disciplina: os que iam para o mato, por oposição aos que ficavam no asfalto, é que eram os verdadeiros antropólogos. Lembro como nos pareciam aborrecidas as intermináveis discussões sobre a teoria de Lévi-Strauss em sala de aula, quando o que mais almejávamos era sair atrás de nativos de outras terras, como ele, e tentar entender como é que eles viam o mundo. A maior parte de nós, estudantes, nunca foi atrás de índios, é claro, e nos contentamos com uma paráfrase da antropologia, analisando os nativos da terra em outras cenas, na sua maior parte urbanas. E, não obstante nossa admiração por *Tristes trópicos*, ou por *O pensamento selvagem*, nossa lealdade política estava em outra parte: éramos fervorosos partidários da história crítica e contra a “sociologia sem sociedade” de Lévi-Strauss (Clastres apud Viveiros de Castro, 1992). Isto é, que os etnólogos nos pareciam, a nós outros, urbanitas, como uma estranha tribo que invejávamos ou depreciávamos, a meias.¹ Assim, é particularmente difícil fazer uma resenha crítica da antropologia no Brasil nos últimos vinte ou trinta anos sem evocar as tensões, teóricas e políticas, que as últimas modas de Paris — e, mais recentemente, da Califórnia — aqui provocavam. Mas creio que há alguns pontos sobre os quais todos nós, antropólogos dessa geração, que tem hoje entre cinquenta e sessenta anos, concordaríamos: foi nesse então que a etnologia começou a se destacar como, segundo Roberto DaMatta, “a antropologia que deu certo”, e foi também nesse momento que se constituiu, na antropologia brasileira, uma tradição forte de antropologia urbana. Assim, o porquê de outro tema forte na constituição histórica da disciplina no Brasil, os estudos sobre os “negros”, ter saído da cena antropológica naquela época, ou um pouco antes, é uma questão que deve ser abordada desde logo.

NEGROS, MULHERES

Traçando o panorama que encontrou ao se dedicar ao estudo da antropologia no final da década de 1950, diz Roberto DaMatta: “No fundo, estávamos no tempo em que toda a antropologia cultural se resumia em estudos de ‘brancos’, ‘índios’ e ‘negros’, com muito pouca consciência crítica a respeito da constituição destas categorias como objeto de estudo e com pouco interesse na análise de suas relações concretas em casos específicos” (1981: 180). Mas, ainda que DaMatta cite os autores lidos, na época, sobre a questão racial (Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Donald Pierson, Ruth Landes e Édison Carneiro), parece que, como jovem estudante, não tinha se dado conta da inflexão que esses estudos estavam já sofrendo no cenário intelectual brasileiro, desde meados da década de 1950. De fato, foi a partir das críticas (Holanda, [1944] 1978) e, em alguns casos, da autocrítica (Carneiro, [1953] 1964), a respeito da perspectiva adotada até então, mas principalmente devido à influência do Projeto Unesco de Relações Raciais (Maio, 1997), que o negro deixou, gradativamente, de ser visto como um objeto exótico, como dizia Sergio Buarque de Holanda, e passou a ser encarado como velho cidadão do país que era, como dizia Édison Carneiro — passando, também, da esfera da antropologia (cultural) para a esfera da sociologia. Sua inserção no mercado de trabalho, e a relação entre raça e classe, receberam desde então dos sociólogos uma atenção que se mostraria permanente.² É quase paradigmático que Luíz de Aguiar Costa Pinto, aluno querido de Arthur Ramos — então o decano do campo de estudos sobre os negros no Brasil — e colaborador dos antropólogos Thales de Azevedo e Charles Wagley numa pesquisa patrocinada pela Universidade de Columbia na Bahia, tenha se aliado, ele também, na crítica às pesquisas sobre “o negro como espetáculo”, tenha sido pioneiro na análise da relação entre raça e classe, e se empenhado ainda em distinguir a sociologia da antropologia (Maio & Villas Bôas, 1999). Seu trabalho, *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança* (1953), é um bom indício da realocação desses estudos desde então na órbita da sociologia.

Hoje, a maior parte dos antropólogos que trabalham com a questão racial fazem pesquisas a respeito das religiões afro-brasileiras, com uma pequena parte deles se dedicando a analisar a própria história da constituição desse campo de estudos.³ Uma inovação recente nesse campo, que me parece caudatária do trabalho dos etnólogos, é uma preocupação com a recuperação das “terras de quilombo” ou “terras de preto” — terras tradicionalmente habitadas por descendentes dos escravos fugidos antes da Abolição da escravatura em 1888, e cuja posse foi, cem anos depois, garantida pela Constituição brasileira — paralela à recuperação das tradições de seus habitantes.⁴ Outra é a dos estudos da relação entre raça e gênero: aparentemente incipiente, esse tema de reflexão tem uma longa história na antropologia brasileira e está também relacionado à reflexão sobre as religiões afro-brasileiras.⁵

MULHERES, ÍNDIOS

O campo dos estudos feministas, do qual o dos estudos de gênero é um desdobramento, já foi objeto de várias avaliações (Franchetto, Cavalcanti & Heilborn, 1981; Corrêa, 1984; Heilborn, 1992; Heilborn & Sorj, 1999), cabendo apenas observar que, se a presença de antropólogas, mais do que de antropólogos,⁶ é forte, ele já se constituiu, de saída, como um campo de estudos interdisciplinar, que conta, principalmente, com a colaboração de sociólogas, historiadoras, educadoras e psicólogas.⁷ O que é interessante observar é que a noção de gênero está sendo cada vez mais incorporada ao trabalho das etnólogas, embora ainda apareça timidamente no trabalho dos etnólogos,⁸ e que elas compartilham com as antropólogas que estudam questões de gênero, mas não são etnólogas, uma bibliografia teórica de referência semelhante.⁹ Essa observação é importante porque esses estudos sinalizam uma abertura de fronteira, por assim dizer, para aqueles que, como eu, se sentem intimidados com a especialização crescente dos estudos etnológicos no país e se sentem, ao mesmo tempo, atraídos pelas concepções extremamente inovadoras trazidas pela etnologia para a discussão antropológica (Viveiros de Castro, 1996a; Fausto, 2001).

Que a etnologia feita aqui tem uma ambição teórica mais ampla do que descrever os “índios do Brasil”, é exemplificado em qualquer das monografias produzidas pelo grupo cuja linhagem Eduardo Viveiros de Castro irá reconstituir; e é também um objetivo explícito: “Assim como a Austrália e o sudeste asiático ‘produziram’ a teoria de aliança de parentesco, a África a teoria das linhagens, a América do Sul tropical ainda está à espera de uma intuição temática equivalente, uma *controlling metaphor* capaz de servir de baliza” (Viveiros de Castro, 1992: 188).

O ensaio, quase um depoimento, de Eduardo Viveiros de Castro sobre sua trajetória como etnólogo, nos informa sobre o que mudou de uma geração a outra: quase vinte anos após a chegada de Roberto DaMatta ao Museu Nacional, o panorama encontrado por ele ao lá chegar era inteiramente diferente.¹⁰ Referindo o contexto de sua formação ao Projeto Harvard-Brasil Central, coordenado por David Maybury-Lewis, diz Eduardo:

Maybury-Lewis fora aluno de Herbert Baldus, em São Paulo, e depois de Rodney Needham, em Oxford. Havia-se distinguido por suas contribuições à chamada “teoria da aliança”, que vem a ser a versão inglesa da teoria d’As *estruturas elementares do parentesco*; havia também entrado em uma polêmica com Lévi-Strauss a propósito das organizações dualistas; e havia produzido uma das primeiras monografias modernas sobre uma sociedade indígena sul-americana. Ele e o grupo de “jê-ólogos” — Matta, Melatti, Turner, Crocker, Lave, Bamberger, e numa próxima geração acadêmica, Seeger — eram assim uma ligação com o centro clássico da teoria antropológica, capazes de pôr os índios brasileiros na série que incluía os Trobriandeses, os Nuer, os Kachin e os Crow. [...] De toda forma, as etnografias de [Da]Matta (1976) e Seeger (1981) foram os modelos essenciais dos meus trabalhos — ainda que não creia que meus dois professores se reconheçam neles (1992: 174).

Num aspecto certamente Roberto DaMatta se reconhecera: numa entrevista de 1994, ele contava, divertido, sua primeira experiência ao fazer um seminário em Harvard quando, a cada pergunta de seus professores e colegas, a respeito da “organização interna” do grupo estudado, ele respondia: “é o contato”.¹¹ O que Viveiros de Castro está enfatizando é, então, a passagem de uma etnologia que privilegiava o “contato interétnico” para uma “sociologia indígena”:

Princípios cosmológicos embutidos em oposições de qualidades sensíveis, uma economia simbólica da alteridade inscrita no corpo e nos fluxos materiais, um modo de articulação com a “natureza” que pressupunha uma socialidade universal — eram esses os materiais e processos que pareciam tomar o lugar dos idiomas juristas e economicistas com que a antropologia descrevera as sociedades de outras partes do mundo, com seus feixes de direitos e deveres, seus grupos corporados perpétuos e territorializados, seus regimes de propriedade e herança, seus modos de produção linhageiros. Longe de se constituir em conteúdos “superestruturais” ou “culturais” das formações sul-americanas, aqueles materiais e processos articulavam diretamente uma sociologia indígena (1999: 147).

É claro que essa descrição alusiva ao que a antropologia fizera em outras partes do mundo já referia um discurso ele próprio sob suspeita pelo menos desde os anos 1960 (Barnes, 1962; Strathern, 1988; Lambeck & Strathern, 1998 — para só ficar em exemplos melanésios), e que continuaria a ser criticado desde então, cada vez mais amplamente; mas o que interessa reter aqui é que, ao delinear esse quadro da pesquisa etnológica no país, nos últimos trinta anos, Eduardo nos ajuda a ver com mais clareza que ventos semelhantes aos que sopravam em outras terras, também batiam por aqui. E se, como ele observa — “Se é para ‘dialogar’, e não tem muito outro jeito, então seria preciso começar a rebater para a matriz nossas lucubrações periféricas, e a meter a colher na sopa metropolitana” (1999: 177) — parece que a etnologia tem sido um bom exemplo desse “meter a colher”.

Para não remontarmos ao famoso “fieldwork in absentia”, como Robert Lowie referia sua colaboração com Curt Nimuendaju, lembremos apenas que, desde os anos 1970, bem no (re)começo de nossa história institucional, a noção de fricção interétnica já era apropriada por Bonfil Batalla, em seu debate com Aguirre Beltrán (Bonfil Batalla, 1972) e que, no Coloquio sobre Friciones Interétnicas en América del Sur, reunido em Barbados, em 1971, aquela noção era o centro da cena de discussão antropológica/indigenista;¹² que, um pouco depois, uma jovem aluna de Lévi-Strauss (Carneiro da Cunha, 1973) publicava um artigo que, segundo um especialista, antecipava “questões só levantadas bem mais tarde pela antropologia” (Viveiros de Castro, 1999: 141 — na mesma frase, ele refere DaMatta, 1970) e, para não ampliar demasiado a lista (há outros exemplos de intervenção na cena internacional ao longo deste texto), que em 1993 a antropologia da Amazônia mereceu um número especial da revista *L’Homme*.¹³ Ao mencionar esses exemplos não me move nenhum impulso nacionalista, mas sim a intenção de indicar instâncias de diálogo, a partir de uma

percepção da antropologia como, no dizer de Mariza Peirano (1991), “plural”: será preciso lembrar que os pais fundadores da disciplina estabeleceram suas tradição em países dos quais não eram nativos?

Mas a etnologia seria a única vertente da antropologia brasileira a levar ingredientes para a “sopa metropolitana”? Vejamos.

ÍNDIOS, BRANCOS

Se a etnologia tem sido um dos campos fortes na definição da antropologia no Brasil, tem sido também um campo constituído sob o signo do diálogo — com pesquisadores das mais diferentes tradições antropológicas, com questões teóricas que atravessam a nossa, e outras, tradições e, o que é tanto mais interessante por ser menos comum aqui, com uma tradição etnológica localmente constituída desde, pelo menos, o século passado.¹⁴

O segundo campo forte naquela definição é o da antropologia urbana — sobre o qual talvez se possa dizer quase o mesmo, ainda que com menos ênfase. Ao “perder” um de seus “objetos” tradicionais, um de seus “outros” sobre os quais a antropologia tanto gosta de fazer alarde em sua definição como disciplina, nem por isso perdeu uma tradição de estudos que se constituiu como urbana (com todas as aspas que a cena urbana mereceria na virada do século XIX para o XX) nas melhores (e piores) páginas etnográficas dos autores que pesquisaram a *mala vita*, na Bahia e alhures, na esteira dos trabalhos da chamada “Escola Nina Rodrigues”, à qual médicos e juristas se filiavam, compartilhando uma preocupação pela “desordem” urbana e pela imposição da “ordem” a essas categorias sociais que foram os primeiros a descrever (Corrêa, [1982] 1998; Carrara, 1993). Isto é, que apesar de conter aquele elemento de exotismo de que depois foram justamente acusados, tais trabalhos, e seus autores estão, quase ao modo dos primeiros etnólogos, estabelecendo uma cartografia urbana que, certamente, será inteiramente renovada mais tarde, em outras bases, mas que não obstante definiu uma legião de *outsiders* e “desviantes” sobre os quais a antropologia urbana no Brasil vai se deter.¹⁵

Levados a sério pelos primeiros pesquisadores da cena urbana (isto é, como “tipos” — de fato estereótipos — que representavam anomalias sociais), esses desviantes serão depois cuidadosamente desconstruídos — justamente como o produto de uma construção feita a partir de uma ótica da “normalidade” que não mais se sustentava: homossexuais, prostitutas, delinquentes de todo o tipo, traficantes, drogados, travestis, velhos, michês, malandros, meninos e meninas de rua... a série é longa.¹⁶ Quase todos esses trabalhos, e muitos outros que focalizam grupos urbanos, tem em comum a procura do equivalente ao que, no caso da etnologia, Eduardo Viveiros de Castro chamou de uma “sociologia indígena”, isto é, a sua lógica de atuação — por contraste com abor-

dagens que são tentadas a analisá-los desde a ótica do Estado ou, o que é pior, da ótica de uma subcultura dos pobres e marginalizados.

Nesse caso, não haveria como reconhecer na violência um mal a combater, nem como não estender o conceito de ética particularista a todas as formas de violência existentes no país: a dos policiais militarizados ou corruptos, a dos grupos de extermínio, a dos crimes encomendados por fazendeiros, comerciantes e empresários, a que mata homossexuais, índios, mulheres e crianças. Essa é a principal armadilha do relativismo cultural radical: não há como não admiti-lo para todas as “éticas” ou “etos” existentes, todos “particularistas”, inclusive aqueles condenados por serem autoritários, ditatoriais, despóticos ou, ainda, militarizados (Zaluar, 1999: 37–38).

Nem todas as pesquisas que tratam de grupos urbanos, da perspectiva antropológica, no país, focalizam a violência como aspecto central: a festa, o ritual, a sociabilidade nos bairros, a religiosidade popular, entre outros temas, são também analisados. Mas o fato de que a grande maioria das pesquisas antropológicas sobre grupos urbanos tenha de incorporar a questão da violência, em grau maior ou menor, também diz alguma coisa, no seu conjunto, a respeito da maneira como se estruturam as relações sociais no Brasil (Caldeira, 1992). E aqui, adianto um ponto do qual vou tratar abaixo, o da relativa incomunicabilidade entre as pesquisas antropológicas que lidam com objetos distintos: quando leio a observação de Zaluar (1999: 66), de que “trata-se de tornar complexa a análise dos contextos sociais amplos e locais para entender porque um número cada vez maior de jovens (de todos os estratos sociais) incorporam práticas sociais que os tornam predadores do próximo”, não posso deixar de pensar em como poderia ser interessante um diálogo entre este questionamento e a discussão sobre a predação nas sociedades indígenas, em andamento na etnologia...

Cabe, finalmente, perguntar se esse conjunto de pesquisas, muito mais rico e abrangente do que se pode dar uma ideia aqui, ocupa um lugar equivalente ao da etnologia na antropologia brasileira.¹⁷ Creio que sim. Por mais arbitrária que seja a classificação aqui utilizada, como o são quase todas, ela parece cobrir um amplo leque de temas que tem em comum a referência ao meio urbano, às redes de sociabilidade estabelecidas nas cidades, às questões só propiciadas por quem vive em cidades. E é claro que essas questões suscitam comparações com o que se passa nos meios urbanos em outros países: basta percorrer a bibliografia, ainda que restrita, aqui citada, para se observar que o diálogo com os resultados de pesquisa em outras cidades é constante e parte do ofício dos que estudam essas questões. E, lá como aqui, os antropólogos urbanitas estão também metendo sua colher na sopa metropolitana... Apesar de todas as restrições estruturais que são parte do fato de se viver na “periferia”, como gostamos de nos referir a nós mesmos, e à parte alguns lucros disso derivados,¹⁸ uma boa parte dos resultados das pesquisas feitas por aqui, circulam por lá e, nos dois exemplos da prática da antropologia aqui escolhidos,

com resultados ainda difíceis de prever, desde que estamos tratando de um fenômeno relativamente recente.

Mas, como a história nos mostra com abundantes exemplos, creio que a experiência antropológica é transplantável por natureza: como aquela “flor da lua” sobre a qual Thales de Azevedo escrevia a seu amigo e companheiro de tantos empreendimentos, o antropólogo norte-americano Charles Wagley, e cuja semente lhe fora mandada por Cecília, mulher de Wagley. Dizia ele: “Cresceu enormemente e enramou sobre um muro e a parede da cozinha, dando abundantes flores alvas, grandes, que murcham com o calor do dia e abrem de noite até o amanhecer”.¹⁹

MOONFLOWER: OS DIÁLOGOS DA ANTROPOLOGIA

Ao percorrer essa gama de trabalhos que, de um modo ou de outro, se vinculam (histórica, institucional ou teoricamente) à antropologia, não é possível deixar de fazer algumas observações mais gerais sobre a trajetória da nossa disciplina nos últimos vinte ou trinta anos. A primeira é que se podemos traçar, desde uma perspectiva mais ou menos distanciada, um mapa onde se incluam as instituições de transmissão do saber — pelo menos desde 1968, os programas de pós-graduação tendo aí posição privilegiada, e a ABA tendo tido um papel continuado de bastião disciplinar — e as redes de interesses teóricos, temáticos, e outros, através das quais as pessoas se vinculam umas às outras, quando nos aproximamos da produção individual dos antropólogos brasileiros, essa tarefa se torna bem mais complicada. Seja porque se desvanece aquela suposta comunidade a qual tanto estimamos, e se tornam mais claras as diferenças de abordagem, de produção, de atuação — isto é, *distinções* sempre cuidadosamente empacotadas em campos, áreas ou temas, seja porque perdemos de vista aqueles parâmetros anteriores que nos permitem ancorar a disciplina nesse rio turbulento que compartilhamos com nossos vizinhos das outras ciências sociais. Mas é preciso ancorá-la? Justamente, o que se perde em fronteiras claramente delimitadas, se ganha, me parece, ao atravessá-las. Não creio que esse constante cruzar de fronteiras, assiduamente praticado, e não só pelos antropólogos, nos últimos anos, tenha posto em risco, ou em xeque, a disciplina. Não falo em identidade da disciplina, essa noção já gasta até o osso: o que faz um antropólogo, para o bem ou para o mal, me parece ser muito mais da ordem cosmológica do que da ordem morfológica.

Se precisamos da morfologia social para aceder à cosmologia, isto talvez seja mais um vício de formação compartilhado pelas ciências sociais (pela ciência?) em geral, do que uma imposição da vida real. Não creio estar fetichizando a disciplina, ou, o que é pior, sendo condescendente com a magia que permeia o atual ar do nosso tempo, ao dizer que nós nos tornamos antropólo-

gos no contato com outros antropólogos, no amor pelo trabalho do antropólogo e no gosto pela leitura de trabalhos antropológicos. E uma vez antropólogos, não há incursão a outros territórios que seja perigosa para essa definição — ao contrário. Assim, ao criarmos os tantos *grupos de trabalho* que têm sido a marca mais recente de atuação da disciplina no país (e não só da nossa), seja no próprio interior das universidades, nos núcleos de pesquisa, seja nas reuniões de associações, como a ABA e a Anpocs, seja no trabalho profissional, que cada vez mais nos obriga a sentar com colegas de outras áreas (e não só das ciências sociais, mas também agrônomos, historiadores, demógrafos, geólogos), para discutirmos as famosas *interfaces* do tema que nos ocupa no momento, seja para defendermos o interesse desta ou daquela minoria, junto à qual resolvemos atuar com alguma ONG, não creio que estejamos contribuindo para enfraquecer a disciplina, ou fugindo de alguma missão histórica. Ao contrário — seríamos mulheres e homens de muito pouca fé se o contato pudesse por a perder as lealdades adquiridas para com nossa “tribo”.

Uma segunda observação quase deriva desta, mas é também o seu avesso: à proporção que se ampliam os nossos contatos com outras disciplinas, parecem definhar os contatos internos, por assim dizer, à disciplina. Quando foi a última vez que, numa reunião da ABA, por exemplo, nos sentamos à mesma mesa os que nos interessamos por “índios”, “mulheres” ou “negros”? Só me lembro das mesas dos bares ou restaurantes onde nos reunimos *depois* de termos sentado nas mesas canônicas que cuidadosamente nos separam: e lembro com prazer. Muita intuição teórica de meus trabalhos se deve a essa fricção interáreas nas reuniões da ABA. Recentemente fui convidada a fazer uma resenha do belo livro de cartas escritas por Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira, mais de meio século atrás (Nimuendaju, 2000). Mesmo não sendo da “área” de etnologia, senti um enorme prazer em fazê-lo e um enorme gosto de reconhecimento ao ler aquelas cartas. Não precisei de nenhuma “âncora” que o ligasse a mim ou à disciplina — ainda que, como resenhista cuidadosa, tenha tentado juntar às minhas observações as de tantos etnólogos que já trabalharam sobre Nimuendaju — nem senti falta de não ter conhecimento prévio deste ou daquele grupo indígena para entender perfeitamente o que é que ele estava fazendo ali, no meio do mato, tão longe do asfalto, há tanto tempo...

Mariza Corrêa foi professora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) por trinta anos e é atualmente pesquisadora do Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero da mesma universidade. Foi também presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Publicou, entre outros, *Morte em Família* (1983), *As ilusões da liberdade* (1998) e *Antropólogas & antropologia* (2003).

NOTAS

* O que se segue é um ensaio sobre a antropologia brasileira contemporânea, escrito para leitores estrangeiros, tentando apontar alguns aspectos gerais, em dois campos de atuação que considero fortes na definição de nosso trabalho: me socorro assim, amplamente, de resenhas e de avaliações feitas por colegas sobre temas ou questões a respeito dos quais não posso me estender aqui, textos aos quais remeto os leitores para mais informações bibliográficas. Não pretendo, é claro, que essa visão geral esteja mais isenta de vieses do que qualquer daquelas resenhas e avaliações. Para uma análise histórica sobre as instituições nas quais ela se instalou e os agentes que promoveram a institucionalização da disciplina, ver Corrêa (1995). Lá também analiso brevemente a importância que os estudos rurais tiveram na antropologia, em meados dos anos 1960. Com a crescente urbanização do país, as pesquisas com grupos rurais também foram saindo da cena antropológica — e das ciências sociais de modo geral. Nos três volumes da série *O que ler na ciência social brasileira* (1970–1995), organizados por Sergio Miceli (1999b), nenhum artigo é dedicado a essa temática. Essa série é também uma excelente fonte de referência sobre temáticas das quais não posso tratar aqui. Para uma visão diferente da minha sobre a antropologia no Brasil — e para outras tantas referências — ver Peirano (1999).

1 Alguns dentre eles são sensíveis a essa apreciação: “Os antropólogos que estudam sociedades indígenas são hoje uma minoria dentro da disciplina no Brasil; eles, sobretudo os que estudam coisas como parentesco, ritual ou cosmologia, são vistos por seus colegas como praticando um ofício bizarro, um pouco antiquado, simbolicamente importante mas demasiado técnico e, no fundo, irrelevante. Em troca, é possível que nos concebamos como a aristocracia da disciplina, descendentes em linha direta dos heróis fundadores — como uma espécie de brâmanes da religião antropológica, escolhidos pelo ordálio do trabalho de campo junto a primitivos autênticos, perdidos no coração da selva. Estudamos sociedades que, se não são ‘complexas’, são completas; aprendemos línguas e costumes exóticos; tratamos de assuntos como xamanismo, aliança matrilateral,

metades exogâmicas, ritos funerários, canibalismo; administramos, em suma, aqueles *sacra* apresentados aos novichos antes que enveredem, majoritariamente, pelas sendas profanas da antropologia em sentido lato. Para nós, as antropologias urbanas e rurais são etnologizações do alheio, obra de aventureiros que invadiram com nossa bandeira os domínios dos burgos vizinhos. Nós etnólogos continuamos morando na cidade velha da antropologia” (Viveiros de Castro, 1992: 170). O autor acrescenta: “Estou brincando”.

- 2 Um pequeno exercício estatístico o comprova: numa recente avaliação dos estudos sobre a questão racial no país, Lilia Moritz Schwarcz (1999) cita 99 autores “brasileiros” (incluindo aí os estrangeiros que trabalham e pesquisam no Brasil). Desses, 38, pouco mais de um terço, são antropólogos — e há que se levar em conta que ela cita autores no campo desde o tempo de Nina Rodrigues, passando por Arthur Ramos e chegando até os dias de hoje, e que me utilizei de uma definição frouxa de antropólogo: os pesquisadores que estão em departamentos de antropologia, ou que são vistos como parte da história da disciplina. Os autores contemporâneos com maior número de citações são, pela ordem: Livio Sansone (seis citações); Antonio Sergio Alfredo Guimarães, Roberto DaMatta (cinco); Nelson do Valle e Silva e Jocélio Teles dos Santos (quatro). Como a atestar a persistência de uma tradição (ideológica), a avaliação foi incluída no volume sobre a antropologia... Esta pequena “amostra” não deve ser levada muito ao pé da letra: a própria autora cita um levantamento mais amplo no qual a presença dos historiadores é majoritária (Schwarcz, 1999: 268), como o é também numa revista especializada na questão racial, *Estudos Afro-Asiáticos* (Segura-Ramírez, 1999). Sobre a participação dos antropólogos no campo de estudos da religião, ver também Pierucci (1999).
- 3 Ver Corrêa ([1982] 1998); Dantas (1988); Araújo (1994); Cavalcanti (1996); Schwarcz (1993) e Maio & Santos (1996), para mais referências. Esse subcampo da antropologia é, evidentemente, compartilhado também por historiadores e sociólogos, e forma parte também de um conjunto de produção mais amplo sobre a vida intelectual brasileira. Para a crítica dessa produção e as referências respectivas, ver Miceli (1999a).

- 4 Ver Vogt & Fry (1996) e, para uma avaliação geral da questão, Arruti (1997), Almeida (1998) e Leite (2000). Deixo de lado a importante discussão a respeito da política racial no Brasil, sobre a qual não só antropólogos, mas outros cientistas sociais frequentemente se manifestam. Para ficar na nossa seara, ver Fry (1999, 2000).
- 5 Ver Landes ([1947] 1994); Fry (1982); Birman (1995) e Corrêa (2000). Ver também *Cadernos Pagu* (1996), no qual foram publicados vários trabalhos apresentados na XX Reunião Brasileira de Antropologia, no mesmo ano, na mesa-redonda Raça e Gênero, organizada por Maria Luiza Heilborn e por mim, bem como um debate sobre a revista *Raça Brasil*, organizado por Suely Kofes.
- 6 Mas ver Fry (1982) e Pérlongher (1987).
- 7 Uma área de estudos importante no campo do feminismo, e no qual a presença de antropólogas tem sido também preeminente, é a de estudos sobre a violência. Ver Zaluar (1999), para uma avaliação geral desses estudos, e Gregori (1993) — trabalho que teve um importante impacto na reconfiguração teórica da discussão, por abandonar a perspectiva do “vitimismo” que era até então dominante no debate.
- 8 Mas ver Silva (1998).
- 9 Ver o dossiê *Mulheres Indígenas*, publicado na revista *Estudos Feministas* (1999). Já num simpósio realizado no Museu Nacional em 1978, Seeger, DaMatta & Viveiros de Castro, baseados em suas pesquisas, sugeriam que “a noção de pessoa e uma consideração do lugar dado ao corpo humano na visão que as sociedades indígenas fazem de si mesmas são caminhos básicos para uma compreensão adequada da organização social e cosmologia destas sociedades” (1979: 3), antecipando assim uma preocupação que tem se tornado central nos estudos antropológicos contemporâneos (Lambeck & Strathern, 1998) e que é também crucial para os estudos de gênero.
- 10 Há uma certa “tradição”, no entanto: desde os anos 1940–50, quando era diretora do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres se empenhava em trazer antropólogos estrangeiros, interessados na etnologia, para o Brasil e em propiciar treinamento para os “jovens rapazes” que eram, como DaMatta foi depois, estagiários no Museu Nacional (Corrêa, 1997);

e, quando Roberto Cardoso de Oliveira lá chegou, retomou a tradição, ainda que em outras bases. No curso de Roberto, diz DaMatta, “dava-se ênfase às seguintes linhas de trabalho: (a) ao estilo da pesquisa de campo compreensiva, em oposição ao estágio de campo para produzir relatórios curtos, do tipo ‘a situação dos índios Bicudos’, tão ao gosto da nossa Etnologia tradicional; (b) ao estudo teórico sério de sociologia comparada e de antropologia inglesa em oposição ao estudo dos autores norte-americanos, como era a tradição dos cursos dirigidos por Darcy Ribeiro no Museu do Índio. [...] (c) à importância concomitante dos estudos de situações sociais concretas e não a estágios do passado, onde as sociedades tribais surgiam apenas como exemplos num drama social global que, de fato, é o drama de civilização ocidental” (1981: 181).

- 11 A entrevista foi feita para o projeto História da Antropologia no Brasil, que coordeno desde 1984, está gravada em vídeo e, como as outras do Projeto, sob a guarda do Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp. Com sua verve habitual, DaMatta recria várias cenas do mundo antropológico de então e, ao se referir a sua própria experiência, diz: “Tudo era contato, o contato explicava tudo. E quando me perguntavam detalhes etnográficos, ficava uma grande interrogação. Furo na etnografia”. Para uma análise extensa do campo da etnologia no país, com ênfase na distinção entre duas concepções sobre seu objeto, justamente a vertente que trabalhou com base na ideia de “contato interétnico”, versus a vertente chamada de “etnologia clássica” no debate, ver Viveiros de Castro (1999). Viveiros de Castro se identifica com a segunda vertente; para uma avaliação da primeira, ver Ramos (1990) e Oliveira (1998). O texto fundador sobre a noção de fricção interétnica é o de Cardoso de Oliveira (1964).
- 12 Agradeço as referências a Mariano Baez Landa. A noção parece cativante até hoje como metáfora: em meu texto de 1995, eu falava em “fricção intertextos”; em seu texto de 1999, Viveiros de Castro fala em “fricção interetnológica”.
- 13 Ver *L’Homme* (1993b), e também *L’Homme* (1993a, 1994), para uma recente polêmica entre Françoise Héritier-Augé, Élisabeth Copet-Rougier e Eduardo Viveiros de Castro sobre modelos de parentesco.

- 14 Não posso acompanhar esse diálogo histórico, mas sirvam como pistas dele os textos de Viveiros de Castro (1984–1985; 1987; 1996b); Carneiro da Cunha (1992); Coelho (1993) e Gruppioni (1998).
- 15 Um dos autores influentes nessa releitura foi Howard Becker, que também traduziu para o inglês uma série de trabalhos de antropólogos brasileiros e publicou uma apreciação sobre a “teoria social no Brasil” na revista *Sociological Theory*. Ver as referências em Becker (1995).
- 16 Aqui, mais uma vez, é impossível ser exaustiva nas citações mas, pela ordem de tipos elencados, ver, por exemplo, Fry (1982); Gaspar (1985); Ramalho (1979); Zaluar (1994); Velho ([1975] 1998); Mott (1996); Debert (1999); Pérlongher (1987); DaMatta (1979); Fonseca (1985) e Gregori (2000). Sobre a interessantíssima experiência de um antropólogo “do outro lado da mesa”, isto é, atuando como integrante do governo nessa questão, ver Soares (2000). Vale observar que, ainda que os trabalhos sobre homossexualidade tenham adquirido autonomia em relação às antigas visões estereotipadas dos primeiros observadores da cena urbana, o mesmo não aconteceu com as pesquisas sobre travestis: elas não são citadas, nem nas resenhas sobre gênero, nem nas resenhas sobre violência, ainda que, claramente, se vinculem a ambas temáticas.
- 17 Quase todos os autores citados, e vários outros, tem publicado os resultados de seus trabalhos no exterior — e a intervenção de vários deles na cena internacional é conhecida e reconhecida em certas temáticas. O livro de Roberto DaMatta (1979), por exemplo, está disponível em inglês e em francês e é reconhecido como uma influência importante para os estudos que costumamos chamar de “antropologia urbana”. A esse respeito, ver Gomes, Barbosa & Drummond (2000).
- 18 Durante a realização de um colóquio sobre a influência de Roger Bastide nos estudos brasileiros, Maria Isaura Pereira de Queiroz contou de sua experiência *sui generis*, ao chegar na França, de ser a única participante de um seminário com pesquisadores norte-americanos, que havia lido a obra de um certo autor francês, já traduzido para o português, mas não ainda para o inglês...

19 Carta de Thales de Azevedo a Charles Wagley, 2 de junho de 1974. A correspondência entre ambos é um belo exemplo de amizade, pessoal e profissional, entre antropólogos de tradições diferentes — e da importância do diálogo em todas as tradições. Sobre os empreendimentos antropológicos de ambos, ver Charles Wagley & Cecilia Roxo Wagley (1970), no volume de *Universitas* dedicado a Thales de Azevedo (1904–1995). Dedico este pequeno ensaio, feito, espero, um pouco à sua maneira, à sua memória, com gratidão por tudo o que me ensinou sobre a antropologia no Brasil e sobre os bons modos antropológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995–1997). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB*, 1998, 45, p. 51–70.

Araújo, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

Arizpe, Lourdes. La antropología mexicana en el marco latinoamericano: viejos linderos, nuevos contextos. In: Canciani, Néstor Garcia; Sitton, Salomón Nahmad & Menéndez, Eduardo. *Teoría y investigación en la antropología social mexicana*. México: Ciesas, 1988, p. 315–337 (Cuadernos de la Casa Chata, 160).

Arruti, José Mauricio Andion. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 1997, 3/2, p. 7–38.

Barnes, John A. African Models in the New Guinea Highlands. *Man*, 1962, 62, p. 5–9.

Becker, Howard S. “Foi por acaso”: reflexões sobre a coincidência. *Anuário Antropológico/93*, 1995, p. 155–173.

Birman, Patricia. *Fazer estilo criando gêneros: possessão e diferenças de gênero em terreiros de umbanda e candomblé no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Eduerj, 1995.

Bonfill Batalla, Guillermo. El concepto de indio en América: una categoría de la situación colonial. *Anales de Antropología*, 1972, 9, p. 105–124.

Cadernos Pagu, 1996, 6/7.

Caldeira, Teresa Pires do Rio. *City of Walls: Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo*. Tese de Doutorado. University of California at Berkeley, 1992.

Carneiro, Édison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1953] 1964.

Cardoso de Oliveira, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos: a situação dos Tukuna do Alto Solimões*. São Paulo: Difel, 1964.

Carneiro da Cunha, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.

_____. Logique du mythe et de l'action: le mouvement messianique canela de 1963. *L'Homme*, 1973, XIII/4, p. 5–37.

Carrara, Sergio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1993.

Cavalcanti, Maria Laura Viveiros de Castro. Oracy Nogueira e a antropologia no Brasil: o estudo do estigma e do preconceito racial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1996, 31/11, p. 5–28.

Coelho, Vera Penteadado (org.). *Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1993.

Corrêa, Mariza. A antropologia no Brasil (1960–1980). In: Miceli, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1995, p. 25–106 (vol. 2).

_____. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf/Fapesp, [1982] 1998.

_____. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*, 1997, 40/1, p. 11–54.

_____. Mulher & família: um debate sobre a literatura recente. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB*, 1984, 18, p. 27–44.

_____. O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira. *Etnográfica*, 2000, IV/2, p. 233–266.

DaMatta, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

_____. Mito e antimito entre os Timbira. In: Lévi-Strauss, Claude et al. *Mito e linguagem social: ensaios de Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970, p. 77–106.

_____. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé*. Petrópolis: Vozes, 1976.

Dantas, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Debert, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp, 1999.

Estudos Feministas, 1999, 7/1–2 (Dossiê Mulheres Indígenas).

Fausto, Carlos. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp, 2001.

Fonseca, Claudia. *Amour maternel, valeur marchande et survie: aspects de la circulation d'enfants dans une bidonville brésilien*. *Annales ESC*, 1985, 40/5, p. 991–1022.

Franchetto, Bruna; Cavalcanti, Maria Laura & Heilborn, Maria Luiza. *Antropologia e feminismo*. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981, p. 11–47.

Fry, Peter. *Color and the Rule of Law in Brazil*. In: Mendez, Juan E.; O'Donnell, Guillermo & Pinheiro, Paulo Sergio (orgs.). *The (Un)Rule of Law and the Underprivileged in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1999, p. 186–210.

_____. *Para inglês ver: identidade e cultura na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

_____. *Politics, Nationality, and the Meanings of "Race" in Brazil*. *Daedalus: Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, 2000, 129/2, p. 83–118.

Gaspar, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

Gomes, Laura Graziela; Barbosa, Livia & Drummond, José Augusto (orgs.). *O Brasil não é para principiantes: Carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Gregori, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas feministas*. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs, 1993.

_____. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Grupioni, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

Heilborn, Maria Luiza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: Costa, Albertina de Oliveira & Bruschini, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 93–126.

_____ & Sorj, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: Miceli, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999, p. 183–221 (vol. 2).

Holanda, Sergio Buarque de. *Cobra de vidro*. São Paulo: Perspectiva, [1944] 1978.

Lambek, Michael & Strathern, Andrew (orgs.). *Bodies and persons: comparative perspectives from Africa and Melanesia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Landes, Ruth, *The City of Women*. Albuquerque: University of New Mexico Press, [1947] 1994.

Leite, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, 2000, IV/2, p. 333–354. *L'Homme*, 1993a, 33/125.

_____, 1993b, 33/126–128.

_____, 1994, 34/129.

Maio, Marcos Chor. *A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.

_____ & Santos, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.

_____ & Villas Bôas, Gláucia (orgs.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

Miceli, Sergio. Intelectuais brasileiros. In: _____(org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999a, p. 109–145 (vol. 2).

_____(org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999b.

Mott, Luís R. B. *Epidemic of Hate: Violations of the Human Rights of Gay Men, Lesbian and Transvestites in Brazil*. Salva-

dor/San Francisco: Grupo Gay da Bahia/International Gay and Lesbian Human Rights Commission, 1996.

Nimuendaju, Curt. *Cartas do sertão: de Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira*. Apresentação e notas de Thekla Hartmann. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Assírio & Alvim, 2000.

Oliveira, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 1998, 4/1, p. 47–77.

Peirano, Mariza. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: Miceli, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999, p. 225–266 (vol. 1).

_____. *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Ed. UnB, 1991.

Pérlongher, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Pierucci, Antônio Flávio. Sociologia da religião: área impuramente acadêmica. In: Miceli, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999, p. 237–286 (vol. 2).

Ramalho, José Ricardo. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Ramos, Alcida Rita. *Ethnology Brazilian Style*. *Cultural Anthropology*, 1990, 5/4, p. 452–472.

Schwarcz, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870–1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Questão racial e etnicidade. In: Miceli, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999, p. 267–325 (vol. 1).

Seeger, Anthony. *Nature and Society in Central Brazil: the Suyá Indians of Mato Grosso*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

_____; DaMatta, Roberto & Viveiros de Castro, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, 1979, 32/1–2, p. 2–19.

Segura-Ramírez, Héctor. *Revista Estudos Afro-Asiáticos (1978–1997) e relações raciais no Brasil: elementos para o estudo do subcampo acadêmico das relações raciais no Brasil*.

Dissertação de Mestrado. IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 2000.

Silva, Márcio. Masculino e feminino entre os Enawene-Nawe. *Sexta feira*, 1998, 2, p. 162–173.

Soares, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Strathern, Marilyn. *The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press, 1988.

Velho, Gilberto. *Nobres e anjos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, [1975] 1998.

Viveiros de Castro, Eduardo. Bibliografia etnológica básica Tupi-Guarani. *Revista de Antropologia*, 1984–1985, 27/28, p. 7–24.

_____. Etnologia brasileira. In: Miceli, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999, p. 109–223 (vol. 1).

_____. Images of nature and society in Amazonian Ethnology. *Annual Review of Anthropology*, 1996b, 25, p. 179–200.

_____. Nimuendaju e os Guarani. In: Nimuendaju, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1987, p. 17–38.

_____. O campo na selva, visto da praia. *Estudos Históricos*, 1992, 5/10, p. 170–199.

_____. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 1996a, 2/2, p. 115–144.

Vogt, Carlos & Fry, Peter. *Cafundó: a África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Wagley, Charles & Wagley, Cecilia Roxo. Serendipity in Bahia, 1950/70. *Universitas*, 1970, 6/7, p. 29–42.

Zaluar, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Eduerj/Revan, 1994.

_____. Violência e crime. In: Miceli, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999, p. 13–107 (vol. 1).

Palavras-chave:

História da antropologia;
Raça; Gênero; Etnologia;
Diálogos disciplinares e
interdisciplinares.

Resumo:

O artigo é um breve apanhado sobre o campo da antropologia no Brasil. Feito originalmente para leitores estrangeiros, pareceu-me melhor deixá-lo como estava a atualizá-lo, na expectativa de que possa ser útil para jovens iniciantes nesse campo, já que o texto refere algumas instituições importantes para a sua formação nos últimos anos — como os programas de pós-graduação e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), e seus temas de pesquisa. Propõe-se aqui também que não apenas a interdisciplinaridade, bastante praticada hoje, mas também relações transversais ao próprio campo da antropologia são desejáveis — isto é, que os antropólogos “urbanos” levem em conta o que dizem os etnólogos, que estes dialoguem com os estudos de gênero etc.

De todo modo, a bibliografia incluída ainda é, e continuará a sê-lo por um bom tempo, leitura necessária para pesquisadores que se interessem pela história da antropologia.

Keywords:

History of anthropology;
Race; Gender; Ethnology;
Disciplinary and
interdisciplinary dialogues.

Abstract:

The article is a brief overview on the field of anthropology in Brazil. Originally made for foreign readers, it seemed best to leave it as it was to update it, in the hope that it will be useful for young beginners in this field, since the text mentions some important institutions for their instruction in recent years - as programs of post-graduation and Brazilian Anthropological Association (ABA), and their research topics. It is proposed here also that not only interdisciplinarity, widely practiced today, but also link-ups to their own field of anthropology are desirable - that is, that «urban» anthropologists take into account what ethnologists say, that the latter discuss with gender studies, etc.

Anyway, the bibliography included still is, and will remain so for a long time, required reading for researchers who are interested in the history of anthropology.

REGISTROS DE PESQUISA

ALEGORIAS EM AÇÃO

“Alegoria” é um termo nativo que designa uma categoria de objetos da cultura popular contemporânea cujo destino é o consumo ritual. As alegorias são feitas para serem vividas, apreciadas e consumidas no ato mesmo de sua apresentação festiva; existem para a fruição daquilo que fazem acontecer de modo eficaz. São enormes objetos que operam como verdadeiras entidades em seus contextos rituais, deslocando o sentido e os limites do humano em direções inesperadas. São, em especial, uma festa dos olhos; solicitam o olhar, um olhar sinestésico e integrado à corporalidade (Merlau-Ponty, 1980). No contexto festivo e espetacular da vida tão efêmera quanto marcante das alegorias, o canto e a dança acompanham o olhar.

O termo alegoria expressa também, com propriedade, a relação dessa forma de arte coletiva e popular com a ideia de alegoria na tradição clássica: uma forma da linguagem e do pensamento que lança mão de imagens plásticas e visuais para transmitir ou captar sentidos que estão aquém ou além do intelecto puramente discursivo (MacQueen, 1970: 7). Elas, as alegorias da cultura popular festiva, parecem estar além ou aquém das palavras. Pertencem ao fluxo da experiência vivida, na qual introduzem momentos únicos e memoráveis, assemelhados às experiências de natureza extática. Momentos de maravilhamento, no sentido indicado por Greenblat (1991: 42): o poder do objeto apresentado de deter o observador em seu caminho, de transmitir um surpreendente sentido de unicidade, de evocar uma atenção exaltada.¹ Ao mesmo tempo, sua natureza simbólica é também intelectual: elas fazem pensar e este texto atende a esse apelo.

Nas duas festas que constituem focos permanentes de meu interesse antropológico — o Boi-Bumbá de Parintins, no Amazonas,² e o desfile carnavalesco das escolas de samba, no Rio de Janeiro —, a presença e os efeitos produzidos pela ação das alegorias são notáveis. Entretanto, a organização social e a técnica de sua confecção, a dinâmica festiva na qual se inserem e, em especial, suas funções, seus usos e sentidos na performance ritual propriamente dita, diferem em muito nos dois casos. Estas notas alinhavam ideias e

informações sobre as alegorias no Bumbá de Parintins e buscam apreender com palavras e imagens aspectos de sua vida e de seus sentidos.³

DEFININDO O PROBLEMA: NATUREZA E ATUAÇÃO DAS ALEGORIAS DO BOI

As alegorias do Bumbá de Parintins são compostas por um conjunto de módulos que se articulam na arena, em cena aberta, durante a performance. A arena é o chão circular do Bumbódromo, o estádio situado na região urbana central, que comporta cerca de 45 mil pessoas.

Enquanto as alegorias são montadas e desmontadas, há sempre um obscurecimento da iluminação do centro da arena. Durante essa espécie de intervalo entre as cenas cuja sequência configura o desenrolar das performances, o *show* fica por conta das galeras, que lotam as arquibancadas em cada lado do estádio. Galeras são as torcidas organizadas dos dois bois — Caprichoso e Garantido —, que se confrontam nas três noites festivas do último fim de semana de junho.⁴ No Bumbá de Parintins, as galeras são parte oficial das apresentações; constituem um quesito de julgamento e sua atuação inclui a produção de efeitos visuais especiais e, sobretudo, de muito canto e coreografia coletiva no ritmo das toadas de animação. Enquanto as alegorias se montam e desmontam, as galeras concentram as atenções gerais do espetáculo e, se não estivermos intencionalmente atentos, dificilmente perceberemos o curso das desmontagens e montagens.

Além desse fato por si só notável, o que há de especialmente interessante é que as alegorias não são simplesmente cenários para a ação ritual. Elas são, antes, cenários vivos, molduras vivas, elas mesmas atuantes, de modo magnífico, na sequência de ações que, mais do que acompanham, integram e realizam. Vejamos.

As apresentações dos dois grupos, que se alternam nas três noites festivas, duram duas horas e meia. Nelas, os grandes cenários alegóricos emolduram sequências dramáticas que, sempre acompanhadas de danças e toadas, se desenrolam durante cerca de 45 minutos. Isso significa que, em cada noite de apresentação, há em média, para cada grupo, a montagem, atuação e desmontagem de três grandes quadros cênico-alegóricos.⁵ Uma vez montadas, como me disse Simão Assayag, diretor de arte do Boi Caprichoso nos idos de 1996, as alegorias devem “acontecer”. Apreender o que significa esse acontecer, e também os riscos implicados nisso, é um dos objetivos destas notas.⁶ Por ora, assinalo que esses cenários vivos, que se instalam e realizam seu destino expressivo completo na arena, pontuam a apresentação com momentos de clímax extático e devem produzir nos participantes — todos a um só tempo brincantes e expectadores — o efeito de maravilhamento acima indicado.



Figura 1: Galera do Boi Garantido. Bumbódromo. 2010.

UM CASO DE TROCA CULTURAL

Quando Simão Assayag usou a ideia de acontecimento para caracterizar o modo de ser das alegorias do Boi, ele buscava me indicar o quanto os Bumbás contrastavam com o carnaval das escolas de samba. Assim, além de objeto de interesse da pesquisadora, a comparação entre o carnaval das escolas de sambas e o festival dos Bumbás é, também, reiterado assunto nativo. As distinções entre as duas festas — de fato importantes, malgrado a natureza espetacular e massiva de ambas — são sempre marcadas pelos brincantes e artistas dos Bumbás. Eles se preocupam, como me disse em 1999 um artista do Boi Garantido, em “rejeitar o brilho característico do carnaval”. Rejeitam a ideia de enredo para designar o tema anual de suas performances, sempre desdobrado em três espécies de subtemas a cada noite.

Decididamente, o Boi-Bumbá de Parintins é uma festa junina e uma variante excepcional do vasto universo dos folguedos do boi que percorrem o país e foram registrados no norte e nordeste já na primeira metade do século XIX (Cavalcanti, 2000). Isso não impede, entretanto, que estejamos diante de um fascinante caso de troca e empréstimo cultural entre as duas festas, por sinal ainda em pleno curso. Nesse processo, como indicou Franz Boas (1966), os elementos tomados emprestados são inteiramente transformados e ressig-

nificados. Em nosso caso, o empréstimo são justamente as alegorias, que foram tomadas pelo Bumbá do carnaval das escolas de samba.

Elas foram introduzidas no Bumbá nos anos 1970 por Jair Mendes, artista parintinense, que morava na parte oeste da cidade, área tradicional do Boi Garantido (pelo qual torcia ardorosamente). Jair trabalhava no carnaval de escolas de samba nortistas e tinha atuado no carnaval carioca entre 1970 e 1972. Ele relatou-me, em entrevista em 1999, como seu amor pelo Boi, associado ao desejo de inovar, fez com que introduzisse, ainda nos anos 1970, “algumas coisas do carnaval no Boi. Alegorias em torno das lendas regionais, como a da Lara, Cobra Grande, do Boto. Antes não tinha nada, era como é em todas as cidades até hoje, que é o certo: batucada, boi, amo, vaqueirada, aquele negócio”. Ele contou-me também como, em 1975, quando foi pela primeira vez “amo do boi”, viu-se na posição de introduzir as almejadas novidades: “Eu era o padrinho. Aí eu ia ferrar o boi. Eu fiz ‘JM’, eu coloquei tinta preta. [...] Eu fui lá com o ferro, ferrei e o boi ‘Muuuu!’”. Ele explicou-me que uma pessoa fez o mugido do boi ao mesmo tempo, pois não usavam nem gravador para a obtenção de efeitos sonoros. “Pois foi um escândalo medonho, e era uma besteira de nada. Veja bem, eu sei o que esse povo gosta”. As alegorias, assim, associaram-se à encenação das lendas regionais, sendo desde o início adaptadas por Jair Mendes ao que ele designou como o gosto do povo: fazer alguma coisa acontecer. A animação dos elementos cênicos que atendia a esse gosto foi logo assumida pelas alegorias e incorporada aos dois Bumbás.

A circulação de artistas do Boi pelas duas festas é, portanto, antiga. Em 2010, quando indaguei a Juarez Lima, artista do Boi Caprichoso, sobre seu processo de trabalho, ele comentou: “Até 1992, era no olhômetro. Mas amadurecemos no processo... Agora é planta-baixa, tudo calculado. Tenho trinta anos de boi. Sou dos anos 1980. A gente naquela época fazia alegoria com madeira, aí fui para o Rio e vi o ferro e trouxe para cá”. Na catedral de Nossa Senhora do Carmo, situada na praça central da cidade — no mesmo eixo em que se situam, atrás dela, o cemitério e o Bumbódromo —, eu havia visto um quadro da Via Sacra assinado Juarez, e sabia da existência, na diocese local, da escola do Irmão Miguel Pascalle (já falecido e a quem se devem os belos e singulares afrescos que decoram as paredes dessa igreja), que durante muito tempo ensinou pintura aos meninos de Parintins. Perguntei a Juarez se o quadro era dele. E ele comentou: “Nessa época eu só assinava Juarez. [...] Aí fui para o Salgueiro em 1997 e em 1998 para São Paulo. No Salgueiro, começaram a me chamar Juarez Lima, e aí fiquei com o nome”. Juarez adotou também o lema do Salgueiro para o seu fazer artístico: “Nem pior, nem melhor, apenas diferente!”.

Nos anos 1990, no entanto, junto com a projeção do Bumbá de Parintins no cenário nacional, uma maneira inteiramente nova de confeccionar alegorias chamou a atenção dos artistas do carnaval carioca. Essa nova forma de fazer alegorias, aprimorada ao longo das décadas, está diretamente relacionada à

particularidade de sua inserção na dinâmica ritual do Bumbá, à exigência de seu acontecimento no contexto ritual: as alegorias de Parintins são uma arte do ferro e do movimento.

São muito rapidamente forradas e decoradas com papel e pinturas especiais. Quando se estabelecem em cena, tiram grande partido da iluminação especial e do movimento. O carnavalesco carioca Joãozinho Trinta, natural do Maranhão e ele mesmo bom conhecedor das festas nortistas, foi, nessa época, um dos ardorosos articuladores do contato entre o Bumbá e o carnaval das escolas de samba. Em 1996, quando ele trabalhou no enredo do carnaval da escola de samba Viradouro, “Aquarela do Brasil”, o desfile dividiu-se em diferentes seções correspondentes às regiões brasileiras. A primeira delas era a região norte, cujos carros alegóricos haviam sido inteiramente confeccionados por artistas dos Bumbás de Parintins no barracão da Viradouro naquele ano. A originalidade visual e estética dessa seção contrastava em muito com o restante da escola. Os artistas do carnaval, ávidos de novidades e inovações, haviam se apaixonado pela técnica da moldagem em ferro e similares, tão característica dos artistas de Parintins e capaz de produzir incríveis efeitos de movimento nas alegorias.

Em Parintins, entretanto, de modo inteiramente diverso ao que ocorre no desfile carnavalesco, a movimentação alegórica deve acontecer em momentos cênicos precisos. A complexidade dessa técnica requer muita intimidade com os mecanismos de produção de movimento e torna o artista portador da técnica uma presença indispensável não só na fase de confecção das alegorias, mas também na performance festiva propriamente dita. Os artistas de Parintins trabalham atualmente em inúmeras festas regionais, e mesmo nacionais. Grandes e pequenas escolas de samba, em especial do Rio de Janeiro e de São Paulo, valorizam esse saber e contam com a participação regular de artistas parintinenses na produção de suas alegorias. Quando viajam para trabalhar em outras festas, os artistas de Parintins carregam, assim, um conhecimento e uma experiência muito particulares, de difícil transmissão. Em Parintins, como confirmou Gil Gonçalves, diretor de arte do Boi Caprichoso em 2010, o trabalho de confecção das alegorias do Boi inicia-se efetivamente apenas depois que os artistas parintinenses retornam do trabalho no carnaval em outras cidades.

A CONFECÇÃO DAS ALEGORIAS EM PARINTINS

O julgamento das apresentações dos Bumbás orienta-se por 21 itens que contrastam performances individuais;⁷ performances coletivas;⁸ abarca um item especificamente musical, as toadas e quatro itens de natureza plástica (denominados no regulamento de “artísticos”): figura típica regional, alegoria, lenda amazônica e ritual indígena. Embora a cada noite uma alegoria específica seja



Figura 2: Estrutura de Alegoria. Galpão do Boi Caprichoso. 2010.

nomeada para ser julgada, as alegorias associam-se sempre a encenações das lendas, das figuras típicas e dos rituais. São sempre elas também que, em plena ação, trazem, de modo idealmente surpreendente e maravilhoso, os personagens individualizados do grupo para apresentarem em cena suas performances particulares. No ritual indígena especificamente, sempre um momento cênico muito valorizado, como observou Juarez Lima em conversa no galpão do Caprichoso em 2010, explicita-se e enfatiza-se uma regra de julgamento que orienta, na verdade, a confecção de todos os cenários alegóricos: a fidelidade à letra da toada cantada em sua apresentação. A alegoria deve, em tese, como que encenar a toada, preenchendo visual e plasticamente o mundo por ela imaginado.

Por volta de setembro, o processo artístico do Boi começa, assim, com as toadas que movimentam os compositores do grupo logo depois da definição do tema para as três noites. Em dezembro, a seleção de toadas para a festa já está definida e é gravada no CD oficial dos grupos. As toadas, como me disse Gil Gonçalves, o diretor de arte do Boi Caprichoso, em 2010, “vão na frente”, “chamam as pessoas”, “aquecem o Boi”.

Dentre as muitas modalidades de toadas existentes, há aquelas que eu chamaria de toadas de alegorias, isto é, aquelas que elaboram a narrativa de uma lenda de fundo folclórico, ambiental ou indígena, que será encenada com a ação dos grandes cenários alegóricos. No Boi Caprichoso, a comissão de arte liderada por Gil Gonçalves reunia, em 2010, dezesseis pessoas, dentre as quais o seu grupo de artistas/chefes, cerca de oito artistas a quem o desenvolvimento de uma toada/tema havia sido atribuído. Esses artistas concebem as alegorias com base nas toadas e apresentam então a proposta ao grupo. Na conversa no galpão já citada, Juarez Lima comentou sobre esse começo: “O que eu imagino vai para a lousa, é uma tempestade, e vai ficando o essencial, o que vai de fato ser e é aí que o artista vai executar”. Depois de terem seu projeto debatido e aprovado, os artistas reunirão suas próprias equipes de trabalho, que tem geralmente um pequeno núcleo básico constante, aumentado nos momentos de pico de trabalho.

Em função da lógica do segredo e da rivalidade que governa a relação dos dois grupos de Boi na festa, espionagens são uma ameaça constante. O desejo de manter novidades em segredo faz com que uma boa parte do trabalho de confecção das alegorias seja deixado para o mais próximo possível da festa. A este fator, soma-se a particularidade das técnicas artísticas de Parintins. A ênfase na moldagem do ferro e do alumínio e na instalação dos mecanismos de movimento permite que as fases de acabamento e decoração sejam relativamente rápidas. Tudo isso torna o trabalho nos galpões particularmente intenso às vésperas ou mesmo nos próprios dias de festa.

Os espaços dos galpões são divididos entre os artistas e suas equipes, o que torna o trabalho bastante descentralizado e mesmo individualizado,

pois cada artista de alegoria, ao reunir sua própria equipe, tem a liberdade de elaborar seu próprio estilo. A divisão desses espaços no galpão é informal, porém muito clara, demarcada pelos elementos dessa ou daquela alegoria espalhados pelo chão ou pelo ar. No seu respectivo espaço, cada equipe dispõe de um depósito para os materiais necessários a seu trabalho e de algum aposento improvisado por tapumes que corresponde ao ateliê de criação de cada artista.

A FESTA DO BOTO: HISTÓRIA DE UMA ALEGORIA

Caru é um artista parintinense que trabalha há anos no Boi Caprichoso e, em 2010, o núcleo de sua equipe era formado por seus oito irmãos. Ele havia recebido a toada da festa do Boto para desenvolver. A toada “A festa do boto” cantava a lenda amazônica de sedução e desejo em que o charme do Homem/Boto leva a cabocla ribeirinha para a festa do amor no fundo do rio. Com um ritmo quente e dolente, a letra entoava:

*Um barulho, um festejo, o suor de uma mulher
Uma noite de desejo, no assobio que vier
Vem de léguas, de rebojos abissais
Vem nos sonhos das caboclas dos berais
Vem como pororoca, vem como cobra grande
Vem, pra te encantar*

*No mergulho sombrio
As águas revelam um mundo estranho
Iaras chamam por ti
Dançam as ninfas arraias
Tocam trombetas homens-crustáceos e peixes*

*Vem sentir a voz rouca das águas
Vem dançar no baile dos cardumes
Guelras, barbatanas, escamas
A cabocla, o beijo, o amor se entrega
Ao boto sedutor
No castelo serpente vem dançar*

*Escadarias boiúnas que guardam o palácio
Pilastras de conchas corais sustentam o reinado do mestre dos peixes
O senhor dos seres aquáticos*

*Vem, tem festa de boto, tem o amante da noite
Mascarado de sombras vem te amar
No encanto do boto vem dançar*

Toada de Adriano Aguiar, Geovane Bastos e
Michael Trindade. Boi Caprichoso, 2010.

Esse universo semântico da toada é apreendido pelo artista na forma de desenhos e maquetes que, uma vez aprovados pela comissão de artes, orientam a elaboração do conjunto dos elementos que comporão em cena a alegoria. A alegoria deveria ser capaz de instaurar a lenda de modo vívido na arena. Na véspera, ou no dia mesmo da festa, os diferentes módulos e elementos das alegorias são transportados para a praça que fica na entrada do Bumbódromo. Um grupo situado a leste, o Caprichoso, outro a oeste, o Garantido.

Quando comecei a pesquisar o Bumbá, em 1996, a performance fluía de modo mais contínuo com a entrada constante das tribos que, depois de suas performances coreográficas, permaneciam em cena enchendo a arena com os elementos do Boi. As alegorias eram montadas no centro da cena, adequando-se à forma circular do estádio. De lá para cá, uma das alterações marcantes que pude perceber, foram a delimitação da participação das tribos a momentos coreográficos mais definidos e a compactação e estruturação da performance em torno dos quadros cênicos principais. As alegorias assumiram, com isso, um decidido posicionamento frontal, definindo nitidamente uma frente e um fundo no Bumbódromo.

Voltemos à Festa do Boto. Em 2010, acompanhei a festa junto com o Boi Caprichoso. No dia da primeira apresentação, jovens da galera, com os quais eu e Ricardo Barbieri (ex-aluno de mestrado e meu assistente de pesquisa) estávamos, comentaram conosco o seguinte rumor. O Boi Garantido teria descoberto, durante o processo de confecção da festa, o material das apresentações do Boi Caprichoso e, por essa razão, este último iria modificar, de modo surpreendente, seu planejamento para a primeira noite. Esse fato é, por si só, notável e revela o quanto a lógica da rivalidade e do segredo entre os dois grupos pode prevalecer sobre as exigências e o planejamento da performance artística propriamente dita. Porém, a alegoria da festa do Boto, que seria inicialmente a última alegoria da primeira noite, foi substituída pela alegoria do artista Juarez Lima, “Poderoso Mariwin”, inicialmente reservada para a terceira noite. Esta última alegoria, que acompanhava uma lenda de morte, destruição e regeneração de uma antiga tribo amazônica, foi então apresentada na primeira noite. Os jurados foram devidamente notificados e instruídos da modificação. A Festa do Boto foi, assim, transferida para a última noite. Ocorreu, entretanto, que a montagem, apresentação e desmontagem de uma das alegorias dessa noite demorou demasiado.



Figura 3: Cabeça do Homem-Boto. Galpão do Boi Caprichoso. 2010.

Quando a bela alegoria da Festa do Boto foi finalmente montada, um casal de bailarinos personificando o Boto em sua forma humana e a cabocla a ser seduzida iniciaram sua performance ao som da toada. Eles deveriam em dado momento subir enlaçados a pequena escada que leva ao módulo central da alegoria. Quando a toada dissesse “O Senhor dos Seres Aquáticos”, a escultura do Homem-Boto, que compunha o módulo central da alegoria, se ergueria, com a cabeça e os braços humanos em movimento. Sua camisa de seda cor de rosa cairia, revelando seu corpo de peixe e aconteceria a festa de sedução no fundo do rio. Ora, o tempo total da apresentação do grupo naquela última noite já estava prestes a se esgotar e lembro-me de ver o artista Caru sair apressado de dentro da alegoria para desarticular o mecanismo que unia as duas partes da pequena escada frontal que mantinham, por sua vez, firme a base do movimento do corpo do Boto que, como dissemos, deveria se erguer e, ao despojar-se da camisa, revelar, de modo surpreendente, sua verdadeira natureza. Nada disso, entretanto, pôde acontecer e o maravilhamento almejado permanece apenas imaginado.



Figura 4: Homem-Peixe. Galpão do Boi Caprichoso. 2010.



Figura 5: Torres de Coral na Praça dos Bois. Boi Caprichoso. 2010.

A vida plena das alegorias de Parintins requer seu acontecimento, que almeja o efeito concreto de surpresa e maravilhamento no brincante-expectador. Isso requer uma espécie de suspensão do fluxo temporal após um acúmulo de elementos cênicos, musicais e coreográficos propiciatórios. A suspensão do tempo, situada no ponto máximo desse acúmulo, é a base da unicidade do momento maravilhoso em que a vida da alegoria se realiza plenamente como que em uma aparição reveladora e efêmera. Epifania e êxtase. Essa suspensão do tempo é, entretanto, um efeito e uma produção da performance tão ilusórios quanto extraordinários. Requer grande organização, relativa precisão e o concerto de um conjunto de ações que se encadeiam e se coordenam de modo extremamente complexo. Afinal, como indicou Leiris (2001), o risco e a falha são componentes integrais da graça tão vital das performances.

As fotos deste artigo são de autoria de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti.

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti é professora do Departamento de Antropologia Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É autora de *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile* (2006), *O rito e o tempo: ensaios sobre o carnaval* (1999) e *O mundo invisível: cosmologia, sistema ritual e noção da pessoa no espiritismo* (1983). É gestora do Fundo Oracy Nogueira e suas pesquisas atuais abordam festas e rituais contemporâneos e a história da antropologia no Brasil.

NOTAS

- 1 Em sua reflexão sobre objetos museológicos, Greenblat (1991) examinou de modo muito sugestivo as diferenças e complementaridades existentes entre o maravilhamento (*wonder*) e a outra forma de significação desses objetos, a ressonância, que articula e desarticula os objetos a múltiplos contextos. Esse último conceito, em especial, tem sido utilizado com proveito por Gonçalves (2005) em sua reflexão sobre patrimônios e coleções.
- 2 Parintins situa-se na ponta de uma ilha, Tupinambarana, localizada no médio rio Amazonas, próxima à fronteira com o estado do Pará. É uma cidade de médio porte; o município tem cerca de 50 mil habitantes e a população dobra no período festivo. Para uma abordagem histórica e etnográfica da festa, remeto o leitor a Cavalcanti (2000). Ver também Valentim (2005).
- 3 As alegorias carnavalescas já foram estudadas em Cavalcanti (1999, 2000, 2001, 2006a). O interesse específico pelas alegorias no Bumbá emergiu na comparação entre as dinâmicas rituais das duas festas, que articulam imagens e experiências distintas de temporalidade (Cavalcanti, 2002). Pretendo retomar essa comparação, enfocando especificamente as alegorias. As fotos foram feitas por mim em 2010.
- 4 Caprichoso é o boi preto, com uma estrela na testa, e suas cores emblemáticas são o azul e o preto. Garantido é o boi branco, com um coração na testa, e suas cores emblemáticas são o vermelho e o branco. O festival pertence às celebrações juninas que festejam São João, São Pedro, Santo Antônio e São Marçal. No começo de julho, logo em seguida ao festival, iniciam-se os festejos e a romaria de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade e dos dois grupos de Boi.
- 5 Vale observar que as fantasias e alegorias dos dois grupos de Boi são integralmente renovadas a cada noite de performance. Cada Boi, assim, se triplica.
- 6 No carnaval, as alegorias não acontecem, e sim “passam”. São os “carros alegóricos” que, pontuando tópicos do enredo da escola de samba, fluem na passarela linear e produzem um efeito de maravilhamento de outra natureza,

pois associa-se justamente à incompletude e ao fugidio (Cavalcanti, 2002).

- 7 Cada boi tem seu elenco de estrelas, que com isso ganham ou expandem sua fama na sociedade local. Há aquelas relacionadas ao contexto da performance propriamente dita, como o apresentador, o levantador de toadas; há as personagens femininas, que simbolizam o grupo brincante ou a festa de modo geral, como a porta-estandarte, a rainha do folclore; há ainda aquelas mais diretamente relacionados ao núcleo narrativo da lenda da morte e ressurreição do boi, como o amo do boi, o boi e seu tripa, a sinhazinha da fazenda, a Cunhã Poranga, e o pajé. Para uma análise do mito de morte e ressurreição do boi, ver Cavalcanti (2006b).
- 8 As performances coletivas podem ser sonoras como a batucada ou marujada, visuais e coreográficas como a vaqueirada, as tribos e os tuxauas; sonoras e visuais como as galeras. Abarcam ainda itens gerais como coreografia e conjunto folclórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Boas, Franz. *The Aims of Ethnology*. In: *Race, Language and Culture*. Nova York: The Free Press, [1888] 1966, p. 626–638.
- Cavalcanti, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006a (3.ed.).
- _____. Espetacularidade, significação e mediação: as alegorias no carnaval carioca. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, 2001, 13/2, p. 31–43.
- _____. O boi-bumbá de Parintins: breve história e etnografia da festa. *História, Ciência e Saúde: Manguinhos*, 2000, 6, p. 1019–1046 (suplemento especial Visões da Amazônia).
- _____. *O rito e o tempo: ensaios sobre o carnaval*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. Os sentidos no espetáculo. *Revista de Antropologia*, 2002, 45/1, p. 37–80.
- _____. Tema e variante do mito: sobre a morte e ressurreição do boi. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 2006b, 12/1, p. 69–104.

Gonçalves, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, 2005, 11/23, p. 15–36.

Greenblat, Stephen. Resonance and Wonder. In: Karp, Ivan & Lavine, Steven D. *Exhibiting Cultures: the Poetics and Politics of Museum Display*. Washington: Smithsonian Institution, 1991, p. 42–56.

Leiris, Michel. *Espelho da tauromaquia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

MacQueen, John. *Allegory: the Critical Idiom*. Londres/Nova York: Methuen & Co., 1970.

Merleau-Ponty, Maurice. O olho e o espírito. In: *Maurice Merleau-Ponty*. São Paulo: Abril Cultural, [1908] 1980, p. 85–111 (Coleção Os Pensadores).

Valentin, Andréas. *Contrários: a celebração da rivalidade dos bois-bumbás de Parintins*. Manaus: Valer, 2005.

Palavras-chave:

Alegorias; Boi Bumbá de Parintins; Arte; Risco; Maravilhamento.

Resumo:

As alegorias são elementos expressivos integrantes das narrativas e performances rituais do festival dos Bois Bumbás de Parintins/Amazonas e do desfile das escolas de samba cariocas. São arte ritual por excelência, posto que feitas para serem integralmente consumidas em seu uso. Sua função nesses dois festivais espetaculares é eminentemente performativa, pois seu consumo ritual produz efeitos decisivos na dinâmica das apresentações. A comunicação examina as funções, significados e usos das alegorias no contexto do Bumbá de Parintins elaborando as noções de maravilhamento e de risco para sua compreensão.

Keywords:

Allegories; Boi Bumbá Parintins; Art; Risk; Wonder.

Abstract:

The allegories are expressive elements of the narrative and ritual performances of Bois Bumbás Parintins/Amazon festival and of the samba schools parade in Rio. They are ritual art *par excellence*, since they are made to be fully consumed in their use. The function of the allegories in these two spectacular festivals is highly performative, for its ritual consumptions brings about decisive effects on the dynamics of the presentations. The paper examines the roles, meanings and uses of allegory in the context of Bumba Parintins elaborating the notions of wonder and risk for its understanding.

RESENHA

***Horizontes das ciências sociais no Brasil:
antropologia, ciência política e sociologia.***

**Martins, Carlos Benedito (coord.). São Paulo:
Barcarolla/Anpocs, 2010 (3 vol.).**

Mais uma vez a Anpocs financia uma coletânea de artigos que faz um balanço de algumas áreas de pesquisa em antropologia, ciência política e sociologia. A anterior foi publicada em 1999. Com efeito, já era hora de uma nova publicação e tal iniciativa deve ser parabenizada. Enquanto em 1999 foram resenhadas e avaliadas quinze áreas, a nova publicação de 2010 se dedicou a quarenta temas diferentes. E, ao invés de incluir apenas um organizador geral, como ocorreu em 1999, a nova versão contou com um organizador geral e mais um para cada disciplina. Essa breve comparação indica que houve um esforço quantitativamente superior em 2010, quando comparado com o anterior. Os novos volumes, no entanto, não devem ser avaliados apenas do ponto de vista quantitativo, mas, sobretudo, do qualitativo. A pergunta que deve ser feita é a seguinte: será que os artigos publicados vão ajudar pesquisadores e estudantes de ciências sociais a trazerem novas contribuições para os diversos temas e áreas de investigação?

A nova coletânea será bem-sucedida se for predominantemente com-

posta por artigos que fazem uma apreciação crítica sobre as publicações em certas áreas de conhecimento e pesquisa. Para que as resenhas sejam realmente analíticas, estas devem, por um lado, mostrar os aspectos positivos e negativos das pesquisas já publicadas e, por outro, apontar ou alertar para questões pouco estudadas que poderiam ser desenvolvidas em novas investigações. Embora outras formas de avaliação da produção das disciplinas, como ensaios ou comentários gerais, também sejam interessantes, considero que revisões críticas, exaustivas e indicando lacunas nos diversos campos de pesquisa são mais úteis e necessárias para os leitores desse tipo de coletânea. Nesse sentido, os volumes de 1999 são mais homogêneos do que os de 2010. Na publicação anterior, todos os artigos fizeram um balanço da produção brasileira e alguns sugeriram novos rumos de pesquisa. Os textos de 2010 são menos uniformes: alternam-se no conjunto revisões exaustivas da bibliografia brasileira, apontamentos de novos rumos de pesquisa, ensaios sobre o estado das ciências sociais, his-

tóricos da institucionalização de algumas áreas, balanços quantitativos de algumas publicações ou grupos de pesquisa. Obviamente há capítulos que combinam duas ou mais dessas características.

Parte dos artigos, como “O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista”, no volume de ciência política, e “A produção de pesquisa sociológica”, no volume de sociologia, são antes ensaios filosófico-metodológicos que revisões de alguma literatura brasileira específica; trata-se de capítulos sobre temas epistemológicos gerais. Os autores, por caminhos distintos, produzem uma oposição entre atividades acadêmicas “humanistas” e “científicas” que não faz mais sentido nas ciências sociais dos dias de hoje, uma vez que em todas as áreas do conhecimento há avanços e a obrigatoriedade de fazer referência a literaturas contemporâneas. Não há como escrever um trabalho sobre algum tema espinhoso de filosofia política ou realizar uma pesquisa estatisticamente sofisticada em estratificação social sem fazer referência e procurar contribuir para alguma literatura específica. É bem verdade, como coloca o autor no volume de sociologia, que em algumas áreas não faz sentido fazer referência a autores e conceitos antigos, enquanto em outras a volta ao passado é normal. Contudo, em ambos os casos o objetivo é essencialmente o mesmo: produzir conhecimento inovador. Tal forma de reflexão, apresentada nos textos mencionados, é interessante e válida; porém, uma coletânea sobre o

melhor que vem sendo produzido nas ciências sociais brasileiras não fica melhor nem pior porque inclui tais capítulos. O conjunto falharia se não incluísse artigos que apresentassem balanços da produção nacional.

É exatamente esse tipo de empreendimento que a maioria dos capítulos faz. Esta é a principal contribuição da coletânea, justamente porque apresenta revisões detalhadas de extensas bibliografias sobre temas específicos. Os pesquisadores que querem fazer alguma contribuição para uma certa área deveriam se concentrar nesses capítulos, que são um guia inicial para encontrar novas questões de investigação ou até mesmo para elaborar e expandir novas bibliografias. No volume de antropologia, praticamente todos os artigos são revisões bibliográficas extensas, embora alguns sejam mais argumentativos e outros mais descritivos. Literaturas também se relacionam entre elas mesmas, o que significa que um pesquisador pode encontrar informações relevantes na leitura sobre outros temas. Por exemplo, aqueles interessados em antropologia urbana podem encontrar importantes contribuições nos artigos “Família e parentesco na antropologia brasileira contemporânea” e “Cidade e política: nas trilhas de uma antropologia *da* e *na* cidade no Brasil”. O volume de ciência política também inclui predominantemente revisões extensas da bibliografia. Alguns capítulos, como “Direitos humanos e ciências sociais no Brasil”, são bastante extensos e de forma bastante relevante versam sobre literatura produzida

em diversas áreas, inclusive fora das ciências sociais *strictu sensu*. Outros artigos focalizam detalhadamente literaturas centrais na disciplina, como “Teoria política no Brasil hoje” e “Estudos legislativos”, ambos de excelente qualidade. No volume de sociologia, também a maioria dos textos faz longas revisões como, por exemplo, “A violência na sociedade brasileira” e “Sociologia da educação: democracia e cidadania”.

Ademais, alguns textos da coletânea tratam de literaturas ainda pouco desenvolvidas e propõem novos rumos de pesquisa, embora tais sugestões sejam em geral tímidas ao longo dos três volumes. É o caso, por exemplo, de “Desigualdade, classes e estratificação social”, no volume de sociologia, “Democracia e welfare”, no volume de ciência política, e “O Brasil em imagens: caminhos que antecedem e marcam a antropologia visual no Brasil”, no volume de antropologia. O capítulo sobre desigualdades, mais próximo de meus interesses de pesquisa, mostra que ainda há poucas investigações em desenvolvimento sobre o tema na sociologia brasileira, mas também revela que há inúmeras possibilidades de análise. Os autores, no entanto, poderiam ter enfatizado que os cientistas sociais brasileiros falam muito sobre desigualdade, mas poucos estudam diretamente suas causas e consequências.

Há, finalmente, quatro capítulos que adotaram a estratégia da contabilidade. Dois deles procuram definir as literaturas a partir da contagem de publicações, e outros dois fazem um

balanço dos grupos de pesquisa nas áreas específicas. A primeira estratégia parece bem-sucedida, como é o caso de “A política comparada no Brasil: a política dos outros”, uma vez que o autor se preocupou em explicitar as limitações de sua abordagem e da seleção de sua amostra de trabalhos. A estratégia não funcionou da mesma maneira em “Teoria por adição”, em que o autor faz uma inferência geral com base em uma amostra limitada, produzindo generalizações sobre a área de teoria social sem referência a trabalhos publicados em livros e diversas revistas. Um problema mais geral desses balanços de áreas baseados em revistas acadêmicas é que os cientistas sociais brasileiros ainda publicam predominantemente capítulos de livros ou livros; dessa forma, as amostras são altamente enviesadas. A segunda estratégia, a de fazer um balanço dos grupos de pesquisa, é adotada nos capítulos “Instituições políticas e controles democráticos: o paradoxal exercício simultâneo do poder e de sua contenção”, no volume de ciência política, e “Pesquisa em ciência, tecnologia e inovação no Brasil”, no volume de sociologia. Ambos textos são interessantes porque mostram como as áreas em questão vêm se desenvolvendo. O primeiro artigo guarda ainda algum espaço para reflexão crítica sobre as questões mais relevantes de pesquisa.

De um modo geral, as resenhas e capítulos ajudam o leitor a avaliar a produção nas diversas áreas das ciências sociais. Não estou familiarizado com a maioria das temáticas desen-

volvidas, mas, ao final da leitura dos três volumes, fiquei com a sensação de que os capítulos são um bom mapa inicial de aproximação. Os volumes são realmente úteis para pesquisadores e estudantes que estejam começando a se aventurar pelas áreas apresentadas.

As coletâneas de 1999 e 2010 foram apresentadas como avaliações ou balanços do estado da arte nas ciências sociais brasileiras. É impressionante que só a cada onze anos a Anpocs faça um balanço desse tipo, e vale ressaltar ainda que tanto em 1999 quanto em 2010 foi necessário justificar por que algumas áreas ou temas ficaram de fora. Na verdade, as disciplinas das

ciências sociais são cada vez mais dinâmicas e incluem uma infinidade de temas, que podem ser resenhados de maneiras diferentes, a depender da escolha de certa perspectiva. Por isso, me dou a liberdade de sugerir que, a cada dois anos, a cada nova diretoria da Anpocs, uma nova coletânea seja organizada. Pode-se também melhorar a qualidade das contribuições se uma espécie de sistema de pareceristas — que, nesse caso, não ficariam anônimos — for criado. Realizada essa iniciativa, seriam produzidas, na verdade, três novas revistas acadêmicas, capazes de acompanhar mais de perto o dinamismo da produção nas ciências sociais brasileiras.

Carlos Antonio Costa Ribeiro é professor e pesquisador da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e PhD em sociologia pela Universidade de Columbia. Foi pesquisador do Center for Advanced Studies in the Behavioral Sciences, na Universidade de Stanford. Recentemente publicou dois livros: *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil* (2007) e *Desigualdade de oportunidades no Brasil* (2009). Seu principal tema de pesquisa trata dos determinantes da desigualdade de oportunidades econômicas ao longo dos ciclos de vida e entre gerações.

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

ESCOPO E POLÍTICA EDITORIAL

Sociologia & Antropologia aceita os seguintes tipos de contribuições:

- 1) Artigos inéditos (até 9 mil palavras incluindo referências bibliográficas e notas)
- 2) Registros de pesquisa (até 4.400 palavras). Esta seção inclui:
 - a. Apresentação de fontes e documentos de interesse para a história das ciências sociais
 - b. Entrevistas
 - c. Notas de pesquisa com fotografias
 - d. Balanço bibliográfico de temas e questões das ciências sociais
- 3) Resenhas bibliográficas (até 1.600 palavras).

A pertinência para publicação será avaliada pela Comissão Editorial no que diz respeito à adequação ao perfil e à linha editorial da revista e por pareceristas *ad hoc* no que diz respeito ao conteúdo e à qualidade das contribuições. Serão aceitos originais em língua estrangeira desde que o autor se responsabilize por sua tradução para o português.

A revista funciona sob o princípio do duplo anonimato: os artigos serão submetidos a dois pareceristas *ad hoc* e, em caso de pareceres contraditórios, uma terceira avaliação será requerida. Os artigos serão avaliados de acordo com os critérios de qualidade e rigor dos argumentos apresentados, validade dos dados, oportunidade e relevância para sua área de pesquisa, atualidade e adequação das referências.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES

Forma e preparação de textos

O texto deverá ser preparado num mesmo arquivo na seguinte sequência: artigo de até 9 mil palavras (incluindo referências bibliográficas e notas); nota biográfica (de até 65 palavras) incluindo formação, instituição, cargo, áreas de interesse e principais publicações; notas substantivas (de fim de texto) em algarismos arábicos; referências bibliográficas; resumo (entre cem e 150 palavras), em português e em inglês, acompanhado de cinco palavras-chave; e, quando for o caso, os créditos das imagens utilizadas.

Desenhos, fotografias, gráficos, mapas, quadros e tabelas devem conter título e fonte, e estar numerados. Deverão, ainda, estar em condições adequadas à reprodução e impressão fidedignas e de qualidade P&B. Além de constarem no corpo do artigo, as imagens deverão ser encaminhadas em arquivo separado do texto. No caso de imagens que impliquem em autorização para reprodução, a obtenção da mesma caberá ao autor.

Os textos deverão ser escritos em fonte Times New Roman, tamanho 12, recuo padrão de início de parágrafo, alinhamento justificado, espaçamento duplo e em páginas de tamanho A4 (210x297 cm.), numa única face.

As notas devem vir ao final do texto, não podendo consistir em simples referências bibliográficas. Estas devem aparecer no corpo do texto com o seguinte formato:

**(sobrenome do autor, ano de publicação),
conforme o exemplo: (Tilly, 1996);**

No caso de citações, quando a transcrição ultrapassar cinco linhas deverá ser centralizada em margens menores do que as do corpo do artigo; quando menor do que cinco linhas, deverá ser feita no próprio corpo do texto entre aspas. Em ambos os casos a referência seguirá o formato:

**(sobrenome do autor, ano de publicação: páginas),
conforme os exemplos:
(Tilly, 1996: 105)
(Tilly, 1996: 105–106)**

As referências bibliográficas em ordem alfabética de sobrenome devem vir após as notas, seguindo o formato que aparece nos seguintes exemplos:

1. Livro

Pinto, Luis de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil: introdução ao seu estudo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

2. Livro de dois autores

Cardoso, Fernando Henrique & Ianni, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

3. Livro de vários autores

Wagley, Charles et al. *Race and Class in Rural Brazil*. Paris: Unesco, 1952.

4. **Capítulo de livro**
Fernandes, Florestan. Os movimentos sociais no “meio negro”.
In: *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008, p. 7–134 (vol. 2).
5. **Coletânea**
Botelho, André & Schwarcz, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
6. **Artigo em coletânea organizada pelo mesmo autor**
Gonçalves, José Reginaldo Santos. Teorias antropológicas e objetos materiais. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007, p. 13–42.
7. **Artigo em coletânea organizada pelo autor em conjunto com outro**
Villas Bôas, Gláucia. O insolidarismo revisitado em *O problema do sindicato único no Brasil*. In: _____; Pessanha, Elina Gonçalves da Fonte & Morel, Regina Lúcia de Moraes. *Evaristo de Moraes Filho, um intelectual humanista*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, p. 61–84.
8. **Artigo em coletânea organizada por outro autor**
Alexander, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: Giddens, Anthony & Jonathan Turner (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 23–89.
9. **Artigo em Periódico**
Lévi-Strauss, Claude. Exode sur exode. *L’Homme*, 1988, XXVIII/2–3, p. 13–23.
10. **Tese Acadêmica**
Veiga Junior, Maurício Hoelz. *Homens livres, mundo privado: violência e pessoalização numa sequência sociológica*. Dissertação de Mestrado. PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
11. **Segunda ocorrência seguida do mesmo autor**
Luhmann, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2010.
_____. *O amor como paixão*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.
12. **Publicações em outro idioma**
Almond, Gabriel & Verba, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston: Little, Brown and Company, 1965.
13. **Consultas on-line**
Sallum Jr., Brasília & Casarões, Guilherme. O impeachment de Collor: literatura e processo, 2011. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1374>>. Acesso em 9 jun. 2011.

ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES

Sociologia & Antropologia não assume responsabilidade por conceitos emitidos pelos autores.

Contribuições deverão ser enviadas para o e-mail revistappgsa@gmail.com.

O envio de textos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à revista. Com a publicação do artigo, o autor receberá dois exemplares da revista.

Para assinaturas e maiores informações, consultar os editores no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia:

Sociologia & Antropologia

Revista do PPGSA

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

Largo do São Francisco de Paula, 1, sala 420

20051-070 — Rio de Janeiro — RJ

Telefone/Fax: +55 (21) 2224-8965 ramal 215

revistappgsa@gmail.com